

RENI GOMES DA SILVA

EDUCAÇÃO: CAMPO DE LUTA

**UM ESTUDO SOBRE OS CONGRESSOS DO SINDICATO DOS PROFESSORES
DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - APEOESP (1997 - 2006)**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

PUC/SP
2008

RENI GOMES DA SILVA

EDUCAÇÃO: CAMPO DE LUTA

**UM ESTUDO SOBRE OS CONGRESSOS DO SINDICATO DOS PROFESSORES
DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - APEOESP (1997 - 2006)**

Dissertação apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Educação: História, Política, Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Paula Perin Vicentini.

SÃO PAULO
2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Paula Perin Vicentini

Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno

Profa Dra. Rosario Silvana Genta Lugli

SUPLENTES

Prof. Dr. Carlos Ant. Giovanazzo Júnior

Prof. Dr. Romualdo Portela de Oliveira

AGRADECIMENTOS

À Secretaria Estadual de Educação, cujo financiamento possibilitou a realização dessa pesquisa.

À orientadora deste trabalho – Profª Dra. Paula Perin Vicentini – que, com seu entusiasmo, me ajudou a mergulhar no mundo da pesquisa.

Ao Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno e Profª Dra. Rosario Silvana Genta Lugli, por terem aceitado participar da Banca de Qualificação e da Banca Final, pelas leituras atentas e contribuições procedentes.

À Profª Dra. Luciana Maria Giovanni, cabe um agradecimento especial, por ter colaborado na estruturação do projeto de pesquisa e expressado imensa carinho em momentos que essa trajetória poderia ter sido interrompida.

Aos demais Professores que me orientaram nesta caminhada: Profª Dra. Alda Junqueira Marin, Prof. Dr. Bruno Bontempi Júnior, Prof. Dr. Kazumi Munakata, Profª Dra. Leda Maria de Oliveira Rodrigues e Prof. Dr. Marcos César, que não faz mais parte do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade (EHPS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) que excelente estrutura necessária ao debate acadêmico.

À estes professores peço desculpas, mas preciso dizer que minha teimosia impediu-me de incorporar todas as recomendações que fizeram. Se eles estão livres de qualquer responsabilidade pelo que se vai ler, eu não estou desobrigada do agradecimento que lhes devo.

Às(os) funcionárias (os) da APEOESP: Ana, Edna, Edenilde, Renato, Sr. Nei, Mauro, Juliano, Robson e Dr. Alexandre Ferraz, pela gentileza com que se colocaram à disposição para auxiliar-me nessa pesquisa. Muito obrigada também ao Robson, pelo trabalho fotográfico que faz para a entidade e pelas fotos que tira de/para mim nas atividades.

Às(os) companheiras(os) de militância pela paciência e contribuição, em especial Fábio S. de Moraes, Luis Freitas, Silvana de Assis e Paulo Neves. Meus respeitos pela dignidade com que têm respondido ao descaso, indiferença e ao desrespeito com os quais convivemos.

Às(os) colegas do segundo semestre de 2005, turma entusiasmada que enfrentou dificuldades para conciliar as exigências acadêmicas e as tarefas profissionais, além de família, filhos e, para alguns, a distância. Meu carinho especial à Valéria e Vera com quem compartilhei mais que angústias acadêmicas.

Ao Odair pela revisão da revisão, à Izabel pela amizade e por compartilhar os momentos de crise e à Dona Gedalva pela presença reconfortante.

Aos amigos Abrão e Rute, que têm me acompanhado há longos anos, dando-me força pra prosseguir e acreditando em mim. Obrigada por tudo.

Aos meus pais, Israel e Elzi, por sempre incentivar meus estudos mesmo que isto reduzisse os momentos de nossa convivência.

Ao Maurício, amor com que a vida me presenteou, por me fazer acreditar que eu era capaz de realizar este trabalho e por se manter ao meu lado nas várias crises, lágrimas, medos e recuos. A você, meu amor e parceiro também na vida acadêmica: um agradecimento mais que especial.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar os temas educacionais discutidos nos Congressos da APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – na última década. Trata-se de investigar se o Sindicato tem tido a preocupação de formular políticas educacionais mediante a análise das Resoluções resultantes dos 16º ao 21º Congresso Estadual da APEOESP, realizados entre os anos de 1997 – após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e 2006. Os Congressos são as instâncias máximas de deliberação da APEOESP e têm o objetivo de avaliar a situação da entidade, deliberar sobre as metas e as linhas de ação para o período seguinte, fixando as diretrizes a serem adotadas no campo educacional e cultural e promovendo, se for o caso, alterações estatutárias. Esse processo é controlado por aqueles que incorporaram, em seu *habitus* (na concepção de Pierre Bourdieu), as disposições necessárias para a atividade sindical que, sendo capazes de reconhecer os interesses e objetos em disputa, definem também o que é legítimo para a atuação da entidade.

Após o exame do material produzido por seis congressos, foram sistematizados setenta temas em três grandes categorias relativas a diferentes dimensões das políticas educacionais, a saber: *organização do trabalho pedagógico na escola; financiamento, gestão e organização do sistema educacional e formação profissional, carreira e condições de trabalho*. A análise desse material permitiu concluir que as formulações e proposições melhor elaboradas são aquelas que envolvem a luta por melhores condições de trabalho e de salário e que as políticas educacionais são tratadas como forma de dar respostas ou propor alternativas às medidas implementadas pelos governos estadual e federal do período. Na análise do discurso produzido no âmbito das discussões e da proposição das Políticas Educacionais feitas pela APEOESP, foram utilizados como referenciais teóricos principais a teoria de Pierre Bourdieu sobre o mundo social e as observações de Israel Scheffler sobre a linguagem educacional.

PALAVRAS-CHAVE: APEOESP, Sindicalismo Docente, Políticas Educacionais, Professores Paulistas, Congressos Educacionais.

ABSTRACT

The aim of this research is to analyze the educational themes which were discussed at APEOESP (Union of Teachers from Official Schools of the State of Sao Paulo) Congresses during the last decade. We intend to investigate if the Union has taken care of the formulation of educational policies through the analysis of the Resolutions that resulted from the 16th to the 21st APEOESP State Congresses, which happened between 1997 (after the promulgation of the Law of Directions and Basis of the National Education) and 2006. The Congresses are APEOESP's maximum instances of deliberation and they have the objective of evaluating the entity's situation and deliberating upon goals and action ways for the following period, assigning directions to be adopted by the educational and cultural fields and, if necessary, promoting statutory alterations. This process is controlled by those who incorporate in their *habitus* (according to Bourdieu) the necessary dispositions for the union work that, being able to recognize the interests and objects on debate, define what is legal for the entity's acts.

After examining the material produced by the congresses, we systemized seventy themes into three big categories related to different dimensions of educational policies: *organization of the pedagogical work at school; financing, management and organization of the educational system; professional formation, career and labor conditions*. The analysis of this material allowed us to conclude that the best formulations and propositions were those that involved fight for better conditions of work and salary and those where the educational policies are treated as a way to answer or to propose alternatives to actions which were implemented by the state and federal governments. On the analysis of the discourse produced among debates and propositions of Education Policies by APEOESP, we used as theoretical reference Pierre Bourdieu's theories about social world and Israel Scheffler's observations about educational language.

KEY WORDS: APEOESP, Teaching Union, Educational Policies, Teachers from Sao Paulo, Educational Congresses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 1
CAPÍTULO I: O CAMPO EDUCACIONAL PAULISTA E A APEOESP.....	p. 16
1. O que é Política Educacional para a APEOESP?.....	p. 16
2. O Campo Educacional e o Subcampo da Representação Sindical.....	p. 17
2.1. A APEOESP e as Mudanças no Subcampo da Representação Sindical dos Professores.....	p. 25
CAPÍTULO II: A APEOESP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS ANOS 1990 E 2000.....	p. 29
A atuação propositiva da APEOESP no processo de elaboração da LDB.....	p. 29
1. Outras Medidas Educacionais implementadas nos Anos 1990 e 2000.....	p. 34
CAPÍTULO 3: A REALIZAÇÃO DOS CONGRESSOS DA APEOESP E AS SUAS DISPUTAS INTERNAS.....	p. 53
CAPÍTULO 4: POSIÇÕES, PROPOSIÇÕES E REIVINDICAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS CONGRESSOS DA APEOESP.....	p. 75
1. Possibilidades de análise do discurso educacional.....	p. 75
1.1. As definições em educação.....	p. 75
1.2. Os <i>slogans</i> em educação.....	p. 79
1.3. As metáforas educacionais.....	p. 79
2. O debate sobre as políticas educacionais nas resoluções congressuais da APEOESP	
2.1. A escola pública de qualidade: Definições ou <i>Slogans</i> ?.....	p. 81
a) A concepção de escola da APEOESP: a exaltação da qualidade e da formação para a cidadania.....	p. 82
b) Educação Básica: da extensão da escolarização à necessidade da inclusão.....	p. 84
c) A concepção de currículo da APEOESP: uma construção histórica dos diversos atores sociais.....	p. 88
d) Livro Didático: da proposta de supressão ao descaso.....	p. 93
e) As mudanças introduzidas pela SEE: inovações ou simples medidas?.....	p. 95
2.2. As Definições da APEOESP sobre Gestão, Financiamento e Organização do sistema educacional.....	p. 99
a) Neoliberalismo e globalização: a análise conjuntural no centro do debate.....	p. 100
b) A busca do diálogo e de parceiros para a Defesa da Escola Pública.....	p. 104
c) Gestão Democrática da Escola: uma bandeira de luta permanente.....	p. 107
d) Financiamento da Educação: das críticas ao FUNDEF à defesa do FUNDEB.....	p. 108
2.3. Formação Profissional, Carreira, Condições de Trabalho e Atividade Sindical.....	p. 111
a) Formação contínua: as tentativas de vinculação da dimensão pedagógica do trabalho docente com a atuação sindical.....	p. 112
b) Plano de Carreira: Trabalhadores em Educação ou Professores e Demais Funcionários de Escola?.....	p. 117
c) <i>Aposentado é mais</i> : as ações da entidade em contraposição ao descaso do Estado... ..	p. 121
d) Saúde do Trabalhador em Educação: da denúncia das condições de trabalho à busca de possibilidades de assistência.....	p. 124
e) A posição da APEOESP frente às Reformas Constitucionais.....	p. 127
f) A APEOESP e os Desafios da Organização Sindical: da Era FHC ao Governo Lula.....	p. 134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 143

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

QUADRO 1: Congressos e Conferências realizados pela APEOESP no período 1997 – 2006.....	p. 9
1.1. QUADRO 2: Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola.....	p. 13
QUADRO 3: Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional.....	p. 14
QUADRO 4: Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho:.....	p. 15
TABELA 1: Progressão Funcional antes da LC 836/97.....	p. 43
TABELA 2: Progressão Funcional após a LC 836/97.....	p. 44
TABELA 3: Mudanças na Jornada dos Professores após a Lei 836/97.....	p. 44
TABELA 4: Greves/ nº de dias parados/ comparação salário mínimo e salário dos Professores da Rede Estadual de São Paulo desde 1990.....	p. 46
GRÁFICO 1: Evolução do Salário Real.....	p. 47
QUADRO 5: Tendências Proponentes de Teses nos Congressos da APEOESP.....	p. 55
QUADRO 6: Eleições na APEOESP 1989 – 2005.....	p. 56
TABELA 5: Relação de alunos por sala de aula em escolas públicas estaduais regulares no Estado de São Paulo 2005.....	p. 65

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1: Tema do XXII Congresso Estadual da APEOESP (Serra Negra -Nov/07)	p. 21
FOTOGRAFIA 2: Manifestação contra o PLC26/05.....	p. 48
FOTOGRAFIA 3: Vista da Plenária do XXI Congresso Estadual da APEOESP, em Sumaré (2006).....	p. 67
FOTOGRAFIA 4: Foto 4: Momento de votação da Tese da ArtSind XXI Congresso Estadual da APEOESP (2006).....	p. 69
FOTOGRAFIA 5: Momento de votação da Tese da ArtNova XXI Congresso Estadual da APEOESP (2006).....	p. 70
FOTOGRAFIA 6: Momento de votação da Tese da Oposição Alternativa XXI Congresso Estadual da APEOESP (2006).....	p. 70
FOTOGRAFIA 7: Fotografia 6: Momento de Votação de emenda num debate de Grupo.....	p. 73

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1: Perfil dos Professores.....	p. 1
Quadro 1: Número de Questionários de Auto Preenchimento.....	p. 1
Tabela 1: Número de Participantes, segundo região Administrativa, por sexo.....	p. 2
Gráfico 1: Segundo Sexo.....	p. 2
Gráfico 2: Segundo Faixa Etária.....	p. 3
Gráfico 3: Segundo Cor/Etnia.....	p. 3
Gráfico 4: Segundo Estado Civil:.....	p. 4
Gráfico 5: Segundo Posição na Família.....	p. 4
Gráfico 6: Segundo Faixa de Renda Familiar.....	p. 5
Gráfico 7: Segundo Renda Individual.....	p. 5
Gráfico 8: Segundo Cargo.....	p. 6
Gráfico 9: Segundo Vínculo Funcional.....	p. 6
Gráfico 10: Segundo Anos de Trabalho na Rede.....	p. 7
Gráfico 11: Segundo Carga Horária Semanal.....	p. 7
Gráfico 12: Segundo Rede de Ensino onde Leciona.....	p. 8
Gráfico 13: Segundo Número de Escolas nas quais Trabalha.....	p. 8
Gráfico 14: Segundo Períodos em que Leciona.....	p. 9
Gráfico 15: Segundo Faixa de Alunos por Sala de Aula.....	p. 9
Gráfico 16: Professores que complementam ou não Salários em Outras Atividades.....	p. 10
Gráfico 17: Queixas mais Frequentes sobre o Ambiente de Trabalho.....	p. 10
Gráfico 18: Causas de incômodo/Sofrimento no Ambiente de Trabalho.....	p. 11
 ANEXO 2: Sistematização dos temas debatidos nos Congressos.....	 p. 1
1. A Questão Educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP.....	p. 1
1.2. Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola.....	p. 1
1.3. Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional.....	p. 4
1.4. Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho.....	p. 6
2. Resoluções do 16º Congresso Estadual da APEOESP –Nov/1998.....	p. 8
1.1 Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola.....	p.8
1.2 Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional.....	p. 13
1.3 Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho.....	p. 15
3. Resoluções do 17º Congresso Estadual da APEOESP – Nov/2000.....	p. 18
3.1. Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola.....	p. 18
3.2. Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional.....	p. 21
3.3. Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho.....	p. 23
4. Resoluções do 18º Congresso Estadual da APEOESP – Out/2001.....	p. 25
4.1. Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola.....	p. 25
4.2. Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional.....	p. 30
4.3. Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho.....	p. 32
5. Resoluções do 19º Congresso Estadual da APEOESP – Nov/2003.....	p. 37
5.1. Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola.....	p. 37
5.2. Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional.....	p. 43
5.3. Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho.....	p. 45
6. Resoluções do 20º Congresso Estadual da APEOESP – Nov/2004.....	p. 48
6.1. Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola.....	p. 48
6.2. Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional.....	p. 51
6.3. Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho.....	p. 54
7. Resoluções do 21º Congresso Estadual da APEOESP – Dez/2006.....	p. 59
7.1. Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola.....	p. 59
7.2. Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional.....	p. 62
7.3. Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho.....	p. 65

LISTA DE SIGLAS

ABESC: Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
AEC: Associação da Educação Católica
AEC: Associação de Educação Católica
AFUSE: Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo
AGB: Associação dos Geógrafos do Brasil
ANDE: Associação Nacional de Educação
ANDES-SN: Associação Nacional dos Docentes no Ensino Superior/Sindicato Nacional
ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE: Associação Nacional dos Profissionais de Administração da Educação
ANPED: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
ANPG: Associação Nacional de Pós-Graduandos
APAMPESP: Associação de Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo
APASE: Sindicato de Supervisores do Magistério no Estado de São Paulo
APEOESP: Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APESNOESP: Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo
ATRAMESP: Associação Trabalhista de Mestres e Professores no Estado de São Paulo
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPESP: Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo
CEPERS/Sindicato: Centro dos Professores do estado do Rio Grande do Sul
CBCE: Colegiado Brasileiro de Ciências do Esporte
CEAMA: Centro de Atendimento Médico Ambulatorial
CEDES: Centro de Estudos de Educação e Sociedade
CEPES/APEOESP: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sindicais da APEOESP
CGT: Confederação Geral dos Trabalhadores
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNTE: Confederação Brasileira dos Trabalhadores em Educação
CNTEEC: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Cultura
CONAN: Confederação Nacional de Associações de Moradores
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas
CONSED: Conselho Nacional dos Secretários de Educação
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPB: Confederação dos Professores da Brasil
CPP: Centro do Professorado Paulista
CRUB: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
FASUBRA: Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras
FENAJ: Federação Nacional dos Jornalistas
FENASE: Federação Nacional dos Supervisores Escolares
FENEN: Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
FENOE: Federação Nacional dos Orientadores Educacionais
FESSP-SP: Federação dos Servidores Públicos no Estado

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.
HTPC: Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo
IAMSPE: Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPESP: Instituto de Previdência do Estado de São Paulo
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
MR8: Movimento revolucionário 8 de Outubro
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OFA: Ocupantes de Função Atividade
PC do B: Partido Comunista do Brasil
PC: Partido Comunista Brasileiro
PDS: Partido Democrático Social, hoje Partido Progressista
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PEB I: Professor de Educação Básica I
PEB II: Professor de Educação Básica II
PIB: Produto Interno Bruto
PLC: Projeto de Lei Complementar
PMDB-MG: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – Minas Gerais
PSDB-BA: Partido da Social Democracia Brasileira - Bahia
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PSTU: Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT: Partido dos Trabalhadores
PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SARESP: Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SARESP: Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SBF: Sociedade Brasileira de Física
SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEAF: Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas
SEE: Secretaria de Estado da Educação
SOBRART: Sociedade Brasileira de Arte
SPPREV: São Paulo Previdência
UBES: União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UDEMO: Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo
UNDIME: União nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNE: União Nacional dos Estudantes Secundaristas
UNESP: Universidade Estadual Paulista
USP: Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar os temas educacionais discutidos nos Congressos da APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – na última década. Trata-se de investigar se o Sindicato tem tido a preocupação de formular políticas educacionais, analisando os temas debatidos e as resoluções congressuais no período imediatamente posterior à implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996. Os Congressos são as instâncias máximas de deliberação da APEOESP para avaliar a situação da entidade, deliberar sobre metas e linhas de ação para o período seguinte, promover, se for o caso, alterações estatutárias e fixa as diretrizes da entidade no campo educacional e cultural.

Fundada em 1945 como Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo (APESNOESP), a entidade mudou sua designação em 1974 para APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) como consequência da reorganização do sistema educacional brasileiro que, entre muitos outros pontos, modificou a nomenclatura de Ensino Primário e Secundário para Ensino de 1º e 2º Graus. Essas mudanças se deram em virtude da Lei nº 5.692/71, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, reformando o Ensino de 1º e 2º Graus no Brasil. Desde sua fundação até os dias atuais, a entidade passou por várias fases e mudanças. Hoje, representa aproximadamente cento e cinquenta mil associados que atuam como professores e especialistas em educação (professor coordenador pedagógico, vice-diretor, diretor, supervisor) na rede estadual de ensino em São Paulo e está organizada em noventa e duas subsedes em todo estado.

Meu interesse em investigar como a entidade tem tratado a questão educacional nasceu das observações, questionamentos e envolvimento nascidos em decorrência de minha militância neste sindicato. Ao começar a trabalhar como professora do Ciclo I do Ensino Fundamental em maio de 1993, participei intensamente da greve daquele ano, travando conhecimento com os militantes de minha região. Por motivos diversos, fui trabalhar como funcionária da Subsede de Hortolândia/Sumaré, enquanto cursava a graduação em História, acompanhando de perto a atuação e os problemas enfrentados

pelos professores. Deixei de ser funcionária da entidade para voltar a atuar profissionalmente como professora da rede estadual, ocupando também a função de Professora Coordenadora Pedagógica em duas escolas diferentes (uma escola grande do interior e uma pequena da capital). Concomitantemente dediquei-me à atuação sindical vivenciando os embates e dilemas da entidade como representante de escola, conselheira e hoje como diretora estadual.

Participando das iniciativas da direção e da militância para enfrentar as dificuldades impostas à categoria, creio ser fundamental a análise das discussões educacionais, uma vez que a APEOESP tem, entre suas bandeiras, a luta, “juntamente com outros setores da população, pela melhoria do ensino, em particular pelo ensino público e gratuito, em todos os níveis” (APEOESP, 2006). Creio que posso contribuir para a análise destas questões por meio do que Bourdieu chama de “conhecimento engajado (...) uma política de intervenção no mundo político que obedeça, na medida do possível, às regras em vigor no campo científico” (Bourdieu, 2001, p. 43). Assim, o presente estudo pretende responder à seguinte questão: a APEOESP formula, delibera oficialmente, em seus Congressos, propostas educacionais para a escola pública?

Por sua trajetória e importância política, a APEOESP tem sido objeto de vários estudos. O que sedimentou meu desejo de pesquisar essa questão foi o de Vianna (1999), que realizou um balanço da produção acadêmica sobre a organização docente dos professores e da APEOESP, considerada por ela a forma sindical dessa organização, entre 1979 e 1996. Neste balanço, a autora divide a produção em dois blocos distintos: o primeiro bloco, formado por quarenta e três trabalhos¹ (quatro teses e trinta e nove dissertações) produzidos ao longo de todo o período. Eles têm como “eixo a recuperação histórica da organização docente em um determinado estado ou localidade do Brasil e a maior parte privilegia o exame da constituição da consciência política e do pertencimento de classe” (Vianna, 1999, p. 23). Neste bloco, a principal característica “é o otimismo, com muita ênfase na capacidade de transformação da escola e da sociedade por meio da organização docente” (Vianna, 1999, p. 26). No segundo bloco, são analisados onze trabalhos (três teses e onze dissertações), defendidos entre 1992 e

¹ A lista dos trabalhos pesquisados por Vianna, bem como a análise detalhada encontram-se à disposição no livro decorrente de sua tese: Cláudia Pereira Vianna. 1999. *Os nós dos “nós”. Crise e perspectivas da ação docente em São Paulo*, São Paulo, Xamã. Leitura indispensável para a compreensão da organização docente nos últimos anos.

1997, que introduzem a idéia de crise tanto econômica quanto política e sindical. No dizer da autora, “é uma produção que começa a perceber, sobretudo, as inflexões sofridas pela organização docente. Todos continuam reconstruindo a história das mobilizações, mas a concepção redentora é substituída pelas fragilidades da ação coletiva” (Vianna, 1999, p. 36). As obras estudadas por ela chegam aos seguintes indicadores da crise da organização sindical docente: esgotamento das greves; ausência de diálogo com a população usuária das escolas públicas; divergências político-ideológicas nas entidades; distância entre as lideranças das associações/sindicatos e o professorado (Vianna, 1999, p. 36). Com base nos dados levantados pelo estudo publicado por Carlos Alberto Novaes² em 1996, Vianna (1999, p. 108) também chama a atenção para o fato de os professores acreditarem que a APEOESP não trata com a devida atenção dos problemas pedagógicos enfrentados pela categoria, uma vez que a direção do sindicato deixa de lado as questões educacionais para dedicar-se às disputas internas.

A essa constatação convém vincular a alteração que, em meados da década de 1980, ocorreu nos congressos organizados pela entidade: até 1985, o Congresso Estadual da APEOESP discutia basicamente as questões de política nacional e sindical, já que as questões educacionais eram tratadas no Congresso Estadual de Educação. A partir de 1986, as questões educacionais passaram a ser discutidas nos Congressos Estaduais juntamente com os outros temas. Minha observação, enquanto funcionária e depois como delegada nos eventos realizados a partir de 1997, é que normalmente o debate educacional é premido pelos debates de conjuntura, estrutura e as reuniões das correntes internas, demonstrando a priorização desses embates em detrimento das questões educacionais, o que resulta no esvaziamento do público das mesas sobre o tema. É verdade que sempre acontece uma Plenária de Políticas Educacionais na qual as resoluções congressuais a esse respeito são votadas, mas ela não é o mote nem a prioridade da realização dos Congressos. Diante da dificuldade metodológica de mensurar se a unificação dos debates significou uma diminuição do espaço dedicado às questões educacionais, esta dissertação pareceu-me uma oportunidade para verificar como a APEOESP tem tratado, na última década, os problemas pedagógicos e os rumos

² Trata-se do texto publicado sob o título *Razão política e ordem sindical: os professores da rede pública na construção da democracia*. São Paulo: Cebrap/APEOESP, agosto de 1996.

da política educacional paulista e brasileira na instância de que dispõe para a discussão e a elaboração de propostas a esse respeito.

No decorrer da pesquisa, levei a efeito um levantamento bibliográfico sistemático nos bancos de dados da CAPES, da UNESP, USP e PUC-SP que me permitiu identificar como estão os estudos nesta área. Delimitei como período da pesquisa os anos de 1997 a 2007, utilizando os seguintes descritores: APEOESP; Professores Paulistas; Movimento Docente; Políticas Educacionais; Sindicalismo Docente (Movimento Sindical/ Sindicatos-Professores). Foram identificados cinquenta trabalhos, dos quais vinte tinham alguma relação com o tema da dissertação – todos por discutirem, sob diferentes pontos de vista, as políticas educacionais. Neste levantamento, pude notar que a maioria dos trabalhos adotou a perspectiva dos professores, organizados sindicalmente ou não, utilizando como fontes documentos publicados pela SEE e pela APEOESP, alguns complementando a análise com entrevistas a dirigentes da APEOESP e professores. Apenas o trabalho realizado por Oliveira (1999) procurou identificar quem desempenhou o papel de formulador das políticas educacionais no primeiro mandato do governo Covas³, utilizando também, fontes documentais, uma vez que a autora não conseguiu ouvir representantes da Secretaria.

Na realização deste levantamento bibliográfico, dois trabalhos chamaram a atenção pela proximidade com o meu tema. Assis (1999) fez uma análise das políticas educacionais implementadas na década de 1990, utilizando como fontes materiais semelhantes aos que eu pretendia estudar: documentos da APEOESP (jornais, suplementos, cadernos especiais, cadernos de teses e resoluções congressuais). O trabalho é importante pela contribuição que trouxe e pelas discussões que suscitou. A contribuição da autora foi o bem elaborado trabalho de análise das políticas implementadas na rede estadual entre 1991 e 1998. Tendo por base a participação da entidade no processo de elaboração da LDB de 1996, a implementação da municipalização, a construção do Plano Nacional de Educação e a elaboração do Plano de Carreira, a autora defende que a APEOESP adota uma linha de atuação que prioriza a participação nas esferas institucionais em detrimento das mobilizações e que as propostas defendidas pela entidade são elaboradas por assessorias e apenas referendadas

³ Trata-se do governador Mário Covas, que esteve à frente do governo do estado de São Paulo de 1995 a março de 2001 (quando faleceu) sendo sucedido por Geraldo Alckmin até 2006.

nos Congressos (Assis, 1999, p. 58, 60, 67, 72, 97). Ela caracteriza o processo de análise e proposição de políticas educacionais realizado pela APEOESP, sob a orientação propositiva, da seguinte forma:

- ✓ Propostas oriundas de uma ou mais matrizes do governo. Portanto, o projeto em disputa não nasce nas instâncias de deliberação do sindicato;
- ✓ Sobre a matriz, são construídas alternativas. Essa construção alternativa será realizada por um setor da intelectualidade acadêmica e direções sindicais;
- ✓ Os projetos do governo são analisados individualmente, deslocando-os do contexto;
- ✓ Rebaixamento na pauta de reivindicação;
- ✓ Os congressos sindicais servirão para referendar as propostas elaboradas a priori;
- ✓ Os métodos confrontacionistas são evitados ao máximo, utilizando prioritariamente métodos de ação indireta;
- ✓ Valorização do Poder Legislativo, como órgão mediador entre o Poder Executivo e o Sindicato. (Assis, 1999, p. 191)

A síntese acima suscita questões que poderão ser confirmadas ou não por este trabalho (mesmo não sendo este o objetivo) identifiquei dois problemas. O primeiro é a afirmação de que, até 1988, as reivindicações eram elaboradas pelos professores em congressos representativos pelo fato de não apresentar quais as diferenças entre os congressos anteriores e aqueles realizados no período analisado (1991 - 1998), explicitando qual era a sistemática de organização que permitia outra forma de participação dos professores, se havia teses, quem as elaborava. O segundo problema é a afirmação de que a aliança com setores da intelectualidade mediante a contratação de profissionais (advogados, economistas, assessores educacionais, entre outros) e o convite para a participação em eventos ou na elaboração de materiais, cuja importância no sindicato tem crescido conforme o avanço das práticas propositivistas, seja uma prática que comporte as *deduções* que a autora apresenta: a atuação propositiva legitima os projetos do governo e tende a rebaixar as suas próprias propostas pela necessidade de consenso com outros setores da sociedade. Não creio que se possa relacionar propositivismo + intelectuais = propostas rebaixadas, uma vez que a responsabilidade pelas propostas do sindicato cabe à sua diretoria. Além disso, uma entidade responsável frente aos seus associados não pode prescindir dos serviços de profissionais que dominem conhecimentos específicos e que possam contribuir para que a diretoria e os

associados decidam os encaminhamentos de suas ações cientes dos ônus e bônus de suas decisões. Acreditar que a vontade política e nossa condição de professores militantes nos torna auto-suficientes é, no mínimo, voluntarismo. Além disso, a autora não considera a possibilidade de que tenhamos aliados fora do nosso sindicato e nega a possibilidade de que há intelectuais que exerçam o “conhecimento engajado” defendido por Bourdieu (2001, p. 43), entre os quais a própria autora poderia ser contada pelas posições de pesquisadora e militante que exerce.

As discordâncias com a autora reafirmaram a necessidade de continuar a busca das respostas que me incomodavam e suscitou mais uma questão: a APEOESP só discute propostas oriundas do governo e não elabora propostas próprias? A própria entidade, nas resoluções do XVIII Congresso Estadual, afirma que

em nenhum momento a APEOESP deixou de questionar as políticas educacionais aplicadas por Covas/Alckmin/Rose, apresentando suas formulações e proposições para uma nova concepção de educação pública, embasada no exercício permanente da democracia e voltada para a qualidade social. (APEOESP, 2001, p. 21)

Dediquei-me, então, à análise do segundo trabalho que parecia muito próximo ao meu: o de Correa (2002) que se propôs a estudar a discussão, formulação e proposição de políticas educacionais pelo CEPERS/Sindicato, mas o autor encaminha-se para outra direção: discute principalmente as contradições de militantes que foram alçados à condição de administradores públicos com as eleições de governadores do PT para o governo do estado do Rio Grande do Sul. O debate é muito interessante, mas a discussão que deveria ou poderia ser paralela tomou lugar central. Entretanto, as considerações do autor sobre corporativismo, sobre sindicalismo propositivo e o papel dos sindicatos de professores na atualidade serão muito importantes ao longo deste trabalho.

A primeira das contribuições do autor foi justamente a de fornecer subsídios que me permitissem elaborar melhor os argumentos incipientes que eu tinha sobre o propositivismo na APEOESP. Não discordo de Assis que a APEOESP adota uma linha de ação propositiva, mesmo porque acredito que quem reivindica deve propor e conhecer as condições de viabilização de suas reivindicações. Além disso, pela especificidade de congregar educadores, creio que é uma de suas tarefas propor soluções para os problemas que afligem a escola pública e, por consequência, os

profissionais que nela atuam. Ponderando as idéias defendidas por Armando Boito Jr. (1999) (nas quais Assis se baseia para construir suas argumentações) de que toda forma de ação propositiva dos sindicatos nada mais é do que uma forma de apaziguamento e de entendimento com o neoliberalismo, que desestimula e desvaloriza a mobilização e as lutas mais coletivas dos trabalhadores, Correa afirma que

a generalização perpetrada por Boito Jr engessa a discussão na medida em que uma forma não exclui a outra, muito pelo contrário, só pode ser propositivo um sindicato que desenvolva práticas de ampla participação dos seus integrantes e que realmente estabeleça parâmetros de oposição a fim de que possa 'propor' algo que seja diferente e inovador em relação a esse elemento oposto. (Correa, 2002, p. 41)

Ainda no âmbito das ponderações sobre o propositivismo, o autor alerta que pode ser um equívoco afirmar que as entidades que pautam sua atuação por mecanismos propositivos reforçam uma dada realidade e desestimulam a participação. Para ele, isso pode ser verdadeiro se forem analisados aqueles sindicatos alinhados com as diretrizes vigentes e não se forem analisadas aquelas entidades sindicais que apóiam suas proposições num arcabouço crítico que tenha por objetivo a superação do quadro social vigente e apresentem propostas que visem a sua transformação.

Além desses trabalhos, outras análises do movimento de professores, das condições de ensino e da organização sindical dos professores contribuíram para a realização desta dissertação: Ridenti (1995); Souza (1999); Souza (2000); Martins (2002; 2003) e Reis (2006). Estes autores concentram seus estudos nas repercussões das políticas educacionais que têm como objetivo a racionalidade econômica sobre a organização docente, trazendo importantes contribuições ao estudo do movimento de professores no estado de São Paulo e são indispensáveis a todos que querem entender as mudanças e permanências do movimento de professores. Espero que, ao longo deste trabalho, consiga explicar como se constituem os debates no interior da entidade, o que é proposto e com quem o Sindicato dialoga. Espero, também, compreender o porquê de algumas deliberações, posturas e contribuições deste ator social para o campo das políticas educacionais. Essa análise deve questionar o quanto a organização dos Congressos delimita e direciona o debate estabelecendo os temas que são considerados

como legítimos pela entidade para a discussão. Assim, corroboro com a afirmação de que

a apreensão dos discursos da agenda sindical do professorado constitui mais um ingrediente que permite revelar tanto as práticas do magistério – as lutas, estratégias de lutas, os lances de distinção simbólica, as formas de luta contra a rejeição social – quanto os valores práticos (os interesses que conformam a *libido* profissional do magistério) associados ineliminavelmente a essas práticas. (Pereira, 2001, p. 141)

Tendo em vista as contribuições dos autores citados, dos referenciais de Bourdieu e de Scheffler e daqueles que eventualmente precisar buscar e as questões apresentadas é que me lanço no trabalho de análise das formulações e proposições de políticas educacionais feitas pela APEOESP entre 1998 e 2006, mediante o exame dos Cadernos de Resoluções Congressuais. Este material resulta dos debates das diferentes teses apresentadas pelas diversas tendências político-ideológicas aos Congressos realizados periodicamente pelo sindicato e que constituem “a instância máxima de deliberação da entidade” (APEOESP, 2006). Os Congressos são precedidos de Encontros Regionais Preparatórios, organizados em todas as subseções para os quais os professores são eleitos em suas escolas na proporção de um pré-delegado para cada dez associados. Nos Encontros, são eleitas as delegações para os Congressos Estaduais que, até 2006, eram formadas observando-se a proporção de um delegado para cada cinquenta associados. Esse número foi alterado para um delegado para cada setenta associados no XXI Congresso Estadual, realizado em 2006, diminuindo o número de congressistas. Entre 1998 e 2006, a entidade realizou seis Congressos (1998, 2000, 2001, 2003, 2004 e 2006).

Nesse período, além dos Congressos, a APEOESP promoveu três Conferências de Educação (1997, 1999 e 2001). Para as três Conferências realizadas no período de análise desta dissertação foram produzidos Cadernos de Subsídios com textos com as posições já debatidas pelo sindicato e também textos de autores renomados no meio acadêmico que contribuem para os debates dos temas propostos. Estes cadernos são distribuídos para os pré-delegados dias antes ou no momento das Conferências. Para a APEOESP, o que diferencia um evento do outro é o fato de as Conferências serem espaços de debates entre palestrantes convidados e professores associados ao Sindicato,

eleitos como delegados. Nos quais não há deliberações, fazendo com que estes momentos sejam um espaço privilegiado de reflexão e debate; em síntese, a Conferência Educacional “tem como objetivo fixar as diretrizes da entidade no campo educacional, cultural e outros eventos” (APEOESP, 2006). No Quadro 1 apresento algumas informações sobre estes dois tipos de eventos realizados pela entidade no período estudado.

QUADRO 1:

Congressos e Conferências realizados pela APEOESP no período 1997 – 2006

DOCUMENTO	DATA/LOCAL	TEMÁTICA	Nº DE DELEGADOS
1º Conferência Estadual de Educação	17 e 18 de outubro de 1997, São Paulo/SP.	Construindo hoje a Educação Pública para o século XXI	1.218
2º Conferência Estadual de Educação	07 a 09 de novembro de 1999, Águas de São Pedro/SP.	Construindo um Plano Estadual de Educação Democrático e Emancipador.	1.806
3º Conferência Estadual de Educação	20 a 24 de outubro de 2001, Águas de Lindóia/SP.	Plano Estadual de Educação: por uma política estadual de formação de professores	1.920
16º Congresso Estadual	12 a 14 de novembro de 1998, Serra Negra/SP	APEOESP rumo ao século XXI.	1.805
17º Congresso Estadual	11 a 14 de novembro de 2000, Serra Negra/SP.	Mobilização Solidária por um Movimento Social em Defesa da Escola Pública, do Emprego e do Salário.	1.909
18º Congresso Estadual	20 e 24 de outubro de 2001, Águas de Lindóia/SP.	Unidade da categoria em defesa da educação, do emprego e do salário.	1.920
19º Congresso Estadual	28 a 29 de novembro de 2003, Sumaré/SP.	Unidade e luta, por um novo projeto de Brasil, em defesa da Escola Pública de qualidade.	2.264
20º Congresso Estadual	17 a 20 de novembro de 2004, Serra Negra/SP.	Conquistas, só com luta! Educação Pública de qualidade, com qualificação e valorização profissional, geração de renda: Um outro Brasil é possível.	2.784
21º Congresso Estadual	06 a 08 de dezembro de 2006, Sumaré/SP.	A educação faz a diferença!	2.587

Cabe explicar aqui que a idéia inicial desta dissertação era a análise dos Cadernos de Subsídios às três Conferências e dos Cadernos de Resoluções dos Congressos. A idéia foi modificada após a sistematização dos dados e a realização do Exame de Qualificação que evidenciou dois problemas: primeiro, o grande volume de material a ser analisado, incompatível com o espaço desta dissertação e o tempo

disponível para uma análise apurada. Segundo: as Conferências são eventos de natureza diferente dos Congressos, e não cobrem todo período analisado, concentrando-se na primeira metade deste, o que poderia ocasionar problemas no cotejamento de informações dos materiais, que também são de natureza distinta. Como a sistematização já estava pronta, foi possível notar que, apesar da diferença dos materiais, a incidência dos temas nos diferentes eventos era a mesma. Por isso, a sistematização das Conferências poderá ser utilizada ao longo da análise como material de apoio e não mais como fonte documental.

O exame dos Cadernos de Resoluções Congressuais teve como ponto de partida o documento *A Questão Educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP*, publicado em 1994. Apesar de o documento estar fora do período objeto deste estudo, adotei-o por ser um material produzido pela entidade “com o intuito de agilizar os debates no XIII Congresso e favorecer o avanço dos posicionamentos” (APEOESP, 1994, P. 2) e também por ser o único material disponível que faz um balanço e apresenta as posições da entidade até então. Nele, estão sintetizados trinta e três temas que envolvem a questão educacional, alguns dos quais superados pelo tempo e substituídos por outros. Para ser fiel a este documento, optei por manter os termos utilizados nele, mesmo que alguns possam ser redundantes ou já desatualizados. Para a sistematização do conteúdo dos seis cadernos examinados os temas apresentados neste documento foram inicialmente utilizados como termos-chave aos quais acrescentei os temas que entraram em discussão nos congressos.

Durante esse processo, procurei criar categorias que pudessem “explicitar os propósitos da pesquisa e, ao mesmo tempo, ser internamente homogêneas, externamente heterogêneas, coerentes e plausíveis” (Lüdke e André, 1986, p. 43). Após leituras atentas das resoluções dos Congressos, os temas encontrados foram distribuídos de acordo com sua pertinência e relação direta com as três grandes categorias criadas. Além disso, sintetizei o posicionamento da APEOESP e citações que referendam ou justificam a posição sobre cada um deles e a referência bibliográfica para facilitar consultas futuras, disponível ao leitor no Anexo 2. Na primeira grande categoria, elenquei os temas que se referem à *Organização do Trabalho Pedagógico na Escola*, reunindo as posições do sindicato sobre concepções de escola, acesso e permanência dos alunos, evasão e repetência, currículo, condições

das escolas, número de alunos por sala e temas que tratam especificidades da organização da Educação Infantil, Ensino de Jovens e Adultos e Ensino Médio. Na segunda grande categoria, denominada *Financiamento, Gestão e Organização do Sistema Educacional*, apresento as posições do sindicato sobre os temas mais gerais, que envolvem as políticas de gestão e organização dos sistemas de ensino implementadas em âmbito federal e estadual, bem como temas que envolvem os debates sobre financiamento. Nesta categoria, são apresentadas também as posições do sindicato sobre as questões de conjuntura político-partidária que tenham relação com a educação. Na terceira e última grande categoria, serão apresentados e discutidos aqueles temas que, de forma direta ou indireta, têm relação com a *Formação Profissional/Carreira/Condições de Trabalho*.

Isso posto quero apresentar como esta dissertação está organizada. No primeiro capítulo, estabeleci como meta discutir alguns aspectos da polissemia do conceito de políticas educacionais e da definição de Política Educacional para a APEOESP assim como o conceito de campo formulado por Bourdieu⁴ e o de subcampo da representação profissional. Neste capítulo, também apresento ao leitor as mudanças que influenciaram o subcampo da representação sindical dos professores.

No segundo capítulo apresento como a APEOESP participou do processo de elaboração da LDB promulgada em 1996 e uma síntese das medidas que vêm sendo implementadas no campo educacional nestes anos.

No terceiro capítulo o objetivo será discutir diretamente a formulação, discussão e proposição de Políticas Educacionais na (pela) APEOESP: os espaços de discussão, como se organizam os Congressos e uma análise do Perfil dos Congressistas que será realizado a partir do Perfil dos Delegados do XIX Congresso Estadual produzido pelo CEPES/APEOESP em parceria com o DIEESE. Publicada em março de 2007, a pesquisa tem como objetivo analisar as condições de trabalho e de saúde dos professores, mas fornece elementos úteis sobre as pessoas que participam das discussões nos Congressos. Este perfil completo está à disposição do leitor no Anexo 1.

⁴ Um campo se define, entre outras coisas, através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo. (...) Para que o campo funcione é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc. (grifos meus).

No quarto capítulo, apresento a discussão dos temas e posições da entidade sobre as Políticas Educacionais nos Congressos. Diante do grande volume de temas sistematizados (foram setenta e quatro temas, sendo vinte e oito referentes à Organização do Trabalho Pedagógico Escolar, vinte sobre Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional e vinte e dois sobre Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho) não seria possível apresentar as proposições da entidade sobre cada um. A opção, então, foi elencar aqueles de maior incidência (que foram discutidos em cinco ou seis congressos) e que possibilitam a compreensão de aspectos principais da categoria a qual pertence e, para permitir o contraponto, optei também por analisar aqueles temas que mereceram pouca atenção por parte do sindicato, ou seja, aqueles temas que foram tratados em apenas um dos seis Congressos do período. Os temas citados apenas no Documento *A Questão Educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP* não serão analisados aqui, uma vez que objetivo é analisar o que foi discutido ou não nos congressos realizados entre 1997 e 2006.

A análise dos temas terá como referencial teórico as contribuições de Scheffler (1974) que analisa três tipos de enunciados correntes em educação: as definições, os slogans educacionais e as descrições metafóricas. As conceituações do autor serão apresentadas concomitantemente à discussão dos temas.

Nas próximas páginas, encontram-se os Quadros 2, 3 e 4, que nos permitem visualizar a amplitude dos temas discutidos, em quais congressos cada um foi abordado, quais temas permanecem nos debates, quais foram excluídos e quais foram introduzidos ao longo do período estudado. Os temas destacados em vermelho são aqueles que serão objeto de análise no terceiro capítulo, buscando responder as questões que me levaram a iniciar este estudo ou, quem sabe, abrindo novas questões.

QUADRO 2: Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Temas (*)		Documento <i>A Questão...</i> 1994	Caderno de Resoluções do					
			16º Congresso 1998	17º Congresso 2000	18º Congresso 2001	19º Congresso 2003	20º Congresso 2004	21º Congresso 2006
Organização do Trabalho Pedagógico na Escola	Concepção de Escola	X	X	X	X	X		X
	Escola de Tempo Integral			X		X	X	
	Oficinas Pedagógicas, Escola Padrão, Centro de Estudos de Línguas	X						
	Currículo	Curriculo	X			X	X	X
		Parâmetros Curriculares Nacionais	X					
		Sexualidade (Gênero)	X	X	X	X	X	X
		Racismo/Etnia	X	X	X	X	X	X
		Cultura	X	X		X		
		Trabalho Infantil/ Criança e Adolescente	X		X	X		
		Meio-ambiente			X			
		Juventude				X		X
	Inovações Introduzidas pela SEE		X	X	X	X	X	X
	Avaliação, evasão e repetência	X	X				X	X
	Acesso e Permanência do aluno na Escola	X	X		X	X	X	X
	Calendário Escolar	X						
	Regimento Comum	X						
	Livro Didático	X	X					
	Construção do Projeto Político Pedagógico			X	X			
	Número de Alunos por Sala		X	X	X	X		X
	Condições Físicas das Escolas		X	X				X
	Violência nas Escolas		X	X	X		X	
	Educação Básica	Educação Infantil	X	X	X	X		X
		Ensino Fundamental						X
		Ensino Médio		X		X		X
		Supletivo/Educação de Jovens e Adultos	X			X		X
		Educação Especial/Inclusão		X	X	X		X
		Ensino Técnico/Profissionalizante	X	X		X		
		Telessalas		X	X			
	Ciclo Básico, Cursos Noturnos, Ensino Rural	X						

(*) Optou-se por manter os termos utilizados no documento *A Questão Educacional nos Encontros e nos Congressos da APEOESP*, produzido em 1994, e usar uma denominação própria quando a temática não constava do referido documento.

QUADRO 3: Categoria2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Temas (*)			Documento <i>A</i> <i>Questão...</i> 1994	Caderno de Resoluções do					
				16º Congresso 1998	17º Congresso 2000	18º Congresso 2001	19º Congresso 2003	20º Congresso 2004	21º Congresso 2006
Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional	(Conjuntura) Neoliberalismo/Globalização			X	X	X	X	X	
	Análise dos Governos		X	X	X	X	X	X	X
	Movimentos em Defesa da Escola Pública	Movimento em Defesa da Escola Pública	X	X			X	X	
		Plano Nacional de Educação		X		X	X		
		Fórum Nacional em Defesa da Esc. Pública		X		X			
		Fórum Estadual em Defesa da Esc. Pública			X	X	X	X	X
		Plano Estadual de Educação		X	X	X	X	X	X
		Por um Congresso Estadual de Educação			X				
		Fórum Nacional de Lutas				X	X		
	Democratização da Educação		X	X	X	X		X	X
	Gestão da Educação			X	X	X		X	X
	Lei de Diretrizes e Bases		X	X					
	Erradicação do Analfabetismo		X	X			X		X
	Financia mento	Verbas Públicas	X		X	X	X		X
		Fundef		X		X	X	X	X
		Fundeb			X			X	X
	Municipalização		X	X	X	X	X	X	X
	Sistema Nacional de Educação						X		
	Sistema Único de Educação Básica			X		X	X		X
	Fórum Estadual de Combate à Municipalização						X		

(*) Optou-se por manter os termos utilizados no documento *A Questão Educacional nos Encontros e nos Congressos da APEOESP*, produzido em 1994, e usar uma denominação própria quando a temática não constava do referido documento.

QUADRO 4: Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Temas (*)		Documento <i>A</i> <i>Questão...</i> 1994	Caderno de Resoluções do					
			16º Congresso 1998	17º Congresso 2000	18º Congresso 2001	19º Congresso 2003	20º Congresso 2004	21º Congresso 2006
Formação Profissional/Carreira/ Condições de Trabalho	Estatuto Unificado do Magistério Nacional	X						
	Formação Profissional, Sind. e Pol. do Prof.	X	X	X	X	X	X	X
	Diretrizes Curriculares Formação de Prof.			X	X			
	Projeto Reinventando a Escola		X	X	X			
	Centro de Estudos e Pesquisas			X	X			
	Especialistas	X	X		X	X		
	Funcionários de Escola	X				X		
	Plano de Carreira	X	X		X		X	X
	Carreira aberta	X	X					
	Jornada de Trabalho e Piso Salarial	X	X	X	X	X	X	X
	Bônus				X	X	X	
	Saúde do Trabalhador em Educ.		X		X	X	X	X
	Aposentados		X	X	X	X		X
	Papel/Desafios da Org. Sindical dos Prof.		X	X	X	X	X	X
	Papel dos Educadores		X	X	X			
	Concurso			X	X	X	X	
	Greve do Magistério			X	X	X	X	
	Reformas	Administrativa	X			X	X	X
		Previdenciária	X	X	X	X	X	X
		Sindical/Trabalhista	X	X	X	X	X	X
		Tributária				X	X	X
		Universitária					X	X

(*) Optou-se por manter os termos utilizados no documento *A Questão Educacional nos Encontros e nos Congressos da APEOESP*, produzido em 1994, e usar uma denominação própria quando a temática não constava do referido documento.

CAPÍTULO I:

O CAMPO EDUCACIONAL PAULISTA E A APEOESP

1. O que é Política Educacional para a APEOESP?

Creio não ser possível encontrar uma definição única para política educacional, uma vez que se trata de um conceito polissêmico. Por isso, neste trabalho vou me utilizar da elaboração apresentada por Célia Martins (1994, pp. 8-12) no livro *O que é Política Educacional*, no qual a autora explica que o termo representa um processo que só existe quando a educação assume uma forma organizada seqüencial, ditada e definida de acordo com as finalidades e os interesses que se tem em relação aos aprendizes envolvidos neste processo, por isso pressupõe organização, seletividade e criteriosidade sobre o que será ou não transmitido e é um dos instrumentos para se projetar a formação dos tipos de pessoas que uma sociedade necessita. Isso quer dizer que a política educacional é carregada de intenções. Por exemplo, um Estado que adota uma concepção liberal de sociedade implementa sua posição política também nas ações educacionais que desenvolve. Essa posição se expressa na forma de administração e financiamento do sistema educacional, na orientação do currículo, nos objetivos da educação para a sociedade. O mesmo se dará se o Estado adotar outra concepção ou posicionamento político, independentemente de qual seja. O exemplo tem por objetivo demonstrar que as intenções são o que há de comum em todos os tipos de política educacional, que elas nunca são desintencionadas ou inocentes.

Em sociedades como a nossa, a política educacional, muito mais que um rol de metas e planos setoriais, é um processo complexo que não se esgota em programas de governo, mas está presente e atua na subjetividade humana. Ao tratar da educação, que deve ser transmitida de geração a geração, a política educacional interfere no corpo de regras sociais constituintes da moralidade de um grupo, podendo incluir ou excluir valores, e acaba delimitando, assim, o próprio processo de formação subjetiva do ser

humano, que envolve os sentimentos e as disposições emocionais que vão regular a sua conduta.

Complementando a análise desta autora, Shiroma, Moraes e Evangelista (2002, p.8-9) afirmam que as políticas públicas, nas quais a educação se inclui, são estratégicas para o Estado, pois revelam as características próprias da intervenção de um Estado na organização e na administração da *res publica*. Mas o Estado não age independentemente, pois está comprometido com distintas forças sociais em confronto, por isso as políticas públicas são sempre mediatizadas por lutas, pressões e confrontos entre elas. Todas as políticas sociais (e educacionais), mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam as contradições que acontecem no interior do Estado.

Comparando as colocações das autoras e os temas encontrados nas resoluções congressuais, vou adotar, ao longo da dissertação, como sendo política educacional as medidas que interferem no processo educacional, de forma direta ou indireta. Diante da amplitude dos temas encontrados nas fontes deste trabalho, que vão desde a conjuntura político-partidária e financiamento às questões de gênero e etnia, passando pelas condições de trabalho, carreira e currículo da escola, creio que a visão da APEOESP é a mesma. Ao determinar quanto recurso será destinado à educação, qual nível de ensino será priorizado ou ao implementar este ou aquele currículo, aqueles que têm a responsabilidade de implementar as políticas educacionais detêm a capacidade de forjar pessoas e conseqüentemente influenciar uma sociedade. Por isso, “toda política educacional é estabelecida e definida por meio de um exercício prático de poder” (Martins, 1994, p. 18).

2. O Campo Educacional e o Subcampo da Representação Sindical

Pensando assim podemos inferir o quanto a formulação e proposição de políticas educacionais é complexa, dando origem a de tensões e intensas disputas de poder protagonizadas por aqueles que ocupam posições no campo educacional. Baseado na formulação de campo proposta por Bourdieu apresentada na introdução deste trabalho, Pereira (2003, p. 68) afirma que:

Assim como o campo político, o econômico, o da alta costura, o literário, o religioso, entre outros, o educacional possui suas próprias normas, valores, interesses, instituições, hierarquias de legitimidade e critérios de divisão social. Está dotado de mecanismos internos por meio dos quais, segundo uma lógica específica, os agentes a ele vinculados obtêm lucros, embora não necessariamente econômicos, sofrem sanções, recebem prêmios, lutam, concorrem, complementam-se, coagem uns aos outros, fazem e desfazem alianças e pactos, duradouros ou não.

Uma consideração a ser levada em conta é que o campo educacional, apesar de possuir suas próprias normas e valores, só existe em relação a outros campos do conhecimento humano aos quais recorre quando necessário e também fornece subsídios a estes. Isso faz com que pareça que não há fronteiras muito demarcadas e vez por outra o campo educacional se vê influenciado ou na necessidade de responder a demandas heterônomas. Um exemplo disso é a influência e, muitas vezes interferência da imprensa nas questões educacionais, uma vez que esta muitas vezes leva os debates educacionais para outros campos e, no sentido inverso, traz debates externos para a educação. Aliás, a prática de trazer para a escola e, portanto, para o campo educacional, demandas da sociedade que deveriam ser debatidas e discutidas em outros campos têm sido constantes, criando novas demandas para este.

Fazem parte do campo educacional instâncias do aparelho administrativo do Estado, sobretudo nos ministérios ligados à educação e à ciência, as Secretarias de Educação (Estadual e Municipais), instituições de ensino superior que formam professores e que em suas linhas de pesquisa discutem educação, as associações que congregam secretários de educação, trabalhadores, estudantes e pais de alunos, os conselhos de educação, as organizações não governamentais que trabalham com educação, seja ministrando aulas naqueles lugares não alcançados pelo Estado ou procurando cobrir as lacunas deixadas pela atuação deste.

A posição de cada uma dessas instituições sociais pode alterar-se ao longo da trajetória dela mesma ou do próprio campo. Pode vir a ocupar posição de maior ou menor preponderância dependendo da conjuntura, dos objetos em disputa em determinado momento e dos resultados das relações de força do campo. Sendo o campo um espaço de luta permanente (Bourdieu, 1989, p. 200), a mesma estrutura que o “organiza pode reproduzir-se em cada um de seus pontos” (Bourdieu, 1989, p. 180) ou sub-campos formados por grupos que participam das disputas dos objetos valorizados

pelo campo, mas que se concentram na defesa de objetos e interesses específicos (Lugli, 2002, p. 5), fazendo com que as instituições vivam processos de disputas internas, reproduzindo em escala proporcional os mesmos embates observados no campo do qual fazem parte. Esses embates se dão no sentido de determinar quem ocupa os postos de organização e de direção, quem será o representante, aquele que terá legitimidade para ser o porta-voz do grupo. Poder assumir esse lugar por delegação do grupo demonstra para os demais componentes do campo onde figura a instituição que ele representa e para a sociedade em geral o reconhecimento do seu capital político, a sua força mobilizadora.

Pereira (2001, p. 103) conceitua como “subcampo da representação sindical o espaço estruturado de posições (agentes e instituições) concorrentes e complementares em disputa pelo monopólio legítimo da representação sindical do magistério público no Estado de São Paulo”. Com maior ou menor poder de representação, o subcampo da representação sindical dos professores que atuam na rede estadual em São Paulo é composto por diversas entidades: AFPESP, AFUSE, APAMPESP, APASE, APEOESP, ATRAMPESP, CAPESP, CPP, FESSP-SP, Liga do Professorado Católico e UDEMO⁵. Algumas dessas instituições têm reduzido poder de representação e legitimidade, sendo praticamente desconhecidas pelos professores. Mesmo que em alguns momentos possamos verificar a tentativa de unidade entre algumas dessas entidades no sentido de adquirir mais força para uma campanha salarial ou para embates pontuais de interesse do conjunto do funcionalismo, na maior parte do tempo estas instituições se colocam em “pólos simultaneamente concorrentes e complementares” (Pereira, 2001, p. 128), todas disputando o maior número possível de professores e demais profissionais da educação sob sua influência, o que é fundamental nos momentos de crise e de enfrentamentos.

A busca pela visibilidade e pelo reconhecimento pode ser feita pelo sindicato seguindo diferentes métodos: alguns defendem a resistência (organizada ou não), protestos e a rejeição das medidas, através da orientação do não cumprimento da(s) medida(s). Outra concepção, ciente da inexorabilidade da aplicação e das dificuldades para a resistência pura e simples prefere a proposição de alternativas àquelas pensadas pelo Estado. Essas diferentes concepções, que opõem o sindicalismo de massas ao de

⁵ As siglas estão apresentadas na página 7.

vanguarda, são expressões das disputas que se dão no subcampo da representação sindical.

Analizando a trajetória da APEOESP, Kruppa identifica duas concepções sindicais que têm desdobramentos sobre a forma de pensar o papel do Sindicato diante das questões educacionais. Essas posições são aquelas que defendem um sindicato de massas *versus* um sindicato de vanguarda. O sindicalismo de massa “tem a categoria como referência de sua ação e atribui ao sindicato uma característica de defesa de seus interesses” (Kruppa, 1994, p. 172-178), partindo do princípio de que aos partidos cabem as proposições de soluções para os problemas sociais e que o papel do sindicato é congrega e dirigir grandes massas na defesa de interesses comuns, mesmo que esta grande massa tenha um baixo nível de consciência política. Isso não significa que o sindicato deva se manter neutro. Os defensores dessa concepção defendem que os membros do sindicato devem ser comprometidos política e partidariamente, desde que obedeçam às deliberações das instâncias sindicais, mesmo que estas sejam divergentes com as deliberações partidárias.

Dentre os que defendem um sindicalismo de massas, Kruppa identifica três posições divergentes: a primeira, em que estão aqueles que crêem que é preciso levar a massa a ter um posicionamento frente à educação partindo de consensos iniciais, por isso a entidade não deve elaborar uma proposta e levá-la pronta à categoria. O segundo grupo acredita que a APEOESP, apesar de congrega educadores, tem a mesma responsabilidade que os outros sindicatos no debate educacional, por isso considera um equívoco a APEOESP publicar Suplemento de Educação e realizar Congressos Educacionais. Seu papel, como o de qualquer outro sindicato, é lutar pela mudança da consciência do trabalhador/professor. Nessa perspectiva, a luta pela melhoria do ensino deveria se restringir à luta por melhores salários. O terceiro grupo defende que o problema que o sindicato deve enfrentar não é a (falta) de consciência do professor ou os problemas salariais, mas sim os problemas educacionais como forma de defesa dos interesses econômicos do professor. Para os que têm essa postura, resolver a questão educacional é resolver a questão da categoria. Para isso, apontam as diferenças entre a escola pública e a privada, vista por todos como sendo uma escola de melhor qualidade, que paga melhores salários enquanto, inversamente, a escola pública, de menor qualidade, paga piores salários. Ou seja, um defende discutir educação com a categoria

a partir de consensos iniciais; outro defende que, resolvendo a questão salarial, estarão resolvidos os problemas educacionais e o terceiro defende exatamente o contrário: resolvendo os problemas de qualidade da educação, a questão salarial se resolverá como consequência. Entendo as posições do primeiro e do terceiro grupos como complementares, uma vez que não vejo como defender uma educação de qualidade sem debater o que se entende como tal, por qual concepção de educação se luta, que sociedade se quer formar.

A fotografia abaixo, do *banner* de recepção (e de todo material recebido pelos delegados) do XXII Congresso da entidade, realizado em 2007 expõe opção pela linha de defesa dos problemas de qualidade da educação como forma de resolver os problemas econômicos (e de direitos) dos professores. Este Congresso não faz parte do nosso período de análise mas a fotografia é muito oportuna.



Fotografia 1⁶: Tema do XXII Congresso Estadual da APEOESP (Serra Negra - Nov/07)

Os defensores do sindicalismo de vanguarda pensam “o sindicato como responsável por dar respostas e organizar a parcela mais avançada da categoria, caracterizando o sindicato como um alavancador das mudanças” (Kruppa, 1994, p.176-

⁶ Todas as fotografias apresentadas nesta dissertação são do Fotógrafo Robson Martins.

177). Para este grupo, o debate das políticas educacionais é necessário e deve ser objeto das discussões sindicais – o problema da entidade é politizar os professores. Os intelectuais ligados à educação são os que têm maior tendência a se preocupar com ela, pois, de acordo com a autora, “quem tem motivação para afirmar as questões educacionais como prioritárias são os intelectuais” (Kruppa, 1994, p. 177). Na visão deste grupo, a principal tarefa do sindicato é fazer com que o professor veja além das questões que o afligem no dia-a-dia e que o sensibilizam mais. A tarefa é fazer com que o professor veja seus problemas imediatos dentro da questão educacional como um todo e não como algo individual, um problema seu ou de sua escola.

Hoje creio que as duas concepções apresentadas por Kruppa não são suficientes para enquadrar a gama de grupos, tendências ou correntes que hoje militam na entidade. Apresentar e discutir cada uma dessas concepções e tendências não será possível, uma vez que esta é tarefa para um trabalho exclusivo, mas gostaria de apresentar outras conceituações, cujas características podem ser observadas nas tendências que militam no sindicato. Antes, porém, gostaria de informar que, diante da diversidade de entendimentos de conceitos como grupos, tendências, correntes e frentes políticas, utilizarei o conceito *tendência política*, ou simplesmente *tendência*, quando me referir aos diversos grupos, por entendê-lo como um conceito mais amplo e para facilitar a compreensão e elaboração deste texto. Por *tendência*, conceituo aquelas grupos que agem de acordo com uma orientação comum, que se movimentam na busca de objetivos pré-definidos pelo grupo. Em que pese a orientação política de esquerda, conforme definido por Ridenti (1995, p. 27), “forças políticas críticas da ordem estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores por uma transformação social”, as tendências divergem nos métodos de ação.

Na minha avaliação, a concepção preponderante no sindicato é aquela conceituada apresentada por Correa (2002, p.37) como “*autônoma ou crítica*”, adotada pela Articulação Sindical (doravante ArtSind), corrente majoritária no sindicalismo cutista e também na APEOESP:

esta vertente mantém uma certa margem de dependência tanto em relação aos partidos quanto ao Estado. É um sindicalismo crítico, porque mesmo não fazendo oposição sistemática ao Estado, confronta-se com ele, dialoga e está disposto a dividir responsabilidade do enfrentamento dos desafios educacionais. Além de reivindicar e contestar, também é propositivo.

Mas outra concepção formulada por Gadotti (2000 p. 125) e comentada por Correa (2002, p. 36) permanece na luta pela representação política dos professores:

Sindicalismo de contestação ou de confronto político: luta por liberdades políticas opondo-se a uma situação vigente e negando-se à participar de uma dada realidade. Com os defensores desta modalidade de ação sindical é impossível qualquer negociação devido ao confronto de interesses tornando-se impraticável a abertura de canais de diálogo nem áreas de tangência, revelando um alto grau de dependência em relação aos partidos políticos.

Para que não parem dúvidas sobre como classifico essa ou aquela tendência política, vou apresentar aqui duas explicações: a primeira é relembrar que este trabalho não tem por objetivo estudar as tendências que atuam na APEOESP, portanto a apresentação de diferentes concepções políticas está apresentada com o objetivo de fornecer informações mínimas ao leitor sobre qual é o “pano de fundo” das discussões e proposições de políticas educacionais realizadas pela APEOESP. A segunda explicação diz respeito às conceituações de sindicalismo de massas, de vanguarda, autônomo ou de contestação: uma tendência pode apresentar características de mais do que uma dessas concepções, sejam elas convergentes – sindicalismo de massas e sindicalismo autônomo, por exemplo – ou divergentes – defende uma atuação de confronto com uma atuação direcionada a congregar e dirigir grandes massas na defesa de interesses comuns, mesmo que esta grande massa tenha um baixo nível de consciência política. O que definirá o comportamento político – com quem fará alianças – será a fidelidade às convicções políticas que professa ou a capacidade de flexibilizá-las de acordo com as conveniências políticas ou conjunturais.

O debate sobre a linha propositivista e/ou corporativista da APEOESP é importante e está inserido, de forma direta ou indireta, nos estudos sobre a entidade, a maioria dos quais analisam a história da organização docente pela entidade dividindo-a em antes e depois dos anos 1978/1979. Antes desse período, a entidade é vista na maioria dos trabalhos como uma associação “assistencialista” e “colaboracionista”, que restringia sua atuação à prestação de serviços jurídicos aos seus associados. Após esse período, com a tomada da entidade por um grupo de professores que passou a liderar manifestações de rua e greves, a associação passou a ter um caráter “classista” e “reivindicatório”. Essa constatação foi amplamente analisada por Paula (2007) que

conclui que esta visão se explica pelo fato de “essas pesquisas terem se utilizado de relatos orais de professores que exerceram papel de liderança durante as greves de 1978 e 1979” (Paula, 2007, p. 16).

Na análise empreendida aqui, não se pode negligenciar a discussão sobre as interferências que interesses corporativos podem ter nas políticas públicas e sociais que interessam especialmente à classe trabalhadora. Este é um debate importante uma vez que, concordando com Nogueira (2005, p. 282), os impactos de nossas greves são sociais e políticos, não interferindo diretamente nos processos de valorização capitalista. Este fato é utilizado como discurso por aqueles que se opõem ou não querem participar das mobilizações através de afirmações como: “greves e paralisações de funcionários públicos só prejudicam os seus beneficiários, a classe trabalhadora, e beneficia o governo, que economiza dinheiro com a manutenção de prédios e serviços, com o não pagamento de dias parados” e outros argumentos nesta direção. Nessa visão, o corporativismo é uma sobreposição dos interesses particulares de um grupo sobre os interesses públicos. Não é assim que vejo. Se um sindicato não defender os interesses do seu *corpo* ele perde legitimidade e não pode ser caracterizado enquanto tal, mas defender os interesses de seus representados não exclui a visão e a luta das questões mais gerais que envolvem a sociedade. Para mim, é fundamental que o sindicato pense a educação para além dos seus interesses corporativos, uma vez que o fato de congregar e representar professores dá ao Sindicato uma especificidade que o impossibilita de separar as questões políticas das pedagógicas. Com base nas contribuições de Correa (2002) e Ridenti (1995), podemos pensar que o papel dos sindicatos em geral, e também dos sindicatos de professores, é organizar os trabalhadores para impedir que seus salários atinjam um patamar tão baixo que não possam proporcionar a sua subsistência e de seus familiares, mas é também uma forma coletiva de reagir à desestruturação que o trabalho pedagógico desenvolvido, assim como a estrutura material dos seus locais de trabalho vêm sofrendo. Ou seja, “o magistério se organiza em sindicatos para lutar por um salário melhor por uma profissão mais digna e por uma maior liberdade para ensinar” (Correa, 2002, p. 42). Assim, ao lutar por mais investimentos para a escola pública, que podem proporcionar melhores condições de trabalho e melhores condições salariais articulam-se as reivindicações ao mesmo tempo corporativas e públicas. E mais: os sindicatos agem no âmbito da reivindicação de elementos economicistas, mas

também naqueles aspectos que se relacionam com a luta a por transformações sociais mais profundas *na e para* a sociedade. É possível caracterizar as lutas ao mesmo tempo corporativistas e públicas como contraditórias, mas este é um aspecto das organizações de esquerda⁷ que assumem a defesa dos trabalhadores: lutando por melhores condições de vida e trabalho (na sociedade capitalista) e vislumbrando uma sociedade sem a estrutura de classes inerentes ao capitalismo.

2.1. A APEOESP e as Mudanças no Subcampo da Representação Sindical dos Professores

Como ator social que representa um grande número de professores da rede estadual paulista e de redes municipais, a APEOESP tem a responsabilidade de ocupar um papel de destaque na proposição de políticas educacionais representando seus associados e expressando suas posições enquanto “grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido” que busca tornar-se “visível, manifesto tanto para os outros grupos quanto para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido” (Bourdieu, 1996, p. 112). Mas a discussão das concepções políticas permeia a elaboração de suas defesas, bem como a forma que a entidade se organiza e se modifica de acordo com as diferentes conjunturas que enfrenta, ou seja, a trajetória dessa entidade não é linear e coesa. A história que vai da fundação da associação (1945) e a conquista do direito de filiação dos funcionários públicos a sindicatos (estabelecido pela Constituição de 1988), pode ser dividida em três fases:

1. 1945-1963, período de surgimento e organização resultando na primeira greve dos professores em 1963;
2. 1963-1978, anos de readequação das imagens cerca do magistério e da organização coletiva a partir da ascensão e crise do regime militar;
3. 1978-1989, fase de reorganização com base em novas experiências no enfrentamento de novos e velhos problemas decorrentes das transformações sociais e políticas vivenciadas no processo de redemocratização do país. (Paula, 2007, p. 16)

⁷ “Forças políticas críticas da ordem estabelecida, identificadas com as lutas dos trabalhadores por uma transformação social.” Marcelo Ridenti. *Professores e ativistas da esfera pública*. São Paulo: Cortez. p. 27.

Creio que de 1989 até aqui, a entidade vive um quarto período de sua história: o fim da euforia vivida com o final da ditadura, com o processo de redemocratização e com a oficialização como sindicato. Já se foram vinte anos nos quais a entidade vive a contradição de ser o maior sindicato da América Latina, mas assim como os outros sindicatos, é obrigada a adotar uma luta no sentido de defender direitos já conquistados, sem grandes perspectivas de conquistar novos direitos. Isso é consequência das mudanças conjunturais do final dos anos 80 que foram desfavoráveis, nos planos nacional e internacional, ao movimento popular e também para a representação sindical não só dos professores, mas do conjunto da classe trabalhadora. Armando Boito (1996) apresenta e discute alguns dos fatos que modificaram o cenário da atuação sindical no Brasil. Conforme o autor, a desintegração da União Soviética e do bloco de países sob sua hegemonia, em 1991, eliminou a divisão que marcou a política internacional ao longo da maior parte do século XX; a CUT, que desde sua criação, pudera jogar com a rivalidade entre a Federação Sindical Mundial (FSM), ligada aos partidos comunistas e ao bloco soviético, e a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CIOLS), ligada à social-democracia e ao imperialismo norte-americano, mantendo uma certa autonomia político-ideológica frente a essas duas confederações internacionais, sem deixar de contar com apoio político, organizativo e financeiro de ambas. A degradação do bloco soviético esvaziou a FSM. A CIOLS pôde, então, exigir a filiação da CUT. A Articulação Sindical encaminhou, então, a proposta de filiação à CIOLS, não só porque vinha estreitando vínculos políticos e ideológicos com a social-democracia, mas, inclusive, para não perder o apoio financeiro que recebia dos social-democratas. E o fez num momento em que a social-democracia européia já aderira à política neoliberal.

Na política nacional, a eleição de Fernando Collor de Melo em 1989, que levou a plataforma neoliberal ao poder e colocou a frente burguesa conservadora na ofensiva, não foi um acontecimento isolado. As eleições proporcionais e a composição do Congresso Nacional também reforçaram esse deslocamento para a direita neoliberal na cena política brasileira. O governo Collor, uma vez empossado, implantou uma política econômica recessiva. No triênio 1990-92, o desemprego cresceu bruscamente. Os salários também foram para baixo na conjuntura recessiva do governo Collor. Em dólares de dezembro de 1993, o salário mínimo era de US\$ 88,55 em 1988 e de US\$ 90,93 em 1989. Em 1990, começou a queda – e ela foi brusca: US\$ 64,22 em 1990,

US\$ 62,41 em 1991 e US\$ 65,70 em 1992. O rendimento médio mensal dos assalariados do setor privado (indústria, comércio e serviços) também apresentou curva semelhante. Portanto, em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários.

No setor público, o intenso debate político que marcou a década de 1990, no Brasil e no mundo, em torno do tamanho e das atribuições do Estado, da reestruturação produtiva e da inserção do Brasil numa economia cada vez mais globalizada, voltou os esforços do Poder Executivo para a promoção de políticas, cuja justificativa se dá em torno da necessidade de diminuição do tamanho do Estado, modernizando-o, uma vez que as estruturas do Estado desenvolvimentista mostraram-se esgotadas. Transformações nas áreas de atuação do Estado são colocadas como condição *sine qua non* à nova fase de desenvolvimento econômico e social.

Tais transformações vão desde a privatização de empresas estatais, passando pela crescente desregulamentação dos mercados financeiros, controle sobre o déficit público, pagamento dos compromissos externos, política monetarista, até a reformulação do serviço público federal, estaduais e municipais e uma série de reformas constitucionais que abrem caminho para a retirada de direitos sociais ou dificultam o acesso a eles, como o aumento da idade e da contribuição para a aposentadoria, num país em que a maioria da população está submetida ao emprego informal, tudo permeado por um discurso em torno das virtudes que um mercado desregulamentado pode fornecer.

Em maior ou menor grau, os estados refletiram essas mudanças de atuação política/econômica. Em São Paulo, com o discurso de sanear as contas e tornar o Estado leve e limpo, essas medidas foram amplamente implementadas. Essa preponderância das questões econômicas sobre as sociais é a efetivação do que Bourdieu (1998, p. 10) chama de contradições entre “a mão direita e a mão esquerda do Estado”. De acordo com o autor, a educação é um dos constituintes da mão esquerda, formada pelo conjunto dos agentes dos “ministérios gastadores” e que se opõem ao Estado da mão direita, composto pelos burocratas dos ministérios das finanças, dos bancos públicos ou privados e dos gabinetes ministeriais. Em consequência das mudanças que afetam o conjunto da sociedade, assim como já acontecera no setor privado, o poder de reivindicação do setor público entrou em declínio, fazendo com que os sindicatos

fossem levados a adotar estratégias diferentes daquelas de confronto do final dos anos setenta, adotando estratégias de negociação e de reação, como já exemplificado nas ações da APEOESP.

A APEOESP participa desse processo e, no âmbito estadual, depara-se com governos que têm implementado reformas que visam à redução dos gastos públicos, sob o discurso da racionalização dos gastos e melhoria dos resultados e, para isso, tem agido em várias frentes, entre elas, buscando quebrar aqueles interesses considerados corporativos (interesse corporativo visto como sobreposição dos interesses particulares aos interesses sociais). De um modo geral, pode-se afirmar que as greves empreendidas pelo funcionalismo público dos estados ou da federação nas últimas décadas têm como características comuns a realização de movimentos que muitas vezes atingem grandes proporções e conseqüências sociais e políticas, mas com conquistas salariais apenas parciais. Outra característica em comum é a “recorrência de conflitos em torno de pautas elementares de condições de salário e de trabalho” (Nogueira, 2005, p. 283), principalmente em setores essenciais como educação e saúde. Além disso, “o movimento sindical vê suas ações limitadas pela ameaça do desemprego e a estagnação econômica, acabando por rever, ou melhor, redimensionar suas bandeiras de luta e as práticas” (Reis, 2006, p. 94). Manter-se como interlocutor junto aos professores, seja debatendo as questões que os atingem diretamente, seja através das defesas particulares e corporativistas (salário e condições de trabalho) ou através dos debates e defesas universais e socializantes (escola pública de qualidade, financiamento, etc), pode ser a forma de o sindicato manter-se como legítimo representante da categoria.

CAPÍTULO II

A APEOESP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NOS ANOS 1990 E 2000

1. A atuação propositiva da APEOESP no processo de elaboração da LDB

Nestes vinte anos de atuação defensiva, as oportunidades de atuar como interlocutor da categoria foram muitas, a começar pelo processo de elaboração do capítulo de Educação na Constituição de 1988 e depois na elaboração da LDB, dos quais a APEOESP participou, enquanto membro da CPB (a partir de 1990 CNTE), através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública – que doravante denominarei Fórum – surgido em 1986, dentro de cenário de intensa mobilização política e social que o Brasil vivia desde o final dos anos 70, que defendia, num primeiro momento, o fim da ditadura militar e depois, a luta pela consolidação da liberdade e de direitos. No que diz respeito ao campo educacional não foi diferente.

Em relação ao processo de elaboração da LDB, os objetos de disputa eram muitos, uma vez que se tratava de um momento ímpar para debater e “estabelecer metas e parâmetros de organização da educação a serem seguidos pela totalidade de uma nação determinada” (Saviani, 1997, p. 1), o que significava um embate para sobrepor diferentes projetos de educação e mais que isso, diferentes interesses e projetos de sociedade, muitos deles absolutamente contraditórios.

Esse foi um processo longo e acidentado. O texto “Contribuição à Elaboração da Nova LDB: um início de conversa”, elaborado por Dermeval Saviani, apresentado na Reunião Anual da ANPEd em 1988 e publicado em 1989 foi a base do Projeto de Lei apresentado à Câmara Federal sob o nº1.158-A/88, de autoria do deputado Octávio Elísio (PMDB-MG). Até 1990, o projeto recebeu três emendas apresentadas pelo próprio autor além da anexação de outros sete projetos completos que se figuravam como propostas alternativas àquele, além de muitas sugestões vindas dos mais diversos atores e segmentos da sociedade. Em meados de 1990, o substitutivo elaborado pelo relator, Deputado Jorge Hage (PSDB-BA, depois PDT) foi aprovado dando

continuidade ao processo de tramitação na Câmara que durou aproximadamente três anos. Na avaliação do autor do texto que serviu de base para o projeto inicial, neste momento este já havia perdido sua característica socialista e ganhado feição social-democrata. Como recebeu muitas emendas, o projeto voltou à Comissão de Educação, Cultura, sendo relatado pela Deputada Ângela Amim, então PDS, assumindo aí concepções conservadoras (cf. Saviani, 1997, pp. 195-196).

Em 1992, deu entrada no Senado, um novo projeto, de autoria do Senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), atropelando as discussões realizadas até então. Em 1995, o próprio Darcy Ribeiro apresenta substitutivo ao seu projeto, fruto de acordos feitos com o governo Fernando Henrique Cardoso e seu Ministro Paulo Renato de Souza. Nesta versão, o projeto incorpora definitivamente concepções de sociedade e de educação conservadoras, privatistas e desregulamentadoras.

Este é o cenário de atuação do Fórum, que havia sido lançado oficialmente em 1987, através da Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita acompanhado pelo “Manifesto em Defesa da Escola Pública e Gratuita” como Fórum da Educação na Constituinte. Composto inicialmente por quinze entidades nacionais: ANDES-SN, ANPED, ANDE, ANPAE, SBPC, CPB, CEDES, CGT, CUT, FENOE, FASUBRA, OAB, SEAF, UBES e UNE – “a maioria delas recentes. Elas foram criadas no bojo da rearticulação da sociedade civil, ao final dos anos 70” (Gohn, 1992, p. 213). A reunião destas entidades no Fórum, desde a Constituinte, tinha como objetivo a elaboração de propostas que possibilitassem a

constituição de um sistema de educação orgânico – proposta recorrente desde a década de 1930. Também se a firmou a concepção de educação pública e gratuita como direito público subjetivo e dever do Estado concedê-la. Defendia-se a erradicação do analfabetismo e universalização da escola pública, visando a formação de um aluno crítico. (Shiroma, 2002, p. 47)

A composição do Fórum foi se alterando no processo de elaboração da LDB, chegando a contar com trinta e duas entidades membros da área educacional e de outras. Com a promulgação da Constituição, em que a destinação de verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas, uma das defesas centrais do Fórum saiu derrotada, pois as escolas comunitárias conseguiram inscrever na lei o direito de

também receber verbas públicas, este muda de identidade deixando de ser o Fórum em defesa da Educação para ser o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Com relação à escola pública, as propostas defendidas pelo Fórum na elaboração da LDB, de acordo com Shiroma (2002, p. 48-49), podem ser sintetizadas em cinco pontos: 1) Melhoria da qualidade na educação abarcando preocupações com a permanência do aluno na escola, número de alunos por sala, melhoria das instalações bem como a formação docente e salários justos; 2) valorização e qualificação profissionais através da defesa de um plano de carreira nacional com piso salarial unificado e reestruturação da formação; 3) democratização da gestão com reivindicações para a democratização desde os órgãos públicos de administração até a instituição de colegiados escolares, com eleição direta de dirigentes das instituições de ensino; 4) financiamento da educação com a destinação exclusiva de verbas públicas para a escola pública, bem como reivindicavam-se mais recursos e transparência na gestão destes e 5) ampliação da oferta de escolaridade obrigatória pelo Estado da creche ao Ensino Médio, abrangendo os alunos de 0 a 17 anos.

A defesa destas, que podem ser consideradas linhas mestras para a elaboração da LDB, não foi sempre coesa, uma vez que o Fórum, por sua característica de congregar entidades distintas, de abrangência nacional, com defesas nem sempre convergentes, apresentava contradições internas, expressas por Gohn (1992, p. 214 e 215):

O resultado obtido entre os embates ocorridos na Constituinte, polarizados na área da educação em torno da designação das verbas públicas, trouxe conseqüências para a correlação de forças sociais presentes no Fórum na fase da LDB. Nesta fase, o FNDEP ganha uma identidade específica: deixa de ser Fórum Nacional da Educação para ser um Fórum específico de Defesa da Escola Pública. Tendo em vista que a Constituinte consagrou a possibilidade de verbas públicas para escolas não públicas (as comunitárias), o Fórum passou a ser determinado por uma contradição interna bastante forte: o de tentar ser movimento social progressista sem apoio de alas ditas progressistas do movimento social oriundas de movimentos articulados à Igreja, com posições de defesa das escolas comunitárias. Entretanto, representantes destas últimas tendências sempre estiveram presentes no Fórum, através de suas entidades de classe, tais como a ANDES, a ANPED, a CUT, etc. Isto pode ser um dos elementos explicativos do porquê o Fórum não se tornou um movimento de massas, não teve penetração junto ao movimento popular organizado. (...) Consideramos que o FNDEP manteve-se todo o tempo impulsionado apenas pelas entidades orgânicas; a pressão popular organizada não ocorreu.

A posição da autora expressa na segunda parte da citação é referendada por Florestan Fernandes, que avalia que a estratégia de atuação do Fórum, caracterizada pela presença e participação das entidades e suas lideranças nos debates em Brasília e nos Estados, adotando a pressão através de caravanas, telegramas, abaixo-assinados, atos, vigílias e seminários nos momentos de acirramento dos embates, para os quais as bases das entidades eram convocadas. Para Fernandes (1990, p. 147), esses “patenteiam os meios de ação política dos fracos”. O autor propõe manifestações através da “concentração permanente em Brasília, na discussão objetiva e paciente com parlamentares aliados ou adversos e na presença cotidiana, visível e insistente nos debates, em conferências de discussão pública, nas galerias, etc”.

As formas de manifestação que demonstram diferentes concepções táticas e estratégicas são analisadas por Bourdieu como “ato tipicamente mágico através do qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, reprimido, torna-se visível, manifesto tanto para os outros grupos quanto para si mesmo, atestando sua existência enquanto grupo conhecido e reconhecido, e afirmando sua pretensão à institucionalização” (Bourdieu, 1996, p. 112). No embate que se travava no campo educacional neste momento, se o Fórum não logrou sobrepor seu projeto para a educação nacional, cumpriu o importante papel de frear as investidas de seus opositores, até aqui não caracterizados.

Os opositores ao Fórum podem ser descritos como três grupos diferentes que, de uma forma ou outra, opunham-se à atuação estatal exclusiva na educação. O primeiro, organizado pela FENEN, reunia as escolas particulares privadas. Retomando uma discussão dos anos 50, faziam a defesa do poder da família para escolher o tipo de escola melhor para seus filhos.

O segundo reunia aqueles que defendiam o setor privado confessional. Organizado na ABESC e na AEC, este grupo esteve presente no cenário educacional brasileiro desde os anos 30, quando do debate da Escola Nova. Estes conseguiram criar o termo escola comunitária, por atuar sem fins lucrativos e foram talvez os grandes vitoriosos do processo, uma vez que conseguiram garantir na Constituição Brasileira o direito de receberem e utilizarem verbas públicas. Este grupo demonstra uma contradição interna do Fórum apontada na citação acima. Por exemplo: o CRUB, apesar de membro do Fórum, defendeu a destinação de verbas para as escolas comunitárias,

pois em seu interior havia membros que defendiam os interesses das universidades católicas.

O terceiro grupo era composto por aqueles que, enquanto membros do aparelho estatal, tinham amplo poder de influência e interferência nos debates e decisões. Formado tanto por membros do poder executivo quanto do legislativo, não se pode dizer que fosse de um grupo coeso, uma vez que não se pode falar em coesão partidária no Brasil, ainda mais quando se trata de um processo que envolveu a defesa de diferentes interesses. Pode-se afirmar que, excetuando aqueles deputados e senadores ligados aos setores de esquerda e aos movimentos sociais, os outros, em um momento ou outro, colocaram-se como adversários, assim como o poder executivo que, nas mãos de Fernando Collor ou Fernando Henrique Cardoso, defendiam a redução do Estado e a “extensão das leis de mercado mesmo para aquelas áreas que tradicionalmente eram consideradas próprias da esfera pública e da alçada do Estado como saúde, a previdência social e a Educação” (Saviani, 1997. p. 234).

Todos esses atores, “pessoas (e eu acrescentaria instituições) prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas” (Bourdieu, 1983, p. 89) mantiveram-se em atuação ao longo dos nove anos de elaboração da lei, assimilando avanços e retrocessos, tanto para um setor quanto para outro.

O resultado foi a apresentação de uma lei caracterizada como moderna, flexível e adequada aos novos tempos pelos opositores do Fórum, como expressa Mello (2005, p. 4) “do projeto basista e corporativista de 1988 resultou uma lei moderna e sintonizada com as demandas educacionais do final do milênio.” Pelos integrantes do Fórum foi considerada uma frustração aos anseios da comunidade educacional e uma “perda de oportunidade de traçar as coordenadas e criar os mecanismos que viabilizassem a construção de um sistema nacional de educação aberto, abrangente, sólido e adequado às necessidades e aspirações da população brasileira”, como afirma Saviani.

Apesar da avaliação negativa exposta acima, no “Suplemento de Educação: *A nova LDB: uma avaliação necessária*”, a APEOESP considerou como conquistas os seguintes artigos:

Artigo 4º: a oferta de educação para jovens e adultos...; programas de atendimento ao educando e padrões mínimos de qualidade de ensino (...);

Artigo 11º: a possibilidade dos municípios optarem por se integrar ao “Sistema estadual de Ensino” ou de compor com ele um “Sistema Único de Educação Básica.”

Artigo 21º: a composição da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio);

Artigo 23º: as formas possíveis de organização da educação básica: série anuais, períodos semestrais, ciclos, e outras;

Artigo 26º: arte e educação física passam a ser considerados componentes obrigatórios;

Artigo 32º: duração mínima de oito anos no ensino fundamental, além de assegurar seu caráter obrigatório e a gratuidade na escola pública;

Artigo 67º: assegura o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para tal fim;

Artigo 69º: os percentuais mínimos para a garantia da manutenção e desenvolvimento do Ensino Público e prevê repasses, a cada dez dias, dos recursos vinculados à Educação. (APEOESP. 1997, p. 02)

2. Outras Medidas Educacionais implementadas nos Anos 1990 e 2000

Além das mudanças consequentes da implementação desta nova regulamentação, a educação brasileira também é influenciada por orientações oriundas de diversas instituições e tem o compromisso de cumprir acordos internacionais no sentido de melhorar a qualidade da educação no país. As autoras Shiroma, Moraes e Evangelista (2002, p. 56) fizeram um detalhado estudo das análises e orientações emanadas de organizações como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e Banco Mundial. As conclusões a que chegam são muito próximas às de Tommasi (2003) que, no artigo “Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação”, discute as atuais linhas de ação e estratégias do Banco Mundial para a educação no Brasil, no qual afirma que as entidades acima citadas têm atuado juntas, sendo patrocinadoras (com exceção da CEPAL) da Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Sob o argumento de melhorar a eficiência dos gastos públicos e focalização dos serviços públicos para os pobres, o Banco faz um diagnóstico dos problemas da educação e estabelece metas e ações de intervenção que funcionam como

condicionantes para a concessão de financiamentos para os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. Os principais problemas detectados por essas instituições, que se aplicam também à educação brasileira e as soluções aplicadas em São Paulo são os seguintes:

- ✓ *Elevado gasto público por estudante*, além do fim da reprovação, aumentou-se a relação professor aluno, estabelecendo-se um mínimo de trinta e cinco alunos para abertura de uma sala de Ensino Fundamental e quarenta e cinco para o Ensino Médio. Por outro lado, investiu-se na necessidade de boa administração de escolas, supervisão, participação dos pais, assistência técnica e objetivos (metas) a serem atingidos pelas escolas.
- ✓ *Formação prévia dos professores de baixa qualidade*. No caso dos PEBI optou-se por oferecer cursos de formação aos professores efetivos através dos Programas de Formação Continuada. Os ocupantes de função atividade, maioria na rede, não foram atendidos. Também foi criado o *Letra e Vida* que visa aperfeiçoar a professores na transmissão do ensino da escrita e da leitura aos alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental. Para os PEBII foi oferecido o Ensino Médio em Rede, que não funcionou porque, apesar do material de boa qualidade, não foram criadas as condições reais para sua implementação. São organizadas orientações Técnicas nas Diretorias de Ensino ou cursos para a execução ou discussão de algum projeto, para as quais geralmente convoca-se um professor da escola, que deveria ser multiplicador na instituição. O problema é que muitas vezes os professores não se encontram como deveriam, uma vez que as HTPCs são descontinuadas.
- ✓ *Resistência dos sindicatos à mudança*: Foram fundamentais para isso as medidas que resultaram no aumento do desemprego, maior precarização das relações/condições de trabalho, instituição de medidas que estimulam a concorrência intra ou inter escolas através de gratificações, bônus e outras medidas que terminam por dificultar a participação dos professores em atividades de cunho sindical. Além dessas, tem sido constante a prática de ignorar o sindicato enquanto interlocutor da categoria através do não recebimento de respostas aos questionamentos da entidade, anúncio de medidas

feito através da imprensa, retirada do abono de ponto para que o professores participem das eleições da entidade e tratamento das reivindicações como interesses de grupos ligados a partidos ou a minorias, enfim, os mesmos mecanismos que atingiram também os trabalhadores da iniciativa privada.

- ✓ *Avaliação não tem sido usada para melhorar as escolas nem para julgar o desempenho de professores e das escolas.* Esse diagnóstico levou à organização de todo um sistema de avaliação, necessário se quisermos encontrar falhas e redimensionarmos os trabalho em decorrência das carências apresentadas. O fato é que os resultados, num primeiro momento, serviram para criar um ranking das escolas que chegaram a ser pintadas de acordo com o desempenho. Diante do mal-estar geral causado por esta medida, passou-se a premiar com maior bônus aquelas escolas que demonstraram melhores resultados e foram utilizadas como exemplo a ser seguido pelas outras. Portanto, cada escola deveria resolver o que faria individualmente, como se os problemas fossem gerados por elas mesmas, sozinhas, pela busca das soluções.
- ✓ *O nível secundário é o máximo atingido pela maioria dos jovens,* daí atribuir centralidade à aprendizagem baseada na solução de problemas. O ensino deve enfatizar aspectos práticos do mercado de trabalho e aumentar o relacionamento com as empresas. Sob o argumento das competências, os alunos devem ser preparados para aprenderem a aprender, se souberem isso, quando necessário, saberão buscar aqueles conhecimentos que a escola não lhes proporcionou.

São Paulo foi apresentado aqui como exemplo, mas a implementação destas ou de medidas semelhantes não são exclusividades nossas. Por todo Brasil, os problemas apontados originaram diversas propostas de reformas nos estados. Conforme dito anteriormente, estas medidas nos chegam através de recomendações e orientações que facilitariam a obtenção de recursos externos e como receitas para melhorar o desempenho dos indicadores educacionais brasileiros, mas também não são exclusividades brasileiras. São propostas para os países em desenvolvimento. Essas medidas são elaboradas e orientadas por diferentes profissionais, que têm traços comuns analisados e caracterizados por Oliveira (1999, p. 95) de forma muito interessante que merece ser transcrita, apesar de sua extensão:

Todos eles eram profissionais da educação, atuantes em algum nível do ensino como professores ou administradores de rede pública ou privada. Além disso, de algum modo todos envolvidos já haviam acumulado um conhecimento sobre os problemas educacionais, através de uma atuação profissional nos órgãos do estado, ou nas agências de pesquisa que nos últimos anos buscaram descrever e analisar o sistema educacional paulista. Muitos deles vinham de uma ‘militância’ política pela educação, tendo passado por sindicatos do magistério, por movimentos pró democratização do ensino desencadeado no governo Montoro, que substituiu o regime autoritário no governo paulista em 1983, e, em âmbito nacional, pelas lutas pela educação como, por exemplo, o processo de discussão da Constituição de 1988 e a LDB elaborada depois disso.

Essa trajetória política entre os atores chamados a formular a política e a ênfase que estes puseram no conhecimento e na sustentação teórica que, segundo suas visões de mundo, embasava cada medida, parece ter sido fator crucial na manutenção da coesão de princípios e idéias entre os dirigentes, o que facilitou em muito a implementação mesmo das medidas mais polêmicas.

As características (e a credibilidade) desses profissionais talvez estejam entre os fatores que explicam o apoio que algumas das medidas formuladas por eles recebem de parcelas da sociedade civil, de empresários, setores da imprensa, setores da intelectualidade e também, porque não reconhecer, de educadores da rede estadual, principalmente aqueles que ocupam postos intermediários na estrutura burocrática nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. A convivência com estes assessores e profissionais da burocracia não foi difícil apenas nos Governos Covas/Alckmin, caracterizados como de difícil diálogo com o sindicato. De acordo com Kruppa (1994), no governo Montoro (1983 a 1987), considerado como um período de grande esperança para toda sociedade, o embate com estes profissionais foi um dos entraves para a implementação de mudanças significativas na educação paulista. Segundo ela, a esperança não se realizou devido à conjuntura política do momento e também pela “composição dos educadores nos órgãos centrais. Uns mais, outros menos comprometidos com a mudança da escola pública e, também divergindo na forma de conduzi-la” (Kruppa, 1994, 78).

Aliás, o processo de redemocratização do país, ligado à crescente reivindicação de direitos sociais e políticos, demanda por ampliação dos serviços públicos e de melhoria das condições salariais e de trabalho do funcionalismo público estadual, foi um período de grandes expectativas e para a APEOESP esse não foi um processo fácil,

pois requeria a constituição de um novo perfil de professor dentro de um cenário de alterações políticas – e de expectativas em relação à abertura política. A possibilidade de mudanças significativas e a abertura de diálogo possibilitada pelo Governo Montoro fez com que o campo educacional recebesse com expectativa a possibilidade de participação nos eventos promovidos pelo Governo: o Fórum de Educação do Estado de São Paulo e discussão do chamado Documento 1:

Para dar início ao processo de desmonte da herança burocrático-administrativa centralizada, instaurada por anos de política autoritária, o governo recém-eleito promoveu, em 1983, dois grandes eventos: o Fórum de Educação do Estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que chegava às Delegacias de Ensino e unidades escolares o *Documento Preliminar para Reorientação das Atividades da SE do Estado de São Paulo*, denominado *Documento n. 1*. A leitura e a discussão desse documento por toda a rede de ensino do estado, bem como a reprodução do Fórum de Educação em algumas regiões do estado, desencadearam um processo de distensão nas relações entre o conjunto de escolas, os profissionais do ensino e o poder executivo. De modo geral, os resultados das referidas discussões apontavam como agravante para a implementação das políticas na área a ausência de diretrizes coerentes, capazes de superar a situação dicotômica posta pela tensão entre expansão de oportunidades e a qualidade do ensino ofertado. (...) Para isso, apontava alguns caminhos: a reformulação do currículo e a transformação das instâncias intermediárias do poder; reformas no Estatuto do Magistério, no Regimento Interno das escolas de 1º e 2º graus e no Conselho de Escola. Outro agravante apontado no Documento n. 1 dizia respeito à quantidade irrisória de recursos destinados à rede pública e ao mau emprego desses recursos. Enfatizava, ainda, a autonomia como elemento condicionante para a real conquista de uma escola com qualidade. Os apelos democráticos, no entanto, esbarravam na cultura fortemente enraizada no desenho institucional da política da área. (Martins, 2003, p. 529)

Como expresso no final da citação, a implantação das medidas não refletiu a participação dos professores, uma vez que medidas foram implantadas sem alteração das condições existentes. O Fórum de Educação, que tinha como objetivo ter uma atuação mais ágil e menos burocrática que o Conselho Estadual de Educação, composto por representantes da APEOESP, Universidades e órgãos centrais da SEE, despertou o interesse dos professores e a competição entre os órgãos para garantir seu poder político. O Fórum foi extinto quando a APEOESP e outras entidades do funcionalismo encaminhavam para ele a elaboração do Estatuto do Magistério. Apesar disso, o

magistério paulista conseguiu o atendimento de algumas de suas reivindicações no Estatuto do Magistério (Lei complementar 444/85).

Se num governo que acenava com a possibilidade de diálogo as conquistas foram poucas, nos que vieram depois, a situação agravou-se, fazendo com que a entidade continuasse atuando num cenário adverso e tivesse como tarefa representar os professores diante de governos truculentos como os de Quércia e Fleury⁸ e a implementação do chamado “projeto neoliberal” pelos Governos Covas/Alckmin.

O período do governo Quércia foi de mobilizações da entidade através de três greves (1987, 1988, 1989) no sentido de tentar garantir atualizações salariais, isonomia entre ativos e aposentados (o governo queria incorporar uma das gratificações apenas aos professores da ativa) e resistência ao início de processo de medidas que apontavam no sentido da municipalização já que, sob a justificativa de acelerar o processo de descentralização e autonomia do sistema de ensino e da rede de escolas, o governo vinha fazendo a contratação de pessoal administrativo, por meio do Programa de Municipalização e Descentralização do Pessoal de Apoio Administrativo das Escolas da Rede Pública Estadual (PROMDEPAR). Ao mesmo tempo, o sindicato participava dos embates que se davam em âmbito federal na Assembleia Nacional Constituinte para pressionar e tentar inserir na nova Constituição suas reivindicações: vinculação de recursos para a Educação, direito de sindicalização, aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de magistério, estabilidade para os professores estáveis há cinco anos, entre outras.

Durante o governo Fleury ocorreu a última greve de longa duração realizada pelo magistério paulista. Foram setenta e nove dias nos quais os professores se mobilizaram tentando reverter perdas salariais que somavam 187%, aumento do valor facial dos vales-refeição (apelidados de vales-coxinha, por seu baixo valor: R\$2,00 – dois reais), piso do DIEESE e 30% do ICMS para o ensino de 1º e 2º Graus. Neste período foram realizadas treze assembleias nas quais aconteceram sérios ataques da Polícia Militar, onze reuniões de negociação com o governo, findo os quais a greve foi suspensa tendo como saldo a aprovação pela Assembleia Legislativa na Lei Orçamentária de um artigo estabelecendo a aplicação de 30% do ICMS com o Ensino de 1º e 2º graus, sendo 23% para a folha de pagamento da Secretaria da Educação e a

⁸ Referências aos governos estaduais paulistas de Orestes Quércia (1987 a 1991) e de Luiz Antônio Fleury (1991 a 1995).

promessa de que o governo apresentaria uma proposta de reajustes para os próximos seis meses. As outras reivindicações não foram atendidas, os dias de paralisação foram descontados em quatro parcelas e, em dezembro, ao receberem seus salários, os professores tinham um salário menor do que em julho, quando entraram em greve.

Além desse resultado negativo, os professores enfrentavam a implementação de medidas de descentralização administrativas, financeiras e pedagógica, cujo maior símbolo foi a criação das Escolas Padrão, projeto instituído pelo Decreto nº 34.035, de 22/10/1991. A rede de escolas padrão foi instalada gradativamente começando com 306 escolas em 1992 e chegando a 2.224 escolas em 1994. Nas escolas participantes do projeto, os professores, que poderiam ser contratados e demitidos pelos diretores, recebiam 30% de gratificação a título de dedicação exclusiva, maior carga horária para alunos e professores e equipamentos diferenciados das demais escolas. A descentralização e autonomia pedagógica e financeira eram sua principal característica, estimulada pela implantação das caixas de custeio, nas quais somavam-se recursos do estado e doações da comunidade e empresas, que poderiam/deveriam ser buscados pelos diretores através de parcerias. O projeto foi desativado em 1995, mas foi uma das primeiras das formas de colocar em prática algo que depois se tornou recorrente: “o uso equivocado de autonomia, compreendido como um processo de outorga de normas oficiais e medidas legais, e visto como mais um entre os muitos mecanismos de descentralização de medidas administrativas” (Martins, 2003, p. 535).

Além disso, o governo Fleury ainda utilizou amplamente a prática de gratificações, prejudiciais ao funcionalismo por não significar ganhos reais e pela sua volatilidade, prática que se tornou constante também nos governos futuros, gerando problemas como a diferença entre ativos e aposentados e recentemente, oficializando as gratificações por mérito, atribuindo mais uma vez, exclusivamente ao professor, a responsabilidade pela melhora nos índices educacionais, como se coubesse só a ele e no máximo à escola, a solução dos problemas vividos pela escola pública.

Sob os governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin, a implementação de medidas em sintonia com as orientações internacionais acelerou-se. De acordo com Assis (1999, p. 34), “armado com uma série de instrumentos legais e atuando num cenário em que os professores encontravam-se desmobilizados”, sob um governo federal que aplicava um modelo economicamente excludente, buscando acima de tudo o

corte de gastos sociais, capitaneado por Rose Neubauer e depois Gabriel Chalita, as medidas avançaram e se multiplicaram.

O Programa de Reorganização da Rede Estadual determinado pelo Decreto 473/95 implantado em 1996, modificou a estrutura de organização do atendimento na rede estadual paulista. As unidades escolares foram reorganizadas para atender, em prédios diferentes, estudantes de faixas etárias específicas, sob o argumento de melhor atender aos alunos, muitos dos quais foram transferidos para unidades distantes de suas residências. As escolas que passaram a atender exclusivamente aos alunos do Ciclo I do Ensino Fundamental ficaram ociosas à noite, enquanto as demais ficaram superlotadas. Além disso, essa medida facilitou o processo de municipalização, uma vez que as escolas ficaram prontas para serem transferidas para as redes municipais.

A municipalização que até então estava restrita ao pessoal administrativo a partir de 1997 intensificou-se diante da aprovação da Emenda 14 e da Lei 9424/96 – FUNDEF – que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998, estabelecendo que os recursos dos Municípios referentes às verbas vinculadas constitucionalmente para a educação, no valor de 15% dos recursos de repasse seriam destinados ao Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries) e só haveria possibilidade de retirar o recurso de acordo com o número de alunos existentes no Ensino Fundamental, tanto do Estado como dos Municípios. O chamado Convênio de Parceria Educacional Estado-Município para o Ensino Fundamental, regido pelo Decreto 43.072/98 foi assinado por centenas de prefeituras, levando a APEOESP a sair da negação total do processo para a negociação e posterior participação nos conselhos municipais e a buscar formas de absorver, no seu quadro de associados, os professores das escolas municipalizadas.

A mudança na Grade Curricular foi outro grande golpe no professorado. Sob o argumento de privilegiar a aprendizagem dos conhecimentos básicos e para adequar a modificação na duração da hora-aula (que passou de quarenta e cinco para sessenta minutos no período diurno e de quarenta para quarenta e cinco minutos no noturno), reduzindo o número de horas-aula semanais, passando de trinta para vinte e cinco no período diurno e vinte aulas no noturno, as aulas de história, geografia, sociologia, psicologia, filosofia, educação física e artística, química, física e biologia foram reduzidas ou excluídas em algumas séries e/ou escolas. Assim, algumas escolas tinham até seis aulas de português e duas de história e uma de física, por exemplo. Como

formalmente as grades curriculares são definidas pelas escolas, havia pequenas variações dentro do limite de vinte e cinco aulas no período diurno e vinte no período noturno. Se os professores da rede estadual estavam desmobilizados pelos baixos salários e pelas condições precárias de trabalho, as três medidas brevemente apresentadas acima trouxeram um novo problema para eles: o desemprego. Na atribuição de aulas de 1998, pelo menos vinte mil professores ficaram desempregados e muitos outros ficaram subempregados devido ao número insuficiente de aulas para completarem suas jornadas.

Não menos importantes foram as mudanças na carreira dos funcionários da SEE através do Plano de Carreira. O processo de elaboração do Plano começou com aparência democrática, através da “concessão” de um dia para discussão e apresentação de proposta e reuniões com o sindicato. Não tardou para que as negociações fossem rompidas pela Secretária Rose Neubauer, que encaminhou seu projeto para a Assembléia Legislativa. A APEOESP tentou incluir suas reivindicações e propostas através da apresentação de emendas pelos deputados com os quais dialogava. Mas a maioria dos deputados pertencia à base aliada do governo Covas e o projeto foi aprovado sem alterações significativas para os professores. Vamos apresentar o que a APEOESP defende para a carreira dos professores na análise das propostas no capítulo 4. A análise do Plano de Carreira aprovado nos permite dizer que ele foi um retrocesso se comparado ao Estatuto do Magistério que ele alterou. Vejamos alguns exemplos desse:

- ✓ Das três opções de jornada a que os professores tinham direito (jornada parcial 16 horas, jornada completa 24 horas e jornada integral 32 horas) a primeira opção foi retirada, obrigando aqueles professores que optavam pela menor jornada ampliar sua carga horária, deixando outros desempregados;
- ✓ Outro exemplo diz respeito à progressão funcional: antes do Plano de Carreira incidia sobre a remuneração do professor duas formas de progressão: a horizontal (pela passagem do tempo de serviço o professor progredia até 5 graus que representavam 1% de reajuste cada) e vertical (pela obtenção em habilitação em curso de licenciatura e/ou pós-graduação *strictu* ou *latu sensu*, o professor progredia até 10 Referências que representavam 5% de reajuste cada) formação acadêmica). Havia ainda a promoção por merecimento, na qual o professor

recebia um acréscimo na sua contagem de pontos de acordo com o número de ausências no decorrer do ano. Na Tabela 1 ilustro quais eram as possibilidades de progressão com um exemplo no qual o salário base é representado pelo índice de 100,00. O leitor observará que, ao final de carreira o Professor (à época PI, PII e PIII) poderia ter uma progressão máxima que representaria até 69,5% de diferença salarial em relação ao início da carreira.

TABELA 1: Progressão Funcional antes da LC 836/97

	Grau A	Grau B	Grau C	Grau D	Grau E
Inicial PI: Ref. 59	100,00	101,00	102,01	103,03	104,06
Ref. 60	105,00	106,05	107,11	108,18	109,26
Inicial PII: Ref. 61	110,25	111,35	112,46	113,59	114,72
Ref. 62	115,76	116,91	118,08	119,26	120,46
Inicial PIII: Ref. 63	121,55	122,76	123,99	125,23	126,48
Ref. 64	127,62	128,89	130,18	131,48	132,80
Ref. 65	134,00	135,34	136,69	138,05	139,43
Ref. 66	140,71	142,11	143,53	144,96	146,41
Ref. 67	147,74	149,21	150,70	152,21	153,73
Ref. 68	155,13	156,68	158,24	159,83	161,42
Final PI: Ref. 69	162,88	164,50	166,15	167,81	169,49
Ref. 70	171,03	172,74	174,46	176,21	177,97
Final PII: Ref. 71	179,03	180,82	182,62	184,45	186,29
Ref. 72	187,98	189,86	191,75	193,67	195,61
Final PIII: Ref. 73	197,38	199,35	201,34	203,35	205,38

Tabela elaborada de acordo com as determinações da Lei Complementar nº 798, de 07/novembro/1995

- ✓ A partir da lei 836/97a progressão é apenas horizontal e se dá pela formação (pela via acadêmica, quando o professor realiza cursos de graduação *strictu sensu* e pela não acadêmica quando participa de cursos e ventos diversos até pós graduação *latu sensu*). Isso significa que se não fizer participar de cursos de formação o professor não progressão nada até o final da carreira, por outro lado, se cumprir os requisitos para a progressão funcional, a diferença entre o primeiro nível e o máximo a que o professor pode chegar é de no máximo 21,7%. Além disso, o PEB I, que ministra aulas nas séries iniciais do Ciclo I do Ensino Fundamental, mesmo que cumpra os requisitos máximos para a evolução, seu salário no máximo se igualará ao PEB II que esteja no segundo nível de evolução. Verifique na Tabela dois como ficou:

TABELA 2: Progressão Funcional após a LC 836/97

Nível	I	II	III	IV	V
Faixa 1: PEB I	100,00	105,00	110,25	115,76	121,55
Faixa 2: PEB II	115,70	121,48	127,55	133,93	140,63

Tabela elaborada de acordo com as determinações Lei Complementar nº 836 de 30/dezembro/1997

- ✓ O terceiro exemplo: transformando em horas-relógio as horas-aula, a jornada de trabalho dos professores aumentou, se comparada até ao tempo trabalhado nos anos de ditadura e o tempo dedicado ao trabalho extraclasse (em local de livre escolha) foi reduzido pela metade no caso do período diurno, se comparado ao Estatuto do magistério.

TABELA 3: Mudanças na Jornada dos Professores após a Lei 836/97

	Aulas x Minutos	Tempo na escola	Tempo de Atividade em Local de Livre Escolha
Lei Complementar 201/78 (Ditadura Militar)	Diurno: 36x50 Noturno: 25x45	30 horas relógio 18,7 horas relógio	4 horas aula 3 horas aula
Estatuto do Magistério - 1985	Diurno: 32x50 Noturno: 25x45	26,6 horas relógio 18,7 horas relógio	8 horas aula 3 horas aula
Plano de Carreira LC 836/97	Diurno: 33x60 Noturno: 20x60	33 horas relógio + 3HTPC* 20 horas relógio + 2HTPC	4 horas aula 3 horas aula

*HTPC: Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo

Além dessas, o governo Covas e seu sucessor Geraldo Alckimin implementaram outras medidas que também serão discutidas quando analisarmos as propostas do sindicato, e que atingiram os professores, deixando suas marcas negativas.

- ✓ A implantação inadequada, do ponto de vista da concepção, da “progressão continuada” e de projetos de “correção de fluxo”;
- ✓ A quebra da resistência dos sindicatos graças à política de bônus – que premia financeiramente aqueles professores e escolas que apresentem menor número de faltas e empenho no desenvolvimento dos projetos da Secretaria Estadual de Educação – e à tentativa de desqualificação dos mesmos como legítimos representantes da categoria docente;
- ✓ A reforma previdenciária, gerando aumento expressivo da contribuição do funcionalismo público;

- ✓ A tentativa de demissão de todos os contratados temporariamente.

Considero toda essa exposição como geradora da diminuição e do refluxo das mobilizações. Para observarmos como se modificou o ritmo de mobilizações e greves, apresento na tabela abaixo a relação das greves realizadas pelos professores, o número de dias parados e os salários, incluindo as gratificações, desde o início da década de 1990. A título de comparação, elaborei uma tabela com um comparativo entre os salários dos professores e o salário mínimo desde o início da década de 1990. Para evitar qualquer possibilidade de equívocos de informações optei por manter as moedas da época à que se referiam e utilizei como fonte para os valores dos salários, informações do Boletim de Acompanhamento de Pessoal da Rede Estadual (SÃO Paulo, Dez/2007, pp. 43-44). Apresento também um gráfico elaborado pelo DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes – que demonstra as variações salariais dos professores desde a implantação do Plano de Carreira, em 1998.

TABELA 4: Greves/ nº de dias parados/ comparação salário mínimo e salário dos Professores da Rede Estadual de São Paulo desde 1990

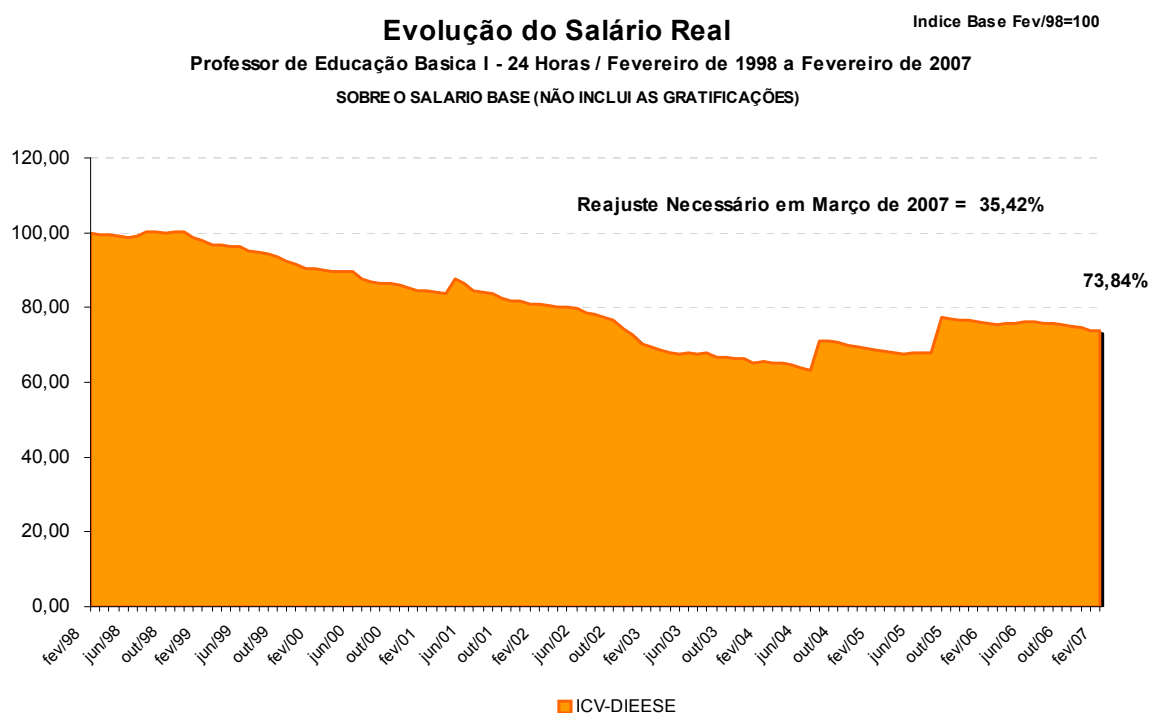
Ano	Nº de dias parados	PEB I: Salário + Gratificações Ref. Mês Março	Salário Mínimo Ref. Mês Março	Salário Professores x Salário Mínimo
1990	-	NCz\$ 8.128,20	NCz\$ 3.674,06	2,21
1991	-	Cr\$ 3.7549,35	Cr\$ 17.000,00	2,20
1992	25	Cr\$ 205.484,20	Cr\$ 96.037,33	2,13
1993	79	Cr\$ 3.157.284,09	Cr\$ 1.709.400,00	1,84
1994	10	CR\$ 109.658,26	Cr\$ 42.829,00	2,56
1995	34	180,00	70,00	2,57
1996	-	258,55	100,00	2,58
1997	-	258,55	112,00	2,30
1998	13	520,00*	120,00	4,33
1999	-	520,00	130,00	4,00
2000	43	520,00	136,00	3,82
2001	-	568,00	151,00	3,76
2002	-	616,00	180,00	3,42
2003	-	640,40	200,00	3,20
2004	-	640,40	240,00	2,66
2005	04	708,95	260,00	2,72
2006	-	708,95	300,00	2,36
2007	-	708,95	350,00	2,02

(*A diferença significativa nos valores é devido à incorporação de gratificações e ao aumento da jornada inicial, que passou de 20 para 24 horas/aula a partir da Lei 836/97).

A observação de ambos nos permite constatar as dificuldades enfrentadas pelos professores que, ano a ano, apesar das greves e suas consequências inerentes (descontos de dias parados, reposição de aulas, desgaste junto à comunidade escolar: pais, alunos e até colegas) vêm seu salário desvalorizar-se. Mesmo levando em conta a insuficiência do salário mínimo para a sobrevivência dos trabalhadores no Brasil, veremos o quanto o salário dos professores mantém-se desvalorizado: em 1990 o salário era equivalente a 2,21 salários mínimos, atingiu 4,33 salários mínimos devido à incorporação de gratificações e aumento da jornada quando da entrada do Plano de Carreira em vigor em 1998 e, em 2007 no momento de finalização deste trabalho, o salário dos professores em

início de carreira equivale a 2,02 salários mínimos. Ou seja, em dezessete anos regredimos, se compararmos nossa renda à dos trabalhadores que têm seus salários indexados ao mínimo.

GRÁFICO 1



Muitos poderão argumentar que os salários percebidos pelos professores não eram estes, uma vez que os valores expostos acima se referem à jornada inicial de trabalho, que pode ser ampliada. O problema grave da falta de política salarial é justamente este: cabe ao professor decidir se aumenta sua jornada de trabalho, o que pode significar ter aulas em duas ou mais escolas, ter muitos alunos, provas e trabalhos a preparar e a corrigir ou se enfrenta a falta de condições de sobrevivência.

Na década estudada, as mobilizações do magistério paulista só conseguiram índices expressivos de adesão na presença de uma das duas seguintes variáveis: ameaça de demissão ou forte repressão policial. Foi o primeiro que levou os professores a paralisarem suas atividades e atenderem ao chamado do sindicato em 1998, quando

ameaçados de demissão pelo Decreto 42.965/98⁹ e, mais recentemente, em 2005, quando do envio do Projeto de Lei Complementar 26/2005¹⁰ à Assembléia Legislativa, que previa significativas mudanças no regime de contratação e no sistema previdenciário do funcionalismo. Nestes casos, as mobilizações dos professores fizeram com o que Governo retirasse (1998) ou modificasse (2005) as propostas.



Fotografia 2: Manifestação contra o PLC26/05: Passeata da Assembléia Legislativa para a Av. Paulista

Na greve de 2000, a ameaça de demissão era indireta. Ela viria como consequência da Reforma do Ensino Médio, mas ficou na memória dos professores pelas ações truculentas da Tropa de Choque da Polícia Militar e pela intransigência do Governo Mário Covas nas negociações. A possibilidade de implementação da Reforma do Ensino Médio que, da forma como estava sendo discutida apontava para a possibilidade de redução do número de aulas, a fusão de disciplinas através das áreas de conhecimento, a extinção de outras disciplinas (Filosofia, Sociologia, Educação Artística e Educação Física), a separação do Ensino Médio e profissionalizante e a

⁹ Decreto 42.965 publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 28 de março 98: previa a demissão dos ACTs ao final do ano letivo e a redução compulsória da Jornada para os professores efetivos que não conseguissem aulas em número correspondente ao de sua jornada de opção.

¹⁰ O Projeto de Lei Complementar 26/2005 previa mudança na forma de contratação temporária (atingindo os funcionários ACTs) que passariam a ser contratados por seis meses renováveis por igual período. Findo o contrato, o funcionário não poderia voltar à rede por dois anos.

possibilidade de privatização da parte deste. Se implementadas, essas medidas redundariam em desemprego para os professores e menor qualidade de ensino para os alunos que teriam diminuídas ou ficariam sem aulas importantes para sua formação. O segundo motivo era a falta de negociações, uma vez que o governo se recusava a receber as entidades representantes do magistério em campanha salarial unificada, reivindicando reajuste de 54,71% para os professores e 128,79% para os funcionários. No décimo quinto dia da greve, enquanto se preparavam para iniciar assembléia, sob o argumento de que os professores não poderiam ocupar as duas faixas da Avenida Paulista, a Tropa de Choque avançou sobre os professores. Muitos que estavam desembarcando dos ônibus foram surpreendidos e ficaram encurralados entre a Tropa e os companheiros que corriam para onde podiam, uma vez que a Avenida é ladeada pelo Parque Trianon e o Vão do Masp, por onde também não há saída. Foram trinta e oito professores feridos. A assembléia aconteceu mesmo assim e decidiu pela manutenção da greve que alcançou, na semana seguinte, oitenta por cento de paralisação, segundo a APEOESP.

Dias depois, nova cena de violência: o Governador Mário Covas decidiu ir à Secretaria de Educação e entrar pelo portão diante do qual havia um grupo de professores acampados. De acordo com os acampados, membros da assessoria quebraram barracas e agrediram professores para abrir caminho, instalou-se um tumulto que foi registrado pelos jornalistas que *coincidentemente* acompanhavam o Governador. As cenas foram amplamente exploradas referindo-se aos professores como vândalos que agrediram o Governador, um senhor adoecido que só queria exercer seu direito de entrar na Secretaria de Educação. Um ato de desrespeito inadmissível para os professores. Onze dias depois, o grupo foi retirado da Praça da República pela Tropa de Choque novamente de forma violenta, no meio da madrugada.

Este fato dividiu os professores, uma vez que o grupo era composto, em sua maioria, por membros dos grupos de oposição à Diretoria, vistos por muitos como agressivos. Some-se a isso a irredutividade da Secretária de Educação, Rose Neubauer, que suspendeu o pagamento dos salários e nas regiões, os dirigentes de Ensino anunciavam que os professores seriam punidos com faltas injustificadas. Foram quarenta e três dias de greve encerrada em uma assembléia esvaziada se comparada às anteriores que, de acordo com sindicato, chegaram a reunir cem mil professores. Os

quatro mil professores presentes votaram favoravelmente à suspensão da Greve e aprovaram um calendário com atos para os meses seguintes.

Os mais otimistas (e o discurso oficial do Sindicato) é que a greve colocou “a educação no centro das atenções de toda a sociedade” (APEOESP, 2002, p.1) e barrou a proposta de Reforma do Ensino Médio, uma vez que a Secretária afirmou que iria remeter o tema para debates com a Rede, o que não aconteceu. Mas esta greve tem repercussão negativa até hoje entre os professores: o saldo de dias descontados e faltas não retiradas dos prontuários (mesmo daqueles que repuseram as aulas), uma gratificação proporcional à jornada de trabalho, o “aumento” do tíquete refeição para quatro reais (valor ainda vigente) e a exclusão total dos aposentados foi muito alto para a categoria que, desde então, teme a possibilidade de uma greve.

Em 2005 foi decretada uma greve que durou quatro dias, sendo suspensa sob o argumento de que o governador Geraldo Alckimin havia retirado o Projeto de Lei Complementar 26/05 da Assembléia Legislativa, não mantendo a luta em defesa dos outros pontos da pauta de reivindicação.

Em 2007, já com José Serra à frente do Governo, as entidades do funcionalismo, novamente unificadas, recuaram do ultimato ao Governador de que se este não abrisse negociações, o Magistério entraria em greve. Na véspera do Ato Unificado do Magistério, o governador apresentou à imprensa as chamadas “Dez metas para a Educação” e um plano de valorização do magistério que previa

a antecipação do pagamento de parte do bônus relativo ao ano de 2007, e que seria pago apenas no começo de 2008; o pagamento em dinheiro de um mês da licença-prêmio; a incorporação de duas gratificações aos salários; a contratação de 2.545 secretários de escola; a contratação de 372 supervisores de ensino; a seleção de seis mil professores para a função de professor-coordenador; a instituição de gratificações para as funções de professor-coordenador, vice-diretor de escola e secretário de escola; a extensão da gratificação de representação para diretor de escola e supervisor de ensino; e alteração do percentual fixado para a gratificação de representação dos dirigentes regionais de ensino. (SEE, 2007a)

Numa assembléia realizada vinte dias depois do Ato e do anúncio das metas, em que havia divergências em todas as tendências sobre a decretação ou não da greve, um dos setores de oposição defendeu a não entrada em greve, o que foi prontamente aceito pela maioria da Assembléia, aprovando um calendário de mobilizações para os meses

seguintes. A título de informação para o leitor, abaixo listo as *Dez Metas* que deverão ser atingidas até 2010.

- 1 - Todos alunos de 8 anos plenamente alfabetizados;
- 2 - Redução de 50 % das taxas de reprovação da 8ª série;
- 3 - Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio;
- 4 - Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio)
- 5 - Aumento de 10% nos índices de desempenho dos ensinos fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais;
- 6 - Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com oferta diversificada de currículo profissionalizante;
- 7 - Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, em colaboração com os municípios, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries);
- 8 - Utilização da estrutura de tecnologia da informação e Rede do Saber para programas de formação continuada de professores integrados em todas as 5.300; escolas com foco nos resultados das avaliações; estrutura de apoio à formação e ao trabalho de coordenadores pedagógicos e supervisores para reforçar o monitoramento das escolas e apoiar o trabalho do professor em sala de aula, em todas as Diretorias de Ensino; programa de capacitação dos dirigentes de ensino e diretores de escolas com foco na eficiência da gestão administrativa e pedagógica do sistema;
- 9 - Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados;
- 10 - Programa de obras e infra-estrutura física das escolas. (SEE, 2007a)

Na prática, estas metas resultaram no “Programa São Paulo Faz Escola”, que propõe uma reformulação curricular através do estabelecimento de currículos mínimos que deverão ser seguidos pelos professores, a elaboração de “cadernos do professor” com sugestão de atividades, avaliações e as competências e habilidades que deverão ser atingidas com cada conteúdo; o SARESP será utilizado para avaliar a implementação ou não deste plano e como parâmetro para a concessão de gratificações à equipe escolar e, no caso do Ensino Médio, a introdução de disciplinas profissionalizantes na última série significou a redução de seis aulas, que serão tiradas das disciplinas de geografia, artes, língua portuguesa e matemática, além da exclusão total da disciplina de sociologia daquelas escolas onde a disciplina ainda era ministrada, sendo substituída por filosofia. As aulas das disciplinas profissionalizantes, que ocuparão o lugar das aulas retiradas, serão semipresenciais, no modelo Tele Curso Técnico, em parceria com a Fundação

Paula Souza, ou seja, a Reforma do Ensino Médio, barrada em 2000, está sendo posta em prática em 2008 e a previsão de desemprego mais uma vez está materializada.

CAPÍTULO III

A REALIZAÇÃO DOS CONGRESSOS DA APEOESP

E AS SUAS DISPUTAS INTERNAS

Assim, a própria ambigüidade da luta política, esse combate por ‘idéias’ e ‘ideais’ que é ao mesmo tempo um combate por poderes e, quer se queira, quer não, por privilégios, está na origem da contradição que obsidia todos os empreendimentos políticos ordenados com vista à subversão da ordem estabelecida. (Bourdieu, 1989, p. 202)

O objetivo deste capítulo é analisar alguns aspectos da organização da APEOESP através da análise dos dados das eleições realizadas entre 1989 e 2005 e da exposição de como se organizam os congressos, explicitando quem participa e como são elaboradas as resoluções que serão defendidas pela entidade. As discussões sobre a organização dos congressos e sobre as eleições serão apresentadas concomitantemente neste capítulo porque considero que são elementos indissociáveis nas lutas que são travadas neste subcampo.

Num primeiro momento, apresento um relato da correlação de forças chamando a atenção para as movimentações dos setores ligados às diferentes tendências políticas por ocasião das eleições e dos congressos, com vistas a dar ao leitor um panorama das disputas internas da entidade nos últimos anos. Para facilitar a compreensão daqueles que não acompanham a vida sindical, elaborei os Quadros 5 e 6, nos quais é possível visualizar alguns dos dados que procurarei explorar, notadamente as tendências que apresentaram teses nos congressos promovidos pelo sindicato e os grupos que ganharam as eleições para comandá-lo. Antecipando-me a possíveis questionamentos sobre o porquê dos quadros apresentarem dados de anos diferentes aos do período de análise deste estudo, gostaria de esclarecer que recuei até as eleições de 1989 para dar conta dos processos anteriores que influenciaram a configuração que caracteriza a entidade atualmente e para evidenciar as permanências e as mudanças que se fizeram presentes nos últimos anos. A idéia de um recuo maior na identificação das tendências

proponentes de teses, no entanto, foi descartada porque a consulta aos materiais disponíveis me fez ver que não acrescentaria informações relevantes para responder à pergunta que surgiu na análise dos dados das eleições: o aumento do número de chapas que disputaram as eleições a partir de 1996 refletiu-se no aumento do número de tendências que apresentaram teses para os congressos? Inclui na busca a esta resposta informações do congresso de 2007 para concluir com dados mais atuais possíveis.

Para identificar as tendências que apresentaram teses nos congressos realizados no período de 1995 a 2007, utilizei como referência o trabalho de Reis (2006, p. 50), que analisou os anos de 1995 a 2001. Na relação construída pela autora, acrescentei a Corrente Sindical Classista que apresentou tese em 2001 e não constava do trabalho dela e aquelas tendências que apresentaram teses a partir do congresso de 2003 (Frente de Oposição Socialista, Movimento Sindicato é Pra Lutar, Participação e Luta – Resistência Popular, Alternativa Sindical Socialista e Oposição de Luta). Também utilizo a conceituação da autora para identificar como “independentes as teses que são assinadas por uma ou mais pessoas que não se declaram como grupo orgânico na atuação sindical. Portanto, diz respeito a uma atuação pontual e conjuntural.” (Reis, 2006, p. 50).

A observação do Quadro 6 demonstra que há uma movimentação intensa dos grupos. Se levarmos em consideração que, em 1995, havia sete teses assinadas por tendências e seis por independentes e que, até 2007, esse número alterou-se para doze teses assinadas por tendências e apenas duas assinadas por independentes, podemos afirmar que essa movimentação provocou um rearranjo que fez com que algumas tendências que apresentaram teses entre 1995 e 1998 deixassem de existir enquanto tal e que provavelmente muitos daqueles que eram caracterizados como independentes passaram a militar – ou pelo menos apresentar suas propostas – de forma orgânica. Faço essa afirmação porque na média, o número de teses é o mesmo em todos os congressos. Nas próximas páginas o leitor acompanhará a exposição de algumas das movimentações que deram origem a novas tendências políticas. Essa exposição não será aprofundada porque para fazê-la com qualidade seria necessário um trabalho à parte e, apesar do interesse que eu particularmente tenho pelo estudo das tendências que militam na APEOESP, esse não é o objetivo desse trabalho. Vamos então à apresentação dos quadros.

QUADRO 5: Tendências Proponentes de Teses nos Congressos da APEOESP (1995-2007)

	Tese apresentada ao 14º Congresso Estadual (1995)	Tese apresentada ao 15º Congresso Estadual (1996)	Tese apresentada ao 16º Congresso Estadual (1998)	Tese apresentada ao 17º Congresso Estadual (2000)	Tese apresentada ao 18º Congresso Estadual (2001)	Tese apresentada ao 19º Congresso Estadual (2003)	Tese apresentada ao 20º Congresso Estadual (2004)	Tese apresentada ao 21º Congresso Estadual (2006)	Tese apresentada ao 22º Congresso Estadual (2007)
Articulação Sindical	X	X	X	-	X	X	X	X	X
Núcleo de Professores da Causa Operária	X	X	X	X	X	-	X	X	X
Liga Operária Internacionalista	X	-	X	X	-	X	X	-	-
Professores organizando a Oposição Sindical	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Subsede Jundiaí	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Opção	X	-	X	-	-	-	-	-	-
Independentes de Oposição	X	-	-	-	-	-	-	-	-
Corrente Sindical Classista	-	X	X	-	X	X	X	X	X
Articulação Sindical e Corrente Sindical Classista	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Coletivo de Trabalhadores em Educação	-	X	X	-	-	-	-	-	-
Movimento por uma Tendência Socialista	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Corrente Proletária na Educação	-	-	X	X	X	X	X	X	X
Oposição Alternativa	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Oposição Revolucionária	-	-	-	X	X	X	X	X	X
ArtNova (Articulação Renovada)	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Alternativa Sindical Socialista	-	-	-	-	-	-	X	X	X
Frente de Oposição Socialista	-	-	-	-	-	X	X	X	X
Participação e Luta – Resistência Popular	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Movimento Sindicato é pra lutar!	-	-	-	-	-	X	X	X	X
Oposição de Luta	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Grupos que se definem como Independentes (por número de Teses)	6	8	5	3	3	2	1	2	2

QUADRO 6: Eleições na APEOESP (1989 – 2005)

CHAPAS	CANDIDATO A PRESIDENTE	Votos	%
Eleição 1989 – Biênio 1989 e 1991			
Chapa 1: APEOESP faz a luta	João Antônio Felício	16.638	81,40%
Chapa 2: Alternativa de Luta	Mauro Puerro	<u>3.800</u>	18,60%
		20.438 *	
Eleição 1991 – Biênio 1991 e 1993			
Chapa 1: APEOESP da Categoria	João Antônio Felício	33.606	67,20%
Chapa 2: Oposição: Uma nova direção na APEOESP	Gilberto Pereira de Souza	<u>16.413</u>	32,80%
		50.019	
Eleição 1993 – Triênio 1993 e 1996			
Chapa 1: APEOESP da Categoria	Roberto Felício	36.346	55,25%
Chapa 2: Oposição	Gilberto Pereira de Souza	<u>29.436</u>	44,75%
		65.781	
Eleição 1996 – Triênio 1996-1999			
Chapa 1 – Valorizar a profissão de professor: de professores para professores	Roberto Felício	27.018	64,59%
Chapa 2: Oposição Alternativa	José Alfonso Klein	10.401	24,87%
Chapa 3: Chapa do Movimento de Professores de Oposição contra as duas chapas de direção (MOTE: Movimento de Oposição dos Trabalhadores em Educação)	José Luis Feijó Nunes	<u>4.407</u>	10,54%
		41.826	
Eleição 1999 – Triênio 1999-2002			
Chapa 1: Oposição de Luta	Berenice Palma	2.749	4,5%
Chapa 2: Oposição Revolucionária	Ana Raquel C. Oliveira	2.223	3,64%
Chapa 3: Movimento de Oposição	José Luis Nunes	1.944	3,07%
Chapa 4: Oposição Alternativa	Sílvio de Souza	14.781	23,85%
Chapa 5: Renovação (ArtNova)	Beatriz Pardi	18.781	30,75%
Chapa 6: Unidade da Categoria (ArtSind + CSC)	Maria Izabel Noronha	<u>20.798</u>	34,06%
		61.064	
Eleição 2002– Triênio 2002-2005			
Chapa 1: Unidade da Categoria (ArtSind + CSC)	Carlos Ramiro de Castro	23.498	41,03%
Chapa 2: Oposição Alternativa	Edgar Fernandes	15.012	26,21%
Chapa 3: ArtNova (ArtNova)	Fábio de Moraes	12.328	21,52%
Chapa 4: MOTE (Movimento de Oposição dos Trabalhadores em Educação)	Berenice Palma	3.500	6,11%
Chapa 5: A Base quer falar	Cleide Donizetti Rosa	2.123	3,70%
Chapa 6: Revolução e Educação (Núcleo Prof. Partido da Causa Operária)	Ednelson Cezaretti	<u>800</u>	1,39%
		57.261	
Eleição 2005 – Triênio 2005-2008			
Chapa 1: APEOESP na Luta (ArtSind + CSC + ArtNova)	Carlos Ramiro de Castro	29.713	51,03%
Chapa 2: Oposição Unificada	Edgar Fernandes	17.257	29,80%
Chapa 3: A Oposição de Verdade (Núcleo Prof. Partido da Causa Operária)	Antônio Carlos Silva	1.930	3,33%
Chapa 4: Oposição e Luta	Berenice Palma	1.470	2,53%
Chapa 5: APEOESP na Escola e na Luta (Alternativa Sindical Socialista)	Pedro Paulo V. Carvalho	5.721	9,88%
Chapa 6: Oposição Revolucionária	Francisco Gomes Santos	<u>1.809</u>	3,12%
		57.900	

*As porcentagens foram calculadas levando-se em consideração os votos de cada chapa. Não considerei os votos brancos e nulos, porque a intenção era observar o percentual das chapas em relação umas às outras.

Observando os números do Quadro 6, veremos que a ArtSind já alcançou percentuais extremamente significativos nas eleições da APEOESP - poderíamos dizer que chegou a ser hegemônica em períodos como o das eleições de 1989. Mas hegemonia, como salientou Gramsci, ao se referir às classes sociais, “não significa a homogeneização ideológica do conjunto da sociedade. As classes dominadas, ao introjetarem a ideologia hegemônica, não o fazem de modo passivo. Elas transformam e readaptam a ideologia hegemônica à sua condição de vida.” (*apud* Boito Jr, 1996, p. 14) Levando isso para o subcampo da representação sindical e para a APEOESP, significa dizer que os grupos que faziam oposição à ArtSind também não aceitavam essa hegemonia de modo passivo e as eleições seguintes tornaram mais evidentes os sinais de reação à hegemonia da ArtSind.

Até 1993 uma característica das eleições era o fato de que eram disputadas por apenas duas chapas: a Chapa 1 composta pela ArtSind e a Chapa 2 que reunia os membros da oposição. A partir de 1996, finda a primeira gestão de três anos, num cenário de enfrentamento com o governo estadual e suas reformas na rede e em meio aos debates para a elaboração da LDB, a ArtSind passou a ter mais concorrentes ou, os mesmos concorrentes dividiram-se. Mesmo assim ela obteve sessenta e quatro por cento dos votos contra quase vinte e oito por cento da Chapa 2 e pouco mais de dez por cento da Chapa 3. A Chapa 2 foi formada por uma coalizão¹¹ política entre a Corrente Sindical Classista (CSC), grupo cuja maioria dos membros é filiada ao PCdoB, e o que viria a se constituir mais tarde na Oposição Alternativa, tendência que se reivindica como frente política, que abriga grupos de diversas origens: aqueles que à época eram oposição dentro do PT, membros do PSTU e uma grande quantidade de independentes. A Chapa 3 foi formada por aqueles que na APEOESP são chamados de ultra, por suas idéias e posições radicais e às vezes extremistas como boicotes, ocupações dos locais de trabalho ou outras instituições.

Em 1996 houve uma mudança no processo eleitoral que é digna de nota: o governador Mário Covas retirou o abono de ponto para as eleições da entidade. O objetivo de dificultar a participação dos professores nas eleições da entidade veio justificado pela necessidade de evitar que as referidas eleições prejudicassem o andamento das atividades escolares. A partir desta eleição apenas os candidatos têm

¹¹ Acordo político ou aliança interpartidária para alcançar um fim comum. (Dicionário Eletrônico Houaiss)

esse direito. A solução foi organizar urnas volantes, com as quais os candidatos vão às escolas buscar os votos dos professores, o que criou dificuldades para a realização das eleições que se tornaram mais desgastantes tanto do ponto de vista organizativo quanto financeiro, mas não resultou na diminuição da participação dos professores.

Durante o triênio 1996-1999 mudanças começam a se desenrolar e a reação à hegemonia da ArtSind desencadeia novos acontecimentos. A primeira mudança política aconteceu na própria ArtSind, que sofreu um processo de divisão interno que resultou numa tendência chamada ArtNova, abreviação de Articulação Renovada. Fora da APEOESP, na CUT e no PT, partido ao qual a maioria dos membros é filiada, os membros da ArtSind e da ArtNova continuam atuando como ArtSind, de maneira que a ação da ArtNova restringe-se à APEOESP. Lançaram chapa própria nas eleições de 1999, quando ficou em segundo lugar e em 2002, quando passou para o terceiro lugar. Nos congressos defendem tese própria, nas quais expõem as divergências que têm em relação às demais tendências e apresentam suas propostas. Conforme afirmei no capítulo anterior uma característica das tendências políticas é a ação conjuntural de algumas delas e a ArtNova é uma tendência exemplar neste tipo de ação: é parte da ArtSind fora da APEOESP, mas, no interior da entidade, foi fundamental para a aprovação da proporcionalidade para a eleição da diretoria¹². Ao compor com as outras tendências de oposição, disputou duas eleições na condição de oposição à ArtSind, mas para as eleições de 2005, vendo-se ameaçada pela possibilidade de perder espaço na diretoria, fez aliança com a ArtSind (grupo do qual saiu) e a Corrente Sindical Classista, dividindo com eles os cargos proporcionais à Chapa e ocupando cargos importantes na Diretoria Executiva.

Aqueles que compunham a Chapa 2 nas eleições de 1996, CSC e futura Oposição Alternativa, separam-se: se observarmos os quadros dos congressos e das eleições veremos que, na eleição de 1999, a CSC concorreu numa aliança com a ArtSind e, no Congresso de 2000, também subscreveu a mesma tese. Desde então as

¹² A Diretoria Estadual Colegiada é composta por 120 membros, dos quais 27 integram a Diretoria Executiva, os outros 93 membros compõem a Diretoria Plena. No 17º Congresso foi aprovado o princípio da proporcionalidade para a composição da Diretoria Estadual Colegiada: quando duas chapas concorrerem ao pleito, a Diretoria será composta por aquelas que obtiverem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos votos válidos, quando forem mais do que duas chapas será composta por aquelas que obtiverem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos votos válidos. Contará com a participação de chapas minoritárias, quando houver mais de duas chapas, somente se a soma dos votos das chapas minoritárias atingir, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total dos votos. APEOESP. 2006. Estatuto da APEOESP. Disponível na Internet em www.apees.org.br/estatuto/index.htm, Consultado em 15/01/2007.

alianças para as eleições se repetiram, mas nos congressos seguintes cada tendência voltou a defender suas teses em separado, buscando marcar suas diferenças. Essa aliança repete no sindicato a mesma composição que funcionou até o final de 2007 na CUT, quando a CSC decidiu deixar a Central e fundar a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). O principal motivo apresentado para essa decisão é a falta de espaço na CUT que, nas palavras de Renato Rabelo, presidente nacional do PC do B, “deixou de ser uma entidade plural, para ser um aparelho de uma das tendências do PT, a Articulação Sindical. Não há transparência no uso dos recursos da entidade. A convivência ficou difícil e complicada.” Ou seja, enquanto havia vários grupos de oposição à ArtSind na CUT, a CSC estava acomodada na estrutura da Central. Com o rompimento das oposições, as diferenças (ou disputas) entre as duas tendências cresceram a ponto de não permitirem mais a convivência entre elas.

Os outros grupos que compuseram a Chapa 2 nas eleições de 1996 assumiram o nome que haviam dado à Chapa e formaram a Oposição Alternativa, que incorporou treze grupos e independentes. Passados oito anos da primeira experiência e com as mudanças que se deram no cenário político partidário, houve um rearranjo interno e a tendência hoje é composta por três grandes grupos: aqueles que são vinculados ao Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), grupo cuja maioria dos membros é filiada ao PSTU, aqueles que se reúnem em torno do Campo Democrático, ex-filiados ao PT e hoje militantes do PSOL e aqueles que compõem a Conspiração Socialista, grupo formado em sua maioria por pessoas que não acreditam na via eleitoral como caminho para a solução dos problemas dos trabalhadores, por isso defendem o voto nulo. Nos últimos, cada um a seu tempo, esses grupos romperam com a CUT, dando início à construção de duas centrais sindicais: a CONLUTAS e a Intersindical. A tendência Oposição Alternativa ficou em terceiro lugar nas eleições de 1999 e, em segundo, nas eleições de 2002. Este crescimento levou a ArtNova a fazer a aliança descrita anteriormente.

As divergências que aconteceram no PT em 2003 que culminaram na fundação do PSOL fizeram nascer uma nova tendência na APEOESP: a Alternativa Sindical Socialista, que rompeu com a Oposição Alternativa por não aceitar as críticas que eram feitas ao PT, partido do qual mais tarde também se desfiliaram, indo para o PSOL. Contudo, mantiveram-se separados dos seus ex-companheiros que continuaram na

Oposição Alternativa. Na eleição de 2005, primeira da qual participaram com chapa própria não conseguiram eleger-se porque faltaram doze milésimos para alcançar os dez por cento dos votos válidos necessários para compor a diretoria da entidade.

Aqueles que compuseram a Chapa 3 em 1996, nas eleições seguintes dividiram-se em três chapas com composições diferentes em cada eleição, mas independentemente da composição que façam entre si não conseguem atingir a média de quatro por cento dos votos. Nos congressos estudados saem sempre separados, fazendo com que num universo de aproximadamente dois mil e quinhentos professores algumas teses recebam sete votos, demonstrando na prática o que disse Bourdieu sobre o que ele chama de “grupúsculos de vanguarda” que agem, desta forma,

porque estão desprovidos de base, logo, de constrangimentos, mas também de força. Funcionando como seitas nascidas na cisão e condenadas à cissiparidade, portanto fundados sobre uma renúncia à universalidade, esses grupúsculos pagam com uma perda de poder e de eficácia (...) o seu apego às tradições mais puras e mais radicais. (Bourdieu, 1989, p. 184)

O objetivo desta exposição foi mostrar que na última década, quando os embates com o governo do estado de São Paulo foram se tornando cada vez mais intensos devido à implementação das medidas apresentadas no Capítulo 1 desta dissertação, houve um acirramento nas disputas internas da entidade, que pode culminar num maior enfraquecimento. Diante da ofensiva do Estado e da desmobilização dos professores, a oposição àqueles que dirigem o sindicato aumentou e a maior prova disso foi a aprovação da proporcionalidade no 17º Congresso, em 2000. Para a aprovação desta mudança, que permitiu às oposições dividirem os cargos (e encargos) da diretoria, todos os grupos votaram juntos, impondo uma derrota à ArtSind. Isso foi importante porque permitiu o acesso das “minorias” à posições que antes estavam vetadas a elas e deve ser defendida como espaço de exercício da democracia.

Nesse quadro, pode-se dizer que os números das eleições de 1999, 2002 e 2005 demonstram que:

- ✓ Mesmo com a retirada do abono de ponto para as eleições, o número de votos válidos nas eleições que caiu em 1996 voltou aos patamares anteriores. Se esta recuperação do número de votantes, apesar das dificuldades colocadas para o recolhimento dos votos, puder ser atribuída ao aumento das disputas

internas podemos dizer que ela foi proporcional para todas as chapas, não beneficiando nenhuma em especial;

- ✓ O capital político acumulado pela ArtSind ao longo do tempo talvez justifique o fato dela ter seu poder diminuído mas continuar sendo maioria. Se considerarmos que, na essência, ela e a ArtNova são apenas uma tendência, em relação a 1996 ela só perdeu espaço de forma mais significativa na eleição de 2005 quando, mesmo fazendo um rearranjo interno e mantendo a unidade com a CSC, conseguiu uma maioria apertada (51,03 contra 48,93% das oposições).
- ✓ As oposições com suas contradições fortalecem justamente seu adversário comum. Um exemplo disso pode ser observado nos números das eleições de 2005. Apesar de terem conquistado juntas quarenta e oito por cento dos votos, as regras estatutárias garantiram à ArtSind sessenta e três por cento dos cargos, devolvendo-lhes a maioria absoluta e transformando a proporcionalidade num instrumento formal, uma vez que, detendo a maioria dos cargos e a prioridade de escolha, a ArtSind, logicamente assegura os principais cargos de decisão e controle (Presidência, Secretaria Geral, Finanças, Patrimônio), deixando à Oposição secretarias com menor poder decisório e os cargos de secretários adjuntos. Nos congressos situações se repetem, demonstrando que se estas tendências não quiserem ver-se excluídas “do jogo político e da ambição de participar senão do poder, pelo menos do poder de ter influencia na distribuição do poder, não pode consagrar-se a virtudes (tão) exclusivas.” (Bourdieu, 1989, p. 184), precisarão aprender a dialogar e a negociar suas diferenças para possibilitar uma atuação mais exitosa. Não há aqui nenhuma visão ingênua – de que todas deveriam esquecer as divergências e caminhar juntas – mas uma percepção da falta de visão estratégica dessas tendências.

Apresentados os jogadores dotados de *habitus* que os torna prontos para a disputa vamos tomar conhecimento das leis imanescentes do jogo, das regras que regem a organização dos congressos. Como dito na introdução deste trabalho o congresso “é a instância máxima de deliberação da entidade” (APEOESP, 2006) e as regras gerais de seu funcionamento são definidas no congresso imediatamente anterior. Entre 1980 e 1996 os congressos eram anuais, a única exceção foi o ano de 1993, muito provavelmente por causa da greve que aconteceu no segundo semestre, período em que normalmente são realizados. Nos anos de 1990 e 1991 os congressos foram unificados com a AFUSE numa tentativa de criação de um sindicato único, que foi frustrada sob o argumento de que as reivindicações dos funcionários e professores eram muito diferentes, o que dificultava a unidade.

Nos meses que antecedem ao congresso, o Conselho Estadual de Representantes¹³ estabelece qual será o tema, o local, o prazo para as inscrições das teses, e a data dos Encontros Regionais Preparatórios. O próximo passo é a elaboração das teses. Do ponto de vista deste trabalho, o período de elaboração desse documento é fundamental porque para que um tema venha a ser uma resolução congressual precisa estar presente nas teses. A finalidade das teses é expressar as definições programáticas das tendências. Definições estas que muitas vezes poderiam ser consideradas descritivo programáticas (conceitos que serão discutidos mais detalhadamente no próximo capítulo) uma vez que na maior parte das vezes as tendências partem de princípios comuns para os quais recomendam programas diferentes. As tendências dedicam-se a este período com afinco. É verdadeira a afirmação de que “as estratégias de quem profere ou escreve o discurso são orientadas não tanto pelo rendimento comunicativo, ou seja, pelas esperanças de ser ouvido e compreendido, mas pelas expectativas de, uma vez compreendido, fazer-se acreditar e, logo, fazer-se ‘obedecer’” (Bourdieu, 1983, p. 169). Esse “fazer-se obedecer” pode significar ter o maior número de delegados que defendam – e votem – naquela tese. Por isso, há diferentes estratégias para sua elaboração. Algumas fazem plenárias nas quais os seus militantes discutem os temas que deverão ser inseridos, outras levam textos pré-escritos por aqueles que têm mais capital político para serem aprovados ou modificados por seus militantes. Nestes dois casos, algumas tendências convidam, além de seus militantes cotidianos, aqueles professores que demonstram interesse em ser indicados pelas suas escolas para participar dos Encontros Regionais, dando-lhes a oportunidade de expor seus pensamentos apesar de as linhas gerais da tese estarem pré-definidas de acordo com a concepção política do grupo. Há ainda tendências que designam pessoas que ficam totalmente responsáveis pela elaboração e, portanto, falam em nome da tendência que, de forma direta ou indireta ratifica o que for escrito. As teses são então encaminhadas para a Secretaria Geral da entidade que providencia a editoração e elaboração do Caderno de Teses que deverá ser encaminhado aos pré-delegados.

Os pré-delegados são eleitos nas suas escolas na proporção de um pré-delegado para cada dez associados da escola. Formalmente deveriam ser eleitos de acordo com as

¹³ O Conselho Estadual de Representantes é formado pela proporção de um conselheiro estadual para cada 200 (duzentos) associados vinculados à Subsede, assegurada uma representação mínima de 3 (três) representantes por Subsede.

idéias (teses) que seus colegas defendem, na prática são eleitos de acordo a disponibilidade de quem quer ir ao congresso, com a amizade de quem foi à escola levar a Ata de Eleição e encaminhar o processo de escolha dos pré-delegados ou, no caso de mais interessados do que vagas, os professores definem critérios de escolha, que vão do sorteio à representação de períodos. Dificilmente os critérios são políticos. Dificilmente é possível debater com os professores nas escolas o que cada tendência defende, primeiro porque raramente todos os professores estão reunidos, o que obrigaria a realização vários debates na mesma escola, o que é difícil devido à resistência das direções e às limitações dos militantes que, para isso, teriam que se desdobrar para estar presentes nos diferentes momentos de debate.

Algumas Subsedes entregam os Cadernos de Teses quando o pré-delegado é eleito, dando-lhe a oportunidade de ler o que é defendido por cada tendência, mas a maioria só o entrega no Encontro Regional. Por isso, muitos pré-delegados chegam ao momento dos debates e da eleição daqueles que irão defender e votar nas teses sem saber ao certo o que será discutido. É verdade também que a maioria deles são Representantes de Escolas, que freqüentam reuniões bimestrais do Sindicato, por isso de alguma maneira podem estar familiarizados com os debates e embates. Os Encontros Regionais têm o papel de eleger aqueles que vão ao Congresso. A regra geral é que eles sejam eleitos por chapas¹⁴ formadas em torno das teses, que têm espaço para apresentação desde que solicitada por Representantes Regionais das mesmas, o que impede que Subsedes que não tenham representantes de determinada tese sejam visitadas por algum representante dela. Aliás, a ArtSind conseguiu determinar que os últimos dois Encontros Regionais acontecessem no mesmo dia, evitando assim que sua base, especialmente no interior, seja assediada por representantes das outras teses que viajavam para participar dos Encontros e mesmo que não conseguissem votos, apresentavam suas idéias e travavam contatos com algum militante da região.

Antes de entrarmos na discussão do funcionamento dos congressos, apresento alguns dados sobre os delegados que participam desses eventos. De acordo com o documento *Professores da Rede Estadual de São Paulo: Perfil, Condições de Trabalho*

¹⁴ Seguindo o mesmo critério de proporcionalidade previsto para a eleição da Diretoria: quando duas chapas apresentarem teses a delegação será composta por delegados daquelas que obtiverem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos votos, quando forem mais do que duas chapas será composta por aquelas que obtiverem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos votos desde que a soma dos votos das chapas minoritárias atinja, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total dos votos.

e Percepção da Saúde, que foi elaborado a partir das respostas a um mil, seiscentos e vinte e seis questionários aplicados aos Delegados do XIX Congresso Estadual da APEOESP. 35% desses delegados são oriundos da região metropolitana de São Paulo, os demais vêm das catorze macro-regiões nas quais a entidade divide o Estado¹⁵. O fato de uma região só deter esta porcentagem dos delegados reflete a concentração e a sindicalização dos professores nessa região, uma vez que o número de delegados de cada região é proporcional ao número de associados de cada Subsede. Do total de delegados, 63,1% por cento eram mulheres, o que não reflete o percentual de mulheres na base da categoria que, de acordo com a APEOESP pode chegar a 85%. No documento, a APEOESP (2007 p. 15) afirma que essa diferença “pode expressar um interesse relativamente maior dos professores”, o que eu acho uma avaliação simplista. Todos os estudos que discutem a questão da feminização apontam que, conforme aumentam os degraus hierárquicos, a participação das mulheres tende a diminuir. Na APEOESP isso não é diferente. O fato de a representação masculina ser desproporcional à realidade da categoria expressa a predominância masculina nos espaços de maior poder político.

Quanto à idade, a pesquisa demonstra um *amadurecimento* desses delegados: 73% deles tinham mais do que 36 anos e 68% atuavam na rede estadual a mais de onze anos. A menor participação dos professores com menos de trinta anos e até cinco anos de trabalho pode significar desinteresse pela busca de soluções coletivas aos seus problemas. Infelizmente a entidade não disponibilizou informações que pudessem comprovar se esse dado refere-se apenas à participação nos congressos ou se o mesmo se confirma com relação à filiação desses professores, o que nos permitiria pensar sobre a questão da renovação dos militantes. Infelizmente mais uma vez constatamos que esses professores, maduros e com vários anos de trabalho na rede estadual continuam mal remunerados: 52% deles afirmaram que no mês anterior à pesquisa receberam entre R\$ 721,00 e R\$ 1.200,00 (setecentos e vinte e um reais e um mil e duzentos reais), ou seja, se compararmos com o salário mínimo, atualmente em R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) poderíamos dizer que metade dos professores recebe até 3,15 salários mínimos.

¹⁵ Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Bauru, Franca, Araçatuba, Santos, Central, Ribeirão Preto, Barretos e Registro.

Quanto à situação funcional, 83% desses delegados eram PEB II. Os professores das primeiras séries do Ensino Fundamental os membros das equipes de gestão das escolas (professor, coordenador pedagógico, vice-diretor e diretor) estavam sub-representados no Congresso da APEOESP, juntos somavam apenas 14% desses delegados, quando apenas os PEB I são 25,64% da categoria e os membros das equipes de gestão somam 7,13% de acordo com dados da Secretaria de Educação (SEE, 2007, p. 23). No que diz respeito ao vínculo funcional há praticamente um empate entre os professores efetivos e os contratados, o que reflete a realidade da rede de ensino atualmente. (SEE, 2007, p. 23).

Dos professores presentes ao Congresso apenas 9% trabalhavam mais do que quarenta horas semanais; 76% apenas na rede estadual; 50% conseguem completar sua carga horária numa única unidade escolar e 57% conseguem concentrar suas aulas em dois períodos. No que diz respeito às condições de trabalho, apenas 25% dos professores responderam que trabalhavam com até trinta e cinco alunos por sala, número máximo reivindicado pelo sindicato. Em contrapartida, 75% dos professores disseram ter turmas de trinta e seis alunos ou mais, o que tornava coerente a afirmação de que a maior causa de incômodo e sofrimento no ambiente de trabalho fosse a superlotação das salas de aula, conforme mostra a tabela 4.

TABELA 5: Relação de alunos por sala de aula em escolas públicas estaduais regulares no Estado de São Paulo 2005

Número de Alunos	1ª a 4ª Série		5ª a 8ª Série		Ensino Médio	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De 1 a 20 alunos	41	2,2	44	1,4	43	1,5
De 21 a 25 alunos	158	8,6	75	2,4	90	3,1
De 26 a 30 alunos	465	25,3	305	9,7	281	9,7
De 31 a 35 alunos	995	54,1	1.189	37,7	689	23,8
De 36 a 40 alunos	175	9,5	1.392	44,1	1.270	43,9
41 ou mais alunos	5	0,3	151	4,8	523	18,1
Total	1.839	100	3.156	100	2896	100

Fonte: Secretaria da Educação do ESP. Dados do Censo 2006

Elaboração: DIEESE – Subseção Apeoesp/Cepes

Um estudo elaborado pelo DIEESE (Subseção APEOESP/Cepes), baseado nas informações do Censo Escolar de 2005 (que apesar de parecer desatualizado é o único disponível e também utilizado pela SEE para traçar suas políticas) concluiu que:

O fenômeno [da superlotação] está presente em cerca de 10% das 5.653 escolas públicas estaduais, com suas 31.553 classes. No Ensino Fundamental o nível com maior problema é o da 5ª a 8ª Série, onde 151 escolas possuem mais de 41 alunos em sala de aula, 4,8% do total das escolas com classes neste nível de ensino. Já no Ensino Médio, essa situação se agrava, pois, no ano de 2005, 523 escolas possuíam salas com mais de 41 alunos, ou 18,0% das escolas com classes neste nível de ensino. (APEOESP, 2007b, p. 6)

Alguns dos dados apresentados acima e o contraste com o estudo do próprio sindicato (não divulgado para a categoria) suscitam um questionamento que poderá ser tratado em estudos futuros: os delegados dos congressos da APEOESP têm condições de trabalho diferentes do restante dos professores da rede estadual? Isto é, em comparação com o restante da categoria, a sua carga de trabalho é menor? Eles têm a possibilidade de concentrá-la numa só escola? E atuam em escolas com salas de aula não tão lotadas? Evidentemente, tais questões só podem ser respondidas mediante a realização de um levantamento das condições de trabalho de uma parcela expressiva do magistério paulista. O leitor poderá fazer interpretações próprias dos gráficos deste estudo no Anexo 1. Mas creio que essa análise preliminar nos permite inferir que os delegados aos Congressos da APEOESP não são uma representação proporcional de todas as características da rede estadual de ensino. Se levarmos em consideração o tamanho da rede que, em dezembro de 2007, contava com duzentos e quarenta e quatro mil e novecentos e sessenta e três professores (SEE, 2007, p. 23) e o número de associados ao sindicato (aproximadamente cento e cinquenta mil, de acordo com a entidade) veremos que, em média, dois mil delegados aos Congressos representam uma fração de 1% da rede e 1,5% dos associados, o que significa que se trata de um grupo seletivo que define os rumos que serão tomados pela entidade devendo, em princípio, espelhar os interesses de todos os seus representados.

O congresso tem uma dinâmica intensa. A abertura é feita com uma cerimônia formal na qual o presidente da entidade concede a palavra às entidades convidadas, representantes da prefeitura sede e apresentações culturais. As atividades do congresso começam de fato pela discussão e votação do Regimento Interno que disciplinará a ordem dos trabalhos. A fotografia abaixo mostra esse momento no 21º Congresso em Sumaré. A observação permitirá ao leitor identificar as tendências pelas cores predominantes de suas camisetas, que dão ao plenário uma aparência de torcidas

organizadas. Tomando como referência a mesa, à direita, com a maioria dos delgados com camisetas vermelhas está a Oposição Alternativa, em amarelo, no centro a ArtNova. Entre essas duas tendências normalmente concentram-se as outras tendências de oposição, menores em tamanho e avessas à *uniformização*; com maioria de camisetas azuis a ArtSind e ao, seu lado, de camisetas brancas neste Congresso, a CSC.



FOTOGRAFIA 3: Vista da Plenária do XXI Congresso Estadual da APEOESP, em Sumaré (2006).

Após a aprovação do regimento acontece a apresentação das teses e votação daquela que será a Tese Guia¹⁶. Apresentar a tese não é tarefa para qualquer militante. Aqueles que assumem essa tarefa unem duas características fundamentais: 1) “o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política” (Bourdieu, 1989, p. 169) que os permita dialogar com os novatos e com os adversários, marcando as diferenças de uma forma que seu discurso seja entendido tanto por um quanto por outro grupo; 2) precisa ter representatividade dentro de sua tendência, é um direito conquistado por aqueles que detêm capital político que os municia de autoridade e reconhecimento para se fazer ouvir e se fazer crer. É o porta-voz da tendência, assim como descrito por Bourdieu:

¹⁶ Tese-guia: aquela que obtém a maioria simples dos votos do Congresso, servindo para orientar os debates subsequentes, podendo ser emendada.

O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio, mas também da força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político. A força das idéias que ele propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço. (Bourdieu, 1989, p. 183)

Esse é um dos embates centrais dos Congressos da APEOESP. Ao expor as teses, os porta-vozes costumam organizar seus discursos de forma que consigam exprimir os programas das tendências da forma mais estimulante possível, utilizando *slogans* que proporcionem “símbolos que unificam idéias e atitudes chaves dos movimentos educacionais. Expressam e promove, ao mesmo tempo, a comunidade de espírito, atraindo novos aderentes e fornecendo confiança e firmeza aos veteranos” (Scheffler, 1974, p. 46). A utilização de *slogans* na apresentação das teses ou nos discursos que devem ser feitos em curtos espaços de tempo tanto nos congressos quanto em outros momentos da atuação sindical não têm nada de errado em si. O problema é que o papel destes é apenas unificar idéias e atitudes-chaves, cujos fundamentos devem estar definidos anteriormente, mas nos congressos acabam servindo de argumento para que os delegados decidam seus votos. Ou seja, muitos pré-delegados chegam aos Encontros Regionais sem ter conhecimento do conteúdo das teses, são eleitos delegados e, no Congresso, votam baseados muito mais em discursos expostos na forma de *slogans* do que no conhecimento dos programas.

Como dito anteriormente, a votação da tese-guia é feita por maioria. Aí, mais uma vez, a tendência à cissiparidade ou a pluralidade das tendências favorece a ArtSind, que geralmente tem mais votos (delegados) do que as outras. O desenrolar do congresso acaba sendo marcado pela tentativa das tendências derrotadas de inserir suas propostas mediante a apresentação de emendas para alterar a tese-guia enquanto que os seus defensores empenham-se para que não haja alterações em suas linhas fundamentais. Nas fotografias apresentadas a seguir, é possível visualizar o momento em que as três maiores tendências votam nas suas teses. Infelizmente nos arquivos da entidade não localizei fotografias que exibissem os momentos das votações das pequenas tendências. Apenas na fotografia em que a Oposição Alternativa vota é possível observar o grupo

Frente de Oposição Socialista (de camisetas brancas) e outros pequenos grupos sem *uniformes*, observando a votação.



FOTOGRAFIA 4: Momento de votação da ArtSind XXI Congresso Estadual da APEOESP (2006).



FOTOGRAFIA 5: Momento de votação da Tese da ArtNova XXI Congresso Estadual da APEOESP (2006).



FOTOGRAFIA 6: Momento de votação da Tese da Oposição Alternativa XXI Congresso Estadual da APEOESP (2006).

Procurando cobrir a lacuna que encontrei no trabalho de Assis (1999) apontada na introdução deste trabalho, que não apresentou quais as diferenças entre os congressos anteriores e os do período analisado por ela (1991 - 1998) encontrei nos jornais da entidade (nº 150 e 181) a informação de que os delegados eram eleitos diretamente pelos professores nas escolas, que indicavam um professor para cada dez associados. De acordo com o número 181 do *Jornal da APEOESP*, a dinâmica era diferente da que acontece hoje: no momento da inscrição cada professor escolhia uma Mesa de Interesse que debatiam vários temas ligados à educação como Escola Padrão, Avaliação Escolar, Curso Noturno, Formação e Capacitação Profissional e Violência Escolar, para as quais eram convidados intelectuais de renome, preferencialmente ligados às grandes Universidades Públicas e Privadas e membros de outros sindicatos. No segundo dia, os delegados eram divididos em trinta e seis grupos para discutir as emendas à tese guia e no último dia aconteciam as plenárias finais de deliberação e votação das emendas propostas pelos grupos. O leitor que acompanhou atentamente como se dá o processo de eleição dos delegados para os congressos atuais percebeu uma mudança fundamental: não existia o *filtro* dos Encontros Regionais, que foi instituído no Congresso de 1996. O retorno ao critério antigo de escolha dos delegados é uma reivindicação de algumas tendências da entidade, sob a alegação de propiciar maior participação *da base*. Como concluímos na discussão do perfil dos congressistas a participação *da base* é mesmo limitada mas manter essa proposta hoje, por mais que se queira a participação *da base*, é inviável, para não dizer insana tanto do ponto de vista da estrutura necessária quanto da qualidade dos debates com um número tão grande de participantes, que poderia chegar a quinze mil delegados, dez por cento do número de associados da entidade.

Outra diferença é que hoje não há mais a possibilidade dos delegados escolherem as Mesas de seu interesse para os debates educacionais pelo simples fato que essas mesas não acontecem. Nos seis congressos que aconteceram ao longo do período estudado, as questões educacionais foram apresentadas em mesas para as quais são convidados palestrantes, que continuam sendo intelectuais de renome preferencialmente ligados às grandes Universidades Públicas e Privadas e membros de outros sindicatos, que expõem suas formulações para os delegados que não têm espaço para formularem questões, ou seja, não há debates. Os trinta e seis grupos de debate que aconteceram no Congresso de 1992 (APEOESP, 1992, p. 3) atualmente foram reduzidos

para no máximo oito. Normalmente o Regimento do Congresso determina que todos os grupos devem discutir um dos seguintes temas: Conjuntura (internacional e nacional), Política Sindical, Política Educacional, Políticas Permanentes e Estatuto. Além do tema pré-determinado todos também devem discutir Balanço e Plano de Lutas. O debate consiste na apresentação e discussão das emendas que os proponentes das teses *perdedoras* querem fazer na tese guia. Estas devem obter o percentual mínimo de votos estabelecido pelo Regimento (em todos os Congressos analisados o percentual foi de 20%) para ir para as Plenárias finais.

Como os temas debatidos nos grupos são definidos anteriormente à elaboração das teses, que só são consideradas completas se versarem sobre todos, muitos delegados reivindicam o direito de escolher em qual grupo participar, o que também é vedado, uma vez que a divisão é feita aleatoriamente por computador e no crachá que os delegados recebem há um código de barras que deve ser passado nas catracas que controlam o acesso às salas dos debates, que impedem que delegados de um grupo participem de outro. Apesar disso, os grupos são os espaços nos quais os novatos têm alguma possibilidade de falar, desde que aprendam rapidamente as regras: momento de inscrição, tempo de fala, emenda em discussão. Quando este espaço lhes é *cedido*, geralmente falam acompanhados de perto por alguém da tendência pela qual foram eleitos, que cuida para que digam o que devem dizer, não há espaços para reivindicações ou introdução de temas que não estejam previamente escritos nas teses.



FOTOGRAFIA 7: Momento de Votação de emenda num debate de Grupo no XXI Congresso Estadual da APEOESP na estância Árvore da Vida, em Sumaré (2006).

As Plenárias finais são os espaços nos quais as emendas que foram aprovadas nos grupos são discutidas com o conjunto de todos os delegados. A mesa apresenta a emenda encaminhada pelo grupo e pergunta se há contrários a ela. Quando ela altera algo que os defensores da tese-guia consideram fundamental, algum delegado se apresenta para defender o texto original. O proponente da emenda tem então três minutos para defendê-la e aquele que mantém o texto tem o mesmo tempo para defender a manutenção do texto, em seguida o Plenário vota. São realizadas Plenárias correspondentes aos temas debatidos nos grupos: Conjuntura (internacional e nacional), Política Sindical, Política Educacional, Políticas Permanentes, Balanço, Plano de Lutas e Estatuto. No Regimento normalmente fica definido que cada Plenária tem duração de uma hora, findo este prazo o que não tiver sido discutido da tese-guia passa a ser resolução congressual e as emendas não discutidas perdem validade por decurso de prazo. De todo o exposto, o leitor muito provavelmente deve estar se perguntando o quanto esta organização dos congressos delimita e direciona o debate e deixa pouco espaço para a proposição de temas menos legítimos. Novamente é Bourdieu quem responde a esta questão:

para compreender completamente os discursos políticos que são oferecidos no mercado em dado momento e cujo conjunto define o universo do que pode ser dito e pensado politicamente (...) seria preciso analisar todo o processo de produção dos profissionais da produção ideológica, desde a marcação (...) até a ação de normalização contínua que os membros mais antigos do grupo lhes impõem com a sua própria cumplicidade, em particular quando, recém-eleitos, têm acesso a uma instância política para onde poderiam levar um falar franco e uma liberdade de maneiras atentatórias das regras do jogo. (Bourdieu, 1989, p. 170)

Esse processo de organização dos congressos, mesmo com algumas vozes discordantes, é aceito por todas as tendências que têm experiência e conhecimento das regras e os novatos são introduzidos no jogo como que em um acordo tácito em que aqueles que são mais antigos às vezes explicam as regras gerais mas não dizem tudo o que está em disputa e aqueles que estão chegando evitam perguntas – a não ser àqueles amigos ou conhecidos pessoais – e procuram aprender o que está acontecendo pela observação, principalmente porque às vezes a pessoa tem a impressão que apenas ela não sabe o que está acontecendo. Talvez uma liberdade maior aos novatos poderia significar balanços negativos da atuação de todos (situação e oposições) ou poderia provocar mudanças ou questionamentos da forma de atuação ou organização de todo processo, ou seja, poderia atentar contra as regras do jogo que estão estabelecidas e são respeitadas por aqueles que se julgam com maior legitimidade para jogá-lo. Isso posto, podemos sintetizar dizendo que as propostas que analisaremos no próximo capítulo são produzidas de acordo com os critérios estabelecidos por cada tendência e passarão a ser resoluções congressuais se estiverem na tese-guia ou se forem aprovadas como emendas à ela. Esse processo, entretanto, é controlado por aqueles cujo *habitus* incorporou as disposições necessárias para a atividade sindical que, sendo capaz de reconhecer os interesses em disputas nas lutas para definir os objetos mais legítimos para articular as ações da entidade e conhecedor da sua organização e das normas que regem o seu funcionamento, têm maiores possibilidades de interferir nas decisões tomadas no âmbito dos congressos.

CAPÍTULO IV

Posições, Proposições e Reivindicações sobre as Políticas Educacionais NOS CONGRESSOS DA APEOESP

A apreensão dos discursos da agenda sindical do professorado constitui mais um ingrediente que permite revelar tanto as práticas do magistério – **as lutas e as estratégias de lutas, os lances de distinção simbólica, as formas de luta contra a rejeição social** – quanto aos valores práticos (os interesses que conformam a *libido* profissional do magistério) associados ineliminavelmente a essas práticas. (Pereira, 2001, p. 141, grifos meus)

Na Introdução desta dissertação, expus ao leitor os temas que serão objetos de análise neste capítulo. Conforme anunciado, a análise dos temas terá como referencial teórico as contribuições de Scheffler sobre a linguagem e os três tipos de enunciados mais correntes em educação: as definições, os *slogans* e as descrições metafóricas. Esse trabalho será feito também com o objetivo de expor, mesmo que em alguns momentos indiretamente, “as lutas e as estratégias de lutas, os lances de distinção simbólica, as formas de luta contra a rejeição social” (Pereira, 2001, p. 141) presentes nestes discursos.

1. POSSIBILIDADES DE ANÁLISE DO DISCURSO EDUCACIONAL

1.1. As definições em educação

As definições, de acordo com o autor, podem ou não ser baseadas em discursos científicos. As definições científicas são “reconhecivelmente especiais e técnicas em alcance” (Scheffler, 1974, p. 23) e as não científicas são conceituadas por ele como definições gerais. O que importa, para a análise apresentada aqui, é que são

comunicações efetuadas num contexto prático e podem ser de diferentes tipos: estipulativas, descritivas ou programáticas.

As definições estipulativas com frequência consistem “simplesmente numa estipulação que determina que um termo dado deverá ser compreendido de um modo específico no espaço de algum discurso ou dentro de vários discursos de um certo tipo” (Scheffler, 1974, p. 22). Assim, por exemplo, diante de um grupo de alunos, posso estipular diferentes formas para identificá-los: grupos A B, C, D, E, de acordo com as idades, meninos e meninas, crianças e pré-adolescentes, ou seja, as mesmas crianças poderiam estar em diferentes grupos. O que determinará o lugar de cada uma será o uso que farei dessa estipulação. As definições estipulativas são, portanto, escolhas arbitrárias, por isso não podem ser justificadas nem rejeitadas em virtude da exatidão e coerência da aplicação de um termo. Elas contribuem para que possamos sintetizar descrições complicadas ou longas, facilitando o discurso. Além disso, elas podem ser inventivas – quando um termo definido não possui um uso prévio – ou não-inventivas – quando prescreve uma nova utilização para um termo que já possui um uso prévio e reconhecido. Assim, quando defino que os alunos serão agrupados de acordo com as letras A, B, C, D, E, estou fazendo uma estipulação inventiva. Quando defino que serão agrupados pelos outros critérios do exemplo, estou fazendo uma estipulação não-inventiva, uma vez que esses termos possuem um uso reconhecido não apenas por mim, mas podem ser reconhecidos por outras pessoas.

As definições descritivas se propõem a explicar significações. Ao contrário das estipulativas, estas não constituem escolhas arbitrárias “pois, além de considerações formais e pragmáticas, as definições descritivas poderão ser chamadas a responder pela exatidão com que refletem o uso predefinicional normal” (Scheffler, 1974, p. 22) de um termo. Por isso, poderão ser criticadas se utilizadas de modo inadequado ou se não concordam com o uso predefinido de um ou outro termo. Podem ser utilizadas para três finalidades: ajudar alguém a aplicar com eficácia o termo definido; ser um meio de familiarizar alguém com um termo definido, mesmo que o objetivo não seja que essa pessoa torne-se capaz de aplicar tal termo ou conceito concretamente e, ainda, ser utilizada com o objetivo de mostrar a inter-relação de um termo aplicado à determinada instância com outros. O autor alerta que algumas definições descritivas precisam ser observadas dentro do contexto em que ela é apresentada ou por alguma indicação do

uso que ela descreve naquele momento. Cita como exemplo o termo ‘banco’ que pode se aplicar a assentos ou a estabelecimento de crédito, o que definirá seu uso será o contexto.

Por último, o autor nos apresenta as definições programáticas, com as quais nos depararemos mais vezes ao longo deste trabalho. Sinteticamente, poderíamos afirmar que as definições programáticas diferem das outras por serem de ordem moral, ou seja, “elas tencionam dar expressão a programas de ação” (Scheffler, 1974, p. 32) enquanto as definições estipulativas têm caráter comunicatório e as descritivas têm caráter explicativo. Enquanto instrumento de expressão de posições, idéias, defesas de princípios ou de programas, os três tipos de definições apresentados não são excludentes – eles podem aparecer superpostos. Uma superposição freqüente é aquela que reúne uma estipulação não-inventiva e uma programática. Nas palavras do autor: “a expressão de um programa particular pode demandar um novo aparato lingüístico; e uma definição determinada pode, de um só traço, criar esse aparato bem como, ao mesmo tempo, dar expressão ao programa” (Scheffler, 1974, p. 33). Como exemplo, ele utiliza o termo ‘currículo’ que tem uma definição (estipulação) prévia, não-inventiva, mas que pode ser utilizado de diferentes formas para expressar diferentes programas, para aplicar de modos diferentes algumas práticas que podem ser associadas a ele. De acordo com Scheffler, quando acontece uma superposição deste tipo freqüentemente os argumentos para a utilização de um termo em discussão são contrários: os críticos de uma posição procuram apontar as falhas da outra e retrucam, apresentando seus argumentos e suas orientações ou propostas.

Outro caso de superposição possível é aquela que reúne uma definição descritiva e uma programática. Há duas formas disto acontecer: quando dois ou mais grupos (ou pessoas) partem de um princípio comum para os quais, as suas definições prévias recomendem programas diferentes. Mantendo o exemplo do termo ‘currículo’, o autor observa que duas partes que estejam de acordo sobre o princípio de que a escola é responsável pelo currículo podem, interpretando de maneira diversa o alcance do currículo, aconselhar práticas diferentes por parte da escola (cf. Scheffler, 1974, p. 36). A segunda possibilidade de uma superposição descritiva e programática acontece freqüentemente nos casos em que envolvem as questões sociais, nas quais a educação se insere, a saber:

- ✓ um mesmo termo poder ser definido descritivamente de maneiras distintas, mas igualmente exatas;
- ✓ quando há possibilidade de alterar o uso padrão prévio de um termo com o objetivo de veicular um programa;
- ✓ por serem incapazes de produzir consequências práticas isoladamente, os termos sociais (mesmo que definidos descritivamente) exigem princípios de ação (programáticos) que podem ser diferentes para um mesmo termo.

Assim, por exemplo, “o estado”, “a sociedade”, “homem” podem ser definidos descritivamente de diferentes formas e dar origem a diferentes programas de ação, daí a possibilidade deste tipo de superposição, comum em educação e que, no caso desta dissertação, pode aparecer quando analisarmos algumas definições e proposições da APEOESP que se contraponham às definições e proposições das políticas de governo federal e/ou estadual.

Relacionando as conceituações do autor à idéia central deste trabalho, é importante que tenhamos sempre presente que os termos *posição* e *proposição*, por mais semelhantes que nos pareçam, expressam diferenças. De acordo com o *Dicionário Aurélio* (1999, p. 1614), posição é o lugar onde uma pessoa ou coisa está colocada e posicionar é tomar posição, situar-se em um lugar ou numa situação. Portanto, ao analisar as posições da APEOESP sobre este ou aquele assunto, muito provavelmente vamos nos ver frente às definições descritivas conceituadas por Scheffler. Se fizermos o mesmo exercício com o conceito proposição, encontraremos os seguintes sinônimos (*Aurélio*, 1999, p. 1614): apresentar, fazer sugestão, fazer conhecer, expor. Neste caso, nos veremos diante das definições programáticas. Assim como as definições podem ser encontradas sobrepostas, na maior parte dos textos das resoluções, as posições da entidade – o que o sindicato pensa sobre determinado fato ou ação dos atores sociais com os quais contracenam – e as proposições – o que o sindicato sugere, recomenda, propõe que seja feito – também podem aparecer sobrepostas ou separadas por uma linha muito tênue, que exige um olhar muito atento, capaz de discernir se estamos diante de uma posição/definição descritiva ou de uma proposição/definição programática. O mesmo exercício vale para as reivindicações que normalmente acompanham as posições e proposições da entidade. Apesar de ser conceitualmente diferente – significa intentar demanda para reaver (propriedade que está na posse de outrem) ou ainda, readquirir,

recuperar, avocar – elas podem exprimir posições e/ou proposições – definições descritivas e/ou programáticas.

1.2. Os *slogans* em educação

Como já exposto no segundo capítulo deste trabalho, diferentemente das definições, os *slogans* não têm o papel de facilitar discursos ou explicar significados de termos. Eles têm como objetivo estimular os discursos, não possuindo uma sistemática coerente, “de tom menos solene, mais populares, a serem repetidos com veemência ou de maneira tranquilizadora, e não a serem gravemente meditados” (Scheffler, 1974, p. 46). Por isso, é improdutivo tomá-los de maneira literal para criticá-los ou defendê-los sem levar em consideração seu contexto original e os argumentos que lhes dão sustentação, mas devemos atentar para a possibilidade de que, com o correr do tempo, um *slogan* passa a ser “progressivamente interpretado de maneira mais literal, tanto pelos aderentes como pelos críticos dos movimentos que eles representam. Passa-se a considerá-los, cada vez mais simplesmente como símbolos unificantes” (Scheffler, 1974, p. 47).

Essa transformação do *slogan* em símbolo ou numa defesa que termina por caracterizar-se como um programa pode ser vista no discurso produzido pela APEOESP. Só para retomar um exemplo apresentado no capítulo anterior, a defesa de que o critério para a eleição dos delegados para os Congressos deva ser de um para cada dez associados na escola, sob o argumento de possibilitar a participação da base, é um *slogan* que se tornou programático para algumas tendências que, mesmo diante da dificuldade de sua implementação, vêm-se compelidas a manter a proposta, para não parecer que mudou de posição – o que poderia ser interpretado como concordância com aquelas que hoje são acusadas de não desejarem a participação da base.

1.3. As metáforas educacionais

As metáforas educacionais têm a função de construir “paralelos significativos, analogias e similaridades existentes no interior do tema do próprio

discurso” (Scheffler, 1974, p. 59). As metáforas frequentemente cumprem a função de veicular programas, mas o fazem sugerindo ou demonstrando analogias, conduzindo a refinamentos na comparação. Assim como os *slogans*, podem ser assistemáticas e não exigem padrões de expressão, mas figuram como componentes muitas vezes fundamentais nas afirmações teóricas que veiculam. Por isso, de acordo com o autor, a linha divisória entre a teoria e a metáfora é bastante tênue e, às vezes, nem pode ser traçada.

Scheffler apresenta exemplos de metáforas comuns em educação. A primeira é a metáfora do crescimento, na qual a criança é comparada a uma planta e o professor ao jardineiro. Neste exemplo, há um organismo capaz de se desenvolver de forma relativamente independente, mas que pode ter seu desenvolvimento auxiliado ou prejudicado pelos esforços do jardineiro/professor que não é indispensável, uma vez que o organismo continuará a amadurecer após o encerramento da tarefa do jardineiro/professor. Para demonstrar a concepção de que o professor deve ser um auxiliar indireto do desenvolvimento da criança e não aquele que quer (ou deva) moldá-la, a metáfora é eficaz. Se nos aprofundarmos no debate sobre, por exemplo, as aptidões da criança, quais condutas deverão ser encorajadas ou não e outras questões, encontraremos o limite desta metáfora. Ela não explica toda a teoria que deve embasar a concepção do papel de professor apresentada neste exemplo.

Ainda no sentido de demonstrar concepções de papéis de professor, um exemplo é o da conformação, do molde no qual a criança é comparada à argila e o professor será o responsável pela escolha do molde dentro do qual ela se desenvolverá. Este molde definirá qual o padrão de comportamento adequado, do que a criança deverá ou não gostar, etc. Ao contrário do primeiro exemplo, que não trazia argumentos sobre o desenvolvimento moral, cultural e pessoal da criança, essa metáfora é limitada no que diz respeito ao desenvolvimento biológico temperamental da criança. Esses dois exemplos demonstram que as metáforas podem ser limitadas quando o objetivo é transmitir um programa ou uma concepção. Por isso, para que se possa discutir ou julgar uma metáfora, é preciso observar sua relação com as idéias que a veiculam, sua capacidade de organizar a reflexão e explicações de diferentes contextos, bem como a capacidade que essa metáfora tem de embasar análises mais profundas da definição ou concepção que ilustra. As metáforas poderão ser criticadas facilmente se forem triviais,

estéreis ou desnecessárias em determinados contextos ou quando abrirem a possibilidade de, numa análise mais profunda, contradizer a idéia que tem por objetivo ilustrar.

A sintética apresentação dos três tipos de enunciados correntes em educação identificados por Scheffler¹⁷ tem, neste estudo, a função de nos auxiliar na análise dos discursos que apresentam as resoluções dos Congressos da APEOESP. O objetivo é verificar se as proposições são feitas tendo por base definições, *slogans* ou metáforas em educação. Conforme exposto na Introdução, não será possível analisar todos os temas identificados nas resoluções congressuais. Por isso, optou-se por priorizar aqueles que foram debatidos em cinco ou nos seis congressos estudados e aqueles que foram discutidos em apenas um deles, de modo a analisar os temas que, pela sua incidência, parecem demandar mais atenção, elaboração e respostas ao professorado, bem como verificar quais temas são tratados pontualmente, desaparecendo da agenda de debates. Buscarei desenvolver a análise seguindo a seqüência dos temas destacados nos Quadros 2, 3 e 4. Em alguns casos, esta seqüência poderá ser modificada para dar maior fluidez e coerência ao texto.

2. O DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS RESOLUÇÕES CONGRESSUAIS DA APEOESP

Para iniciarmos a exposição da análise das discussões sobre as políticas educacionais desenvolvidas nos Congressos da APEOESP, é importante reconstituir, para o leitor, a opção metodológica adotada aqui. Na Introdução do trabalho, anunciei que, devido ao grande número de temas sistematizados, optei por analisar prioritariamente aqueles que demandam ou gozam de maior atenção por parte da entidade. Estipulei como tais os temas que foram objeto de discussão em pelo menos cinco congressos realizados no período. Para permitir o contraponto, apresento também aqueles temas que mereceram pouca atenção por parte do sindicato, ou seja, aqueles temas que foram tratados em apenas um dos seis Congressos do período. Estes, pela pouquíssima incidência, serão utilizados apenas para expor a diferença de

¹⁷ Para aqueles que desejarem aprofundar a discussão sobre esses três tipos de enunciados, recomendo a leitura dos três primeiros capítulos do livro de Israel Scheffler (1974): *A linguagem da Educação*.

tratamento dada aos assuntos considerados mais importantes, pois nas próprias resoluções não será possível encontrar as razões desse fato. Sempre que a contribuição for necessária, partirei ou farei referência às elaborações presentes no documento *A Questão Educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP* porque ele foi meu ponto de partida nesta discussão. Na abertura de cada categoria, o leitor terá uma breve síntese dos temas priorizados ou deixados em segundo plano pelo sindicato.

2.1. A ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE: DEFINIÇÕES OU *SLOGANS*?

Como o objetivo deste trabalho é analisar as posições e proposições de Políticas Educacionais da APEOESP, creio ser fundamental começarmos pela discussão de como o sindicato entende que deva ser a Organização do Trabalho Pedagógico na Escola, por isso, esta será a primeira categoria analisada. Nela estão reunidas as concepções da entidade sobre a escola e suas posições quanto ao acesso e permanência dos alunos, evasão e repetência, currículo, condições das escolas e número de alunos por sala na Educação Básica. De acordo com a metodologia adotada, analisaremos, neste item, também: Currículo, Inovações Introduzidas pela SEE, Livro Didático, Número de alunos por sala de aula, Educação Infantil (juntamente com Ensino Fundamental), Educação Especial/Inclusão.

a) A concepção de escola da APEOESP: a exaltação da qualidade e da formação para a cidadania

Nos documentos analisados (*A Questão Educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP* e os seis cadernos de resoluções) não há uma formulação específica da concepção de escola adotada pelo sindicato. O exame desse material permitiu, entretanto, identificar uma linha geral que aponta no sentido de *uma escola pública de qualidade, gratuita, laica, que garanta o acesso e a permanência do aluno e que seja gerida democraticamente*. Este *slogan*, apresentado em diversas formulações semelhantes e utilizado com bandeira política, é apresentado sem definições claras do que seja qualidade. A escola de qualidade é definida como aquela que “responda às reais necessidades dos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras” (APEOESP,

2004, p. 19). Essa indefinição nas resoluções de seis congressos deixa aberta a possibilidade de questionamentos como quais são as reais necessidades dos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras? De quais trabalhadores e trabalhadoras estamos falando? E, ainda, denota a inexistência de uma conceituação rigorosa do que seja escola de qualidade para os militantes da entidade. Pelos discursos que analisaremos nos próximos itens, talvez consigamos reunir elementos que nos permitam elaborar uma conceituação da escola da qualidade defendida pela entidade. Uma pergunta que podemos fazer é: dentro do debate de concepção está definido para que fim preparar os filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras? Nas resoluções de 1998 e 2006, a afirmação é a de que a escola deve formar sujeitos capazes de agir no sentido de transformar a sociedade capitalista:

O currículo escolar deve contribuir para esclarecer ao aluno o funcionamento da sociedade capitalista, as forças sociais nela inserida, a ideologização da cultura na sociedade de classes e o papel desmistificador da Educação no processo de conscientização das massas exploradas. Esse posicionamento implica não só na conscientização dos professores, mas, também parafraseando Marx, em agir no mundo para transformá-lo” (APEOESP, 2007b, p. 8).

Nas resoluções dos outros congressos (1997, 2000, 2001, 2003 e 2004), a formação para a transformação da sociedade é substituída pela formação para a cidadania, conceito ambíguo que pode ser utilizado para expressar diferentes programas ideológicos. De um lado, o termo pode ser empregado para referir-se ao direito de gozo dos direitos políticos e econômicos, apontando para a necessidade de inclusão social daqueles que estão impedidos de usufruir destes direitos através de programas capazes de propiciar melhores condições de formação educacional, empregabilidade e acesso ao mercado de consumidor. De outro lado, pode significar o que é definido por Gadotti (2000, p. 2) como cidadania plena “que se manifesta na mobilização da sociedade para a conquista de novos direitos e na participação direta da população na gestão da vida pública, através, por exemplo, da discussão democrática do orçamento.” As duas descrições, apesar de exprimirem programas sutilmente diferentes, têm em comum o fato de apontarem no sentido de que é possível (e necessário) deixar de lado as rivalidades entre as classes sociais – não consideradas nessa perspectiva – uma vez que todos passam a ser igualmente cidadãos que devem se ajudar mutuamente. Daí os

programas de voluntariado, as Organizações não Governamentais e outras formas de instituições e organizações sociais que cuidam de reduzir as desigualdades.

A defesa do conceito de cidadania plena, definida como possível a partir da gestão democrática e participativa de todos os segmentos envolvidos no processo educacional, dentro e fora das escolas, aparece nas resoluções dos congressos realizados em 2000, 2001, 2004 e 2005. Escolas que sejam capazes de formar um aluno apto a lidar com o avanço tecnológico, interpretar e analisar informações, usar corretamente a língua, dominar conhecimentos científicos e humanísticos e desenvolver capacidades de melhor relacionar-se interpessoalmente. À educação pública é atribuída a tarefa de desenvolver nos jovens o conhecimento de si mesmos e a agirem respeitando os princípios de democracia e da solidariedade, bem como de dotar o país de uma população plenamente realizada. Realização esta que “não pode se confinar aos contornos do mundo do trabalho, mas sim formar para a realização pessoal e coletiva, no âmbito da edificação de uma democracia política, econômica, social e cultural.” (APEOESP, 2002, p. 15).

Qual seria o *locus* dessa formação cidadã? Quantos anos da vida da criança devem ser dedicados a essa formação? Talvez encontremos essas respostas ao verificarmos o que se debate nos congressos sobre a Educação Básica.

b) Educação Básica: da extensão da escolarização à necessidade da inclusão

Decidi tratar conjuntamente os temas relacionados à Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial, Ensino Técnico, Educação de Jovens e Adultos) porque nas resoluções eles são tratados, na maior parte das vezes, em conjunto. O leitor atento observou, no Quadro 2, que o Ensino Fundamental foi alvo de citação específica apenas no 21º Congresso. Isso não significa que a APEOESP ignore-o, muito pelo contrário, ao tratar da escola e dos temas que lhe são correlatos, trata-o como algo intrínseco. Todos os temas estão relacionados direta ou indiretamente com ele. Assim, tudo que analisamos até aqui diz respeito ao Ensino Fundamental e também aos outros níveis e modalidades de ensino. De acordo com a entidade, a *escola pública de qualidade, gratuita, laica, que garanta o acesso e a permanência do aluno e gerida democraticamente* deve abranger desde a Educação

Infantil até o Ensino Médio, tendo como elo de ligação, Planos de Educação (Nacional e Estadual) e projetos político-pedagógicos que reflitam o caráter constitutivo de um todo que cada nível representa.

O documento *A Questão Educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP* demonstra que, antes da adoção do conceito de Educação Básica estabelecido pela LDB, já havia, na APEOESP, a defesa do caráter pedagógico e não assistencial da educação das crianças de zero a seis anos. A inclusão deste nível de ensino como uma etapa da Educação Básica foi avaliada como um dos pontos positivos da LDB frustrado pelo FUNDEF¹⁸ porque, ao destinar recursos exclusivamente para o Ensino Fundamental, causou a diminuição da qualidade da Educação Infantil, falta de vagas para todas as crianças nas creches públicas, aumentando a rede de atendimento das *escolinhas* particulares. O FUNDEB¹⁹ é apontado como possibilidade de solução destes problemas, uma vez que abarca as etapas da educação básica não atendidas pelo FUNDEF, apesar da necessidade de aumento dos recursos destinados para este fundo. Em todos os Congressos nos quais o tema foi tratado, a reivindicação era que houvesse

¹⁸ De acordo com Reis (2006, p. 54), o FUNDEF estabeleceu quatro pontos principais: durante dez anos, 15% do que fosse arrecado pelo Estado e municípios (com o Fundo de Participação dos Estados, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e Imposto sobre Produtos Industrializados para Exportação) deveriam ser destinados exclusivamente à educação fundamental; esses recursos passariam a constituir um fundo fiscal no âmbito de cada estado e seriam distribuídos entre o estado e seus municípios, de acordo com o número de alunos nas escolas estaduais e municipais de educação fundamental; a garantia de um gasto anual mínimo por aluno, quando não fosse alcançado com os recursos fiscais de um estado, o governo federal o faria com seus recursos; pelo menos 60% dos recursos do fundo, em cada estado, deveriam ser utilizados exclusivamente para o pagamento de professores em efetivo exercício, no respectivo sistema de ensino.

¹⁹ O FUNDEB foi criado em substituição ao FUNDEF que vigorou por dez anos. Ele terá duração de 14 anos a partir de 2007 (até 2.020), atenderá à Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos. Seus recursos serão oriundos da contribuição de Estados, DF e Municípios (16,66 % em 2007; 18,33 % em 2008 e 20 % a partir de 2009) sobre o Fundo de Participação dos Estados, Fundo de Participação dos Municípios, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp, Desoneração de Exportações (LC 87/96) e também contribuição de Estados, DF e Municípios, de (6,66 % em 2007; 13,33 % em 2008 e 20 % a partir de 2009), sobre: Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações, Imposto sobre Propriedade Veículos Automotores, Quota Parte de 50% do Imposto Territorial Rural devida aos Municípios, Receitas da dívida ativa e de juros e multas, incidentes sobre as fontes acima relacionadas. Além desses recursos será complementado pela União 2,0 bilhões de reais em 2007; 3,0 bilhões de reais em 2008; 4,5 bilhões de reais em 2009; e 10% do valor total do Fundo a partir de 2010. Valores reajustáveis com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Esses valores oneram os 18% da receita de impostos da União vinculada à educação por força do art. 212 da CF, em até 30% do valor da Complementação da União. Os Municípios receberão os recursos do FUNDEB com base no número de alunos da educação infantil e do ensino fundamental e os Estados com base no número de alunos do ensino fundamental e médio, observada a seguinte escala de inclusão: 100% dos alunos do ensino fundamental regular e especial a partir de 2007, 33,33% em 2007; 66,66% em 2008 e 100% em 2009 dos alunos da educação infantil, ensino médio e educação de jovens e adultos – EJA.

uma real integração entre elas por meio de uma política de creches, legislação, formação profissional (professores ministrando aulas e não pajens, monitores ou outras denominações – o que implicaria não apenas na abertura de novas vagas para professores como também seria a forma de garantir um trabalho pedagógico efetivo) e métodos pedagógicos específicos, expansão da rede física; enfim, tudo o que é necessário para dotá-la das condições necessárias para cumprir “seu importante papel no processo de ensino-aprendizagem, enquanto etapa inicial da Educação Básica” (APEOESP, 2004, p. 18).

A menção específica ao Ensino Fundamental, que ocorreu no 21º congresso, deveu-se ao debate sobre a sua extensão para nove anos em decorrência da Lei Nº. 11.274, de 06/02/06. A ponderação da entidade é que, apesar de praticamente universalizado, o Ensino Fundamental carece de qualidade. Por isso, para que tal proposta tenha sucesso não só em São Paulo como no Brasil é necessário

que haja amplo debate com a categoria e que se repense a estrutura de organização dos conteúdos, nova organização de trabalho pedagógico, nova forma de gestão, adaptação dos ambientes ao novo modelo de pré-escola, espaços, tempos, materiais, metodologias e objetivos, bem como formação inicial e continuada dos profissionais da educação. (APEOESP, 2007, p. 11)

A questão da falta de qualidade também aparece a propósito da discussão levada a efeito pela entidade acerca do Ensino Médio (regular e profissionalizante), pois era agravada pelo aumento da demanda decorrente da expansão do Ensino Fundamental. A solução do governo estadual para este problema – turmas com no mínimo quarenta e cinco alunos – é considerada um agravante à falta de qualidade. Assim como no caso da Educação Infantil, o sindicato acredita que o FUNDEB vai contribuir para a melhora desta etapa da Educação Básica e defende que este deve receber investimentos suficientes para atender à realidade educacional de cada região, de cada localidade e de cada clientela, contemplando a seguinte concepção:

É fundamental a construção de uma educação científico tecnológica básica, que combine conhecimentos gerais e específicos, de modo a articular pensamento e ação, teoria e prática, escola e sociedade, contemplando: o universo da ciência contemporânea; as novas tecnologias; as relações sócio-históricas que os homens estabeleceram na sociedade e no trabalho; as diferentes formas de linguagem

presentes nos espaços sociais e produtivos. (APEOESP, 2007, p. 12)

O mesmo tratamento é defendido para a Educação de Jovens e Adultos. Num país com anos de atraso no que diz respeito à erradicação do analfabetismo e um grande número de pessoas obrigadas a abandonar a escola antes de completar a escolarização básica, a EJA é vista pela APEOESP como uma forma de atendimento ao direito social e à prerrogativa de cidadania e uma questão premente de justiça, razão pela qual deve gozar de prioridade.

Para todas as etapas da Educação Básica, a entidade defende o máximo de trinta e cinco alunos por sala de aula, com a perspectiva de reduzir esse índice para o máximo de vinte e cinco, tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio. No caso de salas de aula com a presença de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, a APEOESP defende uma redução ainda mais significativa e proporcional à quantidade de alunos incluídos para que o professor tenha condições de oferecer um melhor atendimento para todos.

Sobre a inclusão dos alunos e professores portadores de necessidades especiais, somente a partir do 16º congresso, realizado em 1998, há resoluções a esse respeito. Em ambos os casos, o objetivo principal é “a igualdade de oportunidades para o exercício pleno da cidadania” (APEOESP, 2002, p. 44). Este Congresso aponta a falta de definição da LDB quanto às responsabilidades financeiras do Estado em garantir esta modalidade de ensino. As discussões sobre este tema poderiam ser apresentadas no tópico em que apresentamos as elaborações sobre currículo, mas a opção de apresentá-las aqui deve-se ao fato de a Educação Especial ser uma das modalidades da Educação Básica. A APEOESP defende que essa modalidade ultrapasse a visão assistencialista e passe a ser tratada como um direito que deve ser exercido pela integração entre a família-criança-escola-sociedade, acabando com a segregação social “que se configura quando a criança tem condições de frequentar a escola comum, mas é tolhida deste direito por motivos alheios, como o preconceito e a falta de estrutura da escola pública” (APEOESP, 2001, p. 17).

Para que essa idéia possa se viabilizar, além da redução do número de alunos exposta acima, a APEOESP aponta a necessidade de que as escolas sejam estruturadas

para atender com dignidade e qualidade esses alunos através de condições estruturais que garantam acessibilidade e de materiais pedagógicos específicos. Além disso, para a entidade, é fundamental que o professor receba formação em seu horário de trabalho para aprender as mais modernas e eficientes técnicas para desenvolver com esses alunos e que as escolas possam realmente contar com apoio profissional de diferentes áreas (saúde, psicologia, fonoaudiologia etc.) que possibilitem a articulação, acompanhamento e suporte para estes alunos, professores e familiares.

Qual o currículo a APEOESP defende que esta escola, que deve atender a diferentes faixas etárias, interesses, tratar especificidades e ao mesmo tempo formar para a cidadania, para a empregabilidade, para a realização pessoal e coletiva e para a construção de uma democracia política, econômica, social e cultural?

c) A concepção de currículo da APEOESP: uma construção histórica dos diversos atores sociais

No documento do qual partiu esta análise, a entidade, referindo-se às Novas Propostas Curriculares em vigor a partir de 1992, defende que, antes de criticar ou apoiar esta ou aquela proposta, é necessário que se saiba o que ensinar, para que ensinar, a quem se ensina e em que condições ensina. Assim como no item anterior, não foi possível encontrar as respostas para essas questões que poderiam explicitar a concepção de currículo da APEOESP. Por isso, foram necessárias leituras atentas não apenas dos textos que faziam referências diretas ao termo currículo, mas também daqueles que expõem diferentes sugestões e acúmulos para a discussão de questões que interferem na vida escolar, como os debates sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a importância de algumas disciplinas que foram reduzidas ou retiradas da grade curricular em 1997 (Filosofia, Sociologia e Psicologia) e os que são apresentados em todos em congressos sob o título geral de Políticas Permanentes.

Pela crítica feita aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) na única vez em que eles são citados, é possível entrever que a entidade conceitua o currículo como *uma construção histórica que deve expressar os saberes e práticas dos diversos atores sociais e deve ser fruto da elaboração desses atores*. Para chegar a esta inferência, baseei-me no seguinte texto:

Os PCN expressam uma concepção de currículo que nega sua origem histórica e seu caráter de construção e reconstrução do conhecimento, capaz de expressar saberes dos vários sujeitos sociais e suas práticas. Independente do mérito das propostas específicas, o problema reside na concepção e na metodologia de elaboração. Novamente estamos diante de uma proposta produzida externamente às escolas e à profissão docente, e transposta para a realidade escolar, cabendo aos professores adequar seu modo de trabalhar aos novos “parâmetros”. Torna-se indisfarçável a intenção de centralizar o que será ensinado na escola. Todo o discurso da autonomia da escola e da descentralização cai no vazio, uma vez que os conteúdos a serem ensinados estão controlados por uma pequena equipe de pensadores que gozam da confiança governamental. Fica evidente que o MEC toma o currículo como instrumento de controle e regulação da vida escolar e social. (APEOESP, 2002, p. 8)

Diante desta avaliação dos PCN, a construção do Projeto Político Pedagógico é apontada como alternativa de participação democrática coletiva. A proposta é que a elaboração do Projeto Político Pedagógico aconteça dentro dos Conselhos de Escola, compostos pelos gestores, professores, alunos, pais e funcionários, ou seja, aqueles que são ao mesmo tempo trabalhadores e destinatários da escola e que, por isso, têm condições de diagnosticar a realidade, planejar, tomar decisões, estabelecer horizontes, definir objetivos e escolher formas de ação para alcançá-los.

Dentro do debate do que se ensina e em que condições se ensina, insere-se o debate sobre a distribuição das disciplinas na grade curricular. A redução da quantidade de aulas implementada pela SEE em 1998, discutida no primeiro capítulo deste trabalho, além de provocar o desemprego de milhares de professores, demonstrou também uma opção política: naquele momento, sob o argumento de privilegiar a aprendizagem dos conhecimentos básicos e para adequar a modificação na duração da hora-aula²⁰, optou-se por aumentar a importância – através do aumento das horas-aula – das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A reivindicação do sindicato passou a ser, no âmbito estadual, a volta da grade de 1997 e, no âmbito nacional, a luta para que fossem feitas mudanças no artigo 35 e 36 da LDB, no sentido de garantir a obrigatoriedade das disciplinas Filosofia e Sociologia, como integrantes da parte comum da matriz curricular. Em 2005, a SEE atendeu à reivindicação de retorno da

²⁰ A Hora-aula passou de quarenta e cinco para sessenta minutos no período diurno e de quarenta para quarenta e cinco minutos no noturno, reduzindo o número de horas-aula semanais, passando de trinta para vinte e cinco no período diurno e vinte aulas no noturno. As aulas de história, geografia, sociologia, psicologia, filosofia, educação física e artística, química, física e biologia foram reduzidas ou excluídas em algumas séries e/ou escolas.

grade curricular citada e, em 2006, foi assegurada a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia e Sociologia em todas as escolas de Ensino Médio, ainda que as escolas tivessem que optar por uma delas. De acordo com as Resoluções do 21º Congresso (2007b, p. 21) “agora, é necessário estabelecer um debate sobre o currículo, a necessária ressignificação do Ensino Médio e sua articulação com a Educação Tecnológica”.

No momento em que finalizo este trabalho, novas mudanças curriculares estão sendo implementadas na rede estadual, através do estabelecimento de currículos mínimos para todas as disciplinas e séries, incluindo e excluindo disciplinas arbitrariamente para a inclusão de outras, as chamadas disciplinas de apoio curricular²¹ em algumas escolas e inclusão de cursos técnico profissionalizantes²². Mais uma vez, as reformas curriculares estão sendo feitas de cima para baixo, por alguns dos mesmos profissionais que trabalharam na elaboração das medidas implementadas na última década.

Como dito no início deste tópico, as discussões sobre currículo podem ser encontradas também nos debates de Políticas Permanentes. De acordo com a linha de pensamento da cidadania plena por Políticas Permanentes, entendem-se questões relativas às políticas sociais necessárias para promover a conquista de direitos e a visibilidade de grupos socialmente sub-valorizados ou fragilizados. Por que definir as políticas sociais como permanentes?

[Porque] à medida que as políticas sociais permitem o acesso a direitos básicos, outras demandas se apresentam no caminho da evolução dos direitos. Os países mais avançados do ponto de vista social e econômico não eliminaram suas políticas sociais. Elas permaneceram, acompanhando as demandas da sociedade, no sentido de promover a igualdade social. (Ananias, 2007)

²¹ De acordo com a SEE, as disciplinas de apoio curricular terão como objetivo reforçar conteúdos para os alunos da Terceira Série do Ensino Médio. As seis aulas destinadas às disciplinas de geografia, filosofia e artes serão divididas em duas para cada uma das três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

²² A oferta de cursos de formação básica e profissional, Habilitação Profissional de Técnico em Gestão de Pequenas Empresas dar-se-á em parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” e Fundação Roberto Marinho, de forma gradual, na modalidade de educação semi-presencial, iniciando-se em 2008 em unidades escolares estaduais jurisdicionadas às Diretorias de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

É com esta visão que, em todos os congressos estudados, foram tomadas resoluções referentes às questões de gênero e racismo. Em cinco, há resoluções sobre educação especial; em quatro, sobre trabalho infantil/crianças e adolescentes; em três, sobre cultura e uma vez foram debatidos os temas meio-ambiente e juventude. A preocupação com esses temas mostra que, para o sindicato, a escola também deve educar para o enfrentamento de questões que se apresentam e extrapolam a sala de aula, exercendo, na prática, seu papel de instituição social que contribui para a formação de cidadãos que (re)conheçam direitos.

De acordo com Souza (2003, p. 40), as primeiras discussões para organizar a luta de combate ao racismo na APEOESP aconteceram em abril de 1991, no Congresso de Educação do Sindicato Único e tinha entre seus objetivos:

Propor e organizar nas escolas, cidades e regiões: encontros, fóruns ou semanas de discussões sobre a questão do negro e da cultura afro-brasileira com o objetivo de despertar a consciência dos alunos, da população como um todo e da comunidade negra em geral, para o compromisso da luta contra o preconceito, a discriminação e o racismo, ideologizados subjacentemente na sociedade brasileira pela linguagem do poder branco e opressor. (Souza, 2003, p. 40)

Anos depois foram criados os Coletivos²³ Anti-racismo e o de Gênero²⁴. No 16º Congresso Estadual, realizado em 1998, são apontados inúmeros desafios para a entidade, entre eles, a exigência do cumprimento do art. 210 da Constituição Federal que estabelece a fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais bem como do parágrafo 1º do artigo 242 das disposições constitucionais que determina que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. O objetivo desta exigência é tentar garantir que as questões raciais realmente sejam tratadas pelos

²³ Os Coletivos são grupos formados por vinte e um membros, indicados proporcionalmente pelas tendências que compõem a Diretoria da entidade e referendados nos congressos. Têm a função de, juntamente com a Secretaria de Políticas Sociais, propor e encaminhar políticas para a entidade e para a categoria.

²⁴ Há um intenso debate sobre o Coletivo de Gênero, pois há defensores de que, pelo fato de que a categoria dos professores ser formada majoritariamente por mulheres, a entidade deve ter no lugar daquele um Coletivo de Mulheres. Isso porque, além das discussões das opressões e discriminações inerentes à relação de homens e mulheres, o conceito de gênero encampa também especificidades dos homossexuais, bissexuais e transexuais, o que na opinião de seus opositores, dilui-se das lutas específicas das mulheres, enfraquecendo-as.

currículos escolares. Neste Congresso, pela primeira vez, há resoluções dedicadas às políticas de gênero e aos portadores de necessidades especiais.

Nas resoluções do Congresso seguinte são incorporadas, além das questões referentes aos negros, mulheres e portadores de necessidades especiais, resoluções específicas sobre a questão indígena e os textos sobre as questões de gênero dedicam considerável espaço para as discussões sobre homossexualidade e reivindicações e propostas sobre punições às atitudes de discriminação racial, sexual, religiosa, defesa da descriminalização do aborto, contra a redução da maioridade penal, a favor de medidas reparatórias fundadas nas regras de discriminação positiva como cotas.

A promulgação da Lei 10.639/2003, que instituiu o ensino da História e Cultura da África e dos Afro-brasileiros, reivindicação histórica do movimento negro no Brasil, coloca ao Sindicato e seus militantes um novo desafio: o da qualificação “para demandas que se aproximam, na escola e na sociedade” (APEOESP, 2003, p. 10).

(...) Assim é necessário que o Sindicato promova a realização de cursos de formação sindical e pedagógica aos profissionais de ensino, em parceria com os órgãos públicos, além disso, apresente propostas concretas para políticas públicas aos governos municipais, estadual e federal que garantam formação e capacitação dos trabalhadores em educação sobre a temática no campo das reparações: História da África e dos povos negros, Cultura Afro-brasileira, cotas, saúde, moradia, terra, trabalho, etc. (APEOESP, 2003, p. 10)

Desde então, as resoluções dos congressos apontam no sentido de subsidiar os professores para os debates das questões raciais, de gênero, cultura, meio-ambiente e juventude que se apresentam no dia-a-dia da sala de aula com o objetivo de fazer com que a escola contribua para desmascarar, enfrentar discriminações e problemas sociais e desenvolver o respeito às especificidades dos grupos e indivíduos. Há também uma proposta recorrente de que o sindicato desenvolva um projeto de formação político pedagógico inter-étnico para professores(as), o que ainda não foi concretizado.

Pelas resoluções congressuais, é possível verificar que as discussões que acontecem de forma sistemática são as de anti-racismo e de gênero. Sobre as quais há, além de propostas, balanços da atuação dos Coletivos, projetos de continuidade, informações sobre a realização de encontros, cursos, publicação de materiais específicos, enfim uma atuação mais constante. Sobre alunos e professores portadores de necessidades especiais, há resoluções (que serão apresentadas quando tratarmos

dessa modalidade da Educação Básica), mas não há referências às atividades desenvolvidas, nem consta o referendo dos membros do Coletivo que foi aprovado no 18º Congresso.

No caso das questões relativas à Saúde dos Trabalhadores em Educação (que serão analisadas quando discutirmos as condições de trabalho) há resoluções em cinco dos seis congressos estudados. Apesar disso e da existência de militantes interessados no tema – que participam principalmente das discussões sobre o funcionamento do IAMSPE e acompanham as discussões sobre as moléstias que atingem cada vez mais os professores – as resoluções e própria organização e funcionamento do Coletivo não saíram do papel, restringindo-se a uma Comissão que encontra dificuldades para socializar as discussões, sendo muitas vezes obrigada a transformá-las em informes no começo ou final das reuniões. Os outros temas são tratados pontualmente, sem encadeamento. Pude constatar, por exemplo, a deliberação da criação do Núcleo Artístico-Cultural, do Coletivo Pró-Meio Ambiente Estadual e Regional, o que não se viabilizou.

d) Livro Didático: da proposta de supressão ao descaso

Ao vincular-se com a discussão sobre currículo apresentada anteriormente, a questão do livro didático merece uma atenção especial pelo fato de ser o tema menos discutido na categoria *Organização do Trabalho Pedagógico na Escola*, mesmo diante da queixa recorrente dos professores nas escolas, também apontada pela maioria dos professores que responderam ao Perfil (Anexo 1). No documento *A Questão educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP* (de 1994), há a afirmação de que o acúmulo até 1986 defendia o fim da distribuição dos livros didáticos pelas editoras e ampliação dos debates e condições para que professores e alunos pudessem caminhar no sentido de produzir seu próprio material de apoio, tornando o livro didático desnecessário. Doze anos depois, em 1998, o tema reaparece e a posição da entidade torna-se mais moderada, pois ela diz concordar que os livros didáticos sejam avaliados em virtude dos erros, preconceitos e outros problemas que apresentavam, só não concordava com a publicação de listas com livros considerados bons e livros proibidos. De acordo com o texto, as listas divulgadas pelo MEC interferiam e subestimavam (n)a

capacidade de escolha dos professores, bem como impunham uma linha de abordagem do ensino, excluindo aqueles que não estivessem de acordo com a metodologia adotada pelos avaliadores.

Controlado pelo Ministério da Educação, o Programa Nacional de Distribuição de Livro Didático vem se devolvendo e aumentando sua abrangência distribuindo livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, dicionários da língua portuguesa para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público, Atlas Geográfico para as escolas que possuem, concomitantemente, EJA e turmas de 5ª a 8ª série do ensino regular, livros didáticos em Braille para os alunos portadores de deficiência visual, cartilha e livro de língua portuguesa em libras e em CD-ROM e dicionários trilíngues (português, inglês e libras) para os alunos com surdez. Para os alunos do Ensino Médio, são distribuídos livros de português, matemática, história, biologia e química e, a partir de 2008, também de geografia e física. A ausência de posições sobre este tema causa estranheza, uma vez que o livro didático é um instrumento de trabalho muito utilizado pelos professores e um programa desta monta interfere no dia-a-dia da sala de aula. Se os argumentos apresentados em 1998 eram válidos, a interferência na abordagem pedagógica e na determinação dos currículos e conteúdos é, agora, muito maior devido ao aumento da abrangência do programa.

Para complementar nossa análise, cabe informar que a Reforma Curricular que está sendo implementada em 2008 prevê a distribuição de *Cadernos do Professor* e um material similar para os alunos, nos quais serão indicadas as aulas que deverão ser ministradas ao longo do ano, desde o estabelecimento dos objetivos da aula, conteúdo mínimo a ser ensinado, as atividades a serem realizadas pelos alunos, avaliações e atividades de recuperação, ou seja, um manual com poder de interferência maior do que o livro didático, pois o SARESP de 2008 será atrelado a esse material e a política salarial do magistério será atrelada aos resultados do SARESP. Apesar de essas informações serem de conhecimento de todos, durante o processo de organização do último congresso da APEOESP (realizado em novembro de 2007) a questão não foi debatida, não havendo nenhuma posição da entidade a esse respeito.

A pouca preocupação que o material examinado evidenciou em relação ao livro didático, bem como a ausência de qualquer referência ao problema da falta de materiais

didáticos para o dia-a-dia da sala de aula e à reforma curricular já em curso no momento de realização do último Congresso (em 2007) contribuem para responder a uma das questões apresentadas na Introdução da dissertação: a APEOESP trata com a devida atenção os problemas pedagógicos enfrentados pela categoria? Toda ponderação anterior nos faz crer que não, o que pode ser um grave equívoco da entidade. As propostas de currículo e a concepção de escola que este deveria propiciar caem no vazio se não forem discutidas as condições práticas de sua viabilização. Os congressistas que elaboram as resoluções têm ciência dos empecilhos para o trabalho do professor, mas tratam de forma contundente aqueles que podem resultar em mais emprego que é a questão do número de alunos em sala de aula em detrimento de outros aspectos.

e) As mudanças introduzidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo: inovações ou simples medidas?

As mudanças implementadas pela SEE desde 1995 mereceram atenção e elaborações da APEOESP em todos os congressos do período analisado. Mantive a conceituação de inovações até aqui porque ela se repete em vários textos da entidade, entre os quais, um intitulado *As Inovações Introduzidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo* (APEOESP, 1999, p. 22), no qual um grupo de intelectuais²⁵ expõe o que entende por inovação, entendimento que parece ter sido adotado pela entidade para subsidiar suas argumentações, uma vez que é utilizado frequentemente. Baseados em Terezinha Rios, os autores do texto definem inovação como o compromisso com o novo e explicam que compromisso significa comprometer, fazer promessa junto com alguém. O que, de acordo com os autores,

Supõe, portanto, a partir da análise crítica que fazemos juntos do existente, propor e fazer as mudanças desejadas em determinada direção, que traduzam a opção por um dado projeto de educação e de sociedade. Inovar em educação exige, pois, um processo coletivo de análise do real, do que não está bom e precisa ser modificado, na direção de possibilitar às crianças e aos jovens o direito de, através da educação escolar, daquilo que a escola tem como compromisso, poderem se desenvolver como seres humanos e como cidadãos. (APEOESP, 1999, p. 22, grifos meus).

²⁵ Os autores do texto são: Ignez Navarro, José Cerchi Fusari, Lúcia Helena Lodi, Maria Isabel de Almeida, Selma Garrido Pimenta e Sílvia Maria Manfredi.

Acredito que a definição descritivo-programática do conceito de inovação adotada pelos autores (e pelo sindicato) não é coerente com as mudanças postas em prática na rede estadual paulista nestes últimos anos. Se uma das principais reclamações do sindicato e dos professores em geral é o fato de não serem envolvidos nem ouvidos nos processos de discussões e elaborações das Políticas Educacionais, como dizer que as mudanças implementadas podem ser chamadas de inovações se, de acordo com os autores, inovações partem de uma “análise crítica que fazemos juntos” e “exige, pois, um processo coletivo de análise do real, do que não está bom e precisa ser modificado”? Que análise crítica fizemos juntos? Onde se deu o processo coletivo de análise do real? Tenho ciência de que o Estado é o responsável pela execução das políticas educacionais e, enquanto tal, não tem a obrigação de consultar a população sobre seus projetos – mesmo porque os defensores da cidadania enquanto forma de participação política poderão dizer que a população do estado de São Paulo, ao eleger seus governantes, aprovou seus programas (projetos) políticos. O que estou discutindo é o fato das medidas implementadas pela SEE poderem ser conceituadas como inovações.

Por essas perguntas e pelas posições expressas nas resoluções congressuais que contradizem essa formulação, de agora em diante, quando necessário, farei referências às medidas implementadas como mudanças ou modificações. Também não utilizo o conceito reforma (algumas vezes também utilizado pelo sindicato) porque ele remete à melhoria de uma determinada situação e os resultados das avaliações educacionais, realizadas pelo SARESP, ENEM, Prova Brasil, só para citar algumas, não demonstram que as mudanças caminharam no sentido de promover melhorias na educação pública paulista.

Postas estas considerações, vamos analisar qual a posição da APEOESP sobre as mudanças introduzidas pela SEE. A posição expressa nas resoluções do 16º Congresso, que aconteceu em 1998, faz uma avaliação inicial que será reafirmada e completada nos congressos seguintes. É uma posição que contradiz frontalmente o conceito de inovação exposto anteriormente:

A APEOESP vem denunciando há tempos que a face mais evidente do projeto educacional é a redução dos investimentos no setor, combinada com a tentativa de desqualificação e fragmentação do nosso sindicato. As medidas a serem implementadas vêm sempre

envoltas num discurso pseudo-progressista, que invoca medidas de ordem pedagógica para se justificar mas, na verdade, o enxugamento dos gastos é sempre o objetivo indisfarçavelmente maior.

Elas [as inovações] vêm travestidas de uma roupagem “inovadora” e muitas são originárias da árdua luta em defesa da educação de qualidade, mas foram esvaziadas de seu significado ou implementadas sem os requisitos necessários para alcançar os resultados pretendidos. (...) Outro aspecto problemático é que essas mudanças são apresentadas de maneira fragmentada, escamoteando o verdadeiro projeto que as articula. (APEOESP, 1999, p. 11)

Nos anos seguintes, a avaliação das políticas educacionais implementadas pela SEE feita pela APEOESP caracteriza-se pela crítica ao seu caráter fortemente autoritário. Procurando ser fiel aos textos, inclusive mantendo a utilização daqueles conceitos dos quais discordo para demonstrar a posição crítico-defensiva adotada pelo sindicato, pode-se sintetizá-la da seguinte forma: tais políticas ignoram a opinião do professor e esperam que ele apenas cumpra ordens da diretoria de ensino, da direção e do coordenador pedagógico e se responsabilize pelos resultados da avalanche de mudanças que têm despencado sobre seu cotidiano. As condições em que ele atua não foram modificadas: seu trabalho continua mal remunerado e sua profissão enfrenta uma desvalorização social sem precedentes. E as consequências dessas inovações são o desemprego e a desvalorização profissional de professores e funcionários da educação, empobrecimento da qualidade do ensino e o fortalecimento da rede privada. As reformas em São Paulo fizeram-se com a resistência possível. Reforma em cujo centro encontra-se a mercantilização e a transferência do direito à educação para a sociedade civil, no processo que denominamos de privatização política. Hoje, com os elementos históricos que se tornaram mais precisos, pode-se afirmar que não se tratava de razões pedagógicas, mas de medidas necessárias para as mudanças que far-se-iam na esfera educacional paulista na direção da desconcentração educacional sob o disfarce da descentralização induzida pelo FUNDEF (cf. APEOESP, 2001, p. 9; 2002, p. 19; 2005, p. 15). A seguir, apresento as posições da entidade sobre as principais medidas implementadas no período estudado aqui:

- ✓ **Reorganização da Rede:** Com o argumento de que era preciso adequar as escolas às necessidades específicas de cada faixa etária, as escolas foram reorganizadas causando transtornos para milhares de crianças, fechamento de um grande número de escolas, superlotação de outras e a demissão de cerca de 20 mil professores. (APEOESP, 1999, p. 9)

- ✓ **Ciclos:** A organização do ensino em ciclos a partir das reais fases de desenvolvimento dos alunos deve ser apoiada num sério sistema de avaliação e de acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem e não como forma de agilizar o fluxo escolar. (APEOESP, 1999, p. 11)
- ✓ **Avaliação externa (SARESP):** O Sindicato não é contrário à avaliação institucional desde que ela seja concebida como uma forma de reorientar a política educacional e não simplesmente como um instrumento excludente e discriminatório. A avaliação tem se constituído num dos principais elementos da política educacional em vigor, “sendo-lhe atribuído o papel de possibilitar a correção dos ‘desvios’ presentes na educação”, baseando-se no rendimento escolar do aluno por meio de provas unificadas medindo apenas o produto final e ignorando as condições reais nas quais se processa o ensino e o professor passa a ser responsabilizado pelo fracasso do aluno. Prioriza aspectos quantitativos em detrimento do qualitativo e é utilizada como “instrumento de otimização da relação custo-benefício, dentro de uma lógica financeira.” (APEOESP, 1999, p. 9; 2005, p. 17)
- ✓ **Progressão Continuada:** O projeto de progressão continuada que vem sendo implementado pela SE configura, na prática, a “aprovação automática” dos alunos, resultando na exclusão postergada destes, que deixam os bancos escolares sem acesso ao conhecimento acumulado pela sociedade, um direito histórico da humanidade. Isso acontece porque não são observadas as condições estruturais, pedagógicas, salariais, de formação dos professores e outras necessárias ao desenvolvimento de um verdadeiro projeto de formação continuada. (cf. APEOESP, 2001, p. 9; 2007, p.10). Nos 20º e 21º congressos, em 2004 e 2006, a resolução sobre o tema foi a mesma: continuar a luta pela imediata suspensão da aprovação automática, para que se possam criar as condições para a implementação de uma verdadeira progressão continuada, na perspectiva de um projeto de educação inclusivo e emancipador, o que requer um sério debate de questões como a gestão democrática das escolas e da educação, as condições estruturais das escolas, as condições de trabalho dos professores e de ensino-aprendizagem dos alunos. (cf. APEOESP, 2005, p. 39; 2007, p. 10)
- ✓ **Pedagogia do afeto:** Proposta do ex-Secretário de Educação Gabriel Chalita que, de maneira sintética poderia ser caracterizada pela introdução de relações interpessoais de afetividade em sala de aula. O raciocínio é que na medida em que o professor trata bem o seu aluno, sabe o seu nome, cultiva uma relação de respeito e torce pelo seu sucesso, ele estará educando pelo afeto e conquistará a disciplina pela confiança, carinho garantindo condições mais propícias ao êxito do trabalho pedagógico. Para o Sindicato essa é uma metodologia inócua “pois seu alvo é um suposto aluno *ideal*, de classe média, que nada tem a ver com a realidade da rede pública, onde estão muitos milhares de crianças e jovens empobrecidos, desesperançados, excluídos e lançados precocemente no mundo da violência e das drogas”. (APEOESP, 2004, p. 18)

- ✓ **Escola da Família:** Esse projeto, lançado em 2003, previa a concessão de uma *Bolsa-Universidade* pelo Estado para vinte e cinco mil ex-alunos de escolas públicas matriculados, obrigatoriamente, em instituições privadas de ensino superior em troca do trabalho de monitoria nas escolas estaduais abertas nos finais de semana. No congresso de 2003 a avaliação era a de que toda iniciativa que vise integrar a escola pública à comunidade é bem-vinda. No entanto, a simples abertura de escolas à comunidade nos finais de semana, descolada do projeto político pedagógico de cada unidade escolar, parece mais uma jogada de *marketing* do governo. Ao invés de repassar dinheiro a instituições privadas, para o sindicato, o Estado deveria destinar mais verbas públicas a universidades públicas estaduais, pois são elas que garantem a pesquisa acadêmica, científica e tecnológica, fator crucial para o desenvolvimento de nosso país.

Findamos aqui a análise da primeira categoria deste estudo, não por acaso aquela que concentra os temas que têm relação direta com as questões pedagógicas, e constatamos que a APEOESP discute, toma posição e delibera sobre proposições relativas a questões educacionais. Mas essas posições e proposições são tomadas tendo por referência definições oscilantes, ou melhor, várias indefinições, sem uma base conceitualmente sólida, reforçando as observações feitas pelos professores citados no trabalho de Vianna (1999, p. 108).

2.2. AS DEFINIÇÕES DA APEOESP SOBRE GESTÃO, FINANCIAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL

Tendo em vista o objetivo principal deste trabalho, analisaremos agora as posições e proposições da APEOESP com relação aos problemas que envolvem aspectos da gestão e do financiamento que determinam a organização da educação. Nesta categoria, são apresentadas também as posições do sindicato sobre as questões relativas à conjuntura político-partidária que tenham relação com a educação. É por estas questões que começaremos a análise porque, para o sindicato, os problemas que afligem a escola e a educação não são gerados apenas no campo das políticas educacionais nem serão resolvidos exclusivamente nele. Dentro dessa lógica, até o 20º Congresso, promovido em 2004, os cadernos de resoluções começavam com a apresentação de análise das conjunturas internacional e nacional que eram utilizadas

como pano de fundo para as demais resoluções tomadas. Nos 21º e 22º Congressos, os delegados aprovaram regimentos com a seguinte mudança: estas questões não mais seriam discutidas especificamente e os temas discutidos deveriam permear o debate. Não há nenhuma justificativa oficial para essa mudança. A ArtSind, proponente da mudança, argumentou que não há sentido para a realização de plenária exclusiva para estes temas porque os problemas (e soluções) são inseparáveis da conjuntura e que isso aceleraria os trabalhos do congresso porque o tempo dedicado a essa Plenária pode ser utilizado em outras atividades. Já os seus opositores afirmam que o motivo de tal proposição é evitar os ataques e a possibilidade de balanços negativos sobre o governo Lula, apoiado pela ArtSind, ArtNova e CSC.

Essa divergência de posicionamento é mais uma das que permeiam a luta neste subcampo. Aliás, gostaria de lembrar ao leitor que a maioria das posições e proposições apresentadas aqui como sendo *da APEOESP* não são unânimes. São as posições e proposições que receberam mais votos, portanto válidas de fato e de direito. Será muito interessante um trabalho futuro que analise os cadernos de teses onde as divergências das tendências estão expostas.

a) Neoliberalismo e globalização: a análise conjuntural no centro do debate

Em que pesem as diferentes definições do que seja neoliberalismo e globalização, vou apresentar aqui o que a APEOESP define como tais. Via de regra, as definições vêm acompanhadas da análise da atuação dos governos federal e estadual e as consequências de suas ações para a educação. Por isso, os temas serão apresentados juntos aqui. Em linhas gerais, pode-se afirmar que globalização e neoliberalismo são tratados como responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades sociais e pela deteriorização do sistema educacional, como expressam as citações abaixo:

A inserção subordinada do Brasil no processo de globalização provocou efeitos devastadores na nossa economia, gerando um aprofundamento sem precedentes das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais já presentes em nosso país. (...) O aprofundamento dessa política mergulhará o país numa recessão sem precedentes, com aumento do desemprego, da miséria e da exclusão social. (APEOESP, 1999, p. 7)

É no contexto da política neoliberal que se deteriora a situação do sistema educacional brasileiro. As opções políticas dos sucessivos governos foram agravando suas deficiências de tal forma que hoje a crise é reconhecida por toda sociedade. Ela se caracteriza por um atendimento insuficiente da educação infantil, de alunos com necessidades especiais e de jovens e adultos; por alarmantes índices de evasão e repetência escolar; pela manutenção de índices elevados de analfabetismo; por baixas taxas de matrícula no ensino médio e no ensino superior; por contar com escolas degradadas, superlotadas e em número insuficiente; por sujeitar os profissionais da área a salários e condições de trabalho aviltantes e por não oferecer-lhes condições adequadas de formação inicial e em serviço. (APEOESP, 1999, p. 7)

No plano federal, percebemos claramente dois momentos: o primeiro é da oposição aberta ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), considerado “um governo subserviente e alinhado” (APEOESP, 2002, p. 2), que manteve o país praticamente estagnado, com altas taxas de desemprego, informalidade e pobreza, que criminaliza os movimentos sociais, privatizou importantes setores, beneficiando apenas os investidores, daí a reivindicação de medidas como outra política econômica e tributária, justiça social, auditoria das dívidas externa e interna e a participação na campanha *Fora FHC!* (APEOESP, 2001, p. 3).

No que diz respeito especificamente à educação, além do balanço apresentado na citação anterior, a conclusão é a seguinte:

As atuais políticas públicas de Educação no Brasil objetivam a contenção do acesso aos níveis mais elevados de ensino para poucos incluídos. Para a grande maioria, propostas aligeiradas de formação profissional que independem de Educação Básica, como forma de viabilizar o acesso a ocupações precarizadas no mercado informal, que permitam alguma condição de sobrevivência.

O segundo momento que observamos, quanto ao governo federal, é posterior à eleição de Lula à Presidência da República. No 19º Congresso, realizado em 2003, a eleição deste é atribuída ao apoio dos movimentos populares e da CUT e tratada como responsável por “despertar no nosso continente e no mundo em geral enormes expectativas sobre a construção de um projeto verdadeiramente alternativo e permanente” (APEOESP, 2004, p. 6). O texto ainda apresenta a vitória de Lula como a síntese de todas as lutas dos setores oprimidos e a possibilidade “para a implementação de um Estado promotor do desenvolvimento sustentável, democrático e que rompa

com o conformismo fatalista que sonega direitos básico à população” (APEOESP, 2004, p. 7).

Essa avaliação ufanista vem acompanhada do apontamento das limitações do governo federal que, para ter apoio no Congresso Nacional, reúne um leque muito diversificado de alianças formado desde representantes da esquerda revolucionária até representantes do grande capital. No congresso realizado em 2003, após dez meses de governo, a política cambial é apontada como “contraditória com as expectativas de mudança na política econômica”. Há o alerta sobre a necessidade de mudança de rumos desta, mas o fato das estatísticas apontarem uma retomada do emprego, assim como a estabilidade do câmbio, a redução do risco país e controle da inflação são apontados como possibilidade de criar condições para uma redução consistente da taxa de juros, que pode significar um novo ciclo de desenvolvimento e distribuição de renda.

No 20º Congresso, com a mudança na metodologia de organização do mencionada anteriormente (fim da análise de conjuntura separadamente), as avaliações já não são tão positivas, mas percebem-se posições diferentes ao longo do texto: uma avaliação atribui os problemas não resolvidos e a manutenção de algumas medidas do governo anterior à correlação de forças desfavoráveis à esquerda no Congresso Nacional e nos governos estaduais, apontando para a necessidade da mobilização dos sindicatos e do movimento popular no sentido de garantir uma *governabilidade substantiva*, incorporando a sociedade, apostando e potencializando as mobilizações sociais. Mais à frente, no texto de Políticas Educacionais, há uma avaliação mais dura do Governo Lula, caracterizado como uma continuidade dos mesmos padrões de FHC no que se refere ao capital financeiro nacional e internacional, daí os reiterados elogios da mídia e das agências multilaterais à política econômica do governo.

No 21º Congresso, a referência ao governo federal é apresentada indiretamente em diferentes pontos do texto: no ponto que trata do trabalho infantil, encontramos a defesa das Políticas compensatórias, citando como exemplo o programa bolsa escola, um dos pilares do governo do Lula e considerado “imprescindível para que as famílias possam abrir mão dos rendimentos que seus filhos produzem” (APEOESP, 2002, p. 20). Também há defesa das políticas implementadas para as mulheres e os negros, no texto

de Políticas Educacionais, ao discutir o FUNDEB e o Plano de Desenvolvimento da Educação:

Hoje, em nível nacional, um conjunto de novas políticas encaminha a Educação em outro sentido, que parte da concepção de Educação Básica como um processo contínuo e articulado que se inicia na Educação Infantil e se conclui no Ensino Médio. Uma nova concepção de Educação pública como instrumento de inclusão social e desenvolvimento do país; e fundamentalmente, que privilegie a qualidade do ensino e não apenas indicadores quantitativos. (APEOESP. 2007, p. 2)

As críticas e defesas do Governo Lula disseminadas pelo texto nos permite ver uma brecha nas disputas internas: se a dinâmica das análises de conjuntura permitiria críticas abertas concentradas em um único ponto de discussão para os quais as tendências contrárias ou insatisfeitas com o governo poderiam se organizar para obter mais votos para aprovar suas concepções, convenientemente elimina-se o momento deste debate. Além disso, muitas defesas da ArtSind, escritas na tese-guia, tornam-se resolução congressual por decurso de prazo, ou seja, sem tempo para a discussão.

Uma mudança central se verifica: a desvinculação dos problemas educacionais paulistas das políticas educacionais federais. Estes problemas passam a ser atribuídos ao período do governo do PSDB – FHC e os governos de São Paulo: Mário Covas, Geraldo Alckmin, Cláudio Lembo e, atualmente, José Serra:

Desde 1995 a atuação do então governo FHC e do governo estadual de São Paulo na área da Educação foi voltada para a reforma do sistema educacional, sob a justificativa de conferir-lhe eficiência, economia e efetividade, com a racionalização e otimização de recursos, de acordo com as orientações emanadas dos organismos financiadores internacionais, entre eles o Banco Mundial.

No caso do Estado de São Paulo as políticas educacionais aplicadas pelo PSDB nos últimos doze anos, resultaram em Exclusão, baixa qualidade do ensino, desvalorização dos profissionais da Educação, escolas deterioradas e desequipadas, índices crescentes de reprovação nas últimas séries do Ensino Fundamental e Médio; elevados índices de abandono dos estudos e evasão escolar, sobretudo no noturno. (APEOESP. 2007, p. 2)

O leitor avisado, ciente de que em política os silêncios também falam, terá entendido que, para a APEOESP, até 2001, os problemas da política educacional

Paulista eram decorrentes da política educacional federal. A partir de 2002, os problemas são decorrência da herança do governo Fernando Henrique Cardoso e das concepções neoliberais do PSDB em São Paulo. E quando é inevitável um posicionamento do sindicato quanto à política educacional do governo federal, encontramos uma posição que jamais seria tomada em relação ao governo anterior. Referindo-se às contradições internas do governo Lula, nas resoluções do 20º congresso (APEOESP, 2005, p. 14), encontramos a seguinte afirmação: “Nesse quadro é compreensível – porém jamais justificável – os primeiros atos na esfera educacional e a estagnação de políticas para tal área da atividade humana no país durante o governo Lula”.

As leituras da conjuntura que o sindicato faz foram expostas aqui porque ela retrata o cenário no qual a entidade se move, do ponto de vista dela própria. Saber em qual cenário se move, quem são seus parceiros e adversários e quais são os objetos a perseguir são fundamentais para qualquer instituição. A APEOESP que, conforme vimos nos tópicos anteriores, está disposta a dialogar com amplos setores da sociedade, tem encontrado interlocutores principalmente dentro dos Fóruns Nacional e Estadual em Defesa da Escola Pública, os quais têm atuado em diferentes momentos da história educacional do país, como veremos.

b) A busca do diálogo e de parceiros para a Defesa da Escola Pública

No processo de leitura dos temas elencados nesta categoria é que me baseei para fazer a avaliação exposta no primeiro capítulo, de que a concepção sindical preponderante na APEOESP é aquela caracterizada como autônoma ou crítica que, “mesmo não fazendo oposição sistemática ao Estado, confronta-se com ele, dialoga e está disposto a dividir responsabilidade do enfrentamento dos desafios educacionais. Além de reivindicar e contestar, também é propositivo” (Correa, 2002, p.37). Esta disposição faz com que a APEOESP mobilize-se no sentido de propor ações que considera importantes para o funcionamento *da escola pública de qualidade, gratuita, laica, que garanta o acesso e a permanência do aluno e que seja gerida democraticamente* que defende.

Assim como mobilizou-se no período de elaboração do Capítulo de Educação da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases (detalhado no primeiro capítulo deste trabalho), a entidade participou também da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Estadual de Educação (PEE). Em ambos os casos, esta participação deu-se através dos Fóruns Nacional e Estadual em Defesa da Escola Pública (FNDEP e FEDEP, respectivamente). Em todas as resoluções dos Congressos, a entidade apresenta os princípios que considera essenciais aos planos (nacional e estadual) de Educação:

- 1º Devem ser, sobretudo, uma política de Estado, não apenas de um determinado governo.
- 2º Devem ser frutos de amplos “processos de discussão sobre o diagnóstico dos problemas e a constituição de alternativas no campo educacional.” (APEOESP, 1999, p. 12), dos quais participem a comunidade escolar, diferentes setores organizados da classe trabalhadora e da sociedade civil, organismos formadores dos educadores, órgãos governamentais e seus dirigentes, as instituições formadoras de opinião e demais interessados na transformação da educação e da escola.
- 3º Devem significar uma total contraposição à atual política educacional, que vem se apoiando cada vez em convênios e parcerias com a iniciativa privada, enquanto o Estado descumpra suas obrigações constitucionais para com a Educação Pública.
- 4º Devem assegurar: número adequado de alunos por sala de aula; condições de trabalho; organização curricular que atenda às necessidades dos alunos, inclusive os com deficiência; organização do tempo escolar; valorização, garantia de direitos e política salarial para os profissionais da educação; formação inicial e continuada, também em braile e libras; concurso público como única forma de ingresso nas carreiras das escolas públicas, mais verbas para a Educação Pública e a correta destinação de recursos; gestão democrática das escolas e do sistema. Enfim, que lance as bases para a consolidação de uma escola Pública com qualidade social para toda a população, capaz de promover o resgate dos graves déficits educacionais existentes. (APEOESP, 2001, p. 11; 2007, p. 4).

A diversidade de atores sociais com os quais a APEOESP se propõe a dialogar nestes processos é incoerente com a concepção revolucionária de educação que vimos em dois congressos (1998 e 2006), demonstrando a opção da entidade pela concepção de cidadania plena, na qual todos os cidadãos são convidados a dar suas contribuições e defender seus interesses. No caso do conflito de interesses, a saída é a construção de

consensos possíveis, como registrado em relação ao PNE: “Consideramos que o processo de elaboração da proposta da sociedade civil para o PNE foi democrático e representativo e que seu texto expressa o consenso progressista possível hoje em nosso país” (APEOESP, 1999, p. 12).

Analisando o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação, o artigo de Valente (2002, p.98) sintetiza as diferenças de concepção entre os projetos propostos pelo governo federal e pelo Fórum. Sem perder de vista as especificidades das disputas que aconteceram no plano federal e as que aconteceram em São Paulo, o texto descreve o que realmente esteve em disputa nestes dois momentos:

As duas propostas de PNE [e acrescento, de PEE] materializavam mais do que a existência de dois projetos de escola, ou duas perspectivas opostas de política educacional. Elas traduziam dois projetos conflitantes de país. De um lado, tínhamos o projeto democrático e popular, expresso na proposta da sociedade. De outro, enfrentávamos um plano que expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido nas diretrizes e metas do governo. O PNE da Sociedade Brasileira reivindicava o fortalecimento da escola pública estatal e a plena democratização da gestão educacional, como eixo do esforço para se universalizar a educação básica. Isso implicaria propor objetivos, metas e meios audaciosos, incluindo a ampliação do gasto público total para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público. O custo seria mudar o dispêndio, equivalente a menos de 4% do PIB nos anos de 1990, para 10% do PIB, ao fim dos 10 anos do PNE. A proposta da sociedade retomava, visando a organizar a gestão educacional, o embate histórico pelo efetivo *Sistema Nacional de Educação*, contraposto e antagônico ao expediente governista do *Sistema Nacional de Avaliação*.

O PNE do governo insistia na permanência da atual política educacional e nos seus dois pilares fundamentais: máxima centralização, particularmente na esfera federal, da formulação e da gestão política educacional, com o progressivo abandono, pelo Estado, das tarefas de manter e desenvolver o ensino, transferindo-as, sempre que possível, para a sociedade.

Os Planos aprovados foram frutos desses embates e, assim como no processo de elaboração da LDB, não refletem as reivindicações das entidades organizadas no Fórum, sendo caracterizados por elas como planos que desobrigam o governo ou, nas palavras de Valente (2002, p. 107): “uma espécie de salvo-conduto para que o governo continue implementando a política que já vinha praticando”. Talvez o leitor esteja questionando qual a relação do debate apresentado aqui e a proposição de políticas

educacionais pela APEOESP, ou melhor, quais propostas a APEOESP defendeu nestes processos? Infelizmente devo informar que o professor que teve acesso apenas às resoluções congressuais não terá resposta direta a esta pergunta. Poderá, no máximo, inferir que as proposições esparsas nas resoluções tenham sido compiladas para esse momento. Mas não tenho informações acerca da possível elaboração de tal documento.

c) Gestão Democrática da Escola: uma bandeira de luta permanente

De todos os temas analisados até aqui, a defesa da organização do sistema educacional baseada em relações democráticas é o que a APEOESP tem posição mais definida e constante. No documento *A Questão Educacional...*, há a seguinte formulação:

O que se entende por democratização da educação é a igualdade de oportunidades de acesso à educação de qualidade, participação da comunidade escolar (pais, professores, alunos e funcionários) na gestão da própria escola (exercício do poder) e as formas da comunidade escolar interferir na elaboração da política educacional do governo” (APEOESP, 1994, p. 15)

De acordo com os textos, a democracia deve perpassar todos os setores envolvidos no sistema educacional, desde os órgãos da Secretaria de Educação aos Grêmios Estudantis. Para o sindicato, o Conselho de Escola é essencial para a democratização da gestão da educação. Ele deve orientar o trabalho da escola, definindo as propostas político-pedagógicas e, principalmente, propiciando a vivência participativa concretamente, de modo a formar para a cidadania. Para isso, é preciso que este espaço seja dinamizado e respeitado, fazendo com que os educadores, os alunos e a comunidade tenham papel ativo nestes espaços. Assim como o Conselho de Escola, o Conselho Estadual é apontado como um potencial instrumento democratizador da educação. Para isso, deveria ser um espaço de proposição de medidas educacionais capazes de propiciar verdadeira inclusão social dos usuários da escola pública, atuando em sintonia com o Fórum Estadual de Educação, que teria caráter consultivo.

De acordo com o documento *A Questão Educacional...*, as propostas de eleição dos diretores de escolas e a extinção da função de Supervisor estavam sendo revistas e

seriam remetidas para novas discussões em congressos futuros. Nos 16^a, 18^a e 19^o congressos, realizados em 1998, 2000 e 2003, a proposição é que haja eleições diretas não apenas para a direção das escolas (ressalvados os casos de diretores concursados), mas também para o Conselho Estadual e Municipais de Educação e para coordenador pedagógico, além do fim do concurso para diretor e supervisor.

d) Financiamento da Educação: das críticas ao FUNDEF à defesa do FUNDEB

Por razões tão óbvias quanto essenciais, o debate sobre financiamento tem lugar de destaque em todas as resoluções congressuais. Diante da sua abrangência, o leitor compreenderá o modo superficial com que o tema será tratado aqui. Àqueles que desejarem aprofundar-se no estudo das questões de financiamento educacional sugiro as leituras de Barroso (2002); Carmo (2001); Coraggio (1996); Davies (2004); França (2004); Gil & Arelaro (2005); Pinto (2002). Para uma análise mais aprofundada da discussão realizada pela APEOESP sobre essa questão, sugiro o trabalho de Reis (2006), cuja temática é especificamente as posições da APEOESP sobre o financiamento educacional, utilizando como fontes os documentos da entidade como jornais, cadernos de tese e cadernos de resoluções dos congressos de 1995 a 2002. Gostaria de avisar ao leitor que, para facilitar a compreensão e evitar repetições desnecessárias, apresentarei juntamente as questões relativas ao financiamento e à municipalização, porque o sindicato as trata indissociavelmente neste período. Nas resoluções do 21^o Congresso, promovido em 2007, há uma formulação que sintetiza a importância da questão do financiamento para a entidade:

O financiamento da educação pública é um dos instrumentos fundamentais para a redução das desigualdades sociais presentes no Brasil e no Estado de São Paulo e, portanto, não pode ser abordado de um ponto de vista meramente contábil.

Trata-se de colocar a educação de fato como prioridade na formulação e implementação de Políticas Públicas, visando à correção das distorções e ausências do passado e à garantia de inclusão e de qualidade no futuro. (APEOESP, 2007, p. 3)

Até 1994, quando da publicação do documento *A Questão Educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP*, as resoluções sobre financiamento eram mais

radicais do que as encontradas nos últimos congressos. A exigência principal era que as verbas públicas deveriam ser destinadas exclusivamente para as escolas públicas com o controle dos trabalhadores e propunha a criação de mecanismos de controle da arrecadação e aplicação dessas verbas pelos trabalhadores, através de suas organizações. A entidade defendia, também, a vinculação de 7% dos recursos do PIB na educação, com perspectiva de chegar a de 10%, conforme defesa do Fórum Nacional de Educação desde a elaboração da LDB. Destas, a única que se repete é a da vinculação de recursos para a educação ao PIB; as outras desaparecem. Com respeito à municipalização, o documento *A Questão Educacional...* (APEOESP, 1994, p. 16 e 17) informa que, entre 1985 e 1991, havia duas propostas sobre o tema:

- ✓ Municipalização do Ensino, com a participação dos municípios nas decisões educacionais, refletindo-se na articulação município/estado, normatizando a educação com participação ativa em todos os níveis;
- ✓ Contra a municipalização do ensino, o que não impede a participação dos municípios com relação aos serviços de apoio.

No Congresso de Educação do Sindicato Único, em 1991, a APEOESP posicionou-se contra a municipalização. Com a implantação do FUNDEF em 1998, este passa a ser o tema central das discussões sobre o financiamento com a seguinte avaliação:

A Emenda Constitucional 14, que instituiu o FUNDEF, na prática induziu à municipalização do ensino. O processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo iniciou antes desta emenda, através do decreto nº 40.673 /96. No início de 96, cerca de 80% das matrículas do ensino fundamental pertenciam à rede estadual de ensino. Atualmente [2004], este quadro está alterado, com 39% na rede municipal e 61% na estadual. Essa municipalização, que foi propagandeada pela mídia e pelo governo da época, apresentava-se como solução para a educação. Na verdade, dela resultou a fragmentação da educação básica nos diversos aspectos: acentuação das desigualdades regionais/locais dos currículos, salários e condições de trabalho; ampliação da interferência das elites locais na escola pública, dos clientelismos e autoritarismos. A totalidade dos municípios deixou de investir na educação infantil, dada a insuficiência de recursos para manter este nível de ensino, devido à metodologia de redistribuição das verbas oriundas do FUNDEF. Assim sendo, as duas “pontas da educação básica” (infantil e médio) ficaram descobertas, já que toda a prioridade é para o ensino fundamental. As diferenças expressaram também na organização dos trabalhadores em educação, na medida em que diversificaram as

situações funcionais, salariais e pedagógicas, dificultando a unificação da luta dos trabalhadores em educação por ensino público e de qualidade para todos. (APEOESP, 2005, p. 18)

Analisando jornais, cadernos de teses e as resoluções da APEOESP entre 1995 e 2002, Reis (2006) estabelece três fases diferentes de reação da entidade ao processo de implementação do FUNDEF e da municipalização:

- ✓ **A primeira fase compreende o período de 1995-1996**, no qual a entidade coloca-se contra a municipalização e denuncia os prejuízos causados pelo fechamento de salas (causado pelo processo de reorganização da rede que abriu caminho para a municipalização), demissão de professores, problemas para a vida funcional dos professores transferidos para as redes municipais e outros argumentos nesta direção;
- ✓ **A segunda fase, entre 1996 a 1998**, caracteriza-se como um período de transição em que, concomitantemente, se percebem discursos de rejeição e de acomodação à proposta de um fundo para a Educação, em detrimento da defesa de vinculação das verbas ao PIB;
- ✓ **Na terceira fase, de 2000 a 2001 (e eu acrescentaria até agora)**, a preocupação do sindicato é construir uma opção de substituição ao processo de municipalização e impedir que outras cidades passem a fazer parte desse processo. Neste período, entendendo a municipalização como resultado do modelo de financiamento imposto pelo FUNDEF, o sindicato debate a necessidade da construção de uma proposta alternativa.

Nas resoluções do 16º Congresso, é apresentada uma alternativa que segue a mesma lógica da proposta do Sistema Nacional (ou Único) de Educação defendida pelo FNDEP:

Nossa proposta é a criação de um Sistema Único de Educação Básica em nosso Estado, que englobe todas as escolas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e Médio, independente de serem municipais ou estaduais; seja sustentado pelos recursos vinculados constitucionalmente nas três esferas de governo; seja gerido democraticamente, com a participação de vários segmentos sociais organizados e interrompa o processo de municipalização do ensino. (APEOESP, 1999, p. 10)

No que diz respeito ao processo de acomodação frente à inexorabilidade da municipalização, uma das resoluções do 19º Congresso é emblemática:

Devemos criar um Fórum Estadual de Combate à Municipalização que, além de manter nossa luta em oposição ao atual processo, deve propor alternativas e exigir, por parte dos Municípios que assinam convênio de municipalização com o Estado, o cumprimento do artigo 34, parágrafos 1º e 2º da LDB, que regulamenta o ensino público em período integral.” (APEOESP, 2004, p. 33, grifos meus)

No 17º e no 20º Congressos, há referências ao FUNDEB como um fundo mais abrangente, que trata a Educação Básica como um todo, pois destina recursos para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Médio como também aponta para o aporte de novos recursos. No 21º Congresso, a posição era de expectativa. Aguardava-se a aprovação do Fundo pelo Congresso Nacional

como uma necessidade premente tendo em vista que não apenas redistribuirá os recursos atuais em todos os níveis da Educação Básica como, ao longo dos próximos anos, aportará mais recursos, sendo que a nossa luta tem que ser pela aplicação de 10% do PIB na Educação. Com sua aprovação, o FUNDEB proporcionará a elevação e distribuição racional dos investimentos em educação, devido às mudanças relacionadas às fontes financeiras e terá vigência de 14 anos. (APEOESP, 2007, p. 4)

Do que foi dito, poderíamos afirmar que a questão do financiamento tratada pela APEOESP é marcada por uma certeza e uma dúvida: a certeza é que, sem investimentos financeiros necessários por parte do Estado, a educação não atingirá a qualidade necessária. A dúvida é qual a forma de provimento desses recursos. A entidade defende a vinculação de recursos ao PIB conforme defendido nos processos de elaboração dos Planos Nacional e Estadual de Educação ou a política de fundos, através de mecanismos como o FUNDEB ou o Sistema Único de Educação Básica? A pergunta se faz porque as duas defesas, que expressam programas diferentes, alternam-se nas resoluções congressuais.

2.3. FORMAÇÃO PROFISSIONAL, CARREIRA, CONDIÇÕES DE TRABALHO E ATIVIDADE SINDICAL

Na terceira e última grande categoria serão apresentadas as posições e proposições da APEOESP sobre aqueles temas que, de forma direta e indireta, têm

relação com *Formação Profissional, Carreira, Condições de Trabalho* do professor. Nesta concentram-se mais especificamente as questões nas quais as possibilidades de expressão do corporativismo são maiores. Finalizaremos essa análise com a discussão sobre os desafios que o sindicato enfrenta no período estudado.

a) Formação contínua: as tentativas de vinculação da dimensão pedagógica do trabalho docente com a atuação sindical

O balanço apresentado no documento *A Questão Educacional...* informa que a APEOESP defendia para os professores “uma formação de educadores com uma sólida formação humanística, capaz de formar educadores críticos, conscientes e conhecedores da realidade social, política e econômica, da Metodologia do Ensino e conhecimento dos programas que irão aplicar”. Ao longo dos seis congressos estudados, a essa concepção são acrescentadas outras exigências que caracterizo como complementares a essa formulação e percebemos algumas modificações ou adesão a discursos externos ao meio sindical. Complementares são as exigências de que a formação deve levar em consideração a dimensão coletiva da profissão docente, articulada com questões relativas às condições de trabalho e à remuneração, bem como “com a defesa da escola pública, laica, democrática e cidadã, ou seja, com um projeto de escola pública no qual os professores se reconheçam, se identifiquem e se envolvam na sua construção” (APEOESP, 1998, p. 15). Além disso, a entidade defende que a formação contínua dos professores seja promovida no próprio local de trabalho, ligada aos projetos político-pedagógicos das escolas, com recursos financeiros, pedagógicos e técnicos assegurados pelo Estado.

Além de exigir que o Estado cumpra sua responsabilidade com relação à formação dos professores, a APEOESP coloca-se como co-responsável por esta tarefa, combinando as questões relativas à qualificação/formação profissional com as relativas às condições de trabalho e de salário. De acordo com o caderno de resoluções do 17º Congresso, a APEOESP estava exercendo essa co-responsabilidade através do Projeto *Reinventando a Escola* e da contribuição de dois organismos criados pela entidade: o

Coletivo de Formação e o Centro de Estudos e Pesquisas. Almeida (1999),²⁶ em sua tese de doutoramento e no texto *Desenvolvimento profissional docente: uma atribuição que também é do sindicato* (2000, p. 8), nos quais analisa o papel de sindicatos de professores enquanto instâncias formadoras de seus representados, tem como um de seus objetos de estudo o referido projeto e o explica da seguinte forma:

Em 1995 a APEOESP decidiu desenvolver um projeto próprio de formação profissional de professores, que articulasse a formação pedagógica e a sindical, (...)

No interior desse projeto implementou-se duas linhas de trabalho entre 1996 e 1999: a primeira, voltada para a formação dos PCPs (professores coordenadores pedagógicos) e representantes de escola, preocupa-se centralmente com a escola e com o fenômeno educacional. A segunda, voltada para os dirigentes sindicais, procura subsidiá-los na compreensão do papel do sindicato na melhoria da educação e das condições em que os professores realizam o seu trabalho, para melhor sustentarem o projeto *Reinventando a escola* em suas regiões.

Não há referências sobre a continuidade ou fim deste projeto nos congressos seguintes, mas a vivência no dia-a-dia do sindicato me permite informar que ele foi desativado ou foi muito modificado se comparado aos moldes descritos pela autora. Em 2007, houve uma iniciativa de retomada da segunda parte do projeto, mas não com a mesma adesão e amplitude do projeto original, sendo desta vez gerido pelo Coletivo de Formação, um dos outros organismos criados pelo sindicato com o objetivo de contribuir para a formação dos professores, organismo composto por membros da Diretoria, assessores e professores da USP, UNICAMP, UNESP e da rede estadual de ensino, com o objetivo de “estabelecer um diálogo permanente com o conjunto dos professores visando ao fortalecimento do ensino público, ao resgate da identidade de seus profissionais, à construção de um trabalho coletivo no âmbito da escola, assegurando a articulação entre a formação pedagógica e a formação sindical” (APEOESP, 2001, p. 8).

²⁶ A autora analisa a APEOESP, a Federação Nacional dos Professores e a Federação Nacional dos Sindicatos da Educação de Portugal e a Federación de Enseñanza de Comisiones Obreras da Espanha, buscando “demonstrar como o sindicato pode se tornar parceiro no desenvolvimento profissional dos professores, atuando no âmbito da sua formação contínua e articulando a dimensão técnico-pedagógica do fazer docente com a político-sindical”. (Almeida, 2000, p. 13)

Ainda de acordo com as resoluções deste congresso, o Centro de Estudos e Pesquisas tem agido no sentido de assessorar a diretoria e os conselheiros da entidade e dar prosseguimento aos programas de formação profissional e sindical dos membros do Sindicato. Foi este Centro de Estudos que elaborou a pesquisa que deu origem ao perfil dos professores ao estudo sobre a questão do número de alunos por sala de aula apresentados no segundo capítulo desta dissertação. Apesar do outro trabalho de Almeida (1999) analisar o papel dos sindicatos como instâncias formadoras dos professores, seria interessante um trabalho futuro que desse conta de cotejar as propostas elaboradas pelo Projeto *Reinventando a Escola*, pelo Coletivo de Formação e pelo Centro de Estudos e Pesquisas e as proposições dos congressos da APEOESP anteriores ao período de nosso estudo para verificar se a presença de intelectuais nestes espaços realmente contribuiu para o rebaixamento das propostas, conforme as afirmações de Assis, apresentadas na introdução deste trabalho.

Das modificações constatadas na posição da entidade a esse respeito, a primeira foi verificada no 17º Congresso, no qual fica explícita a incorporação feita do conceito corrente no campo educacional de professor reflexivo, entendido pela entidade como “um intelectual em processo contínuo de formação” (APEOESP, 2001, p. 5.). Essa incorporação acompanha a avaliação de que essa visão não foi adotada pelo Plano Nacional de Educação/MEC, que possibilita “treinamentos rápidos para que leigos possam assumir a função docente através de capacitação via formação em serviço ou educação à distância” (APEOESP, 2001, p. 5).

A segunda mudança de posição encontrada apareceu após a realização do 19º Congresso, em 2003: até então, em todos os cadernos de resoluções, é possível encontrar a exigência do sindicato de que a formação continuada dos professores se desse exclusivamente nas universidades públicas, apontadas como aquelas que “garantem a pesquisa acadêmica, científica e tecnológica, fator crucial para o desenvolvimento de nosso país. Nelas se desenvolvem cursos de pós-graduação que estão entre os melhores da América Latina” (APEOESP, 2004, p. 18). Mas no 20º Congresso, a APEOESP admite que a SEE “estabeleça convênios com as instituições públicas e – em grau de exceção – com outras de caráter não-mercantil e reconhecida para propiciar aos professores formação superior e/ou aperfeiçoamento profissional” (APEOESP, 2005, p. 17). Essa nova formulação que admite que a SEE estabeleça

convênios com universidades privadas consideradas de boa qualidade (escondidas nos termos não-mercantil e reconhecidas) justifica a iniciativa que já vinha sendo adotada pelo próprio sindicato na forma de convênios com uma grande universidade (pela Sede Central da entidade) e faculdades e universidades menores ou mesmo escolas preparatórias para concursos (no caso das Subsedes espalhadas pelo estado). Em ambos os casos, os cursos, pagos ou subsidiados pelo sindicato, têm sido realizados com o objetivo principal de preparar os professores para a participação nos concursos realizados pelo governo.

Por fim, quero identificar duas resoluções que evidenciam a contradição entre lutas ao mesmo tempo corporativas e públicas. A primeira é um exemplo da sobreposição de interesses corporativos: o sindicato decide exigir que a SEE reconheça a “equivalência entre os cursos autorizados pela Resolução 02/97 do CNE e os de licenciatura plena chamada regular”. De acordo com a Resolução 02/97, portadores de diploma de nível superior, cujo conteúdo de alguma forma relaciona-se ao que deveria ser ministrado pelos que haviam feito as licenciaturas correlatas, poderiam obtê-las através da realização de cursos de quinhentas e quarenta horas. Assim, advogados licenciaram-se em língua portuguesa, engenheiros em matemática, arquitetos em artes, trazendo para o campo educacional profissionais de áreas diversas. Esta medida colocou o sindicato numa situação contraditória, obrigando-o a posicionar-se entre interesses divergentes: de um lado, tinha que defender as pessoas que conseguiam licenciar-se sob o amparo desta resolução, por outro, ao fazê-lo, via-se obrigado a responder àqueles professores que cursaram suas licenciaturas ao longo de três, quatro anos de estudo e se sentiam prejudicados com a concorrência de profissionais de outras áreas. Uma posição foi tomada a esse respeito apenas no 21º Congresso, em 2003, o que, para mim, demonstra o adiamento da decisão, uma vez que a referida resolução é do ano de 1997. Considero esta defesa corporativa porque, por melhor que possa ser essa formação, tenho dúvidas da qualidade da contribuição que um professor licenciado em quinhentas e quarenta horas possa trazer para a escola pública de qualidade que o sindicato concebe.

Em outra resolução deste congresso, vemos outro exemplo da contradição entre as lutas ao mesmo tempo corporativas e públicas:

Nossa estratégia para o próximo período busca articular a dimensão educacional e sindical, levando em consideração a especificidade de nossa categoria e de sua relação com os demais trabalhadores em educação. Também é necessário abordar as questões de gênero, etno-raciais e de geração, o que implica em conhecer e debater o perfil de nossa categoria, sua demanda e os novos desafios da educação pública. (APEOESP, 2007, p. 24)

Aqui, a opção é pelo caráter público da atividade sindical: ao reconhecer as especificidades da categoria e optar por aliar as questões pedagógicas às questões de gênero, etnia e de geração (criança e adolescente, juventude, aposentados, conforme apresentamos nas discussões sobre o currículo), o sindicato se coloca naquela posição definida por Kruppa (1994, p. 176) como sindicalismo de vanguarda “responsável em dar respostas e organizar a parcela mais avançada da categoria, caracterizando o sindicato como um alavancador das mudanças”. Ao tratar da questão racial, no 21º encontramos a seguinte defesa, que ratifica essa posição:

A APEOESP deve ser protagonista uma vez que somos o maior sindicato de educadores de toda a América do Sul, e que em sua trajetória tem-se posicionado contra todas as formas de discriminação e preconceito. Desta forma *devemos ser o canalizador de uma política de formação que implemente de fato* no cotidiano escolar o ensino da História da África e Africanidades no Brasil. (APEOESP, 2007, p. 27)

Por fim, quero registrar uma constatação captada nas entrelinhas das resoluções e que foi confirmada pelo estudo de Almeida, anteriormente citado: “o sindicato considera que a constituição de uma política sindical capaz de respaldar uma atuação permanente de formação profissional, coloca-se como resultado da ausência de uma política de formação contínua por parte do Estado” (Almeida, 2000, p. 10). Ou seja, dá a entender que se o Estado realizasse sua parte, o sindicato poderia dedicar-se apenas à formação sindical. Resta saber se o sindicato iria concordar com as concepções que norteariam essa formação, uma vez que hoje, de acordo com o Estado, a formação continuada dos professores acontece.

Os problemas apontados para a formação desenvolvida pelos governos do estado nos últimos anos são de diferentes ordens. Para sintetizá-las, deixarei vir à tona meu lado Professora Coordenadora Pedagógica: os programas de formação do estado e da

APEOESP padecem dos mesmos males: falta de projeto de longo prazo, estrutura e condições de implementação. No caso dos programas do estado, faltam também estímulos que se revertam significativamente para a carreira e a remuneração dos professores. Como exemplo da falta de estrutura, vamos falar sobre as capacitações e/ou orientações técnico-pedagógicas, como são chamados esses momentos na rede estadual. Normalmente a Diretoria de Ensino convoca um professor por disciplina para ir à capacitação (vou utilizar este conceito, apesar de haver variações), na expectativa que este atue como multiplicador. Ao voltar para a escola, a HTPC na qual o professor deveria multiplicar o que aprendeu para os colegas da área é fragmentada – vários momentos de uma ou duas horas espalhados pela semana para tentar compatibilizar principalmente os horários daqueles que acumulam cargos, fazendo com que muitas vezes os professores de uma mesma área não se encontrem. Além dessa dificuldade, a pauta da HTPC é sempre dominada pelas urgências: disciplina dos alunos, recados da direção, atendimento aos pais, preenchimento de diários, preparação e correção de atividades, enfim, tudo menos formação. Até projetos de grande monta como o Ensino Médio em Rede, desenvolvido em 2004, naufragou pelos mesmos problemas. Como não foi planejado, as atividades para os quais os Professores Coordenadores eram convocados coincidiam com o horário da HTPC ou enfrentavam a resistência de professores que não queriam participar de um projeto no qual não viam finalidade, para o qual eram inscritos quase que compulsoriamente. Poderia continuar a lista, mas este não é um espaço para desabafos e lamentações. O fato é que, apesar das possibilidades de sucesso que um curso daqueles poderia ter se fosse previamente organizado, foi suspenso.

b) Plano de Carreira: Trabalhadores em Educação ou Professores e Demais Funcionários de Escola?

Já discutimos no primeiro capítulo o processo de elaboração e algumas das mudanças introduzidas pelo Plano de Carreira (Lei Complementar Nº. 836, de 30 de dezembro de 1997). Por isso, aqui vamos apresentar as reivindicações do sindicato que foram defendidas à época e que continuam mantidas e aquelas que não mais são defendidas. No documento *A Questão Educacional...*, elaborado em 1994, já havia

referência à defesa da necessidade de um plano de carreira que ampliasse e garantisse direitos não só aos professores de São Paulo, mas também de outros estados, uma vez que a proposta era a de um Estatuto Unificado do Magistério Nacional no qual houvesse as seguintes garantias (APEOESP. 1994, p. 18):

- ✓ Conselho de Escola deliberativo;
- ✓ Piso salarial;
- ✓ Contratação: através de concurso público ou pela CLT
- ✓ Jornada Única de Trabalho;
- ✓ Equiparação salarial entre ativos e inativos;
- ✓ Aposentadoria aos 25 anos para homens e mulheres;
- ✓ Valorização do professor no cargo, possibilitando que atinja no final de carreira, o máximo de referência (carreira aberta);
- ✓ Carreira única nacional para o Magistério;
- ✓ Cursos de reciclagem fora das férias e do recesso (aos sábados só se forem complementares);
- ✓ Aperfeiçoamento dos professores da rede: realização dos cursos de extensão.

Neste documento defende-se também que, na LDB que estava sendo elaborada, fosse instituído o Estatuto dos Trabalhadores em Educação, com Plano de Carreira Unificado, jornada única de trabalho e piso salarial profissional nacionalmente unificado, equivalente ao salário mínimo do DIEESE, além de avaliação de desempenho com progressão funcional a cada dois anos. Com relação à carreira, propunha-se que se instituisse uma Carreira Aberta – o que “significa a promoção, dentro de critérios estabelecidos (...) que permitam atingir o fim da tabela sem sair do cargo docente”. A promoção podia se dar de duas formas: “mais lentamente, somente pela passagem do tempo e mais rapidamente, quando cumprirem programas de capacitação docente a serem especificados” (cf. APEOESP. 1994. p. 18). As propostas acima elencas, assim como a proposta de jornada e de salário, eram também defendidas pela CNTE, quais sejam: 40 horas semanais (sendo 20 horas-aula em sala de aula, 10 horas-atividade na escola e 10 horas-atividade em local de livre escolha) para os professores e 30 horas semanais para os Funcionários, ambas tendo como piso salarial o salário mínimo recomendado pelo DIEESE (hoje R\$ 1.924,59). O que significaria neste momento um salário de R\$ 3.206,00 (três mil, duzentos e seis reais) por 40 horas aulas semanais para o professor e R\$ 2.404,00 (dois mil, quatrocentos e quatro reais) por 30 horas semanais para os funcionários.

É do nosso conhecimento que a reivindicação de um Estatuto Nacional (do magistério e/ou dos trabalhadores em educação) não obteve êxito nos embates que se deram na elaboração da LDB e esta reivindicação desapareceu das resoluções, não sendo encontrada nenhuma referência a este respeito nos seis congressos estudados. Já uma referência à situação dos funcionários de escolas pode ser encontrada apenas no 19º Congresso quando, utilizando a Pesquisa *Retrato da Escola 3*, realizada pela CNTE, o sindicato afirma que “os funcionários da escola não têm políticas públicas para sua profissionalização, exceto algumas iniciativas de sindicatos filiados à CNTE, que conseguiram elaborar projetos especiais” (APEOESP, 2004,17), mas não aponta quais medidas foram essas nem faz nenhuma reivindicação neste sentido. Uma contradição se observarmos que, nos discursos em que a *comunidade* escolar é citada, os funcionários são incluídos entre os trabalhadores da Educação – docentes e não-docentes – que fazem parte do processo de educação na escola. A defesa de um piso salarial unificado nacionalmente também desaparece ao longo de cinco congressos, só voltando a ser uma reivindicação no 21º Congresso, quando o governo federal acenou novamente com a possibilidade de estabelecê-lo, atendendo à reivindicação da CNTE.

No caso do Plano de Carreira, a reivindicação de carreira aberta só é mencionada no 16º Congresso e depois desaparece. As demais reivindicações não atendidas são reiteradas em todos os congressos e acrescidas de outras, principalmente após o ano 2000, quando o governo do estado instituiu o bônus mérito considerado uma ameaça à isonomia entre ativos e aposentados e um mecanismo utilizado para tentar controlar a frequência dos professores, terminando por corroer os salários e os direitos dos profissionais da educação. Já no que diz respeito às reivindicações mantidas, pode-se apontar as seguintes:

Plano de Carreira:

- ✓ Plano de Carreira organizado de forma aberta e única, garantindo promoção para qualquer cargo até o fim da tabela de referências, possibilitando que se chegue ao final da tabela sem sair da sala de aula;
- ✓ Plano de Carreira para os professores Estaduais e Municipais, garantindo piso e demais direitos de evolução funcional;
- ✓ Que os ACTs contratados nos interstícios dos concursos tenham seus direitos garantidos segundo a CLT;

- ✓ Regime Jurídico Único para o funcionalismo público garantindo ao ACT o direito a férias proporcionais, 13º salário, indenização do tempo trabalhado enquanto medida provisória, até que passem a ser realizados concursos públicos anuais para preenchimento de todos os cargos de forma que os ACTs possam se efetivar;
- ✓ Fim da avaliação de desempenho que vem sendo aplicada pelos governos federal e estadual. Essa nova posição, contrariando a defesa apresentada no documento “*A Questão Educacional...*”, que pedia avaliações de desempenho a cada dois anos como possibilidade de progressão funcional.

Jornada:

- ✓ Jornada constituída de 50% do tempo com aluno + 25% com HTPC + 25 % com horas/atividade (40 horas/aula, sendo 20 horas em sala de aula, 10 horas de local de livre escolha e 10 horas em trabalho pedagógico coletivo).

Salário:

- ✓ Piso salarial do DIEESE para a jornada inicial. Esta defesa modifica-se conforme a conjuntura. No 16º Congresso (1998) a reivindicação era: Piso emergencial de 10 salários mínimos para a jornada básica de trabalho docente. Esta reivindicação foi alterada para cinco salários mínimos para PEB I em jornada inicial na perspectiva do piso do DIEESE no 19º Congresso, voltando à defesa do piso do DIEESE nos dois últimos congressos;
- ✓ Retorno do abono de ponto para as eleições da APEOESP;
- ✓ Ampliação do atendimento do IAMSPE em todas as regiões do Estado;
- ✓ Creches para os filhos dos Professores em locais e horário adequados à especificidade da nossa profissão;
- ✓ Manutenção do Adicional de Local de Exercício e sua extensão a todos os professores que trabalham em escolas localizadas em locais de difícil acesso e/ou inseguros;
- ✓ Vale-refeição de R\$ 15,00 para todos os profissionais da Educação, sem discriminação de teto salarial, fixados R\$ 4,00 desde o ano de 2000;
- ✓ Incorporação imediata das gratificações e extensão dos bônus mérito e gestão aos aposentados;
- ✓ Imediata implementação da Regulamentação da Evolução Funcional pela via não acadêmica, conforme estudos da Comissão prevista na Lei Complementar nº 836/97. Trata-se da evolução regulamentada em março de 2005, através do Decreto (49.394/05) e da Resolução SE 01 de 23/03/05) a que o professor tem direito quando participa de ciclo de palestras, conferências, videoconferências, congressos, encontros, seminários, simpósios, cursos de extensão universitária, pós-graduação em área diferente da sua atuação,

aperfeiçoamento ou ainda produção inédita de comprovada relevância educacional, individual ou coletiva devidamente formalizada de material didático, publicações, pesquisas. Documentação comprobatória de qualquer dessas atividades são avaliadas e atribuídos pontos que conferiram a progressão funcional aos professores.

- ✓ Atribuição de aulas centralizada nas Diretorias de Ensino, inclusive a escolha de aulas durante o ano.
- ✓ Melhores condições de trabalho para os professores e de ensino e aprendizagem para os alunos;
- ✓ Instituição de um piso salarial nacional.

c) *Aposentado é mais*: as ações da entidade em contraposição ao descaso do Estado

Decidi apresentar as proposições do sindicato sobre os professores aposentados próximo aos debates sobre Carreira porque normalmente eles são tratados em conjunto, principalmente após a constatação do crescimento do percentual desses associados junto à entidade: 30% de acordo como a informação do 18º Congresso. No 16º Congresso, a APEOESP decide criar a Secretaria para Assuntos do Aposentado para organizar discussões, elaborar propostas específicas e, sobretudo, encaminhar as especificidades da luta contra a forma como os governos (Estadual e Federal) os tem tratado: diferenciando-os dos trabalhadores da ativa quando do recebimento dos (poucos) reajustes – na sua maioria gratificações – e não pagamento do bônus, além de ainda “penalizá-los com a cobrança do IPESP²⁷ para o qual contribuíram durante toda a vida ativa”. (APEOESP, 2001. p. 15)

De acordo com os cadernos de resoluções dos congressos, do ponto de vista prático, a criação desta Secretaria viabilizou a implementação do Programa *Aposentado é mais*, que teve como objetivo garantir espaço específico nas publicações da entidade, assegurou descontos especiais nas colônias de férias do sindicato, convênios diversos

²⁷ IPESP era o Instituto de Previdência para o qual os funcionários públicos contribuíam até 2007, quando foi substituído pelo SPPREV, gestora única da previdência dos servidores públicos e militares de São Paulo. A queixa apresentada no texto refere-se ao fato de que os professores já aposentados continuavam contribuindo com 11% de seus vencimentos ao Instituto. A Emenda Constitucional nº 41, de 19 de Dezembro de 2003, modificou essa situação, uma vez que estabeleceu um teto para a contribuição dos aposentados: só contribuem para os Institutos de Previdência aqueles servidores públicos (federais, estaduais ou municipais) que atualmente percebem rendimentos superiores a R\$ 2.875,00.

(incluindo Universidades para oferecimento de cursos especiais), atividades especiais de lazer e cultura, campanhas de prevenção de doenças e garantiu a reserva de, no mínimo, 10% das vagas destinadas à participação em congressos e outros fórum de discussões na entidade. Em todos os congressos, essa temática é tratada quase sempre dando conta dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria. Apenas no 19º Congresso, há uma lista de ações a serem desenvolvidas pelo sindicato em defesa dos aposentados (APEOESP, 2004, p. 31):

- ✓ Manter e garantir as reservas de, no mínimo 10% das vagas destinadas à participação em congressos e outros fóruns na entidade;
- ✓ Definir o papel do professor aposentado na construção de uma sociedade mais humana, democrática, solidária e pelo resgate da diversidade cultural e de geração de nosso povo;
- ✓ Ampliar os departamentos de aposentados em todas as subsedes;
- ✓ Inserir os aposentados em todas as discussões sobre a previdência;
- ✓ Lutar pela manutenção da paridade entre os professores da ativa e aposentados;
- ✓ Elaborar e encaminhar bimestralmente um boletim atualizado para todos os aposentados;
- ✓ Reproduzir nas subsedes as atividades desenvolvidas na Sede Central tais como o coral, curso de pintura, artesanato e outros;
- ✓ Conscientizar o professor aposentado que toda luta do pessoal da ativa reflete também na vida dos aposentados;
- ✓ Que as subsedes propiciem condições para os aposentados (*sic*) viagem, organizem mostra de artes plásticas, teatro, música e cinema, a fim de enriquecimento e atualização cultural dos mesmos;
- ✓ Viabilizar descontos, através de convênios, com farmácia, drogaria e afins;
- ✓ Garantir espaço no jornal das subsedes para os aposentados;
- ✓ Divulgar as universidades e os cursos da terceira idade, visando a inclusão social;
- ✓ Facilitar o intercâmbio entre os professores aposentados em nível regional.

A transcrição da longa lista tem o objetivo de mostrar ao leitor que a maior parte das ações diz respeito a convênios que se restringem ao âmbito do sindicato: além da reivindicação da paridade de tratamento entre ativos e aposentados, não há proposições que possam ou devam ser encaminhadas ao governo. Afora isso, o segundo item nada mais é do que um bonito *slogan* desprovido de um programa capaz de lhe conferir viabilidade prática. Em que pese estar fora do nosso período de análise, cumpre colocar que uma sentença favorável do Tribunal de Justiça do Estado, à qual o governo não

recorreu, garantiu aos professores aposentados até dezembro de 2002 o direito ao recebimento do bônus. O relator do acórdão entendeu que “o bônus de mérito adquire foros remuneratórios suscetível de extensão aos inativos” e, ainda que “o bônus é devido aos aposentados, diante da concessão de caráter geral e impessoal mesmo que não tenha frequência” (APEOESP, 2007c, p. 1). Essa decisão, apesar de restrita aos bônus recebido pelos professores em 2003 e aos professores aposentados até 2002, pode servir de jurisprudência para que os professores aposentados possam receber os valores referentes aos outros anos.

O leitor que ainda lembrar-se dos dados apresentados no segundo capítulo sobre o perfil dos congressistas talvez esteja se perguntando: por que um grupo que representa 30% dos associados luta para garantir uma cota de 10% das vagas dos congressos (e demais atividades da entidade) e representava apenas 5,2% dos delegados ao 19º Congresso? Esses números talvez expressem a dificuldade que o sindicato encontra para envolver esses professores na militância. Apesar dos achaques que esses profissionais sofrem não há disposição para o enfrentamento sindical o que, por sua vez, diminui seu peso e poder de interferência nas instâncias da entidade, gerando uma distância entre a defesa retórica e o encaminhamento de suas especificidades.

A reserva de 10% das vagas foi, portanto, o mecanismo encontrado para garantir a participação destes nos congressos uma vez que, apesar dos discursos, na hora da escolha dos delegados de cada tendência eles vinham sendo preteridos. Mas, para o último congresso, uma interpretação do Estatuto pelo Departamento Jurídico da entidade, contestada por algumas tendências e subsedes, garantiu condições diferenciadas a esses professores em relação aos da ativa: enquanto esses precisam ser eleitos pelos professores de suas escolas na proporção de um para cada dez associados, os aposentados puderam participar dos Encontros Regionais por indicação própria (sem passar por plenárias específicas como era feito anteriormente). O problema apontado por aqueles que discordaram da interpretação enviada apenas às subsedes que o solicitaram é que, com essa medida, os professores aposentados passaram a ser *super pré-delegados*, uma vez que eram representantes de si mesmos (sem necessidade de indicação), com poder de voto nas teses que elegem os outros delegados e com a própria vaga de delegado para o congresso já garantida, ou seja, na proporção, ele se torna super valorizado em relação ao professor da ativa.

Essa situação coloca para aqueles que observam os meandros políticos (os políticos avisados, como diria Bourdieu) o seguinte questionamento: o que é mais interessante para o próximo período 1) realizar um trabalho que dê àqueles que são aposentados condições de serem eleitos nas mesmas condições que os professores da ativa, tendo a cota apenas como garantia de no 10% deles estarão presentes ou 2) manter a interpretação que valeu para os últimos Encontros Regionais e trazer esses professores apenas para votarem nos Encontros (e posteriormente no Congresso) nas teses que forem mais convenientes?

d) Saúde do Trabalhador em Educação: da denúncia das condições de trabalho à busca de possibilidades de assistência

As questões que envolvem a saúde dos trabalhadores em educação – leiam-se professores – são tratadas pelo sindicato dentro de Políticas Permanentes. Optamos por apresentar as discussões dos congressos neste tópico devido à relação que o sindicato faz entre os problemas de saúde e as condições de trabalho dos professores. Assim como a questão da aposentadoria, até 1994 esse tema não era tratado nos congressos do sindicato. Somente a partir do 16º Congresso, em 1998, ele passou a ser debatido mediante a apresentação dos dados colhidos em uma pesquisa sobre a Saúde do Trabalhador, realizada pela CNTE, com apoio da APEOESP, quando constatou-se que aproximadamente 50% dos trabalhadores em educação são atingidos em algum grau pela Síndrome de Bournout, definido no texto de Carlotto (2002, p. 21) como “um tipo de estresse de caráter persistente vinculado a situações de trabalho, resultante da constante e repetitiva pressão emocional associada com intenso envolvimento com pessoas por longos períodos de tempo”. Diante desse quadro, a entidade decidiu incluir nas “pautas de reivindicações a exigência de que o Estado ofereça tratamento para os professores atingidos por esta síndrome”.

O congresso seguinte silencia sobre o tema e, em 2001, sindicato volta a discuti-lo, estabelecendo que a principal frente de luta sobre a saúde do trabalhador é a defesa do IAMSPE. Para tanto, propõe-se que esse órgão seja gerido de forma a propiciar um atendimento de qualidade para o conjunto do funcionalismo público e seus dependentes em todo o estado. Na página seguinte do caderno de resoluções (APEOESP, 2002, p.

30), a entidade afirma que, dada à insuficiência atual do sistema público, tem ampliado consideravelmente as opções no que se refere a convênios médicos e odontológicos com grandes redes (Unimed, Medial Saúde, Uniodonto) e médicos e clínicas que atendem em unidades menores e/ou individuais.

No 19º Congresso, realizado em 2003, vemos a vinculação direta entre condições de trabalho e problemas de saúde por meio de referências aos fatores que terminam por transformar o trabalho educativo num trabalho penoso, que provoca vários danos à saúde dos professores. Delibera-se o estabelecimento de convênios com profissionais para acompanhar problemas específicos da profissão e a luta para que doenças como LER, Síndrome de Bournout e doenças da voz sejam diagnosticadas e tratadas como doenças profissionais. Exige-se que o Estado cumpra a Lei 10893/01, que dispõe sobre a criação do Programa Estadual de Saúde Vocal do Professor da Rede Estadual de Ensino. De acordo com essa lei, o programa estadual de saúde vocal terá caráter fundamentalmente preventivo, mas, uma vez detectada alguma disfonia, será garantido ao professor o pleno acesso a tratamento fonoaudiológico e médico. Além disso, são tomadas as seguintes resoluções sobre o tema (APEOESP, 2004, pp. 27 e 35):

- ✓ Criação em todas as subsedes de uma comissão da saúde que esteja comprometida em acompanhar a saúde dos professores;
- ✓ Criação de uma comissão de saúde dentro da Secretaria de Políticas Sociais para acompanhamento do IAMSPE, nos órgãos oficiais buscando levantar diagnóstico e elaborar políticas públicas;
- ✓ Criação do Coletivo da Saúde do Professor;
- ✓ Que o IAMSPE garanta todos os atendimentos previdenciários e tratamentos necessários ao professor;
- ✓ Criar um coletivo que possa implementar políticas específicas na categoria para os portadores de necessidades especiais, visando à inclusão dos companheiros e companheiras;
- ✓ Ampliação do atendimento do IAMSPE em todas as regiões do estado;
- ✓ Creches para os filhos dos professores em locais e horários adequados à especificidade da profissão;
- ✓ Garantia de emprego às OFAs durante o período de gestação e pós-parto (um ano, no mínimo) após o fim da licença maternidade de 120 dias;
- ✓ Auxílio natalidade, no valor do salário nominal da gestante;
- ✓ Assegurar à trabalhadora gestante o direito à mudança de função, quando houver riscos à saúde da mãe ou do feto;
- ✓ O Estado deve garantir os cuidados especializados aos filhos das trabalhadoras em educação portadores de necessidades especiais;
- ✓ Implementação de um programa de saúde integral à mulher no IAMSPE e no Sistema Único de Saúde;

- ✓ Que o Estado adote medidas que garantam a defesa e segurança das mulheres.

Neste caso, a opção pela transcrição das resoluções deveu-se ao fato de este ser o congresso em que há um conjunto maior de resoluções e reivindicações relativas à saúde dos professores, algumas das quais ousadas no que diz respeito à proteção específica da mulher e de seus filhos – como, por exemplo, as exigências de estabilidade, creches – e dos portadores de necessidades especiais (trabalhadores, seus filhos). Além disso, essas reivindicações não se dirigem apenas ao atendimento no serviço de saúde público estadual, mas também ao Sistema Único de Saúde.

A resolução de criar uma comissão de saúde dentro da Secretaria de Políticas Sociais que tenha, entre suas atribuições, levantar diagnóstico e elaborar políticas públicas, poderia ser uma oportunidade de analisarmos qual seria a proposta de interferência de um sindicato de trabalhadores da educação na elaboração de políticas públicas de saúde. Como não há documentos sobre essa elaboração, nem menções nos congressos seguintes, essa possibilidade frustrou-se e a atuação da Comissão tem se restringido às discussões sobre o funcionamento do IAMSPE e encontra dificuldades para socializar as discussões, sendo obrigada a transformá-las em informes no começo ou final das reuniões. Nos outros congressos (anteriores e posteriores ao 19º), as reivindicações dirigem-se prioritariamente para a questão da falta de investimentos no IAMSPE, que prejudica a qualidade do atendimento aos segurados no Hospital do Servidor Público na capital e também nos ambulatórios espalhados pelo estado. Por isso, as defesas de recuperação e mais investimentos para o IAMSPE/CEAMAS assumem importância fundamental, juntamente com a defesa de mais investimentos no SUS, uma vez que este que atende a todos de maneira indistinta, especialmente aqueles que não têm condições de pagar pelos serviços de saúde.

Quem acompanha o dia-a-dia da entidade sabe que algumas das resoluções acima podem ser colocadas na categoria de *slogans*, às vezes mal aproveitados, como é o caso da inclusão do tema na pauta de reivindicações da campanha salarial: quando isso acontece este é um dos últimos pontos da lista enviada ao governo e, muitas vezes, nem é mencionado nas assembleias nas quais os pontos principais da pauta são definidos. O caderno de resoluções do 21º Congresso reitera as deliberações anteriores e comenta a pesquisa sobre saúde dos professores (da qual extraímos os dados do perfil

apresentado no segundo capítulo), na qual se comprovou “que o sofrimento, o adoecer e as queixas dos professores estão relacionados diretamente às questões da organização e condições de trabalho”. O sindicato relaciona o fato de o governador Geraldo Alckmin ter vetado o projeto que estabelecia um limite máximo de trinta e cinco alunos por sala de aula ao agravamento dos problemas de saúde dos professores. Tendo em vista os altos índices de professores afastados da sala de aula, a entidade promete reforçar a luta por melhores condições de trabalho e garantia de que as doenças que mais acometem os professores – como transtornos psíquicos (depressão, síndrome de Burnout), da voz, músculo-esquelético (LER-Lesões por Esforços Repetitivos), cardiovasculares e gastro-intestinais – sejam diagnosticadas como doenças adquiridas em decorrência do trabalho e que o sindicato possa participar da revisão dos critérios de readaptação e alta dos professores afastados da sala de aula.

e) A posição da APEOESP frente às Reformas Constitucionais

Desde meados dos anos 1990 até agora, o cenário político brasileiro é agitado por uma série de debates em torno das reformas necessárias para otimizar a ação do Estado em diversas áreas. Por terem relação direta e indireta com a organização sindical e/ou com as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores (em geral e dos professores em particular) várias dessas reformas foram discutidas nos congressos do período estudado, dentre as quais se destacam a reforma Administrativa, Tributária, Universitária, Previdenciária e Sindical/Trabalhista. Vamos nos ater aqui à posição do sindicato sobre as reformas Previdenciária e Sindical/Trabalhista porque apenas essas foram discutidas em todos os congressos durante o período estudado.

Cabe explicar que, diferentemente do tópico em que substituí o uso de conceito de reformas – e inovações – pelo conceito de medida²⁸ (onde tratamos das medidas implementadas pela SEE) por acreditar que naquele assunto não era (é) possível identificar melhorias na situação da educação estadual paulista, aqui não poderei fazer a substituição do conceito porque, mesmo que na minha concepção algumas delas também não signifiquem melhorias de determinadas situações, esta é a forma como os

²⁸ Medida como: “meio utilizado na obtenção de alguma coisa ou para atingir um fim; disposição, providência; plano, projeto.” (Dicionário Eletrônico Houaiss)

processos que definem modificações constitucionais são designados em nossa sociedade, portanto, mantereí aqui o conceito pelo qual esses processos são designados em nossa sociedade: reformas.

Mesmo apresentando posições sobre as reformas desde o 16º Congresso, no 20º há uma elaboração que bem exprime a posição do sindicato sobre elas: “As reformas têm que representar avanços: reformar o Estado, preservando os direitos dos trabalhadores” (APEOESP, 2005, p. 21). Logo, elas são vistas como necessárias, se forem realizadas como forma de garantir a democratização do Estado e de garantir e expandir direitos e afirma que a entidade, enquanto parte de

uma esquerda moderna não pode ser a defensora do *status quo*, negando sua essência transformadora e recusando toda e qualquer possibilidade de obter algum avanço, mesmo que modesto, em troca de um hipotético cenário no qual todas as contradições sejam superadas instantaneamente. (APEOESP, 2005, p. 21)

A posição da entidade de defender a possibilidade de avanços – mesmo que modestos – no atual modelo de sociedade é uma resposta àqueles que são totalmente contrários às reformas e defendem que a entidade não deva participar de discussão sobre o tema, negando qualquer possibilidade de negociação, consenso ou acordo e por defenderem que a entidade deva lutar por uma sociedade sem contradições sociais na qual as reformas seriam desnecessárias. No 21º Congresso (APEOESP, 2007, p. 38), a posição do sindicato é a de se colocar, juntamente “com a CUT e todos os sindicatos filiados, a favor da classe trabalhadora, organizando a resistência e a luta contra qualquer reforma, em qualquer esfera de governo, que atinja direitos dos(as) trabalhadores(as)”.

Reforma Previdenciária: da manutenção da aposentadoria especial às ameaças aos temporários

Os primeiros debates sobre reforma previdenciária encontrados nos cadernos de resoluções do período analisado dão ênfase à discussão da aposentadoria especial dos professores e, após a manutenção desta (para aqueles que exercerem vinte e cinco anos de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e/ou médio), o embate passa

a ser contra o governo do estado de São Paulo que dá início ao processo de Reforma Previdenciária Estadual, em que o principal problema era o aumento das alíquotas de contribuição dos servidores públicos.

No 17º e no 18º Congressos, encontramos a informação de que a APEOESP, juntamente com as demais entidades representativas do funcionalismo, mobilizou-se e conseguiu garantir na Assembléia Legislativa os votos necessários à rejeição do projeto, mas concomitantemente o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da cobrança de alíquotas progressivas e contribuições dos servidores inativos para a Previdência, obrigando o governo a suspender a tramitação do projeto. No congresso realizado em 2003, encontramos apenas uma referência ao fato de que, apesar da mobilização, o governador do estado conseguiu aprovar o aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo em 5%, que passou de seis para onze por cento. O que significa que o projeto suspenso pelo Supremo Tribunal Federal e que a entidade julgava ter os votos necessários para sua rejeição foi modificado e, voltando à Assembléia, foi aprovado.

O último *round* da Reforma Previdenciária em São Paulo foi a mudança do regime previdenciário para o SPPREV em 2007, quando o governador José Serra, sob a alegação de cumprir determinações impostas pela Emenda Constitucional 41, citada anteriormente (a Reforma Previdenciária Nacional), enviou para a Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 30/2005. Inicialmente, este projeto destinava-se a regulamentar os benefícios previdenciários dos servidores públicos titulares; já a aposentadoria, a licença saúde, a pensão de beneficiários, a proteção à maternidade, os acidentes de trabalho, o auxílio reclusão dos professores ACTs e estáveis seriam administrados pelo INSS. Sentindo-se ameaçados, os professores decidiram entrar em greve caso o projeto não fosse retirado da Assembléia.

Após discussões, audiências públicas, assembleias, vigílias na Assembléia legislativa no dia 02 de junho de 2007, a quarta versão do projeto foi aprovada, tornando-se a Lei 1.010/07. Na visão do sindicato, o governo foi obrigado a recuar nos seguintes pontos: ao contrário da primeira proposta, que previa maioria absoluta de membros do governo em todas as instâncias administrativas do SPPREV, a lei aprovada determina que o Conselho de Administração seja composto por 14 membros (sete indicados pelo governo e sete pelos servidores) e o Conselho Fiscal, composto por seis

membros (três indicados pelo governo e três pelos servidores). A Diretoria Executiva será composta por cinco membros, todos indicados pelo governador.

O outro recuo considerado foi a grande vitória do sindicato: ficou garantido que os profissionais admitidos pela Lei 500 (ACTs) até a data da publicação da lei não serão dispensados pelo Estado e continuam com seus direitos previdenciários assegurados por este. Aqueles professores e demais funcionários estaduais admitidos pela Lei 500, após a publicação da mesma passaram a ter seus benefícios previdenciários regidos pelo INSS. O problema é que, meses depois desta vitória, já se verificam problemas jurídicos que permitem ao Estado, por exemplo, transferir para o INSS professores que deixam de ser eventuais quando têm aulas livres atribuídas, que mudam de campo de atuação de PEB I para PEB II²⁹, independentemente do tempo de magistério. Além deste problema, que abrange um contingente considerável de professores, ainda há outra questão: aqueles que foram contratados ou estão sendo transferidos de regime pelas situações descritas estão desamparados pelos dois sistemas: o SPPREV diz não ser responsável por aposentadorias vencidas ou por pagar salários em caso de licenças médicas nem pelo atendimento na rede médica do IAMSPE a estes profissionais e o INSS também não os atende porque eles não têm ainda um ano de contribuição, ou seja, estes profissionais estão no *limbo previdenciário*, de acordo com a fala de um advogado da entidade, numa reunião da Diretoria recentemente.

Sobre a reforma previdenciária nacional, aprovada no o governo Lula e citada por Serra, o balanço é que esta se deu sob a contradição de reformar preservando direitos, conquistando algum avanço, mesmo que modesto. Daí suas características: ao contrário das reformas liberais clássicas, a reforma do governo federal não acabou com o sistema de repartição simples – de solidariedade entre gerações – manteve o caráter público dos fundos de pensão dos servidores públicos e ampliou o limite de cobertura dos trabalhadores atendidos pelo Regime Único (INSS). Porém, ao adotar um viés excessivamente fiscalista, impôs duros sacrifícios aos servidores públicos, fazendo com que o teto dos vencimentos (já explicado quando tratamos dos aposentados) fosse definido aquém do desejado por parte do funcionalismo.

²⁹ Neste caso, encontram-se quem era professor estudante e obteve a habilitação passa a ser PEB II ao assumir as aulas, quem era professor de 1ª a 4ª que se formou em alguma disciplina com habilitação em licenciatura plena e optou por lecionar para a 5ª a 8ª e para o ensino médio e, ainda, aqueles que lecionavam em matérias correlatas – ou seja, têm habilitação em História mas lecionava Filosofia, por exemplo – e que neste ano teve aulas atribuídas na matéria de sua habilitação.

Reforma Sindical/Trabalhista: posições em confronto

Os debates sobre as reformas sindical e trabalhista têm ocupado o cenário político nacional há alguns anos sendo tratadas, na maior parte das vezes, como uma única reforma, muito provavelmente devido à relação intrínseca entre elas. Mas convém entendermos que são duas reformas que poderiam ser encaminhadas separadamente, como está acontecendo no Fórum Nacional do Trabalho – instância tripartite criada no governo Lula com o objetivo de discutir as futuras alterações na legislação – que optou por iniciar as reformas pela “questão sindical sob o argumento de que era necessário primeiro fortalecer os interlocutores para depois discutir as alterações trabalhistas” (Borges, 2004). As primeiras posições da APEOESP a esse respeito estão presentes no 16º Congresso, quando a entidade se coloca enquanto filiada e defensora da mesma posição que a CUT: reformas na estrutura sindical que estabeleçam o fim do imposto sindical, a extinção da unicidade sindical e o fim do poder normativo da justiça do trabalho. Mas aponta que as medidas propostas pelo governo (naquele período Fernando Henrique Cardoso) retiram do trabalhador as mínimas garantias trabalhistas.

No congresso seguinte, a APEOESP afirma ser “contra a reforma trabalhista articulada em Brasília, que poderá provocar uma pulverização sem precedentes na organização sindical dos trabalhadores a partir da adoção do sindicato por empresa” (APEOESP, 2001, p. 5). Desde então, a reforma trabalhista é citada individualmente apenas no 19º Congresso (2003), no qual a expectativa é de que as reformas baseiem-se na ampliação do atual patamar de conquistas e de direitos já assegurados para os trabalhadores na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Outras discussões são travadas concomitantemente, defendendo-se sempre o objetivo maior de instituir o Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT)³⁰. A seguir, apresentamos alguns

³⁰ Uma proposta de Projeto de Reforma da Constituição e Legislação ordinária que regula a organização sindical brasileira foi elaborada pelo Conselho Jurídico da CUT em 1996, a partir dos princípios e definições políticas que norteiam a Central para a instituição de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho (SDRT) e adotada pela 9ª Plenária Nacional da CUT em 1999 como proposta base a ser apresentada à sociedade. A base fundamental dessa proposta é a instituição de um regime de plena liberdade de organização sindical em completa sintonia com os princípios consagrados nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As convenções 87 (Liberdade sindical e proteção ao direito de sindicalização), 98 (Aplicação do princípio do direito de sindicalização e da negociação coletiva), 135 (Proteção aos representantes dos trabalhadores nas empresas), 151 (Proteção ao direito de

pontos definidos no SDRT e também defendidos pela APEOESP em seus congressos, considerados fundamentais para a reforma definitiva da estrutura sindical:

- ✓ *Organização sindical por ramo de atividade e não por categoria*, o que significaria, por exemplo, que os trabalhadores da saúde – médicos, agentes comunitários, psicólogos, enfermeiros e outros – se organizariam num único sindicato, maior e mais forte, que teria que ser capaz de lidar com as especificidades das diferentes categorias que compõem o ramo.
- ✓ *Garantia do direito à organização no local de trabalho*, que significa ir além da presença de delegados ou representantes do sindicato nas empresas, porque atinge tanto os trabalhadores sindicalizados quanto os não sindicalizados. Essa organização teria, entre suas atribuições, fiscalizar “os acordos do sindicato no local de trabalho, representar os trabalhadores junto à direção plena do sindicato. A legislação atual não reconhece o direito dos sindicatos de organizarem seus filiados nos locais de trabalho” (CUT, 2003, p. 3). A idéia é que o trabalhador tenha acesso às informações das empregadoras, possa fazer uma leitura crítica de seu papel no processo de produção e ter uma visão mais abrangente da organização da produção e das formas de gestão, para ter condições de discutir e intervir.
- ✓ *Direito à sindicalização e pleno exercício da atividade sindical*. A garantia desses direitos (e a regulamentação de leis que lhe dariam suporte) tem o objetivo de permitir a organização sindical dos trabalhadores que vivem na informalidade e em empresas onde a organização sindical é reprimida e os associados ou dirigentes são impedidos de exercer as atividades sindicais, como ter contato direto com os trabalhadores, participar e encaminhar processos eleitorais e outras atividades inerentes à atividade sindical.
- ✓ *Poder de representação dos trabalhadores e negociação frente aos patrões e ao Estado*. Correlata à reivindicação anterior, consiste em garantir que todos os trabalhadores possam ter os sindicatos como seus representantes legítimos e que os sindicatos sejam respeitados enquanto tais, garantindo que as empresas não possam tratar isoladamente com seus funcionários, visto que isso aumenta a possibilidade de coação por parte desta.
- ✓ *Contrato coletivo nacional articulado*: a idéia é que os acordos coletivos possam ser discutidos e assinados nacionalmente, tanto pela CUT (ou outras centrais) e pelas organizações da estrutura vertical (ramos), incluindo o setor público.
- ✓ *Fim do poder normativo da Justiça do Trabalho*, ou seja, fim do poder da Justiça do Trabalho para interpretar, decidir, criar e modificar regras nos impasses entre trabalhadores e empregadores, arbitrando conflitos. De acordo com a CUT (2003, p. 3), o fato de a maioria dos trabalhadores só recorrerem à Justiça do Trabalho quando já não estão mais trabalhando numa empresa em que

tiveram seus direitos desrespeitados, beneficia apenas o patrão. Os conflitos passariam então a ser resolvidos entre o sindicato e o empregador.

- ✓ *Fim do imposto sindical e de todas as taxas compulsórias:* o objetivo é que as contribuições dos trabalhadores sejam definidas pelas assembléias dos trabalhadores, que devem estabelecer mecanismos para que todos aqueles que usufruírem os benefícios sindicais, possam, de alguma forma, contribuir para a sustentação financeira do sindicato.
- ✓ *Fim da unicidade sindical:* De acordo com o documento que analisamos,

A CUT entende que a unidade dos trabalhadores é um pilar básico na sustentação das suas lutas e conquistas, entretanto esta unidade tem que ser fruto da vontade e da consciência política dos trabalhadores, por isso combatemos qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado. A liberdade de organização é um direito de todos e a interferência do Estado, um empecilho a ser superado. (CUT, 2003, p. 3).

Em que pese a posição acima exposta, expressa de formas semelhantes nas resoluções dos congressos realizados pela APEOESP em 1998, 2003 e 2004, no 18º Congresso (em 2001), a posição da entidade é totalmente contrária:

O neoliberalismo organiza uma grande ofensiva contra os trabalhadores e suas entidades sindicais para garantir sua supremacia e intensificar a exploração e o acúmulo de riquezas. Desemprego, arrocho salarial, flexibilização de direitos, tentativa de alterar o Art. 7º da Constituição, a Proposta da Emenda Constitucional Nº 623/98, que prevê o fim da unicidade sindical são elementos de uma estratégia que visa a fragmentação do movimento social para impedir a resistência dos trabalhadores contra a perversidade do capitalismo.

O significado essencial da unicidade sindical é a reapresentação das categorias por entidades únicas. Ela tem sido um entrave aos desmandos do liberalismo, à precarização das relações do trabalho, à informalização, aos ataques, aos direitos dos trabalhadores e aos direitos sindicais. Conforme praticada no Brasil, a unicidade reforça a liberdade e a autonomia sindicais, consagradas na Constituição. É exemplo de estrutura sindical eficiente para o resto do mundo. Para atacar e destruir a unicidade e instaurar a pluralidade e a pulverização os inimigos dos trabalhadores, os liberais, têm feito de tudo para golpear o art. 7º da Constituição.

O que explica essa posição divergente? Esse é um exemplo das disputas de posição que se dão no jogo dos congressos. Demonstra que a posição aparentemente hegemônica e, neste caso, aparentemente consolidada na entidade tem opositores que,

neste congresso, conseguiram ter sua emenda aprovada e, por isso, transformada em resolução congressual. Entretanto, tal resolução foi revogada no congresso seguinte, voltando à defesa do fim da unicidade sindical. Não era esse o objetivo deste trabalho, mas a leitura das discussões que envolvem essa temática, talvez mais do que as outras, nos permitem visualizar o quanto o cenário tem sido adverso para os professores de modo geral e para o sindicato em especial, uma vez que este se vê obrigado a dar respostas a situações para as quais seria necessário, acima de tudo, um forte respaldo da categoria que, fragilizada e cansada, parece preferir que a instituição que a representa resolva seus problemas. Mas como esta enfrenta limites para tanto, se vê diante do enfraquecimento dos vínculos estabelecidos com os que lhe cabe representar defendendo, muitas vezes, posições ambíguas e implementando ações contraditórias que reforçam ainda mais o distanciamento em relação a determinadas parcelas de seus filiados. Diante disso, quais os desafios postos para a APEOESP?

f) A APEOESP e os Desafios da Organização Sindical: da Era FHC ao Governo Lula

Vamos tentar responder, através do exame das resoluções congressuais, quais as perspectivas e ações necessárias para enfrentar os desafios que estão postos para o subcampo da representação profissional dos professores. Este tema permeia todas as resoluções, com variações de congresso a congresso, mas em linhas gerais, diz respeito à tentativa de garantir que o enfrentamento da diversidade de problemas que aflige a categoria seja feita mediante uma constante interlocução com a unidade escolar, com a CUT, com outros sindicatos e com os demais setores sociais. Assim, a discussão sobre as questões profissionais do professor não deve abrir mão da defesa intransigente das reivindicações específicas de forma a marcar, de um lado, o caráter sindical da entidade e, de outro, se diferenciar dos discursos genéricos sobre a questão educacional, buscando qualificar as discussões sobre o tema. Parece um objetivo amplo, não? Muito mais uma grande bandeira ou um *slogan* do que um programa capaz de ser viabilizado na prática. No 18º Congresso, realizado em 2001, repete-se duas vezes o chamamento da necessidade da entidade estreitar os laços com a base ou aproximar-se mais da

categoria para que o sindicato cumpra a tarefa que ele arroga como uma de suas responsabilidades:

Como entidade sindical, podemos e devemos aumentar a consciência da categoria sobre o mundo em que vivemos, para que se possa compreender sua complexidade, sua diversidade e a dinâmica atual da política internacional, visando intercâmbios com trabalhadores em Educação de todo o mundo. (APEOESP, 2002, p.02)

Nesta proposta, aparece a concepção vanguardista da entidade, aquela que tenta fazer com que o professor veja além dos limites do seu dia-a-dia e inclua a essência da profissão de professor em seu cotidiano, promovendo “a formação de cidadãos conscientes da sociedade em que vivem e imbuídos do espírito de mudança em direção a uma sociedade mais justa” (APEOESP, 2002, p.13). Para o sindicato, essa sociedade mais justa e também solidária será aquela na qual a cidadania possa ser exercida através da ampliação de direitos sociais e do aprofundamento de noções básicas de ética, democracia, participação popular e com distribuição igualitária da renda nacional. Não aparecem nesses pontos nenhuma alusão à possibilidade de uma revolução social nem ao socialismo, comum nas falas de boa parte dos militantes.

Com a eleição do governo Lula, o sindicato apresenta a necessidade de mudar seu comportamento. Ao se referir à conjuntura nacional no 19º Congresso, realizado em 2003, a resolução do Congresso ratifica a análise das mudanças pelas quais o sindicalismo passou nas últimas décadas, escrita por Queiroz (2003)³¹, a saber:

O movimento sindical, no período pós-64, passou por duas fases importantes (de contestação e reivindicação) e agora ingressa numa terceira que não basta ser contra e reivindicar, é preciso formular e apresentar alternativas. A primeira fase foi de contestação ao regime militar, quando todas as forças democráticas se uniram para derrotar a ditadura. A segunda, com a força acumulada pela derrota da ditadura, foi de reivindicação corporativa, quando algumas categorias, por sua condição privilegiada com o poder de pressão (política ou financeira) sobre o governo e os patrões, ganhou além do razoável. A terceira, que coincide com a eleição de Lula, será desafiadora porque além da combatividade, exige também criatividade e participação. Portanto, a diferença fundamental de atuação do movimento sindical no Governo Lula é que ele será desafiado a exercer aqueles papéis ou

³¹ O texto que a resolução do 19º Congresso subscreve foi escrito por Antônio Augusto de Queiróz. 2003. *O papel do movimento sindical no Governo Lula*. Boletim DIAP. (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

funções (organizar, representar e lutar) nas dimensões sociais, econômicas, políticas e jurídicas, inclusive com participação ativa nos fóruns e instâncias de debate e formulação de políticas públicas para o mundo do trabalho.

Assim como apontado na análise de conjuntura a partir desse período, o foco dos desafios identificados pela entidade passa a ser o governo do estado de São Paulo e as políticas federais herdadas do governo FHC. Não há avaliações dos programas educacionais do governo Lula. Nas resoluções do 20º Congresso, há um alerta quanto à necessidade de cautela e consciência na definição da ação estratégica do sindicato para que o movimento sindical cumpra uma tarefa prioritária no momento: articular um bloco social com os setores populares capaz de construir um novo Projeto Nacional. Se até aqui o propositivismo era inerente às práticas, mas não assumido textualmente, agora para a ser

Neste cenário [de mobilização dos setores sociais para a construção de um novo projeto Nacional], formulações genéricas sobre os direitos dos trabalhadores já não são suficientes. É necessário que o movimento sindical qualifique sua intervenção, construindo alternativas concretas que transformem as demandas da classe trabalhadora em políticas públicas de caráter emancipatório. (APEOESP, 2005, p. 20)

Para a atuação no estado de São Paulo, é apontada a necessidade de construir uma alternativa efetiva à forma dos tucanos governarem. Sei que metodologicamente não é muito bem visto encerrar um texto como uma citação, mas vou fazê-lo porque creio que ela expressa a posição que, no fim, parece nortear as ações do sindicato. Trata-se de um *slogan* amplo, em que a referência genérica à *educação pública de qualidade* se associa à defesa de reivindicações de interesses corporativos, numa tentativa de imprimir um caráter mais abrangente à atuação da entidade que é justificada, também, pelo uso de uma outra expressão, não menos vaga: *valorização dos serviços e do ensino público de qualidade para todos*. Segue, então, a referida citação:

a estratégia da APEOESP é o desenvolvimento de uma campanha permanente em defesa das reivindicações da categoria, articulada à luta por Educação pública de qualidade e pelos direitos de toda a população, confirmando o papel do Sindicato como interlocutor social, abrindo novas perspectivas para a luta em defesa de nossos

direitos, reivindicações salariais e profissionais, tendo em vista a valorização dos serviços e do ensino público de qualidade para todos. (APEOESP, 2005, p. 24)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar a esta etapa, uma das conclusões que tenho é a de que Engels estava certo ao afirmar que, além de condição básica e fundamental de toda a vida humana, o trabalho transforma. O trabalho de elaboração desta dissertação transformou muitas coisas em mim. Algumas transformações foram muito positivas. As outras dizem respeito, basicamente, a novas perguntas, algumas das quais poderão ser respondidas em trabalhos futuros, outras só serão respondidas nas vivências dos caminhos e possibilidades que se abrem a todo momento.

A pergunta principal deste trabalho está respondida: se observarmos, nos Quadros 2, 3 e 4, o número de temas tratados nos congressos realizados no período de dez anos estudado aqui (1996-2006) e a gama expressiva de discussões que esse grande número de temas encerra, podemos afirmar que sim: a APEOESP formula, delibera oficialmente, em seus Congressos, propostas de Políticas Educacionais para a escola pública. Mas essa resposta exige algumas considerações. Essa afirmação referenda, na prática, a opção pela ação propositiva da entidade, que busca responder às demandas de seus associados e às expectativas da sociedade em geral com relação aos problemas da escola pública. Se pensarmos no título do trabalho de Fassoni (1991) – *APEOESP: oponente ou proponente?* – eu diria que a entidade tem se esforçado mais para atuar como oponente frente àquelas políticas educacionais implementadas pelos governos federal, estadual e até municipais (caso dos convênios de municipalização) que, em última análise, só se propõem atacar as consequências e não as causas dos graves problemas educacionais do país que fazem parte do quadro de intensa desigualdade social que o caracteriza.

Mas essa oposição não tem logrado êxito porque a maior parte das políticas implementadas na educação básica – em decorrência das convicções de nossos governantes ou por orientação externa – tem demonstrado a preponderância das questões econômicas sobre as sociais. Na efetivação do que Bourdieu (1998, p. 10) chama de contradições entre “a mão direita e a mão esquerda do Estado”, a educação, um dos constituintes da mão esquerda, formada pelo conjunto dos agentes dos “ministérios gastadores”, tem perdido as batalhas e a APEOESP, enquanto

representante de um contingente significativo dos trabalhadores desta área, tem sofrido as consequências de não conseguir avançar ou assegurar aos seus representados os (poucos) direitos conquistados ao longo dos anos. No máximo, a entidade tem conseguido postergar ou negociar algumas medidas, que depois acabam sendo implementadas, apesar de terem sido combatidas pelos efeitos nefastos que poderiam causar para a profissionalização da categoria e a escola pública no Brasil. Como exemplo disso, temos os debates sobre a LDB, o Plano de Carreira e a Reforma da Previdência, além da permanência e o agravamento dos problemas decorrentes das difíceis condições de trabalho e da baixa remuneração.

Se retomarmos a citação de Pereira (2001, p. 141), apresentada na abertura do quarto capítulo, podemos afirmar que a análise dos discursos da agenda sindical permitiu constatar que as estratégias de luta e os lances de distinção simbólica do magistério estão em cheque neste início de século XXI. Diante do cenário de ceticismo e desmobilização que tem caracterizado o movimento sindical no Brasil e no mundo, a opção da APEOESP, assim como visto em outros sindicatos, tem sido a de privilegiar as teses do sindicalismo cidadão – que privilegia a negociação e a possibilidade da construção de consensos, reforçando o método de ação proponente em detrimento da ação como oponente. Daí a valorização do Poder Legislativo e do Judiciário como mediadores entre o Estado e a categoria, através de ações encaminhadas pelo Departamento Jurídico da entidade e pressões através de caravanas, telegramas, abaixo-assinados, atos, vigílias e seminários nos momentos de acirramento dos embates, como aconteceu caso da extensão do Bônus aos aposentados (medida judicial) e no processo de elaboração da LDB e do Plano de Carreira (pressão parlamentar). Ações que “patenteiam os meios de ação política dos fracos”, de acordo com Fernandes (1990, p. 147). Neste cenário adverso, em que a categoria não atende aos chamados da entidade e espera uma ação salvadora, haveria outra forma de atuação? Tal questão fica em aberto.

Entretanto, é possível constatar por meio da análise desenvolvida neste estudo que, no tocante às posições e proposições da entidade sobre a diversidade de medidas que interferem no processo educacional, a conclusão a que chego é que aquelas políticas que dizem respeito às condições de trabalho e de salário – mesmo que estejam alocados em categorias diferentes neste estudo – têm formulações e proposições melhor elaboradas, mais constantes ou ainda, melhor definidas descritiva e programaticamente.

Como exemplo dessa afirmação, cito as reivindicações sobre o número de alunos em sala de aula, a Jornada de Trabalho e as posições e proposições sobre a municipalização, as quais são as mesmas em todos os Congressos.

Já os temas que envolvem diretamente as questões pedagógicas são tratados como forma de dar respostas ou propor alternativas às medidas implementadas pelos governos estadual e federal do período, o que é legítimo. Trata-se das discussões em que é possível notar as maiores oscilações e indefinições conceituais. Vejo, como maiores exemplos disso, as indefinições do que seja política educacional para a entidade e qual a concepção de escola que o sindicato defende, o que me levou a inferir que a posição da entidade seja a mesma que adotei em decorrência das reflexões de Martins (1994, pp. 8-12) e Shiroma, Moraes e Evangelista (2002, p.8-9): Política Educacional como todas as medidas que interferem, direta ou indiretamente, no processo educacional. As proposições sobre currículo são citadas *en passant* em meio a outras discussões ou aparecem disseminadas em vários textos ou escondidas atrás de *slogans* indefinidos como “escola pública de qualidade” (citado em todos os Congressos) ou “educação que interessa aos filhos dos trabalhadores” (melhor expresso nas resoluções do 19º Congresso). Mesmo no caso da formação dos professores, tratada em todos os Congressos, os projetos sofrem descontinuidade, as proposições vão se rebaixando, como é o caso da reivindicação de que a formação do professor fosse feita nas universidades públicas que, a partir do 20º Congresso, mudou, admitindo que o Estado faça convênios “com instituições privadas de caráter não-mercantil” e, mais do que admitir essa atitude por parte do Estado, o sindicato passa a praticá-la.

Acrescente-se a tais constatações, ainda, que temas como os Parâmetros Curriculares Nacionais, livro didático, construção do Projeto Político Pedagógico, condições físicas das escolas, o ensino à distância através das telessalas, o papel dos funcionários no processo educativo e até a própria LDB só foram objeto de discussões e posição da entidade em no máximo dois congressos. Diante do exposto, considero procedente a afirmação de Vianna (1999, p. 108) de que os professores acreditam que a APEOESP não trata com a devida atenção dos problemas pedagógicos enfrentados pela categoria.

Quanto à origem das proposituras questionada por Assis (1999), é preciso dizer que a autora tinha razão ao afirmar que a entidade apenas reage, responde, oferecendo

alternativas possíveis às medidas implementadas pelos governos estadual e federal. Estas alternativas são encontradas também nas defesas da CNTE, dos Fóruns Nacional e Estadual em defesa da Escola Pública. Infelizmente, o espaço de realização deste trabalho não nos permite encontrar a origem da formulação dessas propostas, mas o fato de elas serem apresentadas após a implementação das medidas pelos governos nos leva a pensar que são eles quem determinam a agenda da entidade.

Outra constatação que a análise das resoluções congressuais permitiu diz respeito à mudança do diagnóstico da origem dos problemas da política educacional: até 2001, os projetos implementados pela SEE de São Paulo eram decorrentes da política educacional federal. A partir de 2002, com a eleição de Lula para a presidência da República, mesmo não havendo modificações significativas na política educacional federal, os problemas passam a ser considerados decorrência da herança do governo Fernando Henrique Cardoso e das concepções neoliberais do PSDB em São Paulo e a estagnação de políticas para a área passa a ser considerada compreensível, mesmo que não justificável, diante das contradições internas do governo Lula, conforme vimos nas resoluções do 20º Congresso (APEOESP, 2005, p. 14).

Já sobre a questão do quanto a organização dos Congressos delimita e direciona o debate, estabelecendo “legitimidades”, concluímos o segundo capítulo afirmando que esse processo é controlado por aqueles que incorporaram, em seu *habitus* (na concepção de Pierre Bourdieu), as disposições necessárias para a atividade sindical que, sendo capazes de reconhecer os interesses e objetos em disputa, definem também o que é legítimo para a atuação da entidade. Ademais, a dinâmica desses congressos mantém sob o poder dos militantes avisados (que Bourdieu me permita a adaptação) não só a elaboração das teses, mas também o discurso que a divulgará no plenário e a condução de como votarão os membros de suas tendências. A estes cabe grande responsabilidade pelas decisões tomadas.

Pelo tratamento preferencial dado às questões que envolvem as condições de trabalho e de salário em detrimento das questões pedagógicas, podemos dizer que a despeito de figurar entre as bandeiras defendidas pela entidade, a luta, “juntamente com outros setores da população, pela melhoria do ensino, em particular pelo ensino público e gratuito, em todos os níveis” (APEOESP, 2006), os interesses corporativos e a luta contra a rejeição social prevalecem nos debates da entidade. O que não considero um

problema em si, pois, conforme afirmei no primeiro capítulo, é papel inerente de qualquer sindicato defender os interesses do seu *corpo*, o que não exclui a visão e a luta das questões mais gerais que envolvem a sociedade. Mas, para mim, é fundamental que o sindicato realmente pense a educação para além dos seus interesses corporativos, uma vez que o fato de congregar e representar professores dá ao Sindicato uma especificidade que o impossibilita de separar as questões políticas das pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Isabel de. 1999. *O sindicato como instância formadora dos professores: novas contribuições ao desenvolvimento profissional*. São Paulo: FE-USP. Tese de doutorado.

_____. 2000. Desenvolvimento profissional docente: uma atribuição que também é do sindicato. In: 23ª Reunião Anual da Anped, Caxambu. Programas e Resumos da 23ª Reunião Anual da Anped.

ANANIAS, Patrus. 2007. Políticas Permanentes. Artigo publicado originalmente na Folha de Boa Vista – RR. 29/06/2007 Disponível em <http://www.fomezero.gov.br/artigo/politicas-permanentes-patrus-ananias>

ANTUNES, Ricardo. 1981. *O que é sindicalismo*. São Paulo, Brasiliense.

APEOESP. 2006. Estatuto da APEOESP. Disponível na Internet em www.apeoesp.org.br/estatuto/index.htm, Consultado em 21 de agosto de 2007.

_____. 2007. *Saúde dos Professores em Questão*. São Paulo.

_____. 1994. *A Questão educacional nos Encontros e Congressos da APEOESP*.

_____. 1999. Resoluções do XVI Congresso Estadual da APEOESP.

_____. 2001. Resoluções do XVII Congresso Estadual da APEOESP.

_____. 2002. Resoluções do XVIII Congresso Estadual da APEOESP.

_____. 2004. Resoluções do XIX Congresso Estadual da APEOESP.

_____. 2007b. Resoluções do XXI Congresso Estadual da APEOESP.

_____. 2007c. Fax Urgente nº 46 de 08/07/2007.

_____. 1997. Suplemento de educação: *A nova LDB: uma avaliação necessária*. Março

_____. 2005. Resoluções do XX Congresso Estadual da APEOESP.

APP (Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná). 2008. Disponível em www.app.com.br/portalapp/movimento_sindical.php?id1=3 Consultado em 25 de janeiro de 2008.

ASSIS, Silvana. S. de. 1999. *As reformas neoliberais na educação pública paulista e a APEOESP*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas.

BARROSO, João. 2002. Gestão local da Educação: entre o Estado e o mercado, a responsabilidade coletiva. In MACHADO, Lourdes Marcelino & FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Orgs). *Política e gestão da educação – dois olhares*. Rio de Janeiro DP&A.

BOITO Jr, 1996. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. In *Revista Crítica Marxista*, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

BORGES, Altamiro. 2004. A reforma trabalhista no governo Lula in *Revista Espaço Acadêmico*, nº 39. Disponível em www.espacoacademico.com.br. Consultado em 10 de janeiro de 2008.

BOURDIEU, Pierre. 1983. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

_____. 1983. *Sociologia*. Org. Renato Ortiz. São Paulo. Ática. (Col. Grandes cientistas Sociais)

_____. 1989. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/Lisboa: DIFEL/Bertrand Brasil,

_____. 1996. *A Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo. EDUSP.

_____. 2001. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

CARLOTTO Mary Sandra (2002) A Síndrome de Burnout e o trabalho docente. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, jan./jun. 2002, n. 1, p. 21-29.

CARMO, Edgar Cândido. 2001. *Crise fiscal e financiamento público da Educação no Estado de São Paulo (1991-1998)*. São Paulo, PUC/SP, Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, Maria Jurema Venceslau de. 1981. *O professor estadual – um valor ameaçado: as condições de ensino e a associação da categoria profissional do professor paulista*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CORAGGIO, José Luis. 1996. *Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção?* In: TOMASI. Livia de Tommasi et alli. São Paulo: Cortez.

CORREA, João Jorge. 2002. *A atuação do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS/Sindicato) na discussão, formulação e proposição de políticas educacionais*. Uma possibilidade concreta para a transformação da educação e da escola. Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista, Marília.

CUT. 2003. *Jornal Especial sobre a proposta da CUT para a Reforma Sindical e Trabalhista*, Nov/2003.

DAVIES, Nicholas. 2004. Financiamento da Educação. Novos ou velhos desafios? São Paulo. Xamã.

FASSONI, Laurita Fernandes. 1991. *A APEOESP oponente ou proponente?: um estudo sobre a condição do sindicato dos professores na construção de uma escola pública de qualidade para a classe trabalhadora*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FERNANDES, Florestan. Diretrizes e Bases: conciliação aberta IN Revista Educação & Sociedade. São Paulo. Ed. Vértice. 1990. nº 36.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 199

FRANÇA, Magna. 2004. *Financiamento da educação: política, mobilização de recursos e programas para o ensino fundamental*; In: NETO, Antônio Cabral (Org.) *Política Educacional: desafios e tendências*. Porto Alegre, Sulina.

GADOTTI, Moacir. 1992. Indicadores de qualidade da educação escolar. www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Curriculo/Indicadores_de_qualidade_da_educ_escolar.pdf Consultado em 11 de fevereiro de 2008.

_____. 2000. *O Projeto da Escola cidadã como alternativa ao projeto neoliberal: Educar para e pela cidadania*. Disponível in www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/Escola_Cidada/Escola_Cid_Neoliberalismo_2000.pdf Consultado em 11 de fevereiro de 2008

_____. 1996. Estado e Sindicalismo docente no Brasil: Conflito, consenso, pacto ou parceria? www.paulofreire.org/.../Artigos/Portugues/Formacao_do_Educador/Estado_sindicalismo_docente_1996.pdf Consulado em 08 de dezembro de 2007

GIL, Juca; ARELARO, Lisete Regina Gomes. 2005. Política de fundos na educação: duas posições. In: Maria José Rocha Lima; Maria do Rosário Almeida; Vital Didonet. (Org.). *FUNDEB: Dilemas e Perspectivas*. Brasília: Edição Independente.

GOHN, Maria da Glória. 1992. Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública analisado enquanto um movimento social IN *Sociedade Civil e Educação*. Campinas. Papirus/CEDES/ANDE/ANPED.

GORENDER, Jacob. 1987. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática.

HADDAD, Sérgio (Orgs). 1996. *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. São Paulo. Cortez.

HOUAISS, *Dicionário Eletrônico*, versão 1.0, Dezembro de 2001

JOIA, Orlando & KRUPPA, Sonia (org). 1993. *APEOESP 10 anos (1978 – 1988): memória do movimento dos professores do ensino público estadual paulista*. São Paulo, CEDI.

KRUPPA, Sônia Maria Portella. 1994. *O movimento de professores em São Paulo: o sindicalismo no serviço público, o Estado como patrão*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

LIMA, Elizabeth Miranda de. 1997. *Projetos em disputa: O processo de elaboração da LDB e a Formação dos Profissionais da Educação*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. 1986. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

LUGLI, Rosário S. Genta. (2002). *O trabalho docente no Brasil: O discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representativas do magistério (1930-1971)*. Tese de Doutorado. Universidade Católica de São Paulo.

MARTINS, A. M. (Coord.). 2002. *O processo de municipalização no Estado de São Paulo: mudanças institucionais e atores escolares*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/FAPESP.

MARTINS, A. M. 2003. A política educacional paulista: controvérsias em torno dos conceitos de descentralização e autonomia 1983 a 1999. *Educação e Sociedade*, vol.24 n°. 83p. 527-549. Campinas

MARTINS, A. M. *Mudança, resistência e educação: práticas profissionais e limites do Estado*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.

MARTINS, Clélia. 1994. *O que é política educacional*. São Paulo, Editora Brasiliense.

MASSIMI, Marina.1984. *História das idéias psicológicas no Brasil, em obras do período colonial*. São Paulo, 1984. Dissertação de Mestrado, USP.

MELLO, Guiomar Namó de. 2005. MELLO, Guiomar Namó de ATHIE, Lourdes. *Gestão escolar eficaz*. São Paulo. Elaborado a pedido da Fundação Lemann,

MELO, M. T. L. de. 2003. As políticas educativas dos novos governos, In *Revista de Educação da APEOESP*, n°. 16, março de 2003.

NAVARRO, Ignez. et al. 1999. As inovações introduzidas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. In: APEOESP. 1999. *Caderno de Subsídios à II Conferência Estadual de Educação*. pp. 22-30

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. 2005. *A liberdade transfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular.

NOVAES, Carlos Alberto. 1996. *Razão política e ordem sindical: os professores da rede pública na construção da democracia*. São Paulo: Cebrap/Apeoesp, agosto.

ORLANDI, Eni. 2001 *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas/SP. Pontes.

PAULA, Ricardo Pires de. 2007. *O Sacerdócio e a Contestação: uma história da APEOESP (1945-1989)*. Assis, 2007. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”.

PERALVA, Angelina Teixeira. 1992. *Reinventando a escola: a luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática*. Tese de Livre Docência, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Gilson R. de M.. 2001. *Servidão ambígua: valores e condições do magistério*. São Paulo: Escrituras Editora.

_____. 2003. A força das afinidades: estudo sobre a politização do campo educacional brasileiro In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 67-78, jan./dez. 2003.

PIMENTEL, Alessandra. 2001. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa Historiográfica. In *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195, novembro/2001.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: Um Balanço do Governo FHC (1995-2002). Educação e Sociedade, São Paulo, 2002, vol. 23, nº 80.

REIS, Rute Rodrigues dos. 2006 *O movimento docente e o debate sobre financiamento educacional: O caso da APEOESP. (1995-2002)* Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RIBEIRO, Maria Luíza dos Santos. 1983. *A formação do professor no exercício profissional durante os anos 70: organização e liderança*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RIDENTI, Marcelo. 1995. *Professores e ativistas da esfera pública*. Coleção Questões de Nossa Época, v. 51. São Paulo: Cortez.

SADI, Renato Sampaio. 2001. *Projeto das direções sindicais da educação de São Paulo-SP*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade de São Paulo.

SÃO PAULO, 2007, *Boletim de acompanhamentos de pessoal da rede estadual*, Centro de Informações Educacionais da Secretaria Estadual de Educação.

SAVIANI, Dermeval. 1989. *Contribuição à Elaboração da Nova LDB: um início de conversa* Revista da ANDE, nº 13. pp.5-14

_____. 1997. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. Campinas, SP. Autores Associados.

SEE, 2007. www.educacao.sp.gov.br, consulta realizada em 24/09/2007

_____, 2007a. www.educacao.sp.gov.br, consultas realizadas em 17/01/2007

SHIROMA, Eneida Oto. 2002. *Política Educacional*. Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista. Rio de Janeiro, DP&A, 2ª ed.

SOUZA, Aparecida Néri de. 1999. *A política nacional para o desenvolvimento e o trabalho docente*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.

_____. 2000. A racionalidade econômica e a política educacional em São Paulo. In *ANPED, 23ª Reunião Anual*.

SOUZA, Duílio Duka de. 2003. Combate ao Racismo: compromissos e ações propositivas in: PINSKI, Jaime (org.). *Práticas de cidadania*. São Paulo: Contexto, pp. 39-54.

SOUZA, Francisco H. M. 2002. Estratégias do Banco Mundial e definição de políticas educacionais no Brasil, In: *PUCviva Revista*, nº 14.

VALENTE, Ivan. ROMANO, Roberto. 2002. PNE: Plano Nacional de Educação ou Carta de Intenção? Educação e Sociedade. Vol. 23. pp. 96-107

VIANNA, Cláudia Pereira. 1999. *Os nós dos "nós". Crise e perspectivas da ação docente em São Paulo*, São Paulo, Xamã.

VICENTINI, Paula Perin. 2004. *Mobilização e visibilidade: o movimento reivindicatório do magistério paulista e a imagem pública dos docentes (1963-1979)*.

www.apeoesp.org.br. Consultado em 05/12/2005

JORNAIS

APEOESP em notícias, nº 150, agosto/1988.

Jornal da APEOESP, nº 181, junho/1992

Jornal da APEOESP, nº 261, nov/dez, 2002

Jornal Diário da Manhã - 26/02/2003 in www.achanoticias.com.br Consultado em 10 de Janeiro de 2007

Portal G1 (2007) in www.g1.globo.com/Noticias/Vestibular/ Consultado em 10 de Janeiro de 2007

Perfil dos Professores

O Perfil apresentado nas páginas à seguir foi produzido pela APEOESP em parceria com o DIEESE e será explorado na dissertação por permitir uma visão de quem são os professores e professora que participam dos Congressos da Entidade. Reproduzi aqueles gráficos e tabelas que podem ser úteis na exploração dos dados necessários ao meu trabalho. Estes dados e as análises que tinham como objetivo avaliar as condições de trabalho e saúde dos professores estão disponíveis detalhadamente no livro: “*Saúde dos Professores em Questão*” e os dados preliminares estão disponíveis no site da APEOESP.

Dos gráficos que apontam os problemas de saúde só reproduzi aqui aqueles que demonstram os principais sintomas apresentados pelos professores devido à possibilidade de relacioná-lo com as discussões sobre saúde do professor feitos dentro do tema Políticas Permanentes.

Quadro 1: Número de Questionários de Auto Preenchimento

	Números Absolutos	%	
Delegados Presentes	2.230	100%	
Total de questionários	1.796	80,5	100,0%
(-) Invalidados (1)	16	0,7	0,9%
(-) Respondidos por Aposentados	116	5,2	6,5%
(-) Sem respostas no Quesito Sexo	38	1,7	2,1%
Questionários considerados	1626	72,9	90,5%

Nota (1): Questionário cujo nível de preenchimento foi inferior a 70%

Tabela 1 – Número de participantes, segundo Região Administrativa, por sexo

Região do Estado	Total		Masculino		Feminino	
	Nº ^s	%	Nº ^s	%	Nº ^s	%
	Absolutos		Absolutos		Absolutos	
Metropolitana	572	32,5%	232	38,7%	340	33,1%
Campinas	228	14,0%	72	12,0%	156	15,2%
Sorocaba	120	7,4%	45	7,5%	75	7,3%
São José dos Campos	118	7,3%	50	8,3%	68	6,6%
Marília	106	6,5%	41	6,8%	65	6,3%
São José do Rio Preto	76	4,7%	27	4,5%	49	4,8%
Presidente Prudente	63	3,9%	21	3,5%	42	4,1%
Bauru	57	3,5%	21	3,5%	36	3,5%
Franca	52	3,2%	13	2,2%	39	3,8%
Araçatuba	50	3,1%	14	2,3%	36	3,5%
Santos	46	2,8%	16	2,7%	30	2,9%
Central	46	2,8%	16	2,7%	30	2,9%
Ribeirão Preto	35	2,2%	14	2,3%	21	2,0%
Barretos	31	1,9%	8	1,3%	23	2,2%
Registro	16	1,0%	6	1,0%	10	1,0%
Não responderam	10	0,6%	4	0,7%	6	0,6%
Total	1.626	100,0%	600	100%	1.026	100,0%

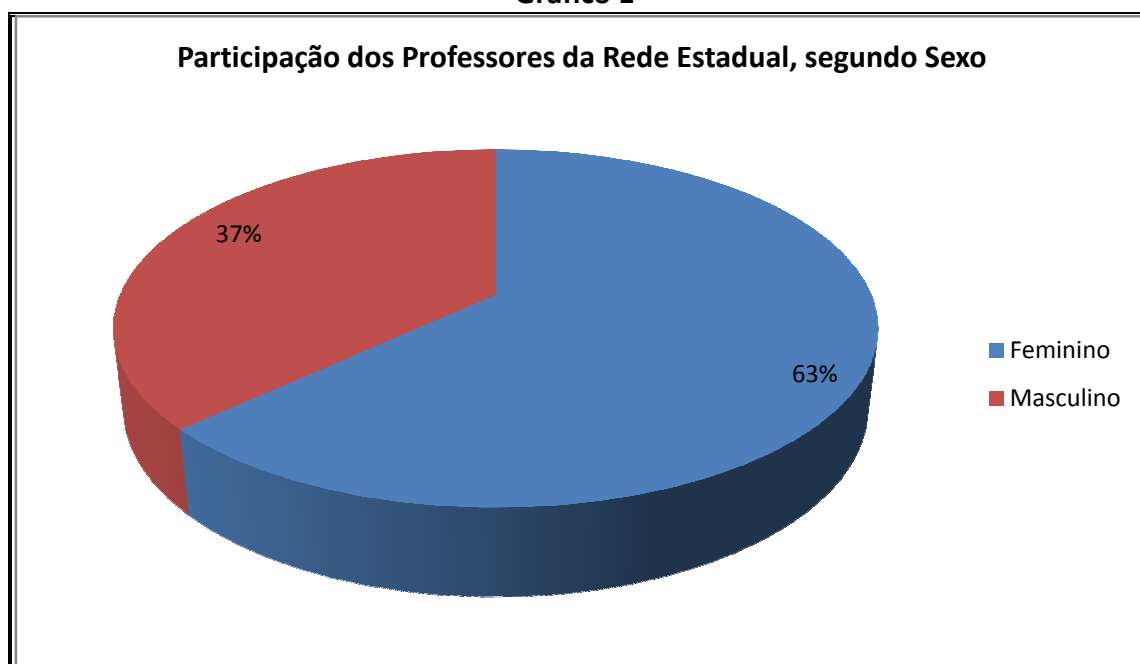
Gráfico 1

Gráfico 2

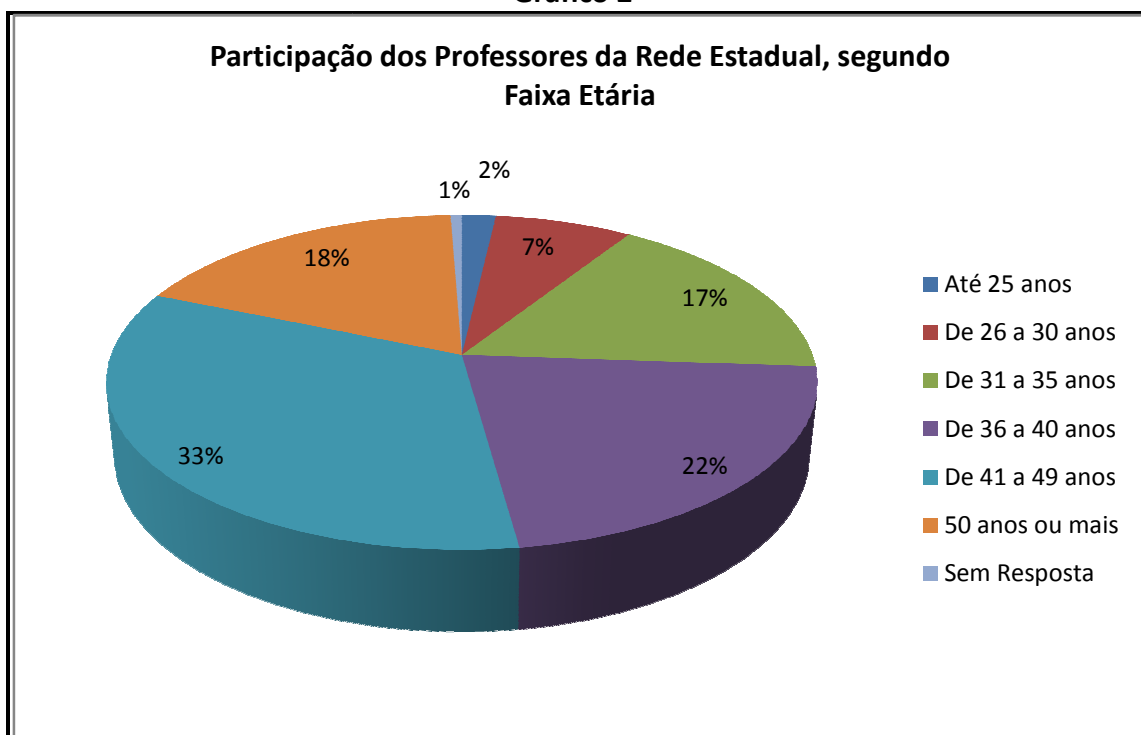


Gráfico 3

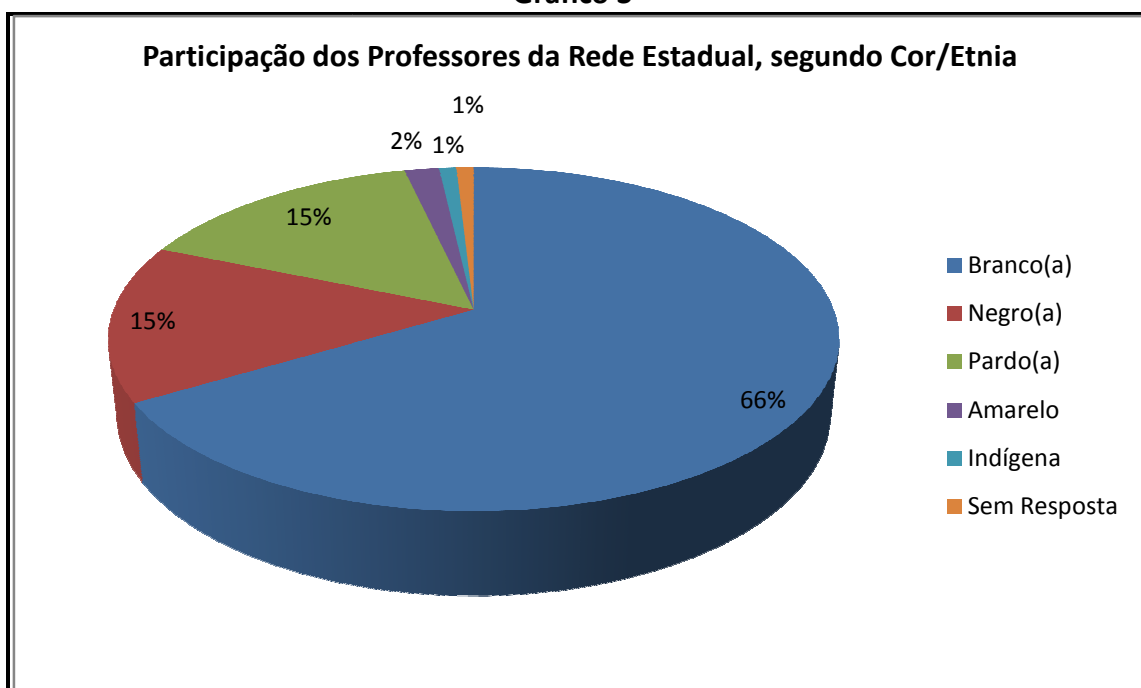


Gráfico 4

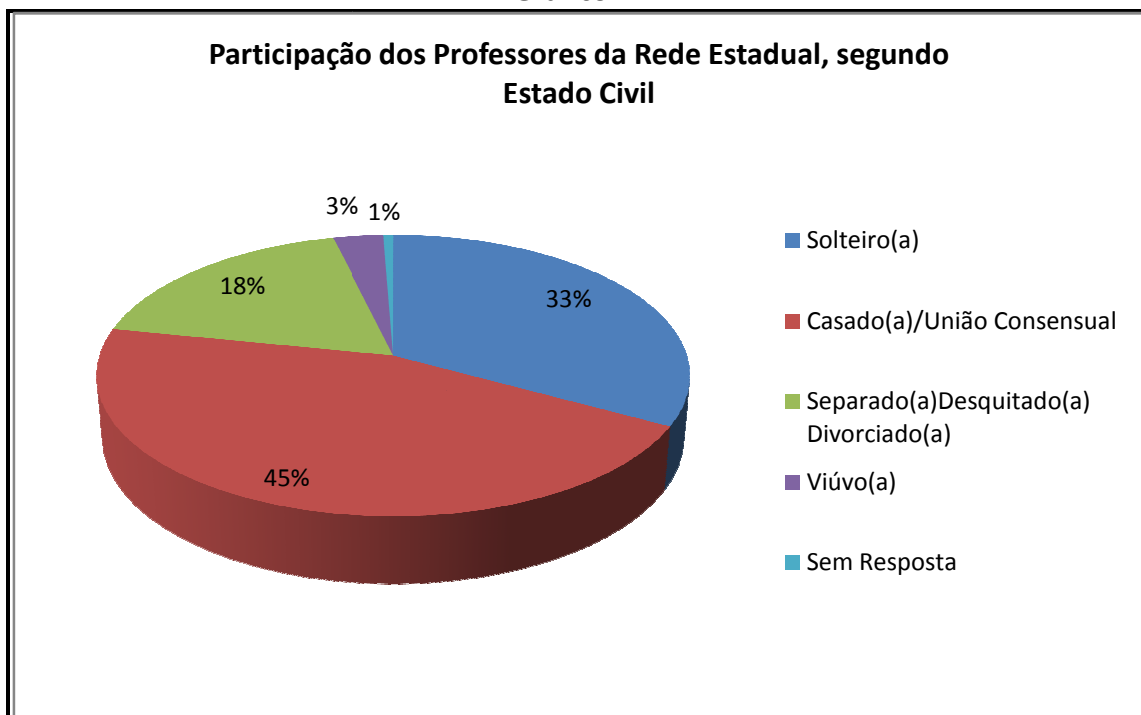


Gráfico 5

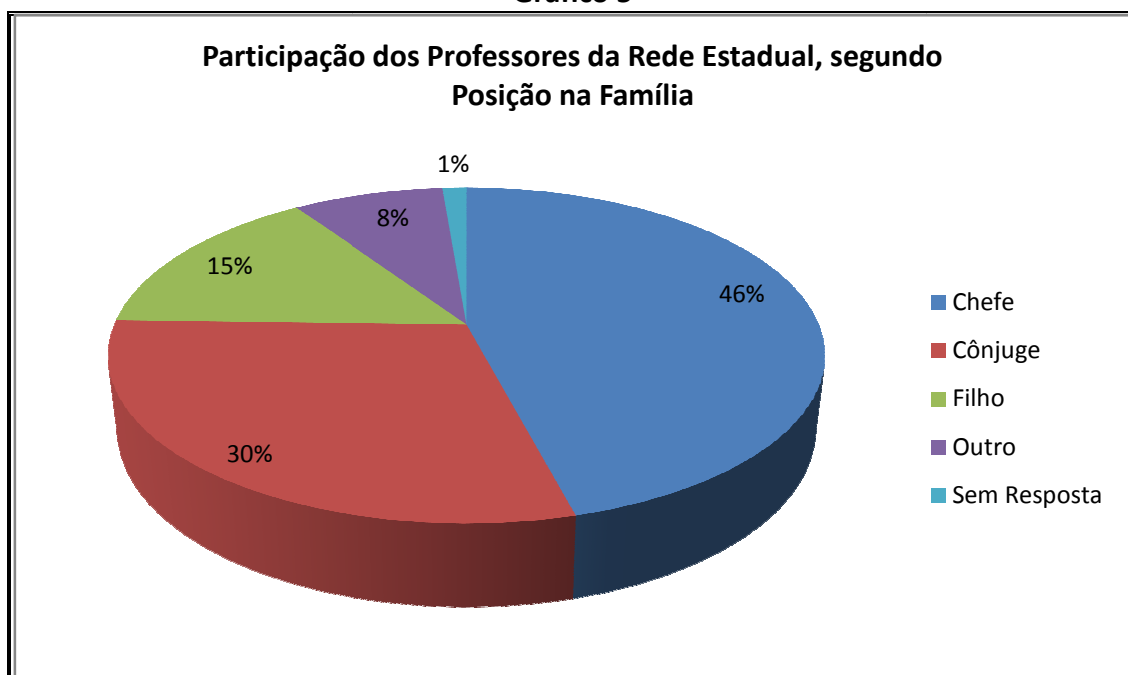


Gráfico 6

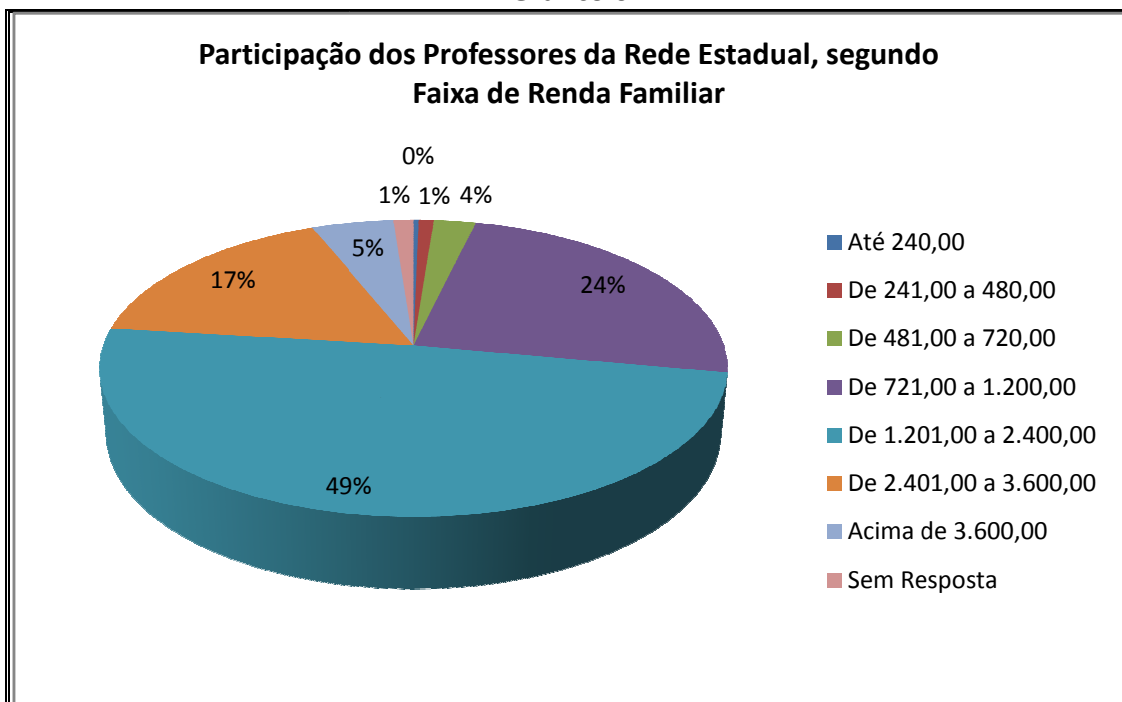


Gráfico 7

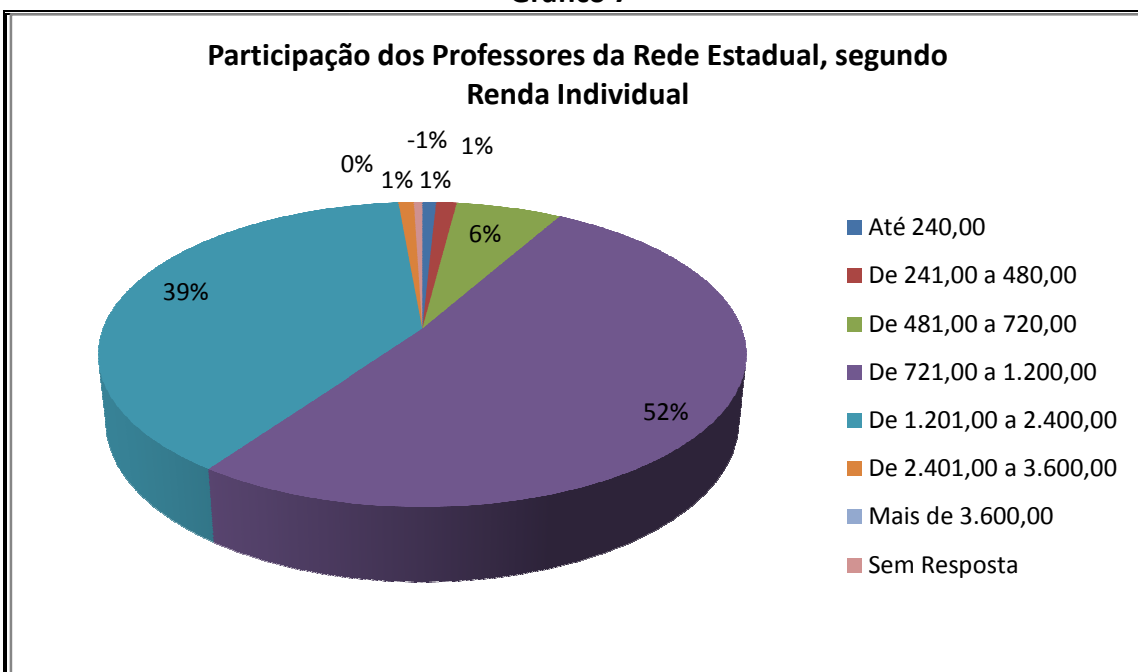


Gráfico 8

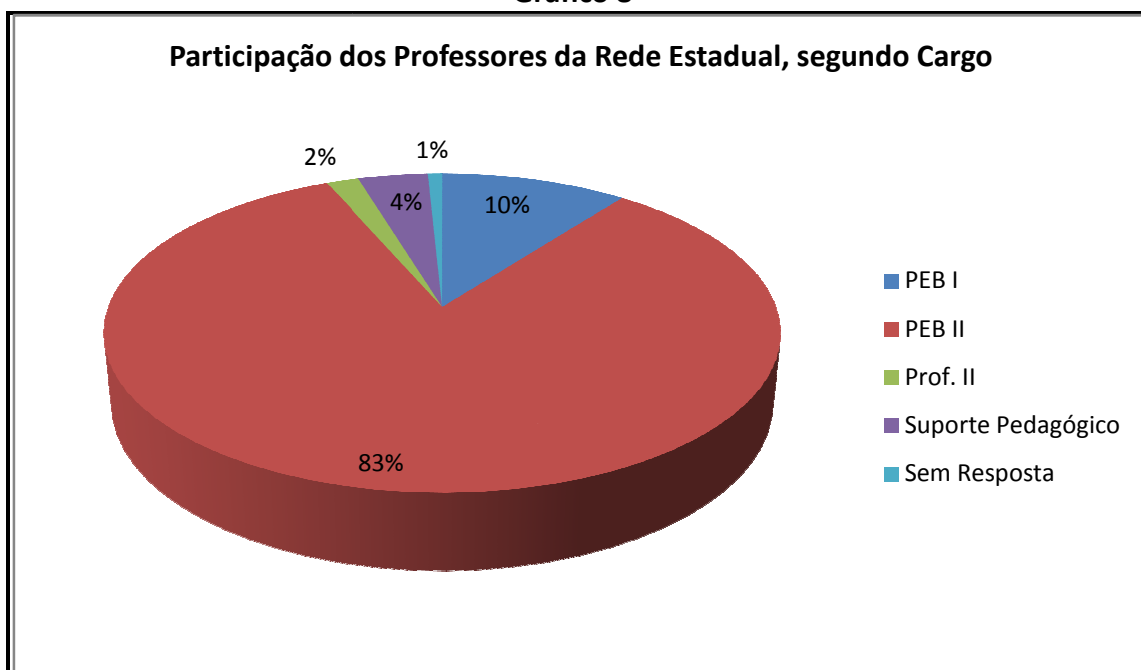


Gráfico 9

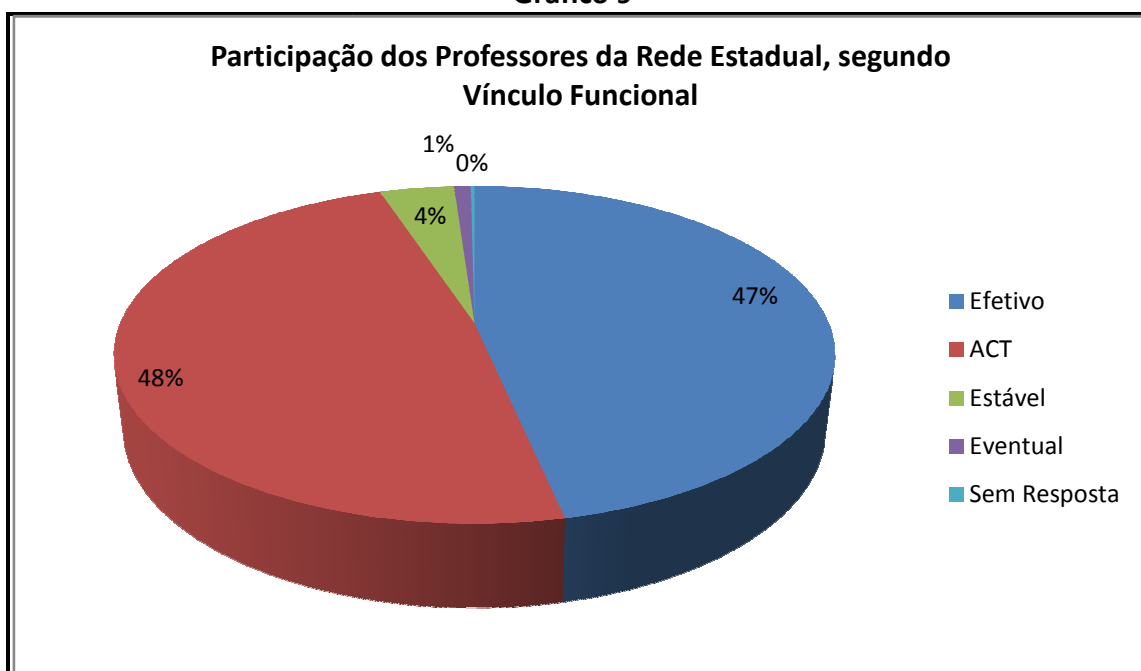


Gráfico 10

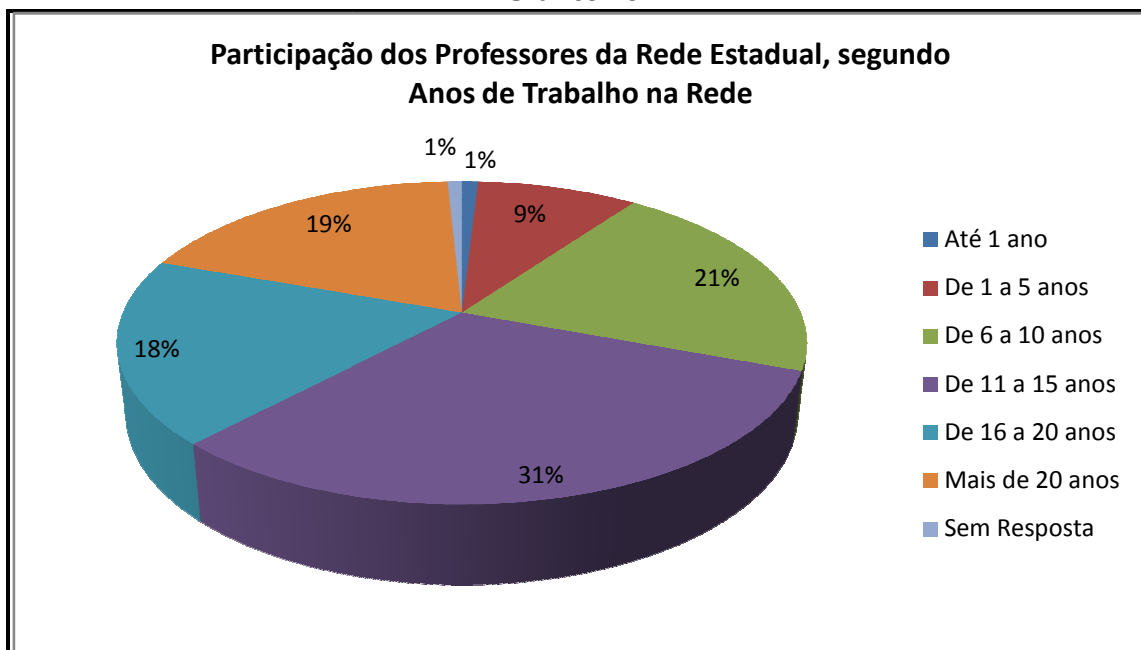


Gráfico 11

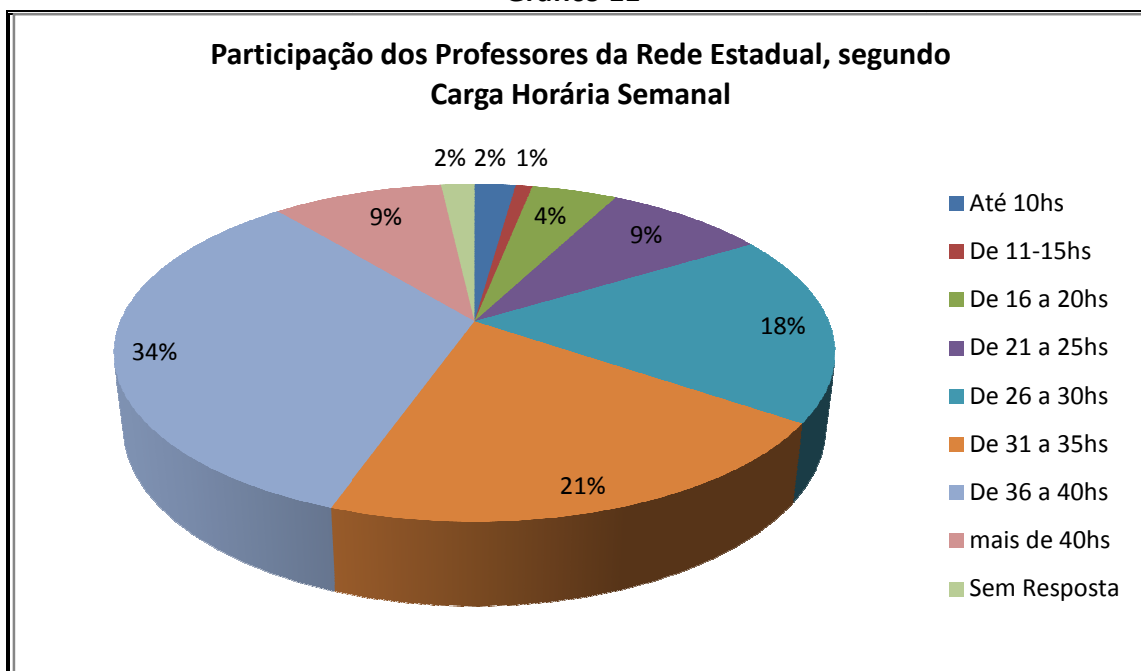


Gráfico 12

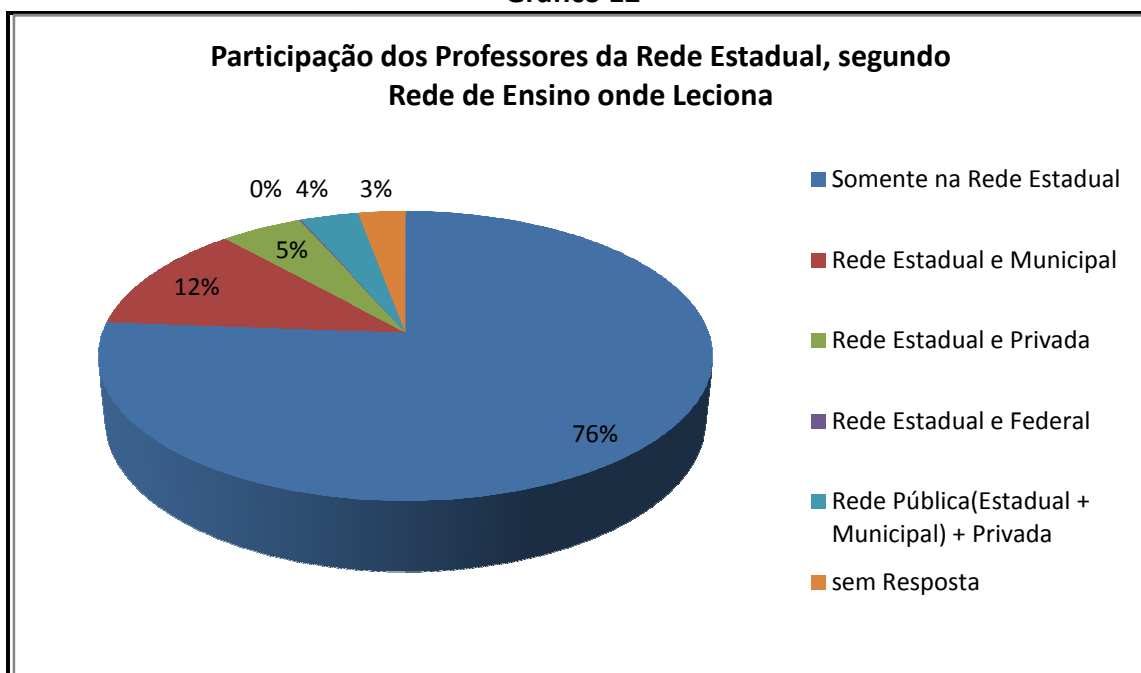


Gráfico 13

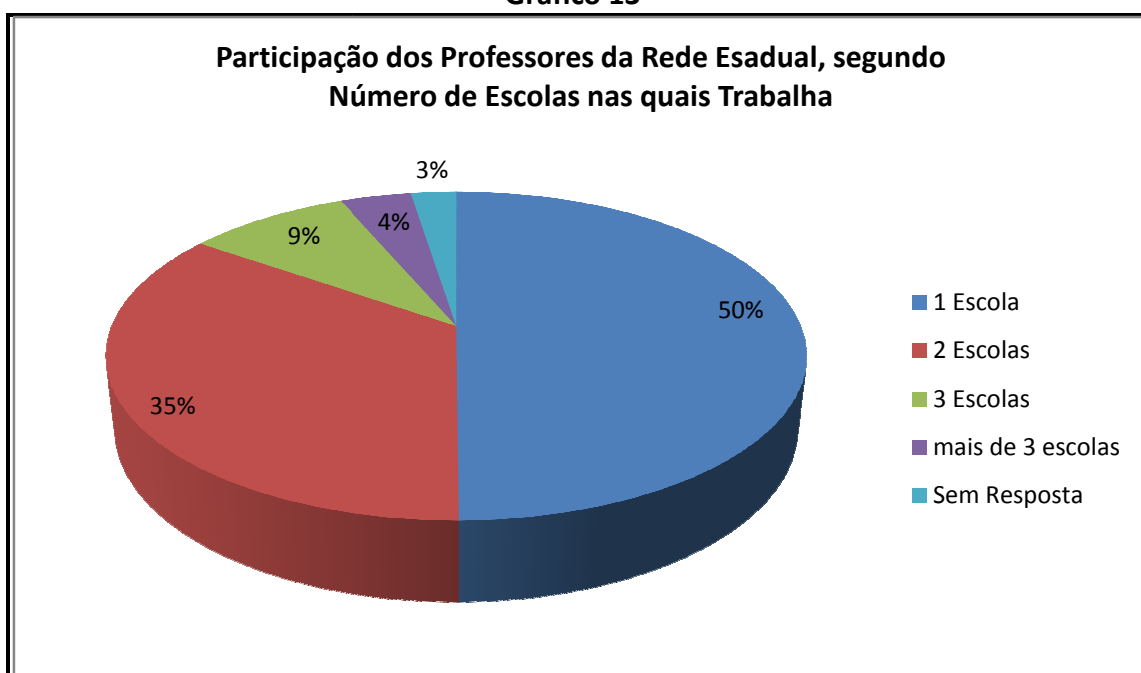


Gráfico 14

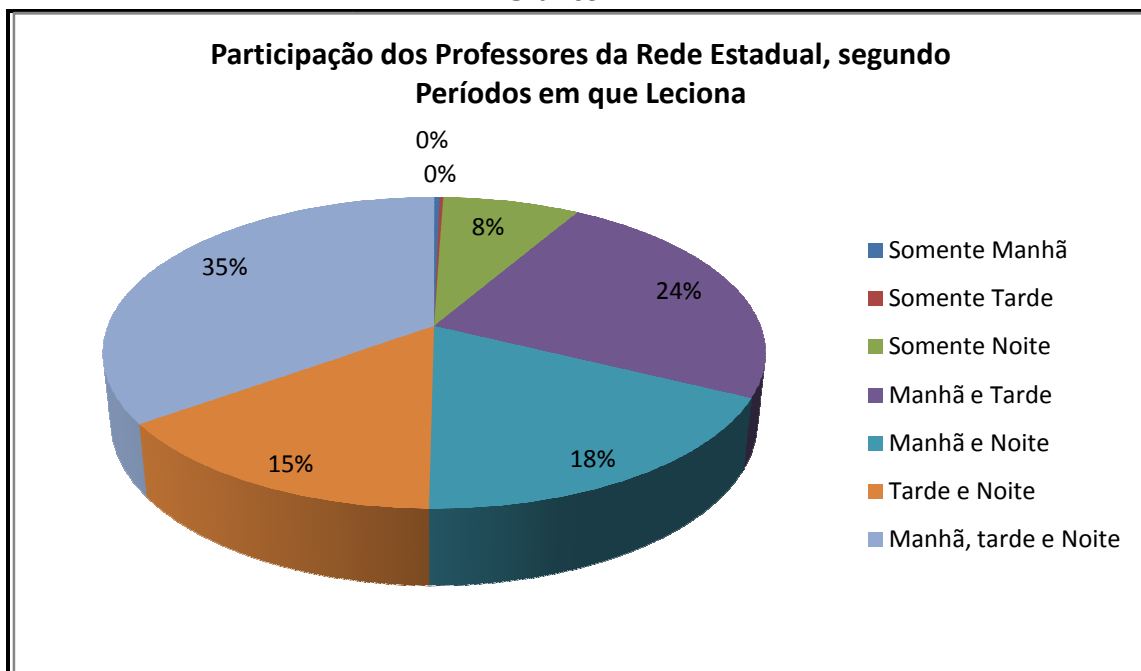


Gráfico 15

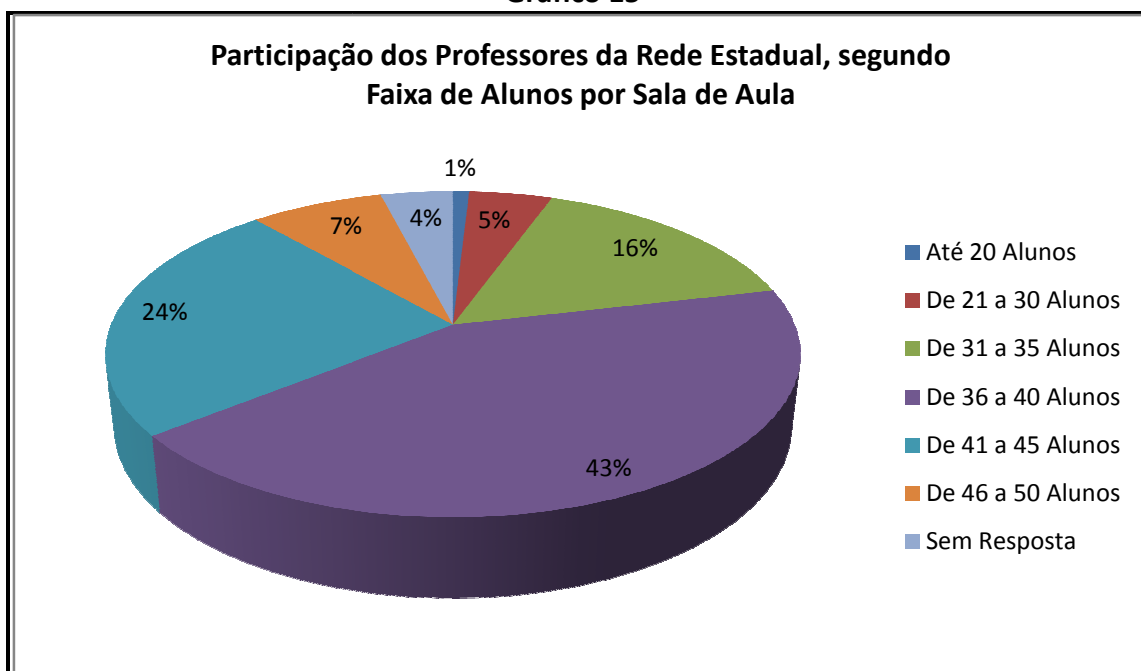


Gráfico 16

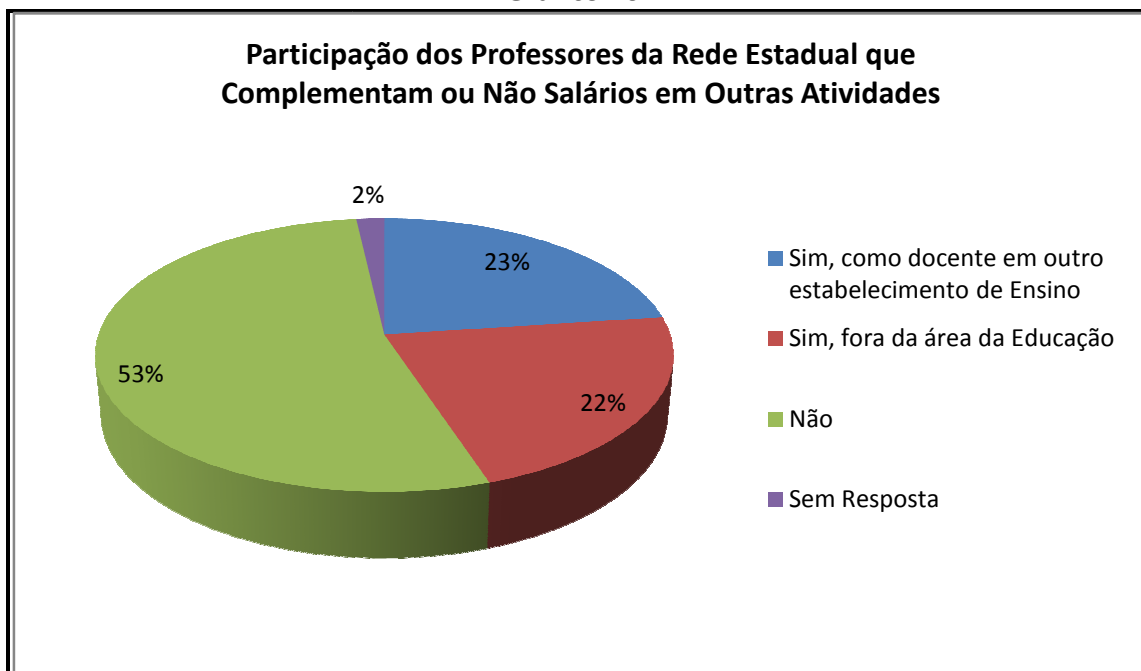


Gráfico 17

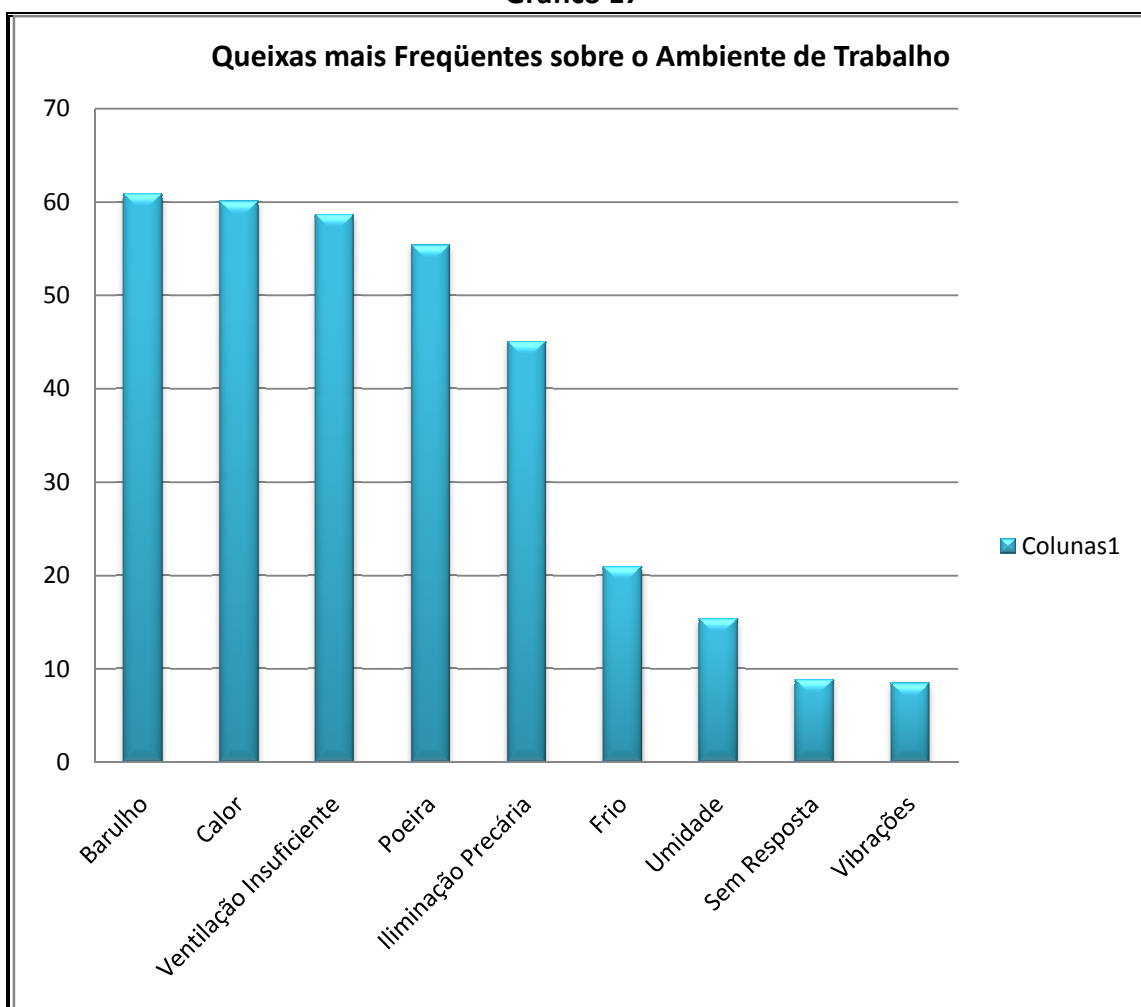
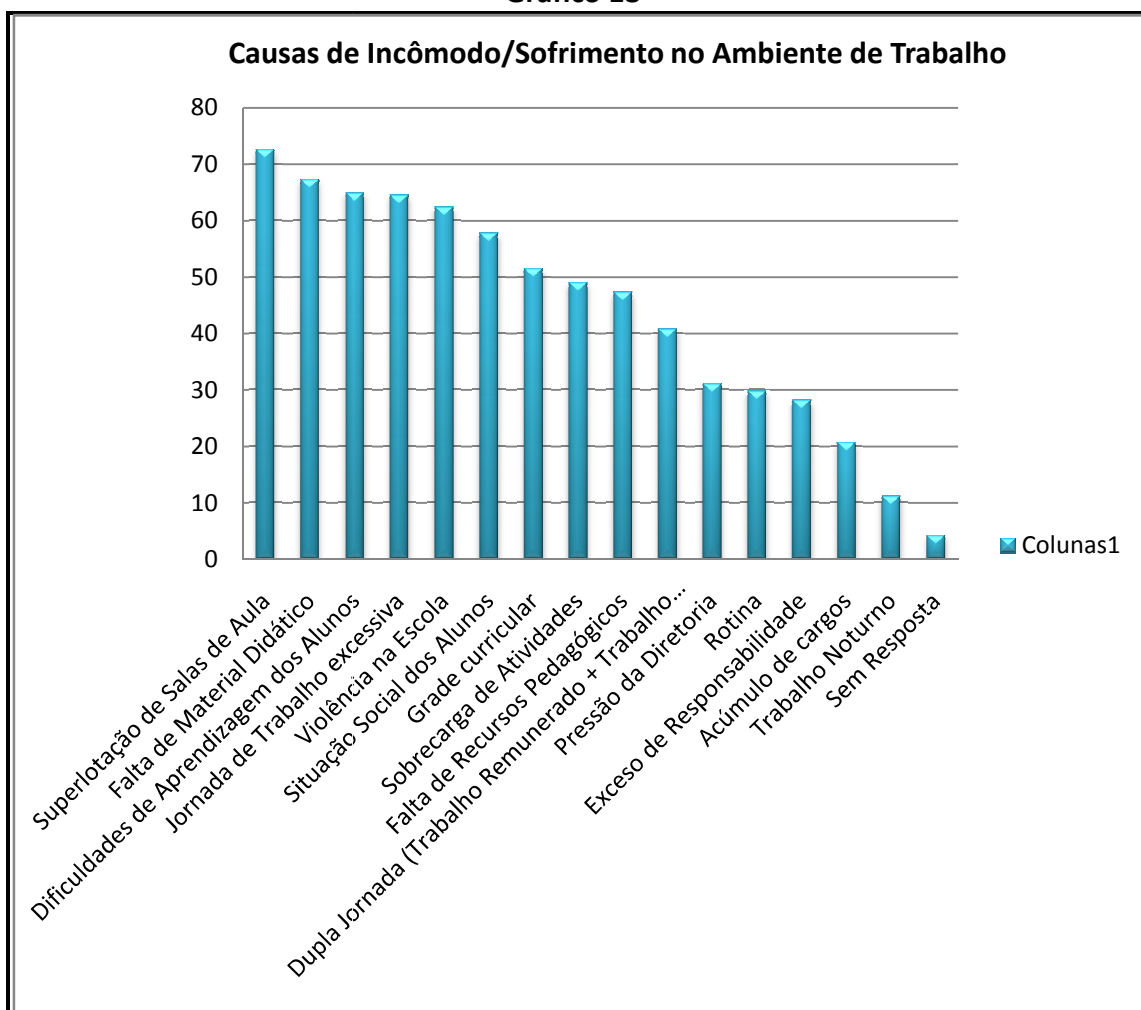


Gráfico 18



A QUESTÃO EDUCACIONAL NOS ENCONTROS E CONGRESSOS DA APEOESP (1994)

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Referência
Concepção de Escola	O documento faz um balanço das discussões anteriores e conclui:	“Defendemos uma escola científica onde o trabalho humano seja o ponto educativo norteador, onde haja unidade entre teoria e prática, articulação entre pensamento e ação, entre a escola e o trabalho, escola e vida social. Defendemos a formação multifacética da personalidade, abrangendo o homem integral, no domínio não só dos conhecimentos mas também da atividade criadora, dos hábitos, habilidades, atitudes nos aspectos físico mental e afetivo. Isto exige uma educação básica geral de amplo aspecto, científica, literária, artística, em dia com o avanço técnico-científico e apoiada em práticas sociais concretas.” Defendemos um Sistema Nacional de Ensino com diretrizes básicas comuns em nível nacional, mas que contemple as especialidades e as diferenças regionais.	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 3
Oficinas Pedagógicas	Discussão nas escolas sobre a continuidade ou não das Oficinas Pedagógicas. Se sim que a Secretaria de Educação implante coordenadores de área e/ou disciplina, “eleitos por seus pares, com base em projetos pedagógicos” e que “as oficinas sejam espaços de curso de atualização para os professores.”		APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 10
Escola Padrão	O Sindicato é contrário ao Projeto por defender a universalização da escola de boa qualidade e não a escolha de algumas poucas com tratamento diferenciado dentro da Rede.	Caracteriza-se como uma “micro rede” que “institucionaliza a divisão da educação no Estado”. Foi um projeto “elaborado e implantado sem o envolvimento dos professores, funcionários e comunidade escolar.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 10
Centro de Estudos de Línguas	A proposta é que haja discussões em todas as escolas da rede sobre a continuidade ou não dos centros e que a Secretaria de Educação avalie o projeto, com a participação dos professores e das entidades de classe.		APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 12.
Currículo/ Sexualidade	A discussão era incipiente, apenas com a indicação da necessidade de apoio técnico por parte das Secretarias de Estado, inclusão do tema nos cursos de formação de professores e a indicação de uma pessoa em cada escola responsável por orientar a questão da educação sexual.		APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 13.
Evasão e repetência	Que a escola propicie relações democráticas e as condições sociais dos alunos sejam diagnosticadas pela escola	A situação sócio-econômica de cada aluno deve ser diagnosticada no início do ano letivo e deve haver a garantia de serviços de saúde em todas as escolas. Fundamental também é introdução de relações democráticas entre professor e aluno, visando a eliminação do autoritarismo presente nas relações escolares.	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 7
Permanência do aluno na Escola	Defesa da gratuidade ativa e de condições que permitam ao aluno trabalhador mais dedicação aos estudos	Que só seja permitido o engajamento do menor na força de trabalho se ele puder continuar na escola. Que a CUT desenvolva campanha no sentido de que o estudante trabalhador tenha uma jornada de 6 horas, sem redução do salário e ampliação da rede pública de ensino para assegurar o aumento de vagas com pleno aproveitamento dos prédios escolares, evitando a ociosidade de uns e superlotação de outros.	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 8

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Referência
Calendário Escolar	Em 1987 havia propostas quanto à unificação dos calendários das redes estaduais e o respeito às especificidades regionais. Em 1991 houve posição contrária aos 200 dias letivos. Em 1988 aprovou-se que o calendário não seja unificado nacionalmente respeitando-se as especificidades regionais.	“Unificação do início e término do ano letivo, nas redes estadual e municipais de ensino, com garantia de 30 dias de férias em julho, sem prejuízo da folga aos sábados. Garantindo-se a unificação, cabe ao Conselho de Escola elaborar o calendário da escola de acordo com as necessidades da comunidade e a APEOESP lutará ainda para que esta unificação tenha abrangência nacional.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 18
Regimento Comum	Pelo que se depreende não havia deliberações sobre o tema, apenas discussões.	“Aprofundar e ampliar a discussão com a comunidade escolar sobre o regimento para posterior deliberação” Que a APEOESP elabore uma proposta de regimento, com base na proposta de SE.	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 19
Livro Didático	Debates realizados até 1986 defendiam o fim da distribuição dos livros didáticos pelas editoras e ampliação dos debates e condições para que professores e alunos caminhem no sentido de produzir seu próprio material de apoio, tornando o livro didático desnecessário.	• “Acabar com a distribuição de livros didáticos pelas editoras por causa de suas implicações e conseqüências.” • “Implantação de bibliotecas escolares adequadas de tal maneira que o livro didático se torne desnecessário”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 13
Educação Infantil	Não há posição concreta, apenas o chamamento para a participação dos pais no processo educativo das crianças e da defesa da qualidade de atendimento e o convite para a promoção de um encontro de creches para discutir: política de creches; legislação específica para o atendimento à criança de zero a seis anos; formação profissional; férias coletivas e outras questões. Há a defesa de que a pré-escola que tenha um caráter pedagógico e não assistencial, que seja mantida pelo Estado, que haja ampliação da rede física, e legislação e métodos pedagógicos específicos.		APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 9
Supletivo	As posições sobre o Supletivo foram aprovadas até 1988 e apontam a necessidade de “manutenção e ampliação do ensino dos cursos de educação, supletiva” e que este “tenha caráter emergencial e transitório”. Também foi aprovado em 1988 a realização de um encontro com os professores do curso supletivo.		APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 11 e 12.
Ensino Profissionalizante	Últimos debates sobre o tema aconteceram em 1987 e demonstram contradições nas deliberações: No mesmo debate há deliberações contrárias e à favor à manutenção do Ensino Profissionalizante pelo Estado; posições contra e à favor da separação das escolas profissionalizantes das de ensino geral. Por fim aponta-se a necessidade de realização de um debate pela Entidade:	“O conteúdo, a estruturação curricular, o tempo de permanência do aluno na escola, a contratação de profissionais habilitados, etc, deverão ser colocados em discussão pela entidade, no processo de definição de uma nova Lei de Diretrizes e Bases.	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 12

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Referência
Ciclo Básico	Não há posição contrária ao projeto. Apenas registram-se “críticas quanto à forma de implantação e ao não atendimento de reivindicações quanto às condições materiais necessárias para o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação deste projeto” e o apontamento da necessidade de se promover debates mais abrangentes na rede quanto à fundamentação teórica, visando a formação dos professores.		
Cursos Noturnos	Há um conjunto de discussões sobre o assunto que convergem no sentido de garantir condições adequadas para seu funcionamento como condições de trabalho para os professores e de permanência para os alunos. Exemplos disso são algumas das deliberações do Congresso de 1991:	• “Discutir em todas as escolas, com ampla participação da comunidade escolar, a implantação ou não de um projeto de curso noturno” • “Discutir proposta alternativa de currículo para o Curso noturno que contemple: avaliação em ciclos, matrículas por disciplinas extinção da EMC e OSPB, que deverão ser incorporadas à História e Geografia”. • “Que o Adicional de Trabalho Noturno (ATN) seja de mais 50% de hora/aula.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 9, 10, 11, 12
Ensino Rural	Últimas deliberações datadas de 1984 indicam a necessidade de mais oferta de vagas e condições para os alunos freqüentarem as aulas e melhores condições para os professores, principalmente àqueles que lecionam nas escolas isoladas, garantindo-lhes as mesmas condições de composição de jornada que os professores da zona urbana. Há também a reivindicação de que os alunos sejam agrupados por série, independentemente do número de alunos e que quando “mais que três escolas isoladas forem geograficamente próximas, transformá-las em uma escola agrupada e oferecer transporte aos alunos”		

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Referência
Análise dos Governos	GOVERNO COLLOR: Discussões realizadas em 1991 e 1992 “tratou dos vários projetos em pauta na época, atacou a todos denunciando seus objetivos e fez uma dura crítica da política educacional em vigor”	• “O Plano Collor não atende às necessidades da escola que queremos e, portanto, deve ser rejeitado; • Repudiar o ‘Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área da Educação’ e reforçar as bandeiras sindicais e educacionais; • Amplo movimento pela Alfabetização Concreta envolvendo sindicatos, CNTE, CUT, realizando atividades amplas, para complementação deste movimento; • Mais verbas para educação; • Contra o pagamento da Dívida Externa; • Taxação e fiscalização sobre o grande capital;	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 18.
Movimento em Defesa da Escola Pública	Participação em movimentos em defesa da escola como a Jornada Continental em Defesa da Escola Pública, realizada em outubro de 1990 em São José da Costa Rica.	Eixos da Jornada Continental em Defesa da Escola Pública: • Gestão democrática da Educação; • Contra a privatização do Ensino; • Valorização dos trabalhadores em educação; • Não pagamento da dívida externa.	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 13
Democratização da Educação	“Conceito: o que se entende por democratização da educação é a participação da comunidade escolar (pais, professores, alunos e funcionários) na gestão da própria escola (exercício do poder) e as formas da comunidade escolar interferir na elaboração da política educacional do governo”	As propostas de democratização perpassam todos os setores envolvidos no sistema educacional, desde os órgãos da Secretaria de Educação aos Grêmios Estudantis. Algumas propostas como a eleição dos diretores e a extinção da função de Supervisor foram revistas e/ou remetidas para novas discussões nos congressos futuros. No caso dos diretores de escola o objetivo do recuo se dá “em favor da unificação com a entidade dos especialistas em educação para a construção do sindicato único.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 15
LDB	“Pela elaboração de uma LDB que atenda aos interesses dos trabalhadores” Há deliberação de participar ativamente dos Fóruns Estadual e Nacional em Defesa da Escola Pública e a publicação de documentos para subsidiar e possibilitar o acompanhamento das discussões.	“Princípios para a elaboração da LDB” • Escola pública gratuita e laica, com currículo mínimo nacional obrigatório e flexibilidade de adequação às peculiaridades regionais, obedecendo ao princípio de autonomia da escola; • Garantia de vagas para todos, objetivando 20 alunos por classe para as séries iniciais e 30 nas séries finais; • Garantia de liberdade de cátedra; • Superação da concepção tecnicista de Educação, presente na legislação educacional atual; luta pela inclusão das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Psicologia, no núcleo comum das grades curriculares do ensino de 2º grau. • Integração das disciplinas e séries nas escolas, para um melhor aprendizado do aluno, • Ampliação do tempo de permanência do aluno na escola.	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 15
Erradicação do analfabetismo	Havia a propostas de elaboração de um dossiê sobre o analfabetismo no país e a organização de uma campanha ao conjunto do movimento popular e sindical.	Em 1990 há a aprovação de “que o sindicato, através de informativo estimule o estudo sobre a alfabetização, com textos, opiniões de teóricos e funcionários da rede, e organize palestras, debates e cursos.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 13

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Referência
Verbas Públicas	Dinheiro público exclusivamente para as escolas públicas com o controle dos trabalhadores. Que o Fórum Nacional estude um percentual mínimo do PIB a ser aplicado na educação. A APEOESP deve chamar para si a necessidade de fiscalizar as verbas destinadas à Educação.	• “Garantia de que os percentuais previstos em lei para o ensino público sejam destinados exclusivamente às escolas públicas; • Criação de mecanismos de controle da arrecadação e aplicação dessas verbas, pelos trabalhadores, através de suas organizações; • As taxas do salário educação devem incidir sobre a receita bruta das empresas. • “Que o Fórum Nacional estude um percentual mínimo do PIB a ser aplicado na educação” • Criação de uma assessoria com função de auditoria para fiscalizar as verbas destinadas à Educação.” • “A Entidade deve chamar para si a necessidade de fiscalizar as verbas destinadas à Educação”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 16 e 19
Municipalização	Em 1985, no debate sobre o tema surgiram duas propostas: “1) Municipalização do Ensino, com a participação dos municípios nas decisões educacionais, refletindo-se na articulação município/estado, normatizando a educação com participação ativa em todos os níveis; 2) Contra a municipalização do ensino, o que não impede a participação dos municípios com relação aos serviços de apoio.” “Em 1991 o Congresso posicionou-se contra a municipalização do ensino e pela revogação imediata do decreto 30.375 de 14/09/89 que a instituiu no Estado de São Paulo.”	Além da luta pela revogação do decreto há a aprovação de dezoito encaminhamentos que vão desde a elaboração de dossiês sobre a municipalização, à mobilização da comunidade escolar e campanhas de esclarecimentos para a população, debates sobre o tema nas escolas e câmaras municipais, pressão política sobre parlamentares entre outras, bem como a utilização das seguintes palavras de ordem: • “Municipalização é desobrigação. • Municipalização é para pagar a dívida externa • Municipalização é privatização.” Há ainda um 19º encaminhamento que não se circunscreve à municipalização: “Revogação do Decreto 6.459, que autoriza a APM das escolas a ceder o muro pra publicidade.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 16 e 17.

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Estatuto Unificado do Magistério Nacional	No documento analisado há uma contribuição com os princípios para a elaboração do Estatuto Unificado do Magistério Nacional quais sejam:	Princípios para a elaboração do Estatuto Unificado do Magistério Nacional: • Conselho de Escola deliberativo; • Piso salarial; • Contratação: concurso público ou CLT • Jornada Única de Trabalho; • Equiparação salarial entre ativos e inativos; • Aposentadoria aos 25 anos para homens e mulheres; • Valorização do professor no cargo, possibilitando que atinja no final de carreira, o máximo de referência (carreira aberta); • Carreira única nacional para o Magistério; • Cursos de reciclagem fora das férias e do recesso (aos sábados só se forem complementares); • Aperfeiçoamento dos professores da rede: realização dos cursos de extensão universitária; • Eleição direta para delegado de ensino, diretor de escola, assistente de direção e diretor de DRE, feita por professores, especialistas e funcionários de escolas, alunos e comunidade, por um período de 2 anos; • Garantia de estabilidade e 13º salário sem prejuízo da licença-prêmio; • Férias adequadas em janeiro e julho.	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 18
Formação Profissional, Sindical e Política do Educador	Este é um tema caro para o sindicato que pode ser sintetizada pela busca de uma formação de educadores “com uma sólida formação humanística, capaz de formar educadores críticos, conscientes e conhecedores da realidade social, política e econômica, da Metodologia do Ensino e conhecimento dos programas que irão aplicar.” E que nos cursos de formação haja uma disciplina que aborde e discuta a “Formação Sindical, Organização e Consciência Profissional.”	Sobre a Formação Docente: • Que seja definida qual a política de formação para os professores que ministram aulas de 1ª a 4ª séries, uma vez que coexistem na rede três tipos de formação (mais de 500 cursos na rede Comum, 47 CEFAMs e 49 Habilitações Específicas para o Magistério) e que estes sejam estimulados a cursarem o 3º grau e as aulas da 5ª série do 1º grau até a 3ª série do 2º grau sejam ministradas por professores com licenciatura plena. • “Extinção dos cursos vagos” Sobre o CEFAM: • Discussão sobre a continuidade ou não do projeto; • Que os coordenadores dos CEFAMs sejam eleitos entre seus pares e os professores sejam selecionados por concurso ou comissão de professores da área e avaliados por uma comissão de professores da área, alunos, pais e direção; • Que 60% das vagas sejam reservadas para alunos oriundos do curso noturno. Formação dos Funcionários: • Que o estado forneça cursos de formação profissional • Criação de “grupos de discussão entre professores e funcionários para tratar de política sindical” • Que cada subsede do sindicato seja uma “verdadeira escola, realizando debates, palestras, simpósios e cursos” de formação sindical dos trabalhadores da educação. •	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. pp. 4 e 5.

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Referência
Formação Profissional, Sindical e Política do Educador		Formação Continuada dos Professores: - Que a Secretaria de Educação valorize a formação continuada dos professores através da progressão na carreira, liberação das atividades docentes sem prejuízo salarial e fornecimento de bolsas de custeio. - Que se estabeleçam convênios entre as universidades públicas para a realização de cursos “voltados para as necessidades locais ou regionais, contribuindo para a fixação do educador na escola e para a constituição de projetos pedagógicos nas unidades de ensino.” “Organizar a Conferência de Educação com a participação das três universidades públicas para a discussão e formação continuada dos professores da Rede Pública de 1º e 2º Graus.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. pp. 4 e 5.
Especialistas	Neste documento aparece uma posição de 1986, favorável à criação de Equipes Interdisciplinares nas Escolas. Na discussão de Estatuto Unificado do magistério aparece a defesa da eleição para os especialistas que ocupam postos na rede de ensino.	“Criação de Equipes Interdisciplinares nas escolas, formadas pelo Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Fonoaudiólogo, Diretor, Psicólogo, Assistente Social e Orientador de Saúde. Tais equipes deverão ter autonomia para definir seus plano de ação, objetivos e atividades, de acordo com as necessidades de cada unidade escolar, submetendo tal plano à apreciação do Conselho de Escola.” “Eleição direta para delegado de ensino, diretor de escola, assistente de direção e diretor de DRE, feita por professores, especialistas e funcionários de escolas, alunos e comunidade, por um período de 2 anos.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 8 e 18
Papel dos Funcionários de escola no processo educativo	“Todos os trabalhadores da Educação, docentes e não docentes, fazem parte do processo de educação da escola”	Por isso deve-se “organizar coletivamente o trabalho da escola, partindo das experiências de professores, funcionários, alunos e toda comunidade escolar”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 18
Plano de Carreira	No documento encontram-se as linhas gerais para a criação do “Estatuto dos Trabalhadores em Educação”	“Plano de carreira unificado; - Piso salarial do DIEESE; - Avaliação de desempenho com progressão funcional a cada dois anos; - Processos de substituição de funcionários quando há afastamento; - Pela manutenção da aposentadoria aos 25 anos; - Que todos os trabalhadores em educação pertençam à escala única dos trabalhadores em educação do Estado.”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p.
Carreira aberta	Forma de estimular a permanência do professor em sala de aula	Conceito elaborado em 1986 que “significa a promoção, dentro de critérios estabelecidos (...) que permitam atingir o fim da tabela sem sair do cargo docente.” A promoção pode se dar de duas formas: “mais lentamente, somente pela passagem do tempo e mais rapidamente, quando cumprirem programas de capacitação docente a serem especificados”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 18
Jornada de Trabalho/ Piso Salarial	“Defender na nova LDB a jornada única de trabalho e o piso salarial profissional nacionalmente unificado equivalente ao salário mínimo do DIEESE.	Propostas de Jornadas: “Do Professor: Jornada de trabalho de 40 horas semanais (20+20), sendo 10 horas atividades na escola e 10 horas atividade em local de livre escola; Do Funcionário: 30 horas semanais com o Piso do DIEESE”	APEOESP. A questão educacional nos encontros e congressos da APEOESP. 1994. p. 19

RESOLUÇÕES DO 16º CONGRESSO – Nov/1998

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Concepção de Escola	“Nossa concepção de escola, forjada a partir de lutas e experiências concretas junto aos movimentos populares, políticos e sindicais prevê a formação do sujeito para a ação, com capacidade crítica perante os fatos, livre, para que saiba se situar na sociedade e agir para a sua transformação.” ⁽¹⁾	“A escola precisa estar comprometida com a mudança do modelo social em vigor, contribuindo na construção de uma sociedade realmente democrática” ⁽²⁾ “A escola pública deve ser responsabilidade do Estado, ser gratuita, laica, garantir o acesso e a permanência de seus alunos, zelar pela qualidade do ensino, garantir espaços de participação democrática” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 15 ⁽²⁾ p. 9
Currículo	Currículo: Aponta as medidas feitas pelos governos federal e estadual (PCNs, reestruturação de cursos profissionalizantes, Diretrizes para o Ens. Médio) e propõe a articulação e debate entre as entidades interessada na discussão, elaboração e análise das implicações das mudanças e exige a garantia de condições materiais e estruturais para a implementação das propostas curriculares (cf)	Problemas das Propostas “a) ignoram as diferentes experiências e estudos sobre currículo desenvolvidos no Brasil nas últimas décadas; B) limitam a autonomia dos sistemas escolares e dos professores, na medida em que dificultam a adequação dos conteúdos às realidades e experiências das comunidades, da escola e dos alunos, C) sacralizam as disciplinas acadêmicas tradicionais, vistas como as únicas formas possíveis de organização do conhecimento, o que não favorece a interação entre as diferentes modalidades do conhecimento e sua compreensão não-fragmentária.”	p. 11
	Parâmetros Curriculares Nacionais: são citados como um dos exemplos das políticas que “expressam a lógica do discurso favorável à descentralização enquanto que nos aspectos decisórios exacerba na centralização política.” (...) “uma vez que colocaram sob rédeas os conteúdos escolares” ⁽¹⁾	“Expressam uma concepção de currículo que nega sua origem histórica e seu caráter de construção e reconstrução do conhecimento, capaz de expressar saberes dos vários sujeitos sociais e suas práticas. Independente do mérito das propostas específicas, o problema reside na concepção e na metodologia de elaboração. Novamente estamos diante de uma proposta produzida externamente às escolas e à profissão docente, e transposta para a realidade escolar, cabendo aos professores adequar seu modo de trabalhar aos novos “parâmetros”. Torna-se indistigável a intenção de centralizar o que será ensinado na escola. Todo o discurso da autonomia da escola e da descentralização cai no vazio, uma vez que os conteúdos a serem ensinados estão controlados por uma pequena equipe de pensadores que gozam da confiança governamental. Fica evidente que o MEC toma o currículo como instrumento de controle e regulação da vida escolar e social.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 7 ⁽²⁾ p. 8
	Sexualidade/Gênero: Neste Congresso pela primeira vez uma parte das resoluções apresenta discussões de políticas de gênero em que há um balanço sobre a mulher na sociedade brasileira atualmente e a afirmação de que a APEOESP participa do processo de conscientização da sociedade através de atividades como a distribuição dos materiais da CNTE a respeito do assunto a todas as subdeses, a realização de dois cursos de Comunicação no Feminino e a participação ativa nas atividades promovidas pela Comissão da Mulher Trabalhadora da CUT e propõe a continuidade desse trabalho, a partir das campanhas citadas ao lado. ⁽¹⁾	Desenvolver as seguintes campanhas • Salário igual para trabalho igual; • Creche para os filhos de todos os trabalhadores(as) • Fim da dupla jornada. Que se tenha como meta que o estado garanta lavanderias e restaurantes públicos, e que, enquanto não se garanta isso, que defendamos a divisão do trabalho doméstico entre os membros da casa. • Pelo fim da exploração da mulher enquanto objeto sexual, pelos meios de comunicação, livros didáticos, currículos e práticas educativas. • Pela legalização do aborto • Que o Estado garanta proteção e assistências às mulheres que saem de casa sem ter para onde ir e que estejam sofrendo ameaças quando sua integridade física, psicológica e moral.	⁽¹⁾ p. 16 ⁽²⁾ p. 19

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
	Além dessas medidas estabelece “cota de no mínimo 30% de cada gênero em todas as instâncias representativas da categoria, excetuando a eleição de conselheiros(as), devido à sua forma de eleição.” ⁽²⁾	• Assistência integral à saúde da mulher. • Que as medidas de contracepção e educação das crianças sejam tarefas dos homens e das mulheres; • Buscar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e em todos os setores da vida social, rejeitando qualquer tipo de discriminação; • Denunciar todos os casos de violação dos direitos da mulher, tanto no que diz respeito à sua vida profissional, exigindo a punição do(s) culpado(s); • Realizar encontros por região e planejar as ações regionais; • Constituição da Comissão Sobre a Mulher trabalhadora na APEOESP, vinculada à Secretaria de Políticas Sociais; • Garantir a publicação de material específico sobre questão de gênero na imprensa da APEOESP; • Lutar pela aprovação nos parlamentos dos projetos de lei que digam respeito à defesa dos direitos e necessidades das mulheres; Lutar pela criação dos Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher, bem como fortalecer os existentes.⁽¹⁾	
Curriculo	Racismo/Etnia: São apontadas uma série de desafios postos para o Coletivo Anti-Racismo como: • Construir uma Coordenação Estadual; • Criar Banco de dados; • Criar página na internet, no endereço APEOESP; • Criar um projeto político elaborado pela coordenação e diretoria; • Incorporar ao calendário da APEOESP o Dia da Consciência Negra; • Garantir no processo de elaboração da proposta pedagógica da escola que a questão étnica seja tratada de forma adequada. Cumprir e exigir o cumprimento do art.210 da Constituição Federal que diz: “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” bem como o parágrafo 1º do artigo 242 das disposições constitucionais que diz: “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. • Criação de grupo de estudo e trabalho, por regional da APEOESP, em defesa de políticas anti-racistas (envolvendo todas as etnias) culminando com encontro estadual para deliberar os encaminhamentos a serem politicamente incorporados pela APEOESP.	Sobre mercado de trabalho e moradia: A APEOESP denunciará e exigirá a punição de todo aquele que obstrua a entrada de negros no mercado de trabalho e que dificulte sua ascensão e promoção profissional. Os negros são geralmente discriminados na escolha dos locais de moradia, existindo verdadeiros “guetos brancos” nas principais cidades do país, bem como o simples acesso de negros a determinadas vizinhanças residenciais é limitado e dificultada. Sobre violência racial: A APEOESP denunciará a violência praticada verbal ou fisicamente, tanto nas escolas como nas ruas e divulgará no jornal da categoria e nos meios de comunicação. Exigirá a punição de qualquer ato de violência motivado pelo racismo, seja ele praticado pelos órgãos de repressão institucionais, pelos grupos de direita existentes no país, ou qualquer outro grupo da sociedade. Sobre Cultura: A APEOESP defenderá a total liberdade de expressão do povo negro e resgate de suas formas próprias de manifestação no campo social, cultural e religioso. Denunciará permanente tentativa de distorção da cultura negra visando tirar proveitos financeiros e ideológicos. Combaterá a divulgação e utilização de qualquer termo pejorativo utilizado para se referir aos descendentes dos negros seqüestrados da África. Sobre mulheres negras: A APEOESP denunciará a utilização de estereótipos da mulher negra como “produto de consumo e exportação” amplamente divulgados pelos meios de comunicação de massas e que em última instância, incentivam os freqüentes ataques sexuais sofridos pelas mulheres negras. Sobre gays e lésbicas: A APEOESP reconhece a especificidade da luta de gays e lésbicas que se negros, sofrem uma “dupla” opressão e pautada no programa específico para homossexuais, defenderá sua mais ampla liberdade de expressão e organização.	p. 17

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Currículo	Racismo/Etnia: Além dos desafios apontados, é definida uma série de ações que devem ser encaminhadas pelo Sindicato, ações que abrangem áreas como mercado de trabalho e moradia, violência racial, cultura, homossexualidade, mulheres negras, saúde, quilombolas.	Sobre saúde: A APEOESP defenderá um tratamento adequado e uma especial atenção às questões de saúde que combinam cor/raça e que sejam feitas estatísticas; que o quesito seja inserido em todos os documentos e pesquisas. Sobre Comunidade Quilombola: Lutará pelo cumprimento do Artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 prevê a entrega de posse aos moradores das unidades remanescentes de Quilombos.	
	Cultura: A APEOESP tem buscado atender as necessidades globais dos trabalhadores. Por isso busca a promoção de atividades que visam a ampliação do horizonte cultural dos professores através de convênios com cinemas, teatros, casa de espetáculos e outros espaços culturais, bem como a criação de espaços próprios nos quais os professores possam exercitar-se artística e intelectualmente. (cf)		p. 15
	Criança e Adolescente: A APEOESP faz um balanço de que sua participação em iniciativas de combate ao trabalho infantil e a evasão escolar é significativa. Por meio da participação em campanhas como a realizada pela CUT com o lema: “Lugar de Criança é na Escola”, como uma das entidades fundadoras do Projeto Travessia (voltada ao trabalho com crianças de rua), participação nos Conselhos da Criança e do Adolescente em várias regiões do Estado e também pela participação na campanha “Mão de criança não pega no pesado”. Além dessas iniciativas “apoiará a implementação dos projetos de renda mínima que assegurem a todos os brasileiros condições para a manutenção de seus filhos na escola, bem como garantia dos rendimentos necessários para uma vida digna”		p. 17
Inovações Introduzidas pela SEE	“A APEOESP vem denunciando há tempos que a (?) mais evidente do projeto educacional é a redução dos investimentos no setor, combinada com a tentativa de desqualificação e fragmentação do nosso sindicato. As medidas a serem implementadas vêm sempre envoltas num discurso pseudo-progressista, que invoca medidas de ordem pedagógica para se justificar mas, na verdade, o enxugamento dos gastos é sempre o objetivo indisfarçavelmente maior.” “Elas [as inovações] vêm travestidas de uma roupagem “inovadora” e muitas são originárias da árdua luta em defesa da educação de qualidade (...) mas foram esvaziadas de seu significado ou implementadas sem os requisitos necessários para alcançar os resultados pretendidos. (...) Outro aspecto problemático é que essas mudanças são apresentadas de maneira fragmentada, escamoteando o verdadeiro projeto que as articula.”⁽¹⁾	Reorganização da Rede: Com o argumento de era preciso adequar as escolas às necessidades específicas de cada faixa etária as escolas foram reorganizadas causando transtornos para milhares de crianças, fechamento de um grande número de escolas, superlotação de outras e a demissão de cerca de 20 mil professores. (cf)⁽¹⁾ Ciclos: “A organização do ensino em ciclos a partir das reais fases de desenvolvimento dos alunos deve ser apoiada num sério sistema de avaliação e de acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, e não como forma de agilizar o fluxo escolar.”⁽²⁾ Avaliação externa: Constitui-se um dos principais elementos da política educacional em vigor, “sendo-lhe atribuído o papel de possibilitar a correção dos “desvios” presentes na educação” Baseia-se no rendimento escolar do aluno por meio de provas unificadas medindo apenas o produto final ignorando as condições reais nas quais se processa o ensino e o professor passa a ser responsabilizado pelo fracasso do aluno. É utilizada como “instrumento de otimização da relação custo-benefício, dentro de uma lógica financeira.” (cf)⁽¹⁾	⁽¹⁾ p. 9 ⁽²⁾ p. 11

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Avaliação e repetência	“Nossa proposta é que a avaliação diagnóstica, articulada ao projeto pedagógico coletivo da escola, seja realizada pelos integrantes da Escola no planejamento e reavaliada em cada bimestre e coordenada pelo conselho de escola e/ou conselho de classe e série, grêmio estudantil e pais.”	“A avaliação é um elemento essencial no processo educacional e nós sempre defendemos que ela estivesse articulada com o projeto pedagógico coletivo da escola, fornecendo aos profissionais os indicadores para o seu aperfeiçoamento.” “De elemento subsidiador das práticas educacionais, portanto a serviço de um projeto pedagógico, ela constituiu-se em elemento articulador da política educacional em vigor, sendo até mesmo critério para distribuição de recursos, além de possibilitar a responsabilização de indivíduos pelo seu fracasso escolar”	p. 12
Evasão e repetência	Graves problemas para a escola, que chegam a atingir 40% dos matriculados.	“Essa incapacidade da escola em administrar (?) o sucesso aos seus alunos, traduz-se, num primeiro momento, num cerceamento aos direitos de cidadania e também num imenso desperdício dos já escassos recursos para a educação.”	p. 8
Acesso do aluno à Escola	Não há vagas para todos na escola	“Se magicamente todas as crianças e jovens entre 7 e 14 anos procurassem uma escola para se matricular, ficaria evidente que não há vagas para todos. Mas isso não acontece porque, segundo o IBGE, em 1993, 5,2% da população com ocupação era constituída por crianças entre 10 e 14 anos.”	p. 7
Livro Didático	A APEOESP concorda que seja feita avaliação dos livros didáticos em virtude dos erros, preconceitos e outros problemas que apresentam, só não concorda com a publicação de listas com livros considerados bons e livros proibidos, interferindo e subestimando n(a) capacidade de escolha dos professores. Esta avaliação também impôs uma linha de abordagem do ensino, excluindo aqueles que não estivessem de acordo com a metodologia adequada na opinião dos avaliadores. (cf)		p. 9
Número de alunos por Sala	Dentro das campanhas específicas (dos professores) há a reivindicação do “número máximo de 35 alunos por sala no Ensino Fundamental e Médio”		p. 14
Condições Físicas das Escolas		“As escolas não possuem infra-estrutura mínima necessária para atender os alunos. Faltam cadeiras, mesas, giz, merenda de qualidade, livros didáticos e material pedagógico.”	p. 9
Violência nas Escolas	A sociedade brasileira é avaliada como uma das mais injustas do mundo, onde a violência sempre esteve presente e a exclusão social cria um ambiente de violência generalizada. Além dessas “causas estruturais, soma-se o desemprego, a falta de perspectivas, a desestruturação familiar, a falta de políticas públicas inclusivas e a “colaboração” dos meios de comunicação que estimulam a saída individual como saída da crise.” A entidade propõe o combate à violência com uma atitude pedagógica que abra a escola para a comunidade, com tolerância, cooperação e convivência pacífica. Decide ainda a manutenção e intensificação da Campanha contra a Violência nas Escolas, a realização de um encontro estadual para debater o tema e a estímulo à participação nos Conselhos de Escola. (cf)		p. 17
Educ. Infantil (Creches/ Pré-escola)	Embora na LDB a Educação Infantil esteja incluída “na educação básica, na prática a população em idade pré-escolar está alijada da escola” como efeito do Fundef que vinculou a maior parte dos recursos ao ensino fundamental.		p. 7

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Ensino Médio/ Ensino Profissionalizante	Avaliados em conjunto o Ensino Médio e o Ensino Profissionalizante apresentam como problemas a falta de vagas, a precariedade no caso do ensino noturno e a dualidade que destina melhores escolas para a classe dominante. Além destes, “o professor do Ensino Médio é sempre preterido na oferta de formação contínua.” ⁽¹⁾	“A reformulação em andamento no CNE tende a reduzir a grade curricular na área de humanas, debilitando a formação dos jovens e não se mostra capaz de superar a dualidade histórica entre a formação propedêutica e a preparação para o trabalho” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 10 e 11 ⁽²⁾ p. 7
Educação Especial		“Quanto à educação especial, ao mesmo tempo em que ganha corpo a idéia de integrá-la à educação regular, a LDB não especifica claramente as responsabilidades financeiras do Estado em garanti-la nos vários níveis de ensino, induzindo a uma maior presença dos serviços privados nessa área.”	p. 7

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Neoliberalismo Globalização	“A inserção subordinada do Brasil no processo de globalização provocou efeitos devastadores na nossa economia, gerando um aprofundamento sem precedentes das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais já presentes em nosso país. (...) O aprofundamento dessa política mergulhará o país numa recessão sem precedentes, com aumento do desemprego, da miséria e da exclusão social.” ⁽¹⁾	“É no contexto da política neoliberal que se deteriora a situação do sistema educacional brasileiro. As opções políticas dos sucessivos governos foram agravando suas deficiências de tal forma que hoje a crise é reconhecida por toda sociedade. Ela se caracteriza por um atendimento insuficiente da educação infantil, de alunos com necessidades especiais e de jovens e adultos; por alarmantes índices de evasão e repetência escolar; pela manutenção de índices elevados de analfabetismo; por baixas taxas de matrícula no ensino médio e no ensino superior; por contar com escolas degradadas, superlotadas e em número insuficiente; por sujeitar os profissionais da área a salários e condições de trabalho aviltantes e por não oferecer-lhes condições adequadas de formação inicial e em serviço.” ⁽²⁾	(1) p. 4 (2) p. 7
Análise dos Governos (Conjuntura)	“A reeleição de Mário Covas configura em princípio a continuidade da mesma política que vigorou em nosso Estado nos últimos quatro anos, sobretudo em relação à educação.” “A mesma lógica que prioriza o corte de gastos públicos está presente nos projetos do governo Covas no Estado de São Paulo. Essa obsessão vem tendo graves conseqüências em setores sociais como a Saúde a Educação, comprometendo a qualidade do ensino e o atendimento à população.”		p. 5
Fórum Nacional/ Movimento em Defesa da Escola Pública	Defesa da “rearticulação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública como espaço para a deflagração, no estado de São Paulo, de um amplo processo de discussão sobre o diagnóstico de nossos problemas e a constituição de alternativas no campo educacional.” ⁽¹⁾ Estava proposta também a realização de uma jornada estadual em defesa da educação pública, quando seria realizada uma marcha estadual em defesa da escola pública. (cf) ⁽²⁾	“Esse processo deve envolver todas as escolas e seus participantes, os mais diferentes setores organizados da classe trabalhadora e da sociedade civil, os organismos formadores dos educadores, os órgãos governamentais e seus dirigentes, as instituições formadoras de opinião e demais interessados na transformação da educação e da escola. Suas formas de funcionamento deverão ser aprovadas pelos seus participantes, seguindo os princípios gerais da democracia.” ⁽¹⁾	(1) p. 12 (2) p.14
Plano Nacional de Educação		“Consideramos que o processo de elaboração da proposta da sociedade civil para o PNE foi democrático e representativo e que seu texto expressa o consenso progressista possível hoje em nosso país. Portanto, ele deve ser referência para a elaboração do Plano Estadual de Educação.”	p. 12
Plano Estadual de Educação		“Propomos que a Conferência Estadual de Educação de 1999 seja o momento de consolidação de nossas contribuições a esse amplo processo. - Que 1999 seja o ano de elaboração e aprovação de PEE!”	p. 12
Democratização da Educação/ Gestão da Educação	“O sistema estadual de ensino caracteriza-se por uma extrema burocracia em suas relações, pela verticalização do poder e pelo autoritarismo que permeia seus diferentes espaços. É por esses mecanismos que se perpetua a separação entre os elaboradores das propostas educacionais e seus implementadores. Transformar esse quadro é tarefa primeira para que se possa viabilizar uma formação de nossas crianças e jovens fundada nos princípios da cidadania, da participação, da criticidade com responsabilidade para se chegar ao desenvolvimento intelectual como caminho para a justiça social e econômica.”	“A participação nos Conselhos de Escola, Grêmios, grupos artísticos ou esportivos dentre outras, coloca-se como instancias de participação democrática com interferência na vida atual. Propiciando esta vivência participativa, a escola vai concretamente formando para a cidadania.” ⁽²⁾	p. 13

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Democratização da Educação/Gestão da Educação	Democratização da escola se traduz em: a) Igualdade de oportunidades de acesso à educação de qualidade; b) participação democrática na vida da escola; c) participação democrática na gestão de todo sistema de ensino. (cf) ⁽¹⁾	“Devemos continuar a interagir junto aos pais, alunos e funcionários das escolas no sentido de promover o debate qualificado a respeito da construção e aprimoramento desses organismos, unindo a comunidade em torno da ampliação dos espaços de participação de todos na elaboração do projeto político pedagógico das unidades escolares.” ⁽³⁾	p. 13
LDB	Sob o pretexto de melhorar o ensino público, aumentou a exclusão (juntamente com a Emenda 14). (cf) ⁽¹⁾ uma vez que ambas “expressam a lógica do discurso favorável à descentralização enquanto que nos aspectos decisórios exacerba na centralização política.” ⁽²⁾	“Traz diretrizes como flexibilidade, autonomia financeira/administrativa/ pedagógica da escola, avaliação do sistema e da escola, organização do ensino por ciclos, possibilidade de classificação/reclassificação dos alunos, recuperação paralela, 200 dias letivos, projeto político pedagógico como atribuição da escola e dos professores, dentre outras. Se, em si, muitas delas não são medidas comprometidas com o neoliberalismo, em função da forma como estão sendo viabilizadas, acabam prestando-se à efetivação dessa política.” ⁽³⁾	⁽¹⁾ p. 5 ⁽²⁾ p. 7 ⁽³⁾ p. 8
Erradicação do analfabetismo	O texto aponta o alto número de analfabetos no Brasil e coloca que nada foi feito para cumprir a determinação constitucional que fixava 10 anos como o prazo máximo para erradicar o analfabetismo no Brasil. (cf)		Resoluções do p. 8
Emenda 14/ Fundef	Sob o pretexto de melhorar o ensino público, aumentou a exclusão (juntamente com a LDB). (cf) ⁽¹⁾ uma vez que ambas “expressam a lógica do discurso favorável à descentralização enquanto que nos aspectos decisórios exacerba na centralização política.” ⁽²⁾	“Fundão: o objetivo maior dessa medida é transferir as responsabilidades constitucionais da União e dos estados quanto a garantir educação gratuita e obrigatória a todos, para os municípios, por meio da municipalização do ensino. A APEOESP tem se colocado contra essa forma de tratar os problemas educacionais, pois ela não garante as condições essenciais para a sua melhoria e nem os direitos e as necessidades profissionais dos professores.”	⁽¹⁾ p. 5 ⁽²⁾ p. 7 ⁽³⁾ p. 8
Municipalização		“A municipalização foi outra estratégia para reduzir os gastos com a Educação (...) que ganhou força graças à aprovação do Fundef”	p. 9
Sistema Único de Educ. Básica	Proposta formulada como opção à municipalização reúne “mais condições de responder à necessidade de construção de uma escola pública de qualidade para todos”	“Nossa proposta é a criação de um Sistema único de Educação Básica em nosso Estado, que englobe todas as escolas de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e Médio, independente de serem municipais ou estaduais; seja sustentado pelos recursos vinculados constitucionalmente nas três esferas de governo; seja gerido democraticamente, com a participação de vários segmentos sociais organizados e interrompa o processo de municipalização do ensino”	p. 10

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Formação Profissional, Sindical e Política do Educador	O texto do Congresso avalia que nada de positivo foi feito pelo governo, muito ao contrário: a nova LDB abre a possibilidade de portadores de diplomas de graduação de outras áreas ministrarem aulas após a realização de cursos de complementação pedagógica. O texto afirma que a SEE recusa-se a reconhecer o projeto de formação profissional formulado pela entidade. ⁽¹⁾ A formação “deve ser tomada na dimensão coletiva da profissão docente, uma vez que a complexidade do trabalho educacional não é tarefa para profissionais isolados” ⁽³⁾ Para a APEOESP “a formação profissional deve estar também articulada com a defesa da escola pública, laica, democrática e cidadã, ou seja, com um projeto de escola pública no qual os professores se reconheçam se identifiquem e se envolvam na sua construção” ⁽³⁾ Além do Projeto Reinventando a Escola, também foram realizados cursos preparatórios para o concurso de PEBII e uma lista de ações a serem desenvolvidas pela APEOESP visando a formação dos professores, abaixo algumas delas: • Redesenhar o Coletivo de Formação Contínua da APEOESP; • Liberar recursos para a formação sindical e pedagógica dos REs e associados; • Parceria do Sindicato com as Universidades para elaborar e oferecer cursos sem prejuízo das aulas e com reconhecimento oficial; • Que o sindicato apóie trabalhos realizados pelo professor; • Que a APEOESP crie uma escola de Formação Sindical e Pedagógica permanente para elaborar e implementar uma linha de formação sindical, e uma alternativa ou alternativas pedagógicas ou políticas oficiais; • Editar, mensalmente, bimestralmente estudos, textos, projetos e pesquisas feitas por professores da rede e das universidades para serem redistribuídas aos associados. (cf) ⁽³⁾	Formação Sindical e Política: “Os dirigentes sindicais e os quadros intermediários dos sindicatos têm que investir num processo mais qualificado de formação política e sindical, de forma a se capacitarem cada vez mais para o enfrentamento das novas e complexas questões surgidas da globalização econômica, dos avanços tecnológicos e das inovações do processo produtivo.” ⁽²⁾ “Cabe à formação sindical, atuando como suporte estratégico da ação sindical, viabilizar a problematização da realidade atual, buscando contribuir para o fortalecimento da organização sindical, promovendo um processo que contemple, de um lado, a formação básica das lideranças de base, atendendo suas demandas concretas e, de outro, processos avançados de formação, voltados para o aprofundamento teórico dos processos determinantes da ação sindical e para o debate político dos desafios que se colocam para o sindicalismo contemporâneo.” ⁽³⁾ Formação Contínua: “Quanto à formação contínua permanece a necessidade de uma política que atenda a todos os professores e esteja voltada para as necessidades advindas da prática nas escolas, e não esteja apenas a serviço da implantação das mudanças formuladas por esta gestão.” ⁽¹⁾ As concepções mais atuais a respeito do professor têm colocado a idéia de desenvolvimento profissional que articule as experiências cotidianas e as situações de formação contínua. “Dessa maneira as questões relativas à carreira docente, jornada de trabalho e salário dos professores, bem como as relativas à formação contínua estão amarradas ao seu desenvolvimento profissional.” ⁽⁴⁾ Projeto Reinventando a Escola: • Elaborado com a concepção articuladora das dimensões pedagógica e sindical, foi posto em prática em 1996/97/98 através da realização de “cursos de capacitação para a formação básica dos Representantes de Escolas, das atividades de formação dos Professores Coordenadores Pedagógicos, dos cursos sobre financiamento do ensino, dos cursos de capacitação do coletivo de formação, regimento escolar e financiamento da educação, dos seminários de formação para os coletivos de formação e organização.”	⁽¹⁾ p. 8 ⁽²⁾ p. 6 ⁽³⁾ p. 15 ⁽⁴⁾ p. 10
Especialistas		• “Eleição direta dos membros do Conselho Estadual e Municipais de Educação; • Eleição direta dos diretores de escola (ressalvados os casos de diretores concursados) e professores coordenadores pedagógicos; • Que os cargos de diretor e Professor Coordenador Pedagógico só tenham como requisito a formação de professor e a experiência profissional. • Coordenadores pedagógicos por área eleitos por seus pares.”	p. 11

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Plano de Carreira Carreira Aberta Jornada de Trabalho Piso Salarial	Aponta como positivo a conquista da incorporação das gratificações, a garantia de que os ACTs demitidos possam voltar ao seu antigo padrão caso voltem à rede e a garantia da não existência do recreio dirigido ao PEBI, mas ignorou a maioria das reivindicações do magistério e ainda retrocedeu em vários aspectos: aumentou proporcionalmente o trabalho na sala de aula ao alterar o conceito de hora-aula para aula relógio, diminuiu as horas destinadas ao trabalho pedagógico, mudou a evolução funcional, acabando com as promoções automáticas por mérito e tempo de serviço. Por fim, a SEE ignorou a reivindicação da “carreira aberta e não incentiva a permanência do profissional em sala de aula, já que para ganhar um pouco mais os professores precisam buscar outras funções na carreira, como diretor ou supervisor.”	Reivindicações quanto ao Plano de Carreira: • Plano de Carreira organizado de forma aberta e única, garantindo promoção para qualquer cargo até o fim da tabela de referencias, possibilitando que se chegue ao final da tabela sem sair da sala de aula; • Plano de Carreira para os professores Estaduais e Municipais garantindo piso e demais direitos de evolução funcional; • Que os ACTs contratados nos interstícios dos concursos tenham seus direitos garantidos segundo a CLT. • Reafirmamos a defesa do Regime Jurídico Único para o funcionalismo público garantindo ao ACT o direito à férias proporcionais, 13º salário, indenização do tempo trabalhado. Reafirmamos que a solução é a realização de concursos públicos anuais para preenchimento de todos os cargos de forma que os ACTs possam se efetivar; • Fim da avaliação de desempenho que vem sendo aplicada pelos governos federal e estadual. • Jornada: • Jornada constituída de 50% do tempo com aluno + 25% com HTPC + 25 % com horas/atividade • Salário: • Piso emergencial de 10 salários mínimos para a jornada básica de trabalho docente; • Piso salarial do DIEESE para a jornada inicial; • Que não haja diferenças de remuneração entre PEBI e PEBII quando tiverem o mesmo grau de escolaridade.”	p. 9 e 10
Saúde do Trabalhador em Educação	Em uma pesquisa sobre a Saúde do Trabalhador, realizada pela CNTE, com apoio da APEOESP, constatou-se que aproximadamente 50% dos trabalhadores em educação são atingidos em algum grau pela “Síndrome de Bournout”. Diante desse quadro a entidade decidiu incluir nas “pautas de reivindicações a exigência de que o Estado ofereça tratamento para os professores atingidos pela Síndrome de Bournout.”		p. 12
Aposentados	Diante do crescimento do percentual de associados aposentados a APEOESP aponta para a criação de uma Secretaria para Assuntos do Aposentado e a criação do Programa “Aposentado é mais”, com espaço específico nas publicações da entidade, descontos especiais nas colônias de férias do sindicato, convênio diversos (incluindo Universidades para oferecimento de cursos especiais), atividades especiais de lazer e cultura, campanhas de prevenção de doenças e organização de grupos para discussões e elaborações de propostas específicas.		p. 19

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Papel/ Desafios da Organização Sindical dos Professores		“Cabe à APEOESP o desafio de prosseguir denunciando essa política educacional e lutando contra os seus efeitos, articulando a nossa luta com os mais amplos setores sociais, construindo a mobilização solidária e o projeto educacional para o século XXI”⁽¹⁾ “Para avançar é necessário formular projetos estratégicos que dêem conta da diversidade de problemas que estamos enfrentando, numa constante interlocução com a unidade escolar, com a CUT, com os sindicatos e com os demais setores sociais, aprofundando o enfoque nas questões profissionais do professor, de forma a marcarmos, de um lado, o caráter sindical da nossa entidade e, por outro, nos diferenciar dos discursos genéricos sobre a questão educacional que vem dominando o cenário.”⁽²⁾ “Sem abrir mão da defesa intransigente de nossas reivindicações específicas, aprofundamos o diálogo com os alunos e demais setores sociais sobre as políticas educacionais que vêm sendo implementadas e as formas de combatê-las, ao mesmo tempo em que lutamos pela implementação dos projetos que melhor atendam às necessidades da população na área da educação.”⁽³⁾	⁽¹⁾ p. 5 ⁽²⁾ p. 6 ⁽³⁾ p. 13
Papel dos Educadores	Os trabalhadores em educação devem lutar por suas questões específicas mas devem envolver-se com toda sociedade e “abraçar também as causas mais gerais da população brasileira, contribuindo assim para romper o corporativismo e o isolamento que ainda persistem em nosso meio.” ⁽¹⁾	“Aos educadores cabe um papel fundamental no rompimento do paradigma industrial, positivista ou técnico-linear vigente em nossos sistemas de ensino, que produzem cidadãos passivos, consumidores de idéias e adaptados ao mercado de trabalho e funcionam para manter as relações de exploração e dominação entre as pessoas e classes.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 13 ⁽²⁾ p. 3
Reforma Administrativa	“A reforma administrativa atinge duramente os servidores públicos [pois] com o fim da estabilidade no emprego, eles podem ser demitidos por “insuficiência de desempenho” ou quando os gastos com a folha de pagamento ultrapassarem 60% das receitas.”		
Reforma Previdenciária	“A reforma na previdência impõe diversos prejuízos aos trabalhadores e abre caminho para a criação de um mercado privado no setor. (...) No caso dos professores, a mobilização da categoria garantiu a manutenção da aposentadoria especial, mas os professores do setor público sofrem os mesmos prejuízos dos demais servidores públicos nas regras de transição.”		
Reforma Sindical/ Trabalhista	O texto coloca que a CUT sempre defendeu reformas na estrutura sindical que estabeleça o fim do imposto sindical, a extinção da unicidade sindical e o fim do poder normativo da justiça do trabalho. Mas as medidas propostas pelo governo retiram do trabalhador as mínimas garantias trabalhistas. (cf)		p. 5 e 6

RESOLUÇÕES DO 17º CONGRESSO – Nov/2000

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Concepção de Escola	“Para nós, a escola pública deve estar voltada para garantir a universalização e construção de um conhecimento que esteja voltado para a constituição de uma sociedade justa e democrática, superadora do quadro atual de desigualdades e desrespeito aos direitos da cidadania. Nesta perspectiva, o exercício da plena cidadania também deve estar presente no interior da própria escola, a partir de uma gestão pautada, sobretudo, pela democracia e participação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional, dentro e fora de cada unidade escolar.”		p. 8
Escola de Tempo Integral	Proposta do sindicato para uma educação de qualidade combinada com jornada única e salário digno para os professores, propiciando condições para o desenvolvimento de projetos voltados para as necessidades das comunidades, trabalhando o conhecimento científico vinculado ao mundo real. A proposta baseia-se em experiências que vêm sendo implantados em outros países e municípios brasileiros, contribuindo para a melhoria da formação oferecida e ajudando a promover a superação de desigualdades sociais. (cf)		p. 9
Currículo	Sexualidade (Gênero): A APEOESP enviou representantes na delegação da CUT/CNTE para participar da Marcha Internacional das mulheres realizada nos EUA em outubro daquele ano. O texto sobre gênero além de discutir as questões referente às mulheres dedicam considerável espaço para as discussões sobre homossexualidade.	Algumas das deliberações do Congresso: •Lutar por creches de boa qualidade, em tempo integral mantidas pelo Estado; •Combater a educação diferenciada que reforça os papéis de homem e mulher e define estereótipos; •Construir um plano de trabalho destinado a dar conta desta temática na rede pública de educação de São Paulo; •Desenvolver uma campanha de respeito a opção de orientação sexual, consolidando uma posição contra a discriminação de homossexuais; •Utilizar, nos materiais e documentos do Sindicato, a linguagem de gênero.	p. 11 e 16
	Racismo/Etnia: Nas resoluções deste Congresso pela primeira vez há resoluções específicas sobre a questão indígena. Reiteram-se as deliberações anteriores e incorporam outras como a realização de seminários regionais, espaço na página do sindicato na internet criada em 1998, defesa de medidas reparatórias fundadas nas regras de discriminação positiva, mas principalmente que o Sindicato “desenvolva um projeto de formação político pedagógico inter-étnico para professores(as).	No que diz respeito às questões indígenas decide-se: •Lutar pela demarcação urgente de terras indígenas, •Contra a prisão arbitrária e pela libertação de índios e trabalhadores rurais que lutam por terra, •Por uma campanha contra o preconceito e racismo das populações nativas, negras, deficientes, homossexuais, enfim, aos excluídos; •Que os livros didáticos não tenham textos e histórias que valorizam os preconceitos e racismo contra os povos indígenas.	p. 14 e 15

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Cultura	Cultura: Neste Congresso houve a deliberação de criar o Núcleo Artístico-Cultural da APEOESP com o objetivo de “desenvolver, aprimorar, promover e divulgar manifestações artístico-culturais e trabalhar em prol de melhores condições de trabalho, de aprender, de ensinar, de educar, de lazer, de criar, de inventar, de sonhar e de realizar anseios artísticos.”		p. 18
	Criança e Adolescente: O texto faz uma discussão dos 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e aponta que, ao contrário do que afirma o censo comum, o estatuto não permite tudo às crianças e adolescentes, ao contrário, respeitar a criança e o adolescente significa “conscientizá-los de seus direitos e discutir os limites, discutir os deveres, reaprender a impor sanções quando for necessário, não como método de ação, mas sim como parte das regras de convivência, discutidas em comum acordo.” Delibera a realização de um conjunto de atividades de apoio aos professores que participam dos Conselhos Tutelares e da Criança e do Adolescente, realização de campanhas e atividades sobre o ECA e campanha contra a redução da maioridade penal.		p. 8 e 17
Inovações	O sindicato avalia que as políticas educacionais implantadas “têm demonstrado seu descompromisso com a maioria da população ao promover o desmonte da escola pública através da Municipalização, da Reforma do Ensino Médio e de políticas pontuais como a “aprovação automática.” As consequências dessas medidas são o desemprego e a desvalorização profissional de professores e funcionários da educação, empobrecimento da qualidade do ensino e o fortalecimento da rede privada. (cf)	Progressão continuada: “O projeto de progressão continuada que vem sendo implemetado pela SE, configura, na prática, a “aprovação automática” dos alunos, uma vez que não são observadas as condições estruturais, pedagógicas, salariais, de formação dos professores e outras necessárias ao desenvolvimento de um verdadeiro projeto de formação continuada. O resultado é que boa parte dos alunos chega às séries finais do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever corretamente.”	p. 9
Construção do Projeto Político Pedagógico		“A elaboração do projeto político pedagógico da escola exige construção coletiva para que se garanta ao mesmo tempo, uma Educação Básica de qualidade, que assegure continuidade e forneça meios para integração ao mundo do trabalho produtivo. É necessário elaborar propostas que permitam articular cidadania cultura e trabalho, identificando a escola pública como um dos únicos espaços de que dispõem os trabalhadores e seus filhos, bem como os excluídos do mundo do trabalho.”	p. 9
Número de alunos por Sala	Entre as reivindicações da Marcha Estadual em Defesa da Escola Pública, do Emprego e do Salário está a do “Número máximo de 25 alunos no Ensino Fundamental e Ensino Médio”		p. 19
Condições Físicas das Escolas	Situação preocupante, pois não há investimentos para recuperação, sobrecarga de algumas escolas enquanto outras são fechadas e faltam equipamentos como laboratórios, biblioteca, quadras e materiais pedagógicos. (cf)		p. 8

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Violência nas Escolas	A entidade avalia que a globalização globalizou também a violência, as drogas, o preconceito racial e outros problemas e o governo não dá suporte para que escolas possam ser protegidas e seguras. Por isso a entidade propõe ações como a realização de uma campanha contra a violência, valorizando a escola pública; incluir nos projetos de formação da APEOESP a discussão e elaboração de subsídios sobre o tema; defender a gestão democrática para estimular a participação e agendar reuniões com a Secretaria de Segurança Pública para discutir o problema. (cf).		p. 14
Educ. Infantil (Creches/ Pré-escola)	“Na nossa concepção a Educação Infantil é parte integrante do processo educacional e não pode se limitar a uma função de “depósito de crianças” Em decorrência do Fundef a qualidade da Educação Infantil diminuiu uma vez que o investimento neste nível de ensino tem diminuído enquanto aumenta o número de creches e escolinhas particulares. (cf)		p. 8
Ensino Médio/ Ensino Profissionalizante	Deve propiciar a formação geral do jovem e ser politécnico, não separando ensino propedêutico e técnico-profissional.	“O Ensino Médio deve ter como objetivo central a formação geral do jovem, em oposição a dualidade que propõe a reforma educacional do MEC e Covas. (...) É um direito dos jovens terem cesso ao ensino politécnico, o que representa o fim da separação entre o ensino propedêutico e o técnico profissional. Consideramos esta uma condição indispensável para que os jovens possam disputar o mercado de trabalho e os desafios da sociedade contemporânea que introduz novos processos produtivos e alterar as relações de produção.”	p. 9
Supletivo/ Educação de Jovens e Adultos	É apontado como o limite das políticas oficiais para os trabalhadores adultos e, diante de sua insuficiência tem sido encampada pelas empresas. O que faz com que se mantenha grandes contingentes de excluídos caso não haja medidas incisivas para a solução do problema. (cf)		p. 8
Educação Especial	A APEOESP defende que a educação de portadores de necessidades especiais ultrapasse a visão assistencialista e passe a ser tratada como um direito que deve ser exercido pela integração entre a família-criança-escola-sociedade, acabando com a segregação social “que se configura quando a criança tem condições de frequentar a escola comum, mas é tolhida deste direito por motivos alheios, como o preconceito e a falta de estrutura da escola pública.”	O Congresso decidiu ainda: • Realizar campanha de inclusão de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais na Escola Pública; • Ampliação das escolas especializadas no atendimento daqueles que não conseguem ou não podem frequentar as escolas regulares; • Criar um Fórum de discussão da temática com professores portadores de necessidades especiais; • Discutir com o Departamento Jurídico da APEOESP, medidas contra o Estado pelo não cumprimento das leis que exigem adaptação de estruturas físicas dos prédios públicos; • Criação de cursos mantidos pelo Estado para que os professores possam melhor atender os alunos com necessidades especiais. (cf)	p. 17
Telessalas	A APEOESP não só é contrária às telessalas como defende que a CUT também “seja contra as telessalas instaladas nos sindicatos filiados a ela” pelos prejuízos que essa política gera aos alunos e professores.	“(...) pois a política de telessalas nivela por baixo a qualidade do ensino, gera desemprego e leva a educação rumo à privatização” Além do mais essa política contribui para a redução dos empregos dos professores, um vez que as atividades são centradas num só profissional. (cf)	p. 9

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Neoliberalismo Globalização		“As atuais políticas públicas de Educação no Brasil objetivam a contenção do acesso aos níveis mais elevados de ensino para poucos incluídos. Para a grande maioria, propostas aligeiradas de formação profissional que independem de Educação Básica, como forma de viabilizar o acesso a ocupações precarizadas no mercado informal, que permitam alguma condição de sobrevivência.”	
Análise dos Governos (Conjuntura)	Passadas as eleições municipais nas quais os partidos de oposição ao PSDB conquistaram importantes prefeituras, a avaliação da APEOESP é que as mobilizações da sociedade nos dois anos anteriores e a greve do magistério foram responsáveis pela derrota do PSDB nas eleições municipais. A avaliação é que “a vitória das forças progressistas, por outro lado, poderá significar um grande impulso às lutas sociais e sindicais diante das políticas implementadas por FHC e seus aliados, podendo desencadear um novo período de mobilizações em todo o Brasil.”		p. 5
Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública	Desde a I Conferência Estadual de Educação (Nov/99) a APEOESP vem, juntamente com o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública esforçando-se para construir um Plano Estadual de Educação com as seguintes características:	“PEE que assegure, entre outros pontos mais verbas para a Educação Pública e a correta destinação de recursos; a garantia dos direitos profissionais dos trabalhadores em Educação; a gestão democrática das escolas e do sistema; e, sobretudo, o resgate dos graves déficits educacionais existentes. Enfim, um PEE que lance as bases para a consolidação de uma escola Pública com qualidade social para toda a população paulista.”	p. 11
Plano Estadual de Educação	Diante do quadro em que se encontra a educação no Estado de São Paulo a APEOESP considera oportuna a “realização de um Congresso Estadual de Educação, com a participação dos professores e demais trabalhadores em educação (estaduais, municipais e da rede particular de ensino) e também dos alunos, pais e setores sociais comprometidos com a escola pública, para que possam elaborar um verdadeiro projeto para a educação para o Estado de São Paulo”		p. 9
Por um Congresso Estadual de Educação			
Democratização/ Gestão da Educação	A gestão democrática da educação traduz-se, entre outras medidas em: a) Igualdade de oportunidades de acesso à educação de qualidade; b) Participação democrática na vida da escola; c) Participação democrática na gestão de todo sistema de ensino. (cf)		p. 8
Verbas	Após a conclusão da CPI da Assembleia Legislativa de que o Governo Covas desviou R\$ 6,5 bilhões da educação para outras finalidades, além de manter R\$ 300 milhões aplicados no mercado financeiro, a APEOESP, juntamente com outras entidades, ingressou com representação no Ministério Público, visando a devolução destes recursos à Educação. (cf)		p. 10
FUNDEB	A APEOESP luta pela “instituição do Fundo de Único da Educação Básica (FUNDEB) reunindo e ampliando as verbas destinadas ao ensino, da Educação Infantil ao Ensino Médio, geridos democraticamente pela sociedade.”		p. 8

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Municipalização	A APEOESP reafirma sua posição de debater a instituição do Sistema único de Educação Básica mas decidiu “estar na linha de frente da defesa da qualidade de ensino, dos direitos dos professores, salários dignos, carreira adequada, gestão democrática e todas as demais questões que interessam aos trabalhadores em Educação e à população.”		p. 1

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Formação Profissional, Sindical e Política do Educador	Para o sindicato “a formação profissional deve valorizar o professor reflexivo, entendido como um intelectual em processo contínuo de formação”. E avalia que essa visão não faz parte do Plano Nacional de Educação/MEC, que possibilita “treinamentos rápidos para que leigos possam assumir a função docente através de capacitação via formação em serviço ou educação à distância.” No Estado de São Paulo, atendendo à reivindicação da APEOESP a Secretaria firmou convênios com universidades públicas e outras instituições para que os professores possam cumprir a exigências da LDB. O problema é que a Secretaria pretende firmar convênios com faculdades privadas, o que implica na destinação de recursos públicos para instituições privadas. A luta agora é para que a SE assegure bolsas de estudos e vagas em cursos de pós-graduação das universidades públicas para aqueles que desejarem fazer cursos de mestrado ou doutorado. Defende ainda que a formação em serviço esteja incorporada na jornada com a ampliação das horas destinadas às HTPCs para que este seja um “verdadeiro espaço de formação profissional, discussão e planejamento das políticas pedagógicas de cada unidade escolar.” O texto ainda refere-se ao Projeto Reinventando a Escola como um projeto do Sindicato para a formação, sem abandonar a reivindicação para que o Estado assuma essa tarefa. ⁽¹⁾	A APEOESP criou dois organismos para contribuir para a formação dos professores: Coletivo de Formação: composto por membros da Diretoria, assessores e professores da USP, UNICAMP, UNESP e da rede estadual de ensino, com o objetivo de “estabelecer um diálogo permanente com o conjunto dos professores visando ao fortalecimento do ensino público, ao resgate da identidade de seus profissionais, à construção de um trabalho coletivo no âmbito da escola, assegurando a articulação entre a formação pedagógica e a formação sindical.” ⁽¹⁾ Centro de Estudos e Pesquisas: “que vem assessorando a diretoria e os conselheiros da entidade com a produção de estudos e pesquisas em relação às questões de interesse da categoria. Também vem dando prosseguimento aos programas de formação profissional e sindical dos membros do Sindicato, seja através da publicação de materiais de subsídio, seja promovendo encontros, cursos e seminários de formação.” ⁽²⁾ Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores: “A política do governo para a Educação tem profundos reflexos na Formação dos Professores. Estas políticas de formação descaracterizam o professor como cientista e pesquisador da Educação, funções a serem exercidas apenas por aqueles que vão atuar no Ensino Superior. A grande maioria compete a função de divulgação de conhecimentos em níveis diferenciados, para o que se propõe uma qualificação também diferenciada, e tão mais aligeirada e menos especializada quanto mais se destine às classes subalternas, objeto “natural “ de exclusão, para o que não se justificam longos e caros investimentos.” ⁽³⁾	⁽¹⁾ p. 8 ⁽²⁾ p. 11 ⁽³⁾ p. 7
Jornada de Trabalho	A APEOESP está desenvolvendo campanhas pelo retorno da grade curricular de 1997, ampliando o número de aulas de cinco para seis no período diurno e de quatro para cinco no período noturno, através de projetos de iniciativa popular, com a coleta de 500 mil assinaturas.		p. 11
Aposentados	A primeira atividade da Campanha de Valorização dos Aposentados foi a Marcha Estadual realizada no mês de Agosto com o objetivo de lutar contra a forma que os governos (Estadual e Federal) os tem tratado: diferenciando-os dos trabalhadores da ativa quando do recebimento das parcelas reajustes, penalizando-os com a cobrança do IPESP para o qual contribuíram durante toda a vida ativa. Outro objetivo da Marcha era lutar para garantir seus direitos nas reformas previdenciárias do Estado e da União.	No sindicato há a luta para a garantia “de uma cota de, no mínimo, 10% para os aposentados nas delegações das subsedes para participar dos eventos do Sindicato, desde que haja a participação destes aposentados nos fóruns em que serão eleitos.”	p. 15
Papel/ Desafios da Organização Sindical dos Professores		“O grande desafio da APEOESP no próximo período é o de construir a mobilização solidária na comunidade escolar e na sociedade em torno da Escola Pública, do Emprego e do salário, considerando que o direito à Educação é uma demanda social e não um assunto que diga respeito apenas aos professores.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 12 ⁽²⁾ p. 19

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Papel dos Educadores	Os professores, principalmente o militante sindical e político deve ter sempre presente três dimensões, que são articulados e inseparáveis: • O papel profissional, no processo de ensino-aprendizagem; • O papel social, como lideranças no interior das comunidades em que participam; • A defesa dos direitos e luta por novas conquistas profissionais, salariais, melhores condições de trabalho e o atendimento, pelo Estado, das demandas dos trabalhadores e cidadãos. ⁽¹⁾	“Não necessitamos ser lideranças políticas (no sentido usual do termo) para cumprirmos um papel social da maior relevância e que tem tudo a ver com o nosso papel de educadores, cidadãos comprometidos com a Escola Pública e com um futuro melhor para milhões de crianças, jovens e adultos que estão fora da escola, desprovidos de direitos, excluídos do processo educacional e da própria sociedade. Se o professor abdica deste papel social, estará abdicando também do exercício de um direito e de uma obrigação como cidadão e como partícipe do processo educacional.” ⁽²⁾	(¹) p. 12 (²) p. 13
Concurso	O texto apresenta a realização do concurso e efetivação de cerca de 40 mil professores como uma vitória da APEOESP e que a pressão para a realização de novos concursos que possibilitem a efetivação dos demais professores deve continuar através de abaixo-assinados e ações judiciais. (cf)		p. 10
Greve do Magistério	A greve de 2000 foi considerada o momento mais importante na articulação dos professores em defesa da educação. Apesar das dificuldades, a paralisação de mais de 40 dias evidenciou a situação precária da educação e demais serviços públicos sob o governo Covas e, no texto de conjuntura nacional a greve é apontada como uma das responsáveis pela derrota do PSDB no primeiro turno das eleições municipais. (cf)		p. 4 e 10
Reforma Previdenciária	A pressão sobre os parlamentares em Brasília garantiu a manutenção da aposentadoria especial aos professores. O embate agora se dá em São Paulo, uma vez que o Governador Mário Covas enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Reforma da Previdência Estadual que prevê o aumento das alíquotas de contribuição dos servidores públicos. Quando a APEOESP conseguiu o número de assinaturas necessárias para a rejeição do projeto a tramitação do projeto foi suspensa devido à decisão do Supremo Tribunal Federal mas o Governo estadual não desistirá do projeto o que exigirá novas mobilizações no sentido de barrá-la. (cf)		p. 10
Reforma Sindical/ Trabalhista	A APEOESP participa e apóia as campanhas comandadas pela CUT “contra as reformas promovidas pelo governo e, particularmente, contra a reforma trabalhista articulada em Brasília, que poderá provocar uma pulverização sem precedentes na organização sindical dos trabalhadores a partir da adoção do sindicato por empresa.” Estes sindicatos poderão ser controlados pelos empresários e dificultará a ação conjunta da classe trabalhadora (cf).		p. 5 e 10

RESOLUÇÕES DO 18º CONGRESSO – Out/2001

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Concepção de Escola	Defesa de uma escola pública de qualidade, que forme plenamente o cidadão. Expressa “num profundo sentimento ético. Isso pressupõe capacidades para acesso, organização, produção, interpretação e análise das informações; o uso correto da língua, o acesso e domínio das novas tecnologias; o domínio dos conhecimentos científicos e humanísticos fundamentais e ainda capacidades no campo relacional. Também é imprescindível complementar essas aprendizagens com uma formação cultural, científica e tecnológica e com o desenvolvimento da capacidade dos jovens conhecerem a si mesmos e agir respeitando os princípios da democracia e da solidariedade.” ⁽¹⁾	“Uma Educação que vise dotar o país de uma população capaz de participar da construção de um futuro melhor deve ter como objetivo a realização plena dos seus cidadãos. Esta não pode se confinar aos contornos do mundo do trabalho, mas sim formar para a realização pessoal e coletiva, no âmbito da edificação de uma democracia política, econômica, social e cultural. E somente a Educação pública pode constituir-se nesse espaço e dar conta dessa tarefa. Assim, é consenso entre nós a defesa de uma Educação pública com qualidade social para todos e uma atitude de recusa incondicional de sua privatização e de combate à desresponsabilização do Estado.” ⁽²⁾	(1) p. 17 (2) p. 15
Currículo	Sexualidade (Gênero): Este Congresso reitera as deliberações anteriores e registra a criação oficial do Coletivo de Gênero.	“Na Educação, as mulheres são o maior número de associados do Sindicato, são maioria na categoria e sofrem as conseqüências da opressão de gênero, a violência escolar e a dupla jornada (trabalho e casa), entre outras. Portanto, o Sindicato deve estimular o debate sobre Educação e gênero, considerando os papéis e funções desempenhadas por mulheres e homens nas relações de trabalho.” ⁽¹⁾ “É dever do Estado garantir Educação a todos(as). A Educação não pode estar a serviço de interesses particulares. É um direito de todos(as) os alunos(as), principalmente aqueles(as) de orientação sexual gay ou lésbica, conhecer a origem e entender o que causa a opressão e a discriminação social. Por isso os currículos escolares devem contemplar esta discussão em todas as disciplinas. Deve fazer parte dos planos de ensino um programa contra a reprodução do pensamento homofóbico dentro da escola.” ⁽²⁾	(1) p. 38 (2) p. 41
	Racismo/Etnia: Ao apresentar um balanço das atividades do Coletivo Anti-racismo o texto do Congresso traz a informação de que representantes da APEOESP elaboraram o “Projeto este que, quando aplicado, representará o grande salto de qualidade da intervenção da APEOESP no combate ao racismo e na exigência ao governo da aplicação, de forma concreta, de políticas de ações afirmativas e reparatórias”. Nas resoluções não há detalhes sobre esse Projeto, o texto aprofunda as discussões e traz deliberações sobre as questões raciais específicas de negros e indígenas. Acrescente-se ainda que, no que diz respeito às questões indígenas, há um longo texto, com a observação de foi acatado por acordo, no qual há uma série de reivindicações específicas.	Algumas das deliberações: Que o Estado: 1. Implemente a Convenção da ONU sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino; 2. Crie uma política de monitoramento permanente, por meio de conselhos tripartites, dos currículos, livros didáticos, manuais escolares, audiovisuais e programas educativos controlados pelo Estado; 3. Desenvolva programas de capacitação e atualização dos profissionais da Educação, que os habilitem a tratar adequadamente as relações raciais; 4. Desenvolva políticas que assegure o acesso da população negra a cursos profissionalizantes e ao sistema educacional; 5. Garanta a inclusão do quesito raça/cor nas estatísticas educacionais. 6. Que os currículos escolares incluam na questão racial da sociedade brasileira, a História da África e o combate à ideologia e as práticas discriminatórias. Que a APEOESP: • Faça levantamento através de pesquisa de números reais de negros e homossexuais (parceria com os movimentos negros/gays e outros);	p. 28 e 51

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
	Racismo/Etnia (Cont.)	• Exija da CUT e da CNTE um trabalho mais consistente na questão racial. • Faça a defesa de medidas reparatórias, fundamentadas nas regras de discriminação positiva prescritas na Constituição de 1988, • Oriente as vítimas de racismo e de discriminação para que denunciem as atitudes racistas e encaminhe as vítimas de discriminação racial para acompanhamento do Departamento Jurídico. “As políticas anti-racismo traçadas pela entidade devem partir do reconhecimento de que somente o movimento negro organizado, aliado à classe operária organizada, à juventude e aos demais setores oprimidos e marginalizados da sociedade poderá levar a cabo de forma satisfatória a luta contra o racismo.” Indígenas: • Combater a discriminação, exigindo o respeito à diversidade social, cultural, espiritual dos povos indígenas. • Fortalecer a luta dos povos indígenas contra a tutela do Estado. • Que a ONU e a OEA reconheçam os indígenas enquanto “povos”. • Apoiar a luta internacional dos povos indígenas. • Apoiar e valorizar a demarcação e garantia das terras indígenas. • Reconhecer e respeitar sua cultura e religiosidade. • Denunciar as injustiças, o descaso e o desrespeito contra os povos indígenas	
Currículo	Trabalho Infantil/ Criança e Adolescente: O texto sobre o trabalho infantil faz um balanço das situações que levam as crianças ao trabalho infantil e qual o papel da sociedade na eliminação desse problema e o papel dos professores em especial, que devem denunciar a exploração e contribuir para as escolas ofereçam oportunidades concretas para que as crianças sintam-se ligados ao mundo da cultura e do conhecimento. Defende ainda programas de garantia de renda mínima.	Defendemos que a infância é um período da vida que deve ser dedicado à Educação e à formação, e não ao trabalho. O trabalho infantil compromete a possibilidade desse desenvolvimento e que as crianças trabalhadoras venham a se tornar adultos participativos, produtivos e úteis à sociedade. O trabalho infantil não é inevitável, mas sim expressão da miséria social e humana a que parcelas consideráveis de brasileiros estão submetidas. Sua erradicação depende então de vontade política para afrontar com determinação essa anomalia social. Condenamos a política de omissão e negligência que, por não tomar medidas legislativas e legais eficazes, tem permitido a sobrevivência do trabalho infantil. Condenamos especialmente os empresários e proprietários que empregam crianças para aumentar seus lucros. A eliminação do trabalho infantil também está em estreita articulação com a melhoria da qualidade da escola. Os professores e os educadores, bem como suas organizações, têm um papel fundamental a desempenhar nesse combate. Podemos denunciar a exploração das crianças e seu desaparecimento da escola. Mas também está no âmbito das nossas possibilidades contribuir para que a escola ofereça oportunidades concretas para que elas sintam-se ligadas ao mundo da cultura e do conhecimento. Também podemos discutir com os pais a importância de que elas frequentem as escolas. Mas só isso não basta. Face à situação miserável de parcelas consideráveis da população brasileira, a garantia de emprego aos pais é a maneira mais justa e eficaz de estancar o trabalho infantil. Políticas compensatórias, como a bolsa escola, também têm papel imprescindível para que as famílias possam abrir mão	p. 20

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Currículo	Trabalho Infantil/ Criança e Adolescente (Cont.)	dos rendimentos que seus filhos produzem. Para essas crianças a escola precisa deixar de concorrer com o pão de cada dia.	
	Meio-ambiente: O texto sobre meio-ambiente apresenta a importância de a APEOESP discutir os problemas ambientais que têm aumentado de importância à medida que os problemas vão sendo agravados pela exploração desmedida provocada pela sobreposição dos interesses financeiros aos interesses sociais e de bem estar de toda a população.	A APEOESP deve aprovar: • Criação do Coletivo Pró-Meio Ambiente Estadual e Regional; • Estabelecer plano de ação para inserir a Sede Central e as Subsedes nas questões ambientais, • Realização de estudos e encaminhamento de ações quanto ao ambiente escolar e a saúde dos profissionais em Educação, • Valorização do trabalho dos professores e professoras, com a realização de exposições, mostras, seminários, concursos. Mapeamento de trabalhos e ações que os professores e professoras realizam. Mapeamento das agressões ambientais regionais a ser realizado por escolas; • Participação em Fóruns, Conferências e Congressos relacionados ao tema; • Organização de Fóruns de Debates, Conferências e Seminários. • Elaboração de documentos quanto às questões ambientais. • Cobrar da S.E. E. a realização de cursos de formação e atualização relacionados a esta área • Estabelecer parcerias com ONGs.	p. 50
Inovações		“A implementação da política da SEE/SP ancorada nos ciclos, na progressão continuada e na reorientação da avaliação, tem se caracterizado por um forte autoritarismo, onde o professor é ignorado. Dele se espera que cumpra ordens da diretoria de ensino, da direção e do coordenador pedagógico. E que se responsabilize pelos resultados da avalanche de mudanças que têm despencado sobre seu cotidiano. As condições em que ele atua não foram modificadas: seu trabalho continua mal remunerado e sua profissão enfrenta uma desvalorização social sem precedentes.”	p. 19
Permanência do aluno na Escola		“Para nós Educação com qualidade social precisa considerar as necessidades das camadas que frequentam a escola pública a partir da realidade sócio-cultural por elas vividas. Para isso há que se garantir a universalização do acesso à escola básica e a sua gratuidade como direito dos cidadãos e dever do Estado, assegurando a todos uma Educação que possibilite a real inclusão no mundo do conhecimento, na esfera da cidadania e no âmbito do trabalho.”	p. 16
Construção do Projeto Político Pedagógico	“A APEOESP defende que a elaboração realmente coletiva do projeto político-pedagógico, no âmbito do Conselho de Escola, é o caminho para a organização e articulação do trabalho na escola. É nesse processo, com a contribuição de todos que compõem a escola, que ganha sentido diagnosticar a realidade, planejar, tomar decisões, estabelecer horizontes, definir objetivos e escolher formas de ação para alcançá-los.”	“Assim, entendemos o projeto político-pedagógico coletivo como o instrumento da escola para que ela se torne um espaço de desenvolvimento profissional para os professores e de desenvolvimento pessoal para os alunos.”	p. 18
Número de Alunos por Sala	Na discussão da Reforma do Ensino Médio há a decisão de defender 35 alunos no máximo por sala, rumo a 25. Mais à frente, na pauta de reivindicações há a exigência do número máximo de 25 alunos no Ensino Fundamental e no Médio.		p. 25 e 61

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Violência nas Escolas	Diferentemente dos Congressos anteriores, nas resoluções deste Congresso a questão da violência é analisada de forma crítica e mais profunda e a campanha Paz nas Escolas tem seu lema alterado para “Sem justiça social não haverá paz nas escolas”, como atividade permanente. (cf) ⁽²⁾	“A violência é fruto da desigualdade social, da forma de produzir do modo de produção capitalista. Nunca será vencida com campanhas de “conscientização”. Nesse sentido é necessária a unidade da lutas de professores, alunos, pais e funcionários, no sentido de pressionar o poder público e a classe dominante para que as condições de emprego, salário e por mais verbas para as escolas públicas ocorram. Que possamos pensar e materializar uma luta conjunta que tenha como perspectiva o fim da sociedade de classes – o germe inicial da tão propalada violência. ⁽¹⁾ “A violência escolar expressa a crise do sistema escolar em função do esgotamento do modelo de escolaridade voltado para mobilidade social e do enfraquecimento da capacidade socializadora da escola como instituição formadora de novas gerações. Jovens e adolescentes na maioria das vezes não reconhecem outras alternativas atribuídas à importância da escola em sua vida, além da já corroída crença na ascensão, representação herdadas das gerações adultas. Ausência de significados positivos para a vida escolar caminha ao lado de novas exigências de domínios de linguagens, informações, conhecimento, de todo o campo de atividades simbólicas que pressupõe o domínio de habilidades a ser adquiridas, principalmente, na escola, como afirma Spósito. Ações da Campanha”Sem Justiça não Haverá paz nas Escolas” • Que a APEOESP desenvolva amplos debates sobre os temas de juventude, Educação, violência e cultura; • O reforço da Campanha pela Paz nas escolas, desde que se considerem as ponderações acima; • Articular ações envolvendo a comunidade escolar para debater os direitos da criança e do adolescente, e principalmente debatendo as conquistas obtidas nesses onze anos do ECA; • Incentivar as ações dos alunos dentro das escolas, especialmente aquelas ligadas à construção e autonomia dos Grêmios Estudantis. • Dar continuidade à campanha Paz nas Escolas e construir outros instrumentos capazes de enfrentar este problema, denunciando as causas sociais e também estruturais da atual política de Educação do governo que tem agravado esta situação. • Cobrar a realização de concursos para funcionários de escola. • Acompanhar todos os fóruns que debatam o assunto, a fim de propor ações para evitar a violência. • Incentivar a participação da comunidade no dia-a-dia da Escola. ⁽²⁾	⁽¹⁾p. 26 ⁽²⁾p. 48

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Educação Infantil Creches Pré-escola	A pesquisa realizada em parceria com ONG Ação Educativa o sindicato comprovou os prejuízos da municipalização para a Educação Infantil.	“No caso da Educação Infantil, de acordo com o estudo, até 1997 verificou-se, nos municípios, crescimento real de 3% ao ano no número de vagas. Este ritmo diminuiu em 1998. Se fosse mantido, São Paulo poderia ter atendido 60 crianças em cada cem, em 1999. A contenção da expansão do atendimento compromete a meta fixada pelo PNE para 2008 (atendimento a 80% da população de quatro a seis anos).”	p. 11
Educação Especial	O texto aponta as dificuldades pelas quais alunos e professores portadores de necessidades especiais passam no dia-a-dia que vão desde dificuldades de acesso ocasionados por barreiras arquitetônicas, carência de recursos didático pedagógicos especiais falta de cursos de formação e capacitação para os profissionais de Educação, interferindo no processo de inclusão e permanência no mercado de trabalho dos portadores de necessidades especiais. “O Estado tem sido omissor, quando sem nenhuma discussão com a comunidade escolar coloca crianças portadoras de necessidades especiais no mesmo espaço do ensino regular como se resolvesse a inclusão.” “A APEOESP tem acompanhado professores e professoras portadores de necessidades especiais nos debates de políticas inclusivas nas suas instâncias, no processo de escolha e atribuição de aulas, no concurso de PEB II e no de Diretor de Escola garantindo de forma contundente o direito à igualdade de oportunidades. Debater a Política Educacional Inclusiva é inserir também no meio sindical APEOESP, CNTE e CUT essa questão.”	A APEOESP deve: • Lutar por políticas públicas para garantir aos portadores de necessidades especiais a igualdade de oportunidades para o exercício pleno da cidadania. • Combater a discriminação no local de trabalho e na sociedade. • Criar o coletivo de professores portadores de necessidades especiais. • Formar o Fórum dos portadores de necessidades especiais na Educação. • Abrir o debate com a sociedade civil organizada para cobrar das autoridades competentes Políticas Educacionais Inclusivas. • Lutar pela adequação das escolas na parte estrutural e material didático-pedagógico para o atendimento às portadoras e aos portadores de necessidades especiais. • Abrir o debate na categoria sobre classes especiais. • Exigir do Estado, cursos de capacitação para as educadoras e os educadores trabalharem com as crianças portadoras de necessidades especiais. • Exigir recursos para a aquisição de materiais didático-pedagógicos, adequado aos portadores de necessidades especiais.	p. 44
Telessalas	A possibilidade de adoção de tecnologias como meio para contribuir na dinamização do processo de aprendizagem dos alunos tem sido utilizado pela SE como um “fim em si mesmo”. As telessalas transformaram professores em meros monitores e “o mais grave é que são voltadas a atender justamente os alunos que não tiveram o direito de frequentar a escola na idade própria, visando a simples certificação dos alunos, sem preocupação com a qualidade”		p. 25

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
(Conjuntura) Neoliberalismo/ Globalização	Utilizando o pensamento de autores como Taylor e Milton Santos as resoluções do congresso apresentam a globalização como um processo de aprofundamento das desigualdades sociais que precisa ser enfrentado por aqueles que almejam uma outra sociedade. *Taylor, Rizvi et al., 1997, p. 76 in Stephen J. Ball - A Escola Cidadã no Contexto da Globalização- Editora Vozes - 2ª edição-1998 ** Território e Sociedade, entrevista com Milton Santos, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000	“A globalização é um complexo conjunto de processos nos quais todas as desigualdades sociais, econômicas e culturais dos Estados-nação são reconfiguradas e, de alguma forma, intensificadas. * Ela também possui um caráter autoritário, pelo qual se busca sufocar a diversidade intelectual, as divergências de opinião, as diferentes formas de atuar na vida social, o que levou o geógrafo brasileiro Milton Santos (morto em junho de 2001), a denominá-la de <i>globalitarismo</i> .** Através do papel desempenhado pela ciência e pela técnica, a globalização conseguiu materializar a ideologia, a qual nos querem fazer crer que é a <i>própria realidade</i> . Isso forma um sistema muito forte, que é preciso desmontar, através da análise e da ação política. É necessário opor à força do processo globalizado a certeza de que podemos produzir as idéias que permitam mudar o mundo.** “Então é preciso escolher as palavras fortes que produzam o discurso da mudança, que convoquem as pessoas a entrar na corrente do ‘contra’”***	p. 3
Análise dos Governos Conjuntura	Além da análise sobre as consequências da implementação das políticas de ajuste que oneraram a população e os investimentos públicos, há uma referência direta à Fernando Henrique Cardoso, considerado “um governo subserviente e alinhado”. ⁽¹⁾ O Governo Covas é caracterizado como truculento diante das medidas tomadas contra a organização sindical do funcionalismo, especialmente os professores.	“O governo Covas/Alckmin/Rose Neubauer, para aplicar seus projetos, vem investindo contra a organização dos professores, do funcionalismo público e dos trabalhadores em serviços públicos desde o início de seu mandato. Não aceitamos este tipo de política repressiva contra nosso movimento. Exigimos respeito ao direito de greve e de organização de nossa categoria e estamos por todos os meios, políticos e jurídicos, para reverter as demissões e anular os processos.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 2 ⁽²⁾ p. 27
Fórum Estadual em Defesa da Escola Plano Estadual de Educação Fórum Nacional de Lutas	A APEOESP reafirma sua participação na construção de um Plano Estadual de Educação desde 1999 através da participação no Fórum Estadual em Defesa da Escola, o que vem acontecendo à medida que a Secretaria de Educação implementa suas políticas educacionais. (cf) “Priorizar a participação no Fórum Nacional de Lutas, como instrumento privilegiado de aglutinação dos diversos setores progressistas e democráticos da sociedade na luta contra o governo neoliberal de FHC, é uma tarefa importante para o próximo período.	“A medida que a Secretaria Estadual de Educação divulga e implementa projetos e medidas parciais e fragmentários de política educacional, a APEOESP tem respondido de forma imediata e pontual a esses projetos e medidas. Ao mesmo tempo, vimos trabalhando para construir o Plano Estadual de Educação como resposta global para nos contrapormos essa política fragmentária que a S.E.E. vem implementando. Assim, nossa proposta de Plano Estadual de Educação difere da política educacional do governo tanto no método de elaboração quanto em seu conteúdo, qual seja, a construção de uma escola pública inclusiva, com qualidade social.” ⁽²⁾	p. 57
Democratização da Educação Gestão da Educação	O Conselho de Escola é defendido como essencial para a democratização da gestão da Educação e deve ser valorizado como forma de participação popular coletiva.	“Sempre defendemos o Conselho de Escola como espaço de gestão democrática e de definição das propostas político-pedagógicas que devem orientar o seu trabalho. Para isso é preciso dinamizá-los, fazendo com que os educadores, os alunos e a comunidade tenham um papel ativo.” ⁽¹⁾ “Nossa campanha de fortalecimento dos conselhos, com o lema “Conselho, o verdadeiro amigo da escola”, contrapõe-se à campanha “amigos da escola”, difundida pelo governo FHC através da rede Globo de Televisão, privilegiando o trabalho “voluntário” individual nas escolas, em detrimento do direito à participação coletiva da população na gestão escolar.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 19 ⁽²⁾ p. 26

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Verbas	Através do Centro de Estudos e Pesquisas a APEOESP conseguiu comprovar a existência de recursos financeiros suficientes para melhorar a política salarial e os investimentos na educação.	“O melhor aparelhamento técnico da entidade (inclusive com a implantação de Centro de Estudos e Pesquisas), tem possibilitado à APEOESP apresentar dados concretos que fragilizam o discurso do governo estadual e demonstram que o Estado tem recursos financeiros para atender nossas demandas, sobretudo em relação à instituição de uma política salarial única para todo o Magistério, da ativa e aposentados. Nossos dados evidenciam qual o montante desses recursos e de onde são oriundos, demonstrando que as opções do governo estadual pela manutenção da política de abonos e gratificações e exclusão dos aposentados foram (e são) opções políticas, coerentes com sua diretriz de desvalorização do funcionalismo e desmonte dos serviços públicos.	p. 22
Fundef/ Emenda 14	A avaliação é a mesma apresentada em outros documentos: A Emenda 14, que criou o Fundef, induziu à municipalização e prejudicou a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.	“A Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, induz à municipalização (e, portanto, à fragmentação) desse nível de ensino e confisca verbas que poderiam ser destinadas à Educação Infantil e de Jovens e Adultos.” ⁽¹⁾ “A reorganização do financiamento da Educação por meio de FUNDEF deixa em situação desfavorecida a Educação Infantil, a Educação de Jovens e Adultos e também o Ensino Médio, além de induzir à municipalização do ensino. Também a forma de gerir esses recursos tem propiciado a corrupção e o desvio das verbas educacionais.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 11 ⁽²⁾ p.18
Municipali- zação	O combate à municipalização é apontado como uma atividade central da APEOESP, que aumentou o número o número de membros da Diretoria e aparelhou melhor as subsedes para assegurar melhores condições, políticas e organizativas, para absorver as filiações dos professores de escolas municipalizadas, estabelecendo-se comissões específicas, para agir como interlocutoras junto a prefeitos e câmaras municipais na defesa dos direitos destes profissionais. (cf) ⁽¹⁾ Realizou a Conferência Estadual sobre o tema mês de abril, publicou a revista “Impactos da Municipalização em São Paulo”, em conjunto com a Ação Educativa e vem atuando nos municípios, através da pressão sobre os prefeitos e câmaras municipais.” ⁽²⁾	“A luta contra a municipalização do ensino tem sido uma atividade central da APEOESP. Assim, nosso Sindicato vem promovendo e participando de debates e reuniões regionalizadas.” ⁽¹⁾	⁽¹⁾ p. 22 e 26 ⁽²⁾ p. 58
Sistema Único de Educação Básica	“A APEOESP vem defendendo a criação do Sistema Único de Educação Básica, que reúna todas as escolas públicas de todos os níveis de ensino, cujos recursos sejam reunidos em um único fundo. Só assim será possível o atendimento real da demanda por vagas, a manutenção da qualidade do ensino para todos e a valorização de todos os profissionais da Educação pública.”		p. 18

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Formação Profissional Sind. e Pol. do Prof.	“A APEOESP toma como parte de suas atribuições as questões relativas à qualificação/formação profissional, combinando-as com as questões relativas às condições de trabalho e de salário. Nesse sentido, a profissionalização e a qualificação são elementos capazes de oferecer ao nosso Sindicato um vasto campo para sua atuação.”⁽¹⁾ A estratégia de formação, repensada a partir do último Congresso, traduz as metas e diretrizes mais gerais da defesa da escola pública, democrática e cidadã, num projeto de escola, no qual os professores se reconheçam, se identifiquem e se envolvam na sua reconstrução. No âmbito desse projeto de formação de professores a articulação entre formação sindical e pedagógica será efetuada a partir de dois caminhos: um de caráter teórico metodológico e outro de cunho organizativo.	Três aspectos da formação profissional requerem um posicionamento claro do Sindicato: • O primeiro refere-se à formação inicial dos professores. Há que se criar oportunidades de formação abertas às lógicas das aprendizagens dirigidas ao estudo e à resolução de problemas • O segundo refere-se à complementação da formação dos professores do primeiro ciclo do Ensino Fundamental que não têm curso superior ou têm licenciatura curta, uma exigência da LDB. O programa PEC FOR-PROF, que a SEE está implementando limita a participação apenas aos PEB I efetivos e marginaliza os ACTs, responsáveis pela formação de um número expressivo de alunos. Outra limitação do modelo implementado é que ele está baseado na Educação à distância, o que impede a interação dos formandos com os formadores e provoca um aligeiramento da formação, sem possibilidades de produção coletiva de saberes e conhecimentos, mas apenas a apresentação de conteúdos definidos <i>a priori</i>, retirando a autonomia para reorientar ou reordenar o processo de formação. • O terceiro trata da formação contínua em serviço. Ela deve estar centrada nas necessidades dos professores e das escolas e deve estar intimamente ligadas aos seus projetos político-pedagógicos. Assim, é obrigação do Estado assegurar os recursos financeiros, pedagógicos e técnicos necessários à formação, como também é obrigação dos professores participarem ativamente dos espaços e momentos da formação contínua.⁽³⁾	(1) p. 16
Diretrizes Curriculares Formação dos Prof.	A redefinição da estratégia de formação, com a preocupação de articular a formação sindical político pedagógica com novas formas de auto-realização dos professores, poderá ter efeitos de revitalização não só na qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas, mas também na organização sindical dos trabalhadores do ensino oficial, na medida em que eles forem se tornando protagonistas de novas práticas pedagógicas e construtores de novos espaços de formação e organização.	O terceiro trata da formação contínua em serviço. Ela deve estar centrada nas necessidades dos professores e das escolas e deve estar intimamente ligadas aos seus projetos político-pedagógicos. Assim, é obrigação do Estado assegurar os recursos financeiros, pedagógicos e técnicos necessários à formação, como também é obrigação dos professores participarem ativamente dos espaços e momentos da formação contínua.⁽³⁾	(2) p. 18
Projeto Reinventando a Escola	Assim, a APEOESP já realizou na área de formação sindical e profissional cursos e atividades voltadas à formação sindical básica; gestão de eventos e coordenação de mesa; tática e estratégia; formação profissional nas áreas de Geografia e Ciências e outras. Com relação à formação sindical e profissional, a APEOESP desenvolveu, entre outros, trabalhos e publicações como os Cadernos de Formação nº 6 (Retomando o Projeto “Reinventando a Escola”); nº 7 (Planejamento Escolar do ano letivo de 2000); nº 8 (Formação Profissional – curso “A geografia e sua prática pedagógica”); nº 9 (Formação Profissional – curso “Oficina de produção em ensino de ciências”); nº 10 (Planejamento Escolar do ano letivo 2001); nº 11 (Formação Profissional – curso “Oficina de produção em ensino de ciências”). (cf)⁽²⁾	Na Pauta de Reivindicações aparecem as seguintes exigências: • “Ampliação e a universalização das vagas oferecidas dos cursos de pós-graduação <i>strictu sensu</i> das Universidades Públicas, destinando-se, no mínimo, 30% aos professores que atuam na rede pública do Estado, no Ensino Fundamental e Médio. • Que o Estado promova cursos com possibilidade de participação dos professores para evolução na carreira; • Implementação da Comissão prevista na Lei Complementar nº 836/97 para realizar os estudos referentes à Regulamentação da Evolução Funcional pela via não acadêmica; • Cursos, oferecidos pelo Estado, de plenificação para os professores portadores de Licenciatura Curta; • Cursos de formação superior para os PEB I, da ativa e aposentados, oferecidos pelo Estado; • Reconhecimento, pela S.E., da equivalência entre os cursos autorizados pela Resolução 02/97 do CNE e os de licenciatura plena chamada regular.”⁽⁵⁾	(3) p. 26 (4) p.22 (5) p. 60
Centro de Estudos e Pesquisas	O Centro de Estudos e Pesquisas tem contribuído para a formação dos membros da Diretoria e conselheiros do Sindicato através da elaboração de estudos que comprovaram a existência de recursos financeiros suficientes para melhorar as condições de trabalho e de investimentos na educação. (cf)⁽⁴⁾		
Especialistas		Eleição direta dos diretores de escola – ressalvados os casos de diretores concursados – e professores coordenadores pedagógicos.	p. 60

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Plano de Carreira Jornada de Trabalho Piso Salarial	A incorporação das gratificações e o fim da política de bônus, bem como a isonomia entre ativos e aposentados é uma luta constante, na medida que estes têm sido os mecanismos utilizados pelo Governo, corroendo os salários e os direitos dos profissionais da educação. (cf) ⁽¹⁾ Uma forma de luta adotada pela entidade foi o encaminhamento de “emenda à proposta orçamentária do governo estadual, prevendo a instituição do piso de cinco salários mínimos e a incorporação das gratificações para todos o magistério, da ativa e aposentados.” ⁽²⁾ As reivindicações não atendidas no Plano de Carreira continuam fazendo parte das lutas do sindicato. Bem como se verifica o acréscimo de reivindicações ocasionadas pela forma como a Secretaria de Educação tratou os professores retirando o abono de ponto para a participação nas as eleições do sindicato e demitindo professores em consequência da greve de 2000. ⁽³⁾	• Revisão do Estatuto do Magistério visando a valorização profissional • Readmissão dos professores demitidos; • Jornada de Trabalho semanal composta de 40 horas aulas semanais, sendo 20 horas em sala de aula, 10 horas de local de livre escolha e 10 horas em trabalho pedagógico coletivo; • Retorno do abono de ponto para as eleições da APEOESP; • Ampliação do atendimento do IAMSPE em todas as regiões do Estado; • Creches para os filhos dos Professores em locais e horário adequados à especificidade da nossa profissão; • Manutenção do Adicional de Local de Exercício e sua extensão a todos os professores que trabalham em escolas localizadas em locais de difícil acesso e/ou inseguros; • Vale-refeição de R\$ 15,00 para todos os profissionais da Educação, sem discriminação de teto salarial; aumento do limite de Ufesps (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), cujo valor atual é de R\$ 9,83 e pagamento em espécie; • Organização de tempo escolar com seis aulas no diurno e cinco no noturno. ⁽³⁾	⁽¹⁾ p. 25 ⁽²⁾ p. 58 ⁽³⁾ p.60
Bônus	O Bônus é visto pelo sindicato como uma forma de desrespeito à carreira dos professores, uma vez que não incide sobre o salário base, acarretando prejuízos para a carreira, férias e aposentadorias. Além disso, serve a uma excessiva valorização quantitativa de resultados das reformas, especialmente no que se refere à aprovação, uma vez que supervisores, diretores e professores recebem de acordo com os maiores índices de promoção automática. Apesar disso, faz parte da luta a extensão dos bônus Mérito e Gestão aos aposentados. (cf)		p. 19, 55 e 59
Saúde do Trabalhador em Educ.	A principal frente de luta sobre a saúde do trabalhador é a defesa do IAMSPE. O objetivo é que este seja gerido de forma a propiciar um atendimento de qualidade para o conjunto do funcionalismo público e seus dependentes em todo o Estado.		p. 29
Aposentados	Com cerca de 135 mil associados, 30% dos quais aposentados, “a APEOESP tem realizado uma ampla mobilização em defesa dos aposentados, junto com outras entidades do funcionalismo. Temos realizando várias atividades e encontros de aposentados e aposentadas, nas subsedes e na sede central, visando a organização e conscientização desses profissionais na defesa dos seus direitos, Entre essas atividades, destacamos a Marcha Estadual dos Aposentados (agosto/2000); aprovação na ALESP de emendas da APEOESP, entre elas a que estende aos aposentados os bônus Mérito e Gestão; ajuizamento de ações judiciais, individuais e coletivas, em defesa dos direitos dos aposentados; participação nas assembleias e demais eventos da APEOESP e uma série de outras atividades de atendimento às necessidades dos aposentados e encaminhamento de suas lutas.”		p. 27

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Papel/ Desafios da Org. Sindical dos Prof.	As resoluções do 18º Congresso apresentam muitos desafios a serem enfrentados. Desafios que vão desde uma aproximação maior com a categoria ao enfrentamento das consequências do neoliberalismo para a educação e para a organização sindical, apontando na direção de uma combinação das lutas gerais dos trabalhadores e das lutas específicas da categoria.	“Como entidade sindical, podemos e devemos aumentar a consciência da categoria sobre o mundo em que vivemos, para que se possa compreender sua complexidade, sua diversidade e a dinâmica atual da política internacional, visando intercâmbios com trabalhadores em Educação de todo o mundo, articulados com a CNTE e com a CUT. Não podemos pensar a ação local como um fim, de forma isolada, mas como imediata e possível na luta contra o domínio global do neoliberalismo no marco da globalização capitalista. Numa estratégia de acumular forças, dominar instrumentos de transformação da realidade e de construir a unidade de todos os trabalhadores de forma prática em direção a um mundo melhor.” ⁽¹⁾ “Nós, professores, temos um papel importante a desempenhar neste processo de transformação social. Faz parte da essência de nossa profissão, no cotidiano escolar, a formação de cidadãos conscientes da sociedade em que vivem e imbuídos do espírito de mudança em direção a uma sociedade mais justa. Faremos uso dessa nossa experiência também como lideranças e referências em nossas comunidades. O nosso principal desafio é, portanto, reafirmar junto à sociedade nossa concepção de cidadania, conceito que anos de hegemonia conservadora reduziram a mera retórica. Para tanto, devemos combinar a luta imediata por direitos a uma retomada mais profunda de noções básicas de ética, democracia e participação popular, em direção a uma sociedade mais solidária, justa e com distribuição igualitária da renda nacional.” ⁽²⁾ No Estado de São Paulo as políticas de reforma do Estado no campo da Educação vêm se materializando no <i>enxugamento do sistema</i>, com o fechamento de escolas, a eliminação de postos de trabalho, a superlotação das classes e a demissão de professores. Isso requer uma postura de enfrentamento de todas as iniciativas da política educacional em desqualificar a escola e seus educadores. Mas também requer um investimento na direção de redefinir <i>como desenvolver o nosso trabalho</i>. ⁽³⁾ A APEOESP precisa estreitar seus laços com a base da categoria e para isso o envolvimento do Representante de Escola – RE – nas atividades do Sindicato é fundamental. ⁽⁴⁾	⁽¹⁾ p. 02 ⁽²⁾ p. 13 ⁽³⁾ p.16 ⁽⁴⁾ p.21
Papel dos Educadores	Diante dos problemas que atingem os professores como baixos salários e a precarização da carreira e dos problemas que atingem as escolas, prejudicando os alunos e também os professores, cabe a estes um papel de protagonistas na luta por mudanças na educação.	“Os professores e as escolas têm vivido dificuldades enormes. Os primeiros sofreram um rebaixamento salarial grave e uma desvalorização social de sua profissão sem precedentes e as escolas sofreram intensa deterioração e, como consequência, têm oferecido condições cada vez mais precárias para o trabalho dos professores e para o estudo dos alunos. Esses elementos apontam a necessidade de se mudar a Educação. E nesse processo os professores têm um papel determinante no desenvolvimento e êxito das transformações necessárias. São eles, em última instância, que devem decidir se querem mudar ou não.” ⁽¹⁾	⁽¹⁾ p. 14 ⁽²⁾ p. 16

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Papel dos Educadores		Hoje é imprescindível que os professores tomem para si a definição do tipo de Educação que é necessária à sociedade brasileira e batalhem pelas condições capazes de viabilizá-la. ⁽²⁾	
Concurso	A pressão para a realização de novos concursos que possibilitem a efetivação do grande número de professores ACTs continua na pauta de reivindicações.	• Concurso público para todos os professores e de todas as disciplinas, em todos os níveis; • Concurso público imediato para PEB I e PEB II, sem discriminação de disciplinas	p.60
Greve do Magistério	A greve do Magistério, considerada como a oportunidade de colocação da educação no centro das atenções, continua sendo apresentada como uma vitória dos professores mas as conseqüências dela ainda são motivos de preocupação, uma vez que a SE de não retirou as faltas dos prontosuários, mesmo após a reposição das aulas, descontou os dias parados e ainda demitiu professores, o que aumenta as dificuldades de organização da categoria.	“Contribui também para esse quadro de dificuldades a truculência do governo contra os movimentos sociais, particularmente contra os professores, como ocorreu na última greve” “Além de retirar o direito ao abono de ponto para as eleições da APEOESP, recusa-se a reconhecer o direito de greve da categoria. Em todas as nossas greves e paralisações, descontou os dias parados e mantém registro de faltas no prontuário de cada professor grevista. Após a greve de 2000, impôs um calendário de reposição de aulas prejudicial a professores e alunos e, mais grave, abriu processos contra mais de 40 professores, demitindo quatro deles: Antonio Justino, Cláudio Augusto da Costa, Marcos Roberto Menin e Cleomire Gonçalves.”	p. 21, 22 e 61
Reforma Previdenciária	A pressão sobre os parlamentares em Brasília garantiu a manutenção da aposentadoria especial aos professores. O embate agora se dá em São Paulo, uma vez que o Governador Mário Covas enviou à Assembléia Legislativa o Projeto de Reforma da Previdência Estadual que prevê o aumento das alíquotas de contribuição dos servidores públicos. Quando a APEOESP conseguiu o número de assinaturas necessárias para a rejeição do projeto a tramitação do projeto foi suspensa devido à decisão do Supremo Tribunal Federal mas o Governo Estadual não desistirá do projeto o que exigirá novas mobilizações no sentido de barrá-la. (cf)	“Além de decisiva contribuição, através de diversas caravanas a Brasília, para a manutenção da aposentadoria especial dos professores, a APEOESP desempenhou um importante papel na campanha contra a reforma da previdência estadual, em 1999, que previa o aumento das alíquotas de contribuição dos servidores públicos da Previdência estadual. Juntamente com as demais entidades do funcionalismo, a APEOESP realizou forte mobilização em todo o Estado, conquistando na ALESP os votos necessários à rejeição do projeto. Concomitantemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade da cobrança de alíquotas progressivas e contribuições dos servidores inativos para a Previdência, obrigando o governo a suspender sua tramitação.”	p. 27
Reforma Sindical/ Trabalhista		“O neoliberalismo organiza uma grande ofensiva contra os trabalhadores e suas entidades sindicais para garantir sua supremacia e intensificar a exploração e o acúmulo de riquezas. Desemprego, arrocho salarial, flexibilização de direitos, tentativa de alterar o Art. 7º da Constituição, a Proposta da Emenda Constitucional Nº 623/98, que prevê o fim da unicidade sindical são elementos de uma estratégia que visa a fragmentação do movimento social para impedir a resistência dos trabalhadores contra a perversidade do capitalismo. O significado essencial da unicidade sindical é a representação das categorias por entidades únicas. Ela tem sido um entrave aos desmandos do liberalismo, à precarização das relações do trabalho, à informalização, aos ataques, aos direitos	p. 20

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Reforma Sindical/ Trabalhista		dos trabalhadores e aos direitos sindicais. Conforme praticada no Brasil, a unicidade reforça a liberdade e a autonomia sindicais, consagradas na Constituição. É exemplo de estrutura sindical eficiente para o resto do mundo. Para atacar e destruir a unicidade e instaurar a pluralidade e a pulverização os inimigos dos trabalhadores, os liberais, têm feito de tudo para golpear o art. 7º da Constituição. Essa ofensiva exige das entidades sindicais e especialmente da CUT uma forte estruturação e organização que precisa ser construída com base na unidade das forças progressistas e de esquerda para impulsionar a luta em defesa da soberania nacional, da democracia e dos direitos trabalhistas.”	

RESOLUÇÕES DO 19º CONGRESSO – N o v / 2 0 0 3

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Concepção de Escola		“A escola pública que defendemos e queremos é uma escola de qualidade, que responda às reais necessidades dos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras.”	p. 19
Escola de Tempo Integral	Na pauta de reivindicações está a luta pelo cumprimento do artigo 34 da LDB, que define a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. No parágrafo 2º a Lei determina que, a critério dos sistemas de ensino, o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral.		p. 35
Currículo	Durante este Congresso, os professores de Filosofia, Psicologia e Sociologia fazem uma reunião na qual decidem intensificar a luta pela inclusão dessas disciplinas no currículo do Ensino Médio e toma uma série de deliberações e encaminhamentos que são incluídas nas lutas e reivindicações do Sindicato.	Algumas das deliberações: • Que a APEOESP assuma o compromisso de lutar pelas mudanças no artigo 35 e 36 da LDB, no sentido de garantir a obrigatoriedade das disciplinas Filosofia e Sociologia, como integrantes da parte comum da matriz curricular; com o conseqüente retorno da grade curricular de 97, com seis aulas no diurno e cinco no noturno; • Que a disciplina de Psicologia seja incluída nos artigos 35 e 36 como disciplina, também obrigatória; • Que a APEOESP incentive a organização de um Coletivo de Filósofos, Sociólogos e Psicólogos tomando a iniciativa de chamar uma reunião estadual para esse fim até junho de 2004; • Que a APEOESP, através das subsedes realize encontros regionais e municipais das referidas disciplinas, garantindo que essas ações realizem-se em caráter de urgência até o fim do 1o. Semestre 2004, incluindo os Encontros nas Subsedes visando o VI Encontro 2004. • Reeditar os projetos de Lei no Plano Estadual e Nacional pela obrigatoriedade dessas disciplinas em regime de urgência; • Criar projetos de lei para as redes municipais com a finalidade de incluir as disciplinas de Filosofia e Sociologia nessas redes.	
	Sexualidade (Gênero): O debate de gênero inicia-se com a avaliação do impacto das políticas neoliberais para as mulheres que “especialmente as de baixa renda. Os baixos investimentos na área social significaram mais horas nas filas dos hospitais, menos escolas, menos mulheres grávidas com direito a pré-natal, mais mortes no parto, mais horas de trabalho, jornadas cada vez mais extensas. A nossa categoria, composta por uma maioria de mulheres, sofre de forma dramática essa situação. A recente criação por parte do governo federal pode significar o início de um processo articulado de políticas públicas específicas de combate a discriminação e de valorização das mulheres.” ⁽¹⁾ Além dessa análise há posições sobre as mulheres no debate da reforma da previdência.	A Reforma da Previdência exigiu de nós uma atuação em que a defesa dos nossos direitos aliada a uma intervenção sindical propositiva garantisse ganhos. Entendemos que a CUT, CNTE e a APEOESP agiram de forma decisiva ao encaminhar a luta contra essa Reforma. A aposentadoria diferenciada em cinco anos entre mulheres e homens, longe de ser um privilégio, é uma medida compensatória. Aliás, a única que o sistema apresenta, entre tantas necessárias. Compensa apenas em parte as desigualdades vividas pelas mulheres no mercado de trabalho e o aumento da carga de trabalho doméstico na vida da maioria das mulheres em virtude da crescente e aguda irresponsabilidade do Estado pelo bem estar da sociedade. ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 10 ⁽²⁾ p. 27 ⁽³⁾ p. 35

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Currículo	Sexualidade (Gênero)(Cont.)	Algumas Resoluções: - Que a entidade desenvolva um estudo, em parceria com as universidades públicas, sobre a categoria, em especial das mulheres, fazendo levantamento de dados relacionados à saúde, sexualidade, etnia e outros temas, para elaboração de políticas específicas que sejam incorporadas às pautas de reivindicação da categoria. - Elaboração de boletins para mulheres, abordando assuntos específicos, como a Reforma da Previdência, saúde, sexualidade, violência e outros temas. - Luta por creches públicas para as crianças dos trabalhadores e trabalhadoras, inclusive no período noturno; - Luta pelo direito ao aborto em hospitais, públicos, devidamente equipados, além do acesso a métodos contraceptivos gratuitos e a tratamentos de fertilização” - Defesa e participação na luta pela aprovação de um projeto de união civil que garanta direito pleno à população homossexual - Que a APEOESP tenha uma política de construção de coletivos de gênero em todas as subsedes para que seja um espaço, onde as mulheres possam discutir a situação de opressão que vivenciam no movimento e nas escolas, combater o machismo na categoria: promover debates e cursos de temas relacionados à opressão e exploração da mulher, saúde, gênero e educação, entre outros com o conjunto da categoria – homens e mulheres (sobretudo nas escolas) - Que haja serviço de creche nas atividades do sindicato: CER, Congressos, Seminários, Encontros, Conferências Estaduais. - Estender os benefícios previdenciários aos casais homossexuais;; - Desenvolver campanhas esclarecendo sobre assédio moral; - Desenvolver programas de formação sobre relações de gênero para capacitação das mulheres; - Lutar para que o Estado garanta a todos os alunos a educação de qualidade, principalmente aqueles(as) de orientação sexual gay ou lésbica, para que ele(ela) possa entender a origem e o que causa a opressão e a discriminação social. Por isso os currículos escolares devem contemplar esta discussão em todas as disciplinas; - Criar programa específico para acompanhar juridicamente perseguições homofóbicas a qualquer professor.⁽³⁾	
	Racismo/ Etnia: Nas resoluções há um balanço da atuação do Coletivo criado nos congressos anteriores: como positivo por introduzir a discussão na atuação sindical e propiciar uma relativa aproximação do movimento negro e dos povos indígenas, mas aponta como falhas a organização de coletivos em poucas subsedes e pouca participação dos professores de base, o que termina por trabalhar em vincular o trabalho à disponibilidade e iniciativas individuais ou à organização dos eventos promovidos pelo coletivo estadual, centrado nos momentos pontuais de denúncia ou comemoração.		p. 10, 20 a 35

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Currículo	Racismo/ Etnia (Cont.) A comunicação, como reflexo desse processo, somente tem sido colocada em prática nos meses de maio e novembro. Em alguns casos, o material de divulgação chega posteriormente aos eventos. A promulgação da Lei 10.639/2003 que instituiu o Ensino da Cultura da África e dos Afro-brasileiros, reivindicação histórica do movimento negro no Brasil, coloca ao Sindicato e seus militantes um novo desafio: o da qualificação “<i>para demandas que se aproximam, na escola e na sociedade</i>” e o congresso reflete este momento e a formação dos professores para trabalhar a temática na escola passa a ser uma defesa fundamental do Coletivo Anti-racismo. A lista de reivindicações estende-se enormemente, no que diz respeito aos negros são tomadas vinte e três resoluções para serem implementadas no âmbito do sindicato e outras para serem defendidas junto aos governos nos setores de educação, saúde, habitação, segurança, mídia, religiosidade, remanescente dos quilombos e mercado de trabalho. Quanto aos indígenas há um texto em defesa dos povos originários e resoluções no sentido de subsidiar os professores para o debate da questão indígena e participação nas lutas específicas.		
	Cultura: Diferentemente dos Congressos anteriores (16º e 17º) em que o tema cultura foi debatido, neste não há deliberações, apenas um pequeno texto que defende “uma arte laica e revolucionária. (...) Por isso o papel da arte não pode ser descaracterizada como movimento sindical nem vista como apêndice em momentos propícios.”		p. 30
	Trabalho Infantil/ Criança e Adolescente: O texto apresenta dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para afirmar que “uma em cada seis crianças entre 05 e 17 anos está envolvida em algum tipo de atividade econômica em todo o mundo. O Brasil, apesar de ter retificados duas convenções que proíbem esta prática, o que não deixa de ser um importante avanço, ainda convive com índices nada animadores estima-se cerca de 7,7% de crianças e adolescentes continuam atuando em lavouras, carvoarias, olarias, mercado informal e atividades domésticas, na sua maioria, praticando trabalho penoso, insalubre e perigoso. No espaço mais rico e populoso da Federação, o de São Paulo, a situação também é preocupante, principalmente em relação a mão-de-obra infantil envolvida em atividades agrícolas e no mercado informal.” Por isso reitera a Campanha de Erradicação do Trabalho infantil através da promoção de debates sobre o trabalho infantil e a articulação de ações envolvendo a comunidade escolar para Debater os Direitos da Criança e do Adolescente, e principalmente debatendo as conquistas obtidas nesses 13 anos do ECA.. Há também um texto específico sobre a redução da maioridade penal e as seguintes deliberações: “Que a APEOESP, CUT e CNTE, juntamente com os movimentos de defesa da criança e do adolescente, organizem amplos		p. 29 e 36

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Currículo	Trabalho Infantil/ Criança e Adolescente: (Cont.) debates e campanha contra a redução da maioria penal”. - Que os governos municipais, estaduais e federal desenvolvam programas integrados de apoio às crianças e adolescentes infratores, através de medidas sócio-educativas, e àqueles/as que consomem drogas lícitas e ilícitas.” - Que os governos, através de suas secretarias de educação e do MEC ofereçam formação aos educadores/as que atuam com crianças e adolescentes em condição de risco e condições de trabalho”. - Defesa da permanência dessas crianças e adolescentes na escola pública em turmas regulares” - Prioridade de investigação nos crimes que vitimam crianças e adolescentes”		
	Juventude: O texto apresentado constata “uma deficiência grandiosa em nossa organização, que é a ausência de políticas permanentes voltadas aos jovens professores, que hoje representam um setor precarizado e marginalizado em nossa categoria.” E propõe a constituição de um coletivo de jovens professores com o objetivo fundamental de ampliar a participação e sindicalização dos mesmos reconhecendo o valor estratégico dos jovens em nossa sociedade.		p. 31
Inovações Introduzidas pela SEE	A avaliação é que as políticas educacionais são as mesmas do Governo Covas, apesar de alguma aparência de democracia pela forma de atuação do Secretário de Educação Gabriel Chalita. Medidas que tem provocado efeitos negativos como “queda na qualidade de ensino; aprovação automática dos alunos; superlotação das salas de aula; empobrecimento do currículo; fragmentação do sistema estadual – através da municipalização do ensino; demissão em massa de professores; desvalorização profissional dos trabalhadores em educação; rebaixamento salarial; quebra de direitos e tantas outras consequências negativas.” Das implementações anteriores da SEE, repete-se a posição sobre a progressão automática e são acrescentadas posições sobre a chamada “pedagogia do afeto” proposta pelo Secretário de Educação e sobre o Projeto Escola da Família.	Pedagogia do afeto: “Ao mesmo tempo, o secretário da Educação propõe metodologias inócuas, como a “<i>pedagogia do afeto</i>”, pois seu alvo é um suposto aluno “<i>ideal</i>”, de classe média, que nada tem a ver com a realidade da rede pública, onde estão muitos milhares de crianças e jovens empobrecidos, desesperançados, excluídos e lançados precocemente no mundo da violência e das drogas.” Escola da Família: “O governo também lançou, em junho, o programa “escola da família”, vincula, porém, o trabalho de monitoria nas escolas estaduais abertas nos finais de semana a uma <i>Bolsa-Universidade</i> concedida pelo Estado para 25 mil ex-alunos de escolas públicas matriculados, obrigatoriamente, em instituições privadas de ensino superior, o que representa um novo passo no sentido de fortalecer o ensino superior privado. Toda iniciativa que vise integrar a escola pública à comunidade é, evidentemente, bem-vinda. No entanto, a simples abertura de escolas à comunidade nos finais de semana, descolada do projeto político pedagógico de cada unidade escolar, nos parece mais uma jogada de <i>marketing</i> do governo. Ao invés de repassar dinheiro a instituições privadas, o Estado deveria destinar mais verbas públicas a universidades públicas estaduais, pois são elas que garantem a pesquisa acadêmica, científica e tecnológica, fator crucial para o desenvolvimento de nosso país. Nelas se desenvolvem cursos de pós-graduação que estão entre os melhores da América Latina.”	p. 18

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Permanência do aluno na Escola		Bolsa Escola: “É necessário combinar a ampliação de políticas como o Bolsa escola (inclusive adotando valores maiores) com a expansão do número de escolas, recuperação estrutural das escolas existentes, mais e melhores equipamentos pedagógicos, valorização salarial e profissional dos trabalhadores em Educação, programas de formação e atualização profissional e uma série de outras medidas que sucessivos governos vêm simplesmente ignorando”	p. 16
Número de alunos por Sala		“Máximo de 35 alunos por sala de aula, na perspectiva de um número máximo de 25 alunos no Ensino Fundamental e Ensino Médio.”	p. 35
Educação Infantil Creches Pré-escola	O texto apresenta um balanço de que a educação infantil tem sido negligenciada no processo educacional “destinado apenas à socialização das crianças de zero a seis anos ou como um serviço que o Estado presta às mães trabalhadoras, quando não têm com quem deixar suas crianças.”	“Somente uma política educacional que integre, de fato, este nível de ensino [a Educação Infantil] ao conceito geral de Educação Básica poderá assegurar o pleno atendimento, com qualidade, dessas crianças (inclusive com creche em tempo integral para os filhos das mães trabalhadoras). É necessário, também, estabelecer mecanismos eficazes de formação, capacitação e atualização, bem como remuneração digna e condições de trabalho adequadas aos profissionais da Educação infantil, de modo a assegurar que esta cumpra seu importante papel no processo de ensino-aprendizagem, enquanto etapa inicial da Educação básica.”	p. 18
Ensino Médio/ Ensino Profissionalizante	É necessário que haja mais investimentos nesta etapa da Educação Básica, uma vez que no Estado de São Paulo o número de escolas que atendem ao Ensino Médio não cresceu em relação ao aumento do número de vagas. (cf) ⁽¹⁾ O texto apresenta também um balanço de que a troca de disciplinas integrantes da Base Comum Nacional significou uma flexibilização desta. ⁽²⁾ A extinção do CEFAM é tratada como parte do Ensino profissionalizante. ⁽³⁾	“O Ensino Médio necessita de mais recursos, com a abertura de novas escolas e mais salas (sobretudo no período noturno), para que se absorva a ampla demanda de jovens saídos do Ensino Fundamental para a escola pública.” ⁽²⁾ CEFAM: “Em mais um ataque à Escola Pública, o Secretário de Educação, Gabriel Chalita, publicou uma resolução que determina a extinção dos cursos ministrados pelo CEFAMs, reforçando o processo de sucateamento do Ensino Técnico. A APEOESP em conjunto com toda a comunidade escolar não aceita que uma medida dessa importância seja tomada sem qualquer tipo de debate. Vamos continuar a nossa luta por democracia e pela manutenção e ampliação desses cursos.” ⁽³⁾	⁽¹⁾ p. 16 ⁽²⁾ p. 18 ⁽³⁾ p. 34
Supletivo/ Educação de Jovens e Adultos		“Esta é outra modalidade [Educação de Jovens e Adultos] que tem sido negligenciada, ou “resolvida” através do ensino à distância, em condições que não asseguram verdadeira formação aos alunos. Não se trata apenas de atender um maior número de jovens e adultos. É necessário que os programas educacionais sejam capazes de oferecer à população escola pública de qualidade, formando cidadãos.”	p. 17
Educação Especial	Não há uma discussão específica sobre esta. No Plano de Lutas há quatro reivindicações sobre o tema:	Reivindicações: • Desenvolvimento de programas de capacitação e atualização dos profissionais da Educação, que os habilitem a tratar adequadamente as relações raciais e a trabalhar com portadores de necessidades especiais; • Pela implementação de Políticas Educacionais Inclusivas para atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais nas escolas públicas; • Adequação da estrutura das escolas públicas e material didático-pedagógico	p. 35

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
		para o atendimento às portadoras e aos portadores de necessidades especiais; • O Estado deve garantir os cuidados especializados aos filhos das trabalhadoras em Educação portadores de necessidades especiais;	

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
(Conjuntura) Neoliberalismo/ Globalização	No texto de Conjuntura Internacional e no de Política Sindical o tema é discutido permeado por citações de intelectuais apontando na perspectiva de crise do modelo neoliberal no cenário internacional e a necessidade do enfrentamento deste em São Paulo.	“Esse modelo, [neoliberal] apesar da sua força ideológica e de propaganda, tem provocado uma profunda estagnação mundial e vem sofrendo nos últimos anos uma séria crise de legitimidade. Enquanto a economia mundial atravessa um período de recessão, países que implementam modelos alternativos, como a China e a Malásia, têm alcançado expressivos índices de crescimento. A Argentina, que foi pioneira em aplicar as lições do FMI e seu esquema liberalizante, teve que enfrentar uma crise econômica e social sem precedentes em sua história, que desarticula, inclusive, o funcionamento de suas instituições. O outrora infalível modelo neoliberal sofre hoje sérias restrições, motivando cínicas críticas do próprio Fundo Monetário Internacional, que se apressa em constituir um novo “Consenso de Washington”. A globalização capitalista neoliberal ampliou a pobreza mundial, aprofundou o nível de concentração de renda interpaíses e, paradoxalmente, gerou economias cada vez mais fechadas e protegidas por generosos subsídios. A liberalização dos mercados é uma receita recomendada pelas potências capitalistas aos países pobres, mas não admitida em seus próprios territórios, ao mesmo tempo em que as fusões entre empresas multi e transnacionais causam oligopolização e desemprego em todo o mundo.” “É preciso barrar o projeto neoliberal. As forças que se opõe ao neoliberalismo precisam intensificar a luta contra a política aplicada por Alckmin no Estado de São Paulo, perseguir atentamente os passos desse governo, denunciando as práticas neoliberais, suas posturas autoritárias, criticando publicamente seus compromissos com forças conservadoras.”	
Análise dos Governos	A vitória de Lula nas presidenciais é atribuída ao apoio dos movimentos populares e da CUT responsável por “despertar no nosso continente e no mundo em geral enormes expectativas sobre a construção de um projeto verdadeiramente alternativo e permanente.” É considerada também “a síntese de todas as lutas dos setores oprimidos” ⁽¹⁾ Na continuidade do texto são apontadas as limitações do governo que, para ter apoio no Congresso, reúne um leque muito diversificado de alianças formado desde representantes da esquerda revolucionária até representantes do grande capital. Passados dez meses de governo a política cambial é apontada como “contraditória com as expectativas de mudança na política econômica”. Há o alerta sobre a necessidade de mudança de rumos desta, mas o fato de as estatísticas apontarem uma retomada do emprego é		⁽¹⁾ p. 6, 7, 8, 9, 10

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
	colocado, assim como a estabilidade do câmbio, a redução do risco país, controle da inflação podem servir para “criar condições para uma redução consistente da taxa de juros, que pode significar um novo ciclo de desenvolvimento e distribuição de renda.” (cf) Já em São Paulo a análise é de governo Alckmin caminha na direção de aprofundar o projeto neoliberal iniciado por Covas, preparando-se para candidatar-se à presidência da república. Apesar da propaganda graves problemas não foram resolvidos como a Febem, o caos na saúde e na educação e o grande déficit educacional. Tudo isso “combinado com a tentativa de desqualificação e fragmentação de nosso Sindicato”		
Movimento em Defesa da Escola Pública Plano Nacional de Educação Plano Estadual de Educação Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública Fórum Nacional de Lutas	A APEOESP faz um balanço de sua participação para a elaboração do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira através do CONED (do Congresso Nacional de Educação) e apresenta sua contribuição através da promoção de plenárias, reuniões, debates e discussões sobre o Plano Estadual de Educação, “recusando-nos, ao mesmo tempo, a participar do processo originalmente implementado pela Secretaria Estadual de Educação sobre o tema, pois o mesmo reduzia o debate a apenas três dias e era restritivo à participação de professores, pais e alunos.” ⁽¹⁾ Mais à frente no texto (p. 33) o sindicato volta à defesa da necessidade de fortalecimento do Fórum Nacional de Lutas como forma de conquistar a “hegemonia política, cultural e moral (valores) no interior das sociedades democráticas”	Desde 1999 a APEOESP vem se empenhando na formulação de propostas para o PEE, o qual deve configurar uma política educacional que ultrapasse os limites de um governo, mas que seja uma política de Estado para a Educação. Como método de construção deste PEE, participamos ativamente da rearticulação do FEDEP (Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública), reunindo entidades de educadores, estudantes, movimentos sociais, entidades sindicais e da sociedade civil. Também temos participado da luta pela derrubada dos vetos do ex-presidente FHC a tópicos importantes do PNE que foi finalmente aprovado (entre esses pontos, a destinação de 7% do PIB para a Educação – o PNDE previa 10%). ⁽¹⁾ “O Plano Estadual de Educação significa a consolidação de uma política educacional que estabelecerá diretrizes para todas as escolas públicas do Estado de São Paulo. Um Plano Estadual de Educação deve ser democrático e emancipador, com o objetivo de garantir qualidade para todos os alunos da escola pública, especialmente para os filhos dos trabalhadores e trabalhadoras, que têm sofrido com a deterioração da Educação Pública em São Paulo, promovida nos últimos dez anos pelos governos Covas/Alckmin. Assim, portanto, ele deve significar uma total contraposição à atual política educacional, que vem se apoiando cada vez em convênios e parcerias com a iniciativa privada, enquanto o Estado descumpre suas obrigações constitucionais para com a Educação Pública. Nessa perspectiva, o Plano Estadual de Educação deve ser produzido fundamentalmente por aqueles que vivem o cotidiano escolar, que formulam e aplicam a proposta pedagógica da escola.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 15 ⁽²⁾ p. 19
Erradicação do Analfabetismo		“Outra prioridade deve ser o combate ao analfabetismo. Nosso país possui mais de 30 milhões de “analfabetos funcionais” (pessoas com menos de quatro séries de estudos concluídas), considerando a população de 15 anos ou mais. É muito difícil se falar em cidadania num contexto como esse. O Estado precisa mobilizar esforços e recursos para combater o déficit social e educacional. Da mesma forma, deve propiciar a todos os brasileiros que não tiveram oportunidade de estudar em idade própria condições de fazê-lo, através da Educação de Jovens e Adultos.” Esta é outra modalidade que tem sido negligenciada, ou “resolvida” através	p. 17

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
		do ensino à distância, em condições que não asseguram verdadeira formação aos alunos. Não se trata apenas de atender um maior número de jovens e adultos. É necessário que os programas educacionais sejam capazes de oferecer à população escola pública de qualidade, formando cidadãos.	
Verbas Públicas	Aplicação imediata de 7% dos recursos do PIB na educação, com perspectiva de chegar a de 10%, como forma de melhorar as condições da escola.		p. 16
Fundef/ Emenda 14	A avaliação é a mesma apresentada em outros documentos: o Fundef, induziu à municipalização que sofreu oposição da APEOESP e outros setores da sociedade civil organizada e defende o Sistema Único de Educação Básico como opção à municipalização.		p. 18
Municipalização Fórum Estadual de Combate à Municipalização	O combate à municipalização é apontado como uma atividade central da APEOESP, combate que é feito através de movimentos para impedir ou fazer recuar a municipalização e, onde ela já ocorreu há luta para “preservar e ampliar os direitos dos professores municipalizados dos ACTs, ameaçados com a perda do emprego e dos professores das próprias redes municipais.” Propõe também a criação do Fórum Estadual de Combate à Municipalização. (cf)	“Um de nossos principais eixos de luta é, hoje, contra a municipalização do ensino. Lutamos contra a fragmentação da rede estadual e em defesa da qualidade de ensino e do amplo acesso da população à escola pública.” ⁽¹⁾ “Devemos criar um Fórum Estadual de Combate à Municipalização que, além de manter nossa luta em oposição ao atual processo, deve propor alternativas e exigir, por parte dos Municípios que assinam convênio de municipalização com o Estado, o cumprimento do artigo 34, parágrafos 1º e 2º da LDB, que regulamenta o ensino público em período integral.” ⁽²⁾	⁽¹⁾p. 13 ⁽²⁾p. 33
Sistema Único de Educação Básica/ Sistema Nacional de Educação	O documento apresenta a mesma formulação dos documentos anteriores: a defesa de um “Sistema Nacional de Educação no qual as responsabilidades serão compartilhadas entre União, Estados e os Municípios, em regime de colaboração.”	“Em oposição à municipalização do Ensino, a APEOESP propõe a organização do Sistema Único e Público da Educação Básica, coerente com nossa visão de que educação infantil, ensino fundamental e ensino médio são etapas inseparáveis de um mesmo processo de formação do aluno. Esse Sistema deve englobar todas as escolas dos três níveis de ensino, independente de serem municipais ou estaduais; ser sustentado pelos recursos vinculados constitucionalmente nas três esferas de governo; ser gerido democraticamente, com a participação dos vários segmentos sociais organizados. O Sistema Nacional de Educação terá como desafio fundamental melhorar a escola pública, num contexto no qual a pobreza e as deficiências da escola são os principais motivos da evasão escolar.”	p. 16 e 18

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Formação Profissional, Sind. e Pol. do Prof.	O texto expõe a visão de formação que os professores devem ter e repete as mesmas reivindicações do Congresso anterior.	A formação dos profissionais da Educação para ser entendida na perspectiva social há de ser posta no rol das políticas públicas como um direito dos que atuam na escola. Compõem, por isso, juntamente com a carreira e a jornada de trabalho – que por sua vez devem ser vinculadas à remuneração – os elementos indispensáveis à implementação de uma política de valorização profissional que contribua, tanto para o resgate das competências dos educadores, como para a (re)construção da escola pública de qualidade.	p. 17 e 35
Especialistas	É mantida a defesa do Congresso anterior de “eleição direta dos diretores, ressaltados os casos de diretores concursados.” acrescida pela luta pelo fim do Concurso para diretor e supervisor.		p. 34 e 35
Papel dos Funcionários no Processo Educativo	O texto não discute o papel dos funcionários no processo educativo mas aponta a falta de políticas públicas para sua profissionalização, em âmbito estadual e nacional.		p. 17
Plano de Carreira Jornada de Trabalho e Piso Salarial	Assim como no Congresso anterior, as reivindicações não atendidas no Plano de Carreira continuam fazendo parte das lutas do sindicato. Às reivindicações anteriores são acrescentadas outras que podem ser sintetizadas na luta por um “plano de reposição salarial para alcançar o piso do DIEESE e por uma política salarial única para todo o magistério, da ativa e aposentados.”	Abaixo as reivindicações que foram incorporadas em relação ao Congresso anterior: • incorporação imediata das gratificações, com extensão aos aposentados; • extensão dos bônus mérito e gestão aos aposentados; • aumento salarial já!, piso de cinco salários mínimos para PEB I – jornada de 24 horas semanais de trabalho – na perspectiva do piso do DIEESE; • política salarial única para todos os integrantes do magistério, da ativa e aposentados; • igualdade de salário entre o PEB I com formação superior e o PEB II; • redução da jornada de trabalho sem redução salarial; • manutenção do Adicional de Local de Exercício e sua extensão a todos os professores que trabalham em escolas localizadas em locais de difícil acesso e/ou inseguros; • garantia dos direitos previstos no Plano de Carreira; • revisão do Estatuto do Magistério, visando a valorização profissional; • concurso público imediato para todos os professores e de todas as disciplinas, em todos os níveis; • imediata implementação da Regulamentação da Evolução Funcional pela via não acadêmica para progressão na carreira, conforme estudos da Comissão prevista na Lei Complementar nº 836/97. • atribuição de aulas centralizada nas DREs, inclusive a escolha de aulas durante o ano.	p. 33 e 34
Bônus	Ao mesmo tempo em que há posição contrária ao Bônus porque ele não incide sobre a carreira do professor e é utilizado como forma de pressão sobre os professores continuam as reivindicações para a extensão deste aos aposentados.		p. 34

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Saúde do Trabalhador em Educ.	O texto do Congresso apresenta um balanço das difíceis condições de trabalho dos profissionais de educação que terminam por transformar o trabalho educativo num trabalho penoso, que provoca vários danos à saúde desses profissionais. São tomadas como deliberações o estabelecimento de convênios com profissionais para acompanhar problemas específicos da profissão e a luta para que doenças como LER, Síndrome de Bournout e doenças da voz sejam diagnosticadas e tratadas como doença profissional. Além dessas destacamos algumas resoluções sobre o tema. (cf)	Resoluções: - Criação em todas as subseções de uma comissão da saúde que esteja comprometida em acompanhar a saúde dos professores; - Criação de uma comissão de saúde dentro da Secretaria de Políticas Sociais para acompanhamento, no IAMSPE, nos órgãos oficiais buscando levantar diagnóstico e elaborar políticas públicas. - Criação do Coletivo da Saúde do Professor, - Que o IAMSPE garanta todos os atendimentos previdenciários e tratamentos necessários ao professor. - Criar um coletivo que possa implementar políticas específicas na categoria para os portadores de necessidades especiais, visando a inclusão dos companheiros e companheiras.	p. 26 e 35
Aposentados	O texto defende a necessidade de que a APEOESP dê uma atenção toda especial ao professor aposentado, visto que são quase 30% dos associados ao Sindicato. A APEOESP deve proporcionar um atendimento personalizado criando as condições necessárias para satisfação das necessidades de convívio, saúde e lazer. Para o associado aposentado faz-se necessário realizar um grande debate apontando alternativas de ação sindical que valorize sua participação e experiência. A APEOESP deverá ter como objetivo a melhor e mais eficiente maneira de atrair professor aposentado para as lutas da categoria e definição de políticas para o sindicato.	Algumas das Resoluções: • Manter e garantir as reservas de, no mínimo, 10% das vagas destinadas à participação em congressos e outros fóruns de discussões na entidade; • Ampliar os departamentos de aposentado em todas as subseções; • Inserir os aposentados em todas as discussões sobre a previdência; • Lutar pela manutenção da paridade entre os professores da ativa e aposentados; • Elaborar e encaminhar bimestralmente um boletim atualizado para todos os aposentados; • Reproduzir nas subseções as atividades desenvolvidas na sede central tais como coral, curso de pintura, artesanato, e outros; • Conscientizar o professor aposentado que toda luta do pessoal da ativa reflete também na vida dos aposentados;	p. 31
Papel/ Desafios da Org. Sindical dos Prof.	Na análise da conjuntura nacional, a resolução do Congresso traz uma análise das mudanças pelas quais o sindicalismo passou nas últimas décadas, referendados por Queiroz (2003)*, transcritas ao lado. As dificuldades impostas pelo de Geraldo Alckmim reforça a necessidade de um maior investimento, por parte do sindicato “na politização. Intensificar o debate nas escolas como forma de concentrar forças e derrotar a política nefasta deste governo.” ⁽¹⁾ *Queiroz, Antônio Augusto de. O papel do movimento sindical no Governo Lula. DIAP. 25/02/2003	“O movimento sindical, no período pós-64, passou por duas fases importantes (de contestação e reivindicação) e agora ingressa numa terceira que não basta ser contra e reivindicar, é preciso formular e apresentar alternativas. A primeira fase foi de contestação ao regime militar, quando todas as forças democráticas se uniram para derrotar a ditadura. A segunda, com a força acumulada pela derrota da ditadura, foi de reivindicação corporativa, quando algumas categorias, por sua condição privilegiada com o poder de pressão (política ou financeira) sobre o governo e os patrões, ganhou além do razoável. A terceira, que coincide com a eleição de Lula, será desafiadora porque além da combatividade, exige também criatividade e participação. “Portanto, a diferença fundamental de atuação do movimento sindical no Governo Lula é que ele será desafiado a exercer aqueles papéis ou funções (organizar, representar e lutar) nas dimensões sociais, econômicas, políticas e jurídicas, inclusive com participação ativa nos fóruns e instâncias de debate e formulação de políticas públicas para o mundo do trabalho.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 14 ⁽²⁾ p. 12

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Concurso	Mantém a defesa de “concurso público imediato para todos os professores e de todas as disciplinas, em todos os níveis”		p. 34
Greve do Magistério		“Para derrotar o governo Alckmin e sua política neoliberal, só com greve dos trabalhadores em educação. Logo após o XIX Congresso, realizar uma grande campanha nas escolas apontando a necessidade de nos mobilizarmos e entrarmos em greve contra a política de Alckmin”	p. 33
Reforma Administrativa Reforma Previdenciária Reforma Sindical/ Trabalhista Reforma Tributária	Há uma indicação da participação da APEOESP, através da CUT, e a posição desta com relação às reformas. Em São Paulo, apesar da mobilização o governador conseguiu aprovar o aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo em 5%. (cf) ⁽³⁾	“As Reformas da Previdência e Tributária também devem expressar esse sentimento de mudança. Cabe à CUT e aos Sindicatos comprometidos com um serviço público de qualidade estabelecer um debate sobre as reformas, que não pode se limitar a um viés meramente econômico, destinado tão somente ao equilíbrio do sistema, manifestando-se contra qualquer modalidade de reforma que retire direitos dos trabalhadores e que não tenha como objetivo incorporar os milhões de brasileiros desprotegidos de qualquer sistema de proteção previdenciária. Aos trabalhadores interessa um sistema previdenciário único, solidário e universal para todos e de caráter contributivo e benefícios claramente estipulados. A administração deve ser democrática, composta por representantes do governo, empresários, trabalhadores e aposentados; com acesso a todas as informações e com poder de decisão. Uma reforma que resgate o conceito de Seguridade Social consagrado na constituição de 1988 em sua plenitude.” ⁽¹⁾ “Na Reforma da Previdência, além de participarmos da luta geral pela garantia dos direitos de todos os trabalhadores e do funcionalismo público em particular, lutamos, sobretudo, para que seja assegurada aos professores do ensino básico – infantil, fundamental e médio – a aposentadoria especial a que têm direito, tendo em vista as especificidades da profissão.” ⁽²⁾ Com relação à Reforma Sindical e Trabalhista, a concepção da CUT, desde sua fundação, é de que a superação da estrutura sindical oficial será fruto de um movimento articulado entre as iniciativas para a transformação dos sindicatos, a construção da estrutura da CUT e as alterações no marco institucional legal. Assim nossa central buscará garantir a instituição do Sistema Democrático de Relações de Trabalho - SDRT; e na reforma trabalhista, alterações da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, baseadas na ampliação do atual patamar de conquistas e de direitos já assegurados para os trabalhadores. ⁽²⁾ A Reforma Tributária pretende resolver as graves distorções e desequilíbrios entre os diversos entes da Federação, acabar com a guerra fiscal – que significa uma sistemática transferência de recursos públicos para o setor privado – e criar uma legislação nacional para o ICMS. Alguns princípios são fundamentais, como progressividade, a simplificação do sistema tributário, o fim dos impostos em cascata e mecanismos institucionais de combate à sonegação e à evasão fiscal. A reforma deve melhorar a eficiência econômica, melhorar a competitividade do país, reduzir as desigualdades sociais, desonerando o trabalho, o setor produtivo e as exportações; criando condições sólidas para o desenvolvimento econômico e a geração de empregos, fortalecendo o Estado e sua capacidade de investimento. Por sua importância, a reforma tributária torna-se prioritária. ⁽¹⁾	⁽¹⁾p. 9 ⁽²⁾p. 12 ⁽³⁾p. 15

RESOLUÇÕES DO 20º CONGRESSO – Nov/2004

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Escola de Tempo Integral	Mencionada como reivindicação dentro dos eixos do Plano de Luta	“Pela regulamentação e implementação do artigo 34 da LDB – período integral para ensino fundamental.”	p. 39
Currículo	Mencionado como reivindicação dentro dos eixos do Plano de Luta:	• O retorno da grade curricular de 97, com seis aulas no diurno e cinco no noturno; • Um currículo que contemple todas as áreas do conhecimento como Filosofia, Sociologia e Psicologia;	p. 39
	Sexualidade (Gênero): As resoluções deste Congresso dedicam um espaço importante à diversidade sexual e aponta a luta organizada como possibilidade de “construção de uma sociedade que supere o preconceito e a discriminação contra a diversidade sexual, mas esta é uma tarefa não apenas desse segmento, mas de todos e todas que almejam um mundo efetivamente democrático, justo e igualitário” Neste sentido “A CUT e seus sindicatos filiados, notadamente a APEOESP, acertadamente participaram da Parada de São Paulo/2004, acenando a sua preocupação com a situação de discriminação sofrida pelos trabalhadores e trabalhadoras homossexuais em seus locais de trabalho.” São tomadas um conjunto de resoluções sobre o tema para serem aplicados no que diz respeito à saúde, educação, cidadania/trabalho, cultura/educação, aposentados, comunicação e visibilidade e pesquisa. Diferentemente de outros congressos, neste não deliberações de ações que o sindicato deverá desenvolver no decorrer do ano sobre as questões da mulher. Há um texto que faz um balanço sobre a condição da mulher na sociedade que chega à conclusão que “enquanto trabalhadoras em educação, devemos reconhecer a escola também como um espaço de construção, de relações entre mulheres e homens através de uma pedagogia não-sexista. Esta pedagogia deve promover o debate sobre as diferenças de gênero e que busque ações que combatam as discriminações nas diferentes formas de violência (física, sexual, doméstica, psicológica e violências simbólicas), bem como que possibilitem a participação das mulheres em condição de igualdade com os homens. A APEOESP deve desenvolver projetos que sensibilize a categoria a utilizar as escolas como espaços de debates para as questões como os direitos e situação das mulheres no Brasil e no mundo.”	Algumas das deliberações sobre diversidade sexual: • Incentivar e apoiar a pesquisa sobre saúde mental dos professores e professoras homossexuais e de suas doenças psicossomáticas; • Implementar junto aos Planos de Saúde conveniados com a APEOESP a decisão da justiça de incorporar os companheiros e companheiras dos filiados homossexuais como dependentes nos planos de saúde; • Lutar para que o IAMSPE acate a decisão da justiça de incorporar os companheiros e companheiras dos homossexuais funcionários públicos estaduais como dependentes. • A ação primordial da Educação deve ser a luta pela implementação de um Programa de Orientação Sexual da Secretaria Estadual de Educação. É necessário que se adotem medidas de capacitação dos professores da rede estadual de ensino, com o objetivo de interferir na cultura que omite a homossexualidade nas escolas; • A APEOESP deve elaborar um Projeto Pedagógico de Orientação Sexual voltado para o professor e a escola, com cartazes, filmes, literatura, etc; • Incentivo e fomento de políticas de combate a homofobia nos ambientes de educação formal, em todos os níveis, através da capacitação dos profissionais de educação, ampliando o debate sobre orientação sexual e incluindo a homossexualidade como uma alternativa saudável e legítima de manifestação afetivo sexual do ser humano; • Promover cursos de capacitação para os funcionários do sindicato visando um atendimento qualificado aos homossexuais; • Criar programas específicos para acompanhar juridicamente perseguições homofóbicas a qualquer professor(a); • Incentivar a criação de programas destinados a acolher professores e professoras homossexuais da terceira idade, proporcionando-lhes ocupação e lazer compatíveis com suas condições físicas e mentais; • Promover artigos no jornal da entidade de combate à discriminação por orientação sexual;	p. 29 a 32

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Currículo		- Realização de suplementos alusivos ao 28 de junho (Dia do Orgulho Gay) e ao 29 de agosto (Dia da Visibilidade Lésbica); - Participar e apoiar a realização da Parada do Orgulho GLBT/SP. - Criação do Núcleo de Estudos à Cidadania Bi e Homossexual, com o objetivo de reunir dados, compor estudos e propor soluções para violências e discriminações praticadas contra professores e professoras gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais.	
	Racismo/Etnia: Mais uma vez as deliberações são precedidas de um balanço negativo da atuação dos Coletivos, o que demonstra que todas as correntes políticas do sindicato reconhecem as falhas São elas: “poucas as subsedes que organizam os coletivos. Ainda há pouca participação dos professores na base. O trabalho tem ficado vinculado à disponibilidade e iniciativas individuais de professores (as) ou à organização dos eventos promovidos pelo coletivo estadual, centrado nos momentos pontuais de denúncia ou comemoração. A comunicação, como reflexo desse processo, somente tem sido colocada em prática nos meses de maio e novembro. Em alguns casos, o material de divulgação chega posteriormente aos eventos.” Este Congresso acontece depois da realização do sexto encontro do Coletivo Estadual Anti-racismo. Nas resoluções deste Encontro, que foram encaminhadas e referendadas pelo Congresso, está a defesa das cotas e a preocupação central continua sendo a demanda pela formação de professores no que diz respeito à implementação da Lei 10.639/2003. Importante é marcar também a cobrança feita pelos indígenas para que o coletivo faça uma auto avaliação, buscando evitar a “<i>substituição de um racismo por outro</i>” e reivindica um “<i>coletivo anti-racismo plural</i>”, uma vez que entendem que este coletivo centra suas discussões nas questões referentes ao negro, ignorando ou deixando de lado outras etnias constituintes da história do Brasil. Neste Congresso foram realizadas reuniões do Coletivo dos Professores de Filosofia, Sociologia e Psicologia e do Coletivo Anti-Racismo, estas foram chamadas de “Reuniões dos Setoriais” e suas deliberações foram consideradas resoluções congressuais.	As deliberações da reunião do Coletivo anti-racismo foram: - Solicitar audiência com o Secretário da Educação para discutir a implementação da Lei 10.639/03; - Realizar um seminário de dois dias em fevereiro de 2005, com espaço para troca de experiências, realização de oficinas e discussão das formas de organização dos coletivos regionais; - Produzir material pedagógico, referente à questão racial; - Realizar parceria/convênio com o GRUHBAS, para formação/capacitação dos(as) professores(as); - Fazer levantamento das subsedes que já formaram coletivo anti-racismo e relatar sobre seu funcionamento; - Elaborar proposta de regimento interno para os coletivos regionais; - Solicitar às subsedes, pesquisa, junto aos professores(as), dos projetos que estão sendo desenvolvidos nas escolas e enviá-las à Secretaria de Políticas Sociais; - Que não seja realizado o Congresso da APEOESP na Semana da Consciência Negra. Às resoluções desta reunião a Plenária de Políticas Permanentes acrescentou as seguintes: - Reorganização dos Coletivos regionais; - Garantir a participação de forma organizada nos eventos da CUT, da CNTE e outros vários eventos como as Conferências Municipais, Estadual e Nacional de Promoção da Igualdade Racial.	p. 31, 34, 35, 41
Inovações	Após uma exposição que sintetiza as inovações introduzidas pela SEE nestes anos (as mesmas posições já apresentadas nos Congressos anteriores) o texto traz o seguinte balanço: “A reforma educacional em São Paulo fez-se com a resistência possível. Reforma em cujo centro encontra-se sua mercantilização e a transferência do direito à educação para a sociedade civil, no processo que denominamos de privatização política. Hoje, passados, mais de oito anos e com os elementos históricos que se tornaram mais precisos, pode-se afirmar que não se tratava	Saresp: (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) Prioriza aspectos quantitativos em detrimento do qualitativo. A avaliação deve ser concebida como uma forma de reorientar a política educacional e não simplesmente como um instrumento excludente e discriminatório. O Secretário Estadual de Educação considerou que 74% de alunos alfabetizados é um excelente resultado. É uma afirmação lamentável, sobretudo se considerarmos que, destes, apenas 53% sabem escrever um texto. (cf). “O governo age de forma irresponsável ao afirmar que, através do	⁽¹⁾p. 15 ⁽²⁾p. 17 ⁽³⁾p. 39

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
	de razões pedagógicas, mas de medidas necessárias para as mudanças que far-se-iam na esfera educacional paulista na direção da desconcentração educacional sob o disfarce da descentralização induzida pelo FUNDEF.” ⁽¹⁾	SARESP é possível acompanhar e avaliar o processo de ensino-aprendizagem de todas as crianças das escolas públicas.” ⁽²⁾ Progressão Continuada: Continuar a luta em busca de “um projeto de progressão continuada que leve em consideração todo o projeto ensino aprendizagem e que não sirva apenas para as estatísticas oficiais” ⁽³⁾	
Evasão e repetência	A evasão e a repetência são vistos como consequência da incapacidade da escola garantir o direito de igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos e também como fruto da cultura de exclusão que permeia as relações escolares, servindo para selecionar e excluir os mais pobres.	“No entanto, os índices de evasão e repetência revelam que a escola não está estruturada para garantir esse direito [igualdade de condições para o acesso e permanência]. Permeada pela cultura da exclusão, a organização tradicional da escola tem servido para selecionar e excluir os alunos das camadas mais pobres da população. Muitos dos quais não conseguem se quer uma vaga nas escolas públicas. Nesse sentido, o alto índice de analfabetismo e o semi-analfabetismo são sintomáticos.”	p. 39
Acesso/ Permanência do aluno na Escola		“A luta pelo direito de todos à educação, na atualidade brasileira, não se limita ao acesso à escola, nem somente à permanência durante os oito anos do ensino obrigatório (...). O acesso e a permanência são aspectos fundamentais que precisam ser garantidos pelo Poder Público. No entanto, cursar o ensino fundamental com qualidade faz parte desse direito. Por isso defender educação para todos implica defender educação de qualidade para todos.”	p.39
Violência nas Escolas	A campanha “Paz nas Escolas” que já vinha sendo desenvolvida pela APEOESP ganha fôlego com a resolução aprovada no 4º Congresso Mundial de Educação, “que destaca a defesa dos princípios e direitos humanos universais e a paz como um valor fundamental da humanidade”.	Como desdobramento da campanha em defesa da paz são tomadas as seguintes deliberações: • Articular com a sociedade civil encontros e debates na perspectiva de apontar soluções; • Continuar produzindo materiais como o slogan “queremos Paz nas escolas, no Brasil e no mundo”; • Desenvolver uma pesquisa sobre a real situação em São Paulo para contrapor os dados do governo estadual; • Produzir teleconferências com outras entidades sindicais; • Indicar um dia estadual pela paz nas escolas, no Brasil e no mundo, com caminhadas e reivindicar do governo estadual abono de ponto para a participação dos professores e alunos; • Participar da campanha pelo desarmamento, com debates nas escolas e nos bairros sobre a importância da participação.	P. 38

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Neoliberalismo Globalização	A eleição de Vázquez no Uruguai, “as manifestações em Seattle, em dezembro de 1999, as gigantescas manifestações contra a guerra do Iraque e a realização do Fórum Social Mundial, em Mumbai,” são apontadas como exemplos de possibilidade de superação de neoliberalismo e de construção de um novo mundo, que precisa ser construído através da oposição à força do processo de globalização, buscando “formas cosmopolitas de democracia.” que complementem as democracias nacionais, estabelecendo, com a participação e o consentimento expresso dos diretamente interessados, formas transacionais de governo e de cidadania.		p. 7 e 8
Análise dos Governos (Conjuntura)	No âmbito do Governo Federal “a correlação de forças desfavorável á esquerda no Congresso nacional e nos governos estaduais’ são apontadas como responsáveis pela necessidade de o governo ampliar seu leque de alianças, buscando apoio na centro-esquerda. A contraposição “ao legado neoliberal, às pressões das elites e do capital devem ser contrabalançadas com a mobilização dos sindicatos e do movimento popular. A governabilidade não pode se limitar ao jogo institucional no Parlamento, mas deve ser substantiva, incorporando a sociedade, apostando e potencializando a mobilização social.”⁽¹⁾ Mais à frente, no texto de Políticas Educacionais há uma avaliação mais dura do Governo Lula, visto como uma “continuidade dos mesmos padrões de FHC no que se refere ao capital financeiro nacional e internacional, daí porque lemos reiteradamente na mídia os elogios das agências multilaterais à política econômica do governo Lula, bem como em relação aos expedientes utilizados para a contenção da inflação. (...) Por outro lado, ainda que com uma redesenhada sociedade civil, Lula procura diálogo para governar, mostrando, neste caso, uma ruptura com FHC. (...) A articulação política de Lula entre capital nacional e trabalho, buscando produzir uma cultura política de negociação em direção ao consenso, do qual emergiria o crescimento econômico sustentável e um maior cacife para o embate com o capital financeiro nacional e internacional amalgamados com o produtivo, as assertivas tornam-se pólos opostos de uma contradição.” “Em acréscimo, deve-se considerar o enfraquecimento das entidades que mediavam as relações entre a sociedade e o Estado, bem como a emergência das <i>Organizações Não-governamentais</i> como interlocutoras e mediadoras das duas instâncias. Esse movimento que chamamos de <i>privatização política</i>, que de outra forma enfraquece sobremodo as instituições políticas e sindicais, impondo-lhes uma estratégia de travessia na atual conjuntura, ainda que premida pelas reivindicações de suas bases, igualmente difícil tarefa para tais instituições.”⁽³⁾ “Em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin exerce uma espécie de governo de ‘baixa intensidade’, abrindo mão de um papel ativo na regulação econômica e social e na promoção de uma política séria de inserção social e ampliação de cidadania.” São apontados problemas não solucionados pelo governo como a crise na FEBEM (sob responsabilidade do Secretário de Educação), os problemas envolvendo a (falta) de segurança pública, o endividamento crescente do Estado. (cf)⁽²⁾		⁽¹⁾p. 9 ⁽²⁾p. 11 ⁽³⁾p. 13

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública Plano Estadual de Educação	A APEOESP coloca-se como rearticuladora do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, que elaborou um Plano Estadual de Educação (PEE) democrático e emancipador.	“A APEOESP rearticulou o FEDEP e, em conjunto com as demais entidades do Fórum, elaborou um Plano Estadual de Educação (PEE) democrático e emancipador, que permite lutar por uma educação de qualidade, em contraste a uma política de exclusão, materializado no PEE do Governo do Estado.”	p. 24
Democratização da Educação Gestão da Educação	Para o Sindicato a democratização da escola é uma opção política, uma opção daqueles que acreditam ser possível alterar nossa realidade social injusta mas possui aspectos diversos e complexos.	“A democratização da educação é uma das lutas históricas de todos aqueles que acreditam ser possível alterar nossa realidade social injusta. Nesse sentido, ela é uma opção política, avessa a tecnicismos ou mudanças meramente burocráticas e visa enfrentar e superar dificuldades construídas ao longo dos tempos e que acabaram por se sedimentar em nossas instituições e nas relações interpessoais. Porém, a democratização possui diversos e complexos aspectos que constituem um todo indissolúvel, e no qual a exclusão de um dos fatores pode inviabilizar a proposta.”	P. 39
FUNDEF/ Emenda 14 Municipalização	É a mesma avaliação negativa dos Congressos e Conferências anteriores	“A Emenda Constitucional 14, que instituiu o FUNDEF, na prática induziu à municipalização do ensino. No início de 96, cerca de 80% das matrículas do ensino fundamental pertenciam à rede estadual de ensino. Atualmente, este quadro está alterado, com 39% na rede municipal e 61% na estadual. Essa municipalização, que foi propagandeada pela mídia e pelo governo da época, apresentava-se como solução para a educação. Na verdade, dela resultou a fragmentação da educação básica nos diversos aspectos: acentuação das desigualdades regionais/locais dos currículos, salários e condições de trabalho; ampliação da interferência das elites locais na escola pública, dos clientelismos e autoritarismos. A totalidade dos municípios deixou de investir na educação infantil, dada a insuficiência de recursos para manter este nível de ensino, devido à metodologia de redistribuição das verbas oriundas do FUNDEF. Assim sendo, as duas “pontas da educação básica” (infantil e médio) ficaram descobertas, já que toda a prioridade é para o ensino fundamental. As diferenças expressaram também na organização dos trabalhadores em educação, na medida em que diversificaram as situações funcionais, salariais e pedagógicas, dificultando a unificação da luta dos trabalhadores em educação por ensino público e de qualidade para todos.”	p. 18
FUNDEB	No debate sobre o financiamento da Educação há a reafirmação da Proposta do Sistema Estadual de Educação que amplie os recursos para o atendimento de toda a educação básica, e ao controle social das verbas que comporiam o fundo “atualmente, fala-se do FUNDEB como um fundo que amplia o	A APEOESP defende, conforme a proposta de PNE-CONED, que o Brasil invista 10% do PIB no setor. O governo FHC chegou a vetar uma proposta de se chegar, paulatinamente, a um investimento de 7% do PIB. A APEOESP deve lutar pela derrubada dos vetos de FHC ao PNE e que o	p. 19

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Sistema Estadual de Educação	atendimento à educação, considerando essa concepção (...) a proposta originária da CNTE, além de alterar a metodologia de distribuição de recursos, propõe ampliação dos mesmos, o que possibilita o pleno atendimento à educação básica com qualidade social. No entanto, a referida Proposta de Emenda Constitucional nº 112 de 1999, carece de debate e esclarecimentos acerca de seu conteúdo, gerando incertezas na comunidade educacional. Os sindicatos estão à margem dessa discussão, em que pese as diferenças, queremos participar ativamente dos fóruns em que este tema for debatido. (...) A APEOESP deve lutar pela derrubada dos vetos de FHC ao PNE e que o FUNDEB signifique um aporte considerável de recursos para a educação e não uma mera troca de siglas.	FUNDEB signifique um aporte considerável de recursos para a educação e não uma mera troca de siglas. A APEOESP exige a devolução dos R\$ 4,1 bilhões devidos a Educação pelo governo estadual e a revisão dos acordos firmados para pagamentos de dívidas, que compromete as receitas Estaduais e Municipais entre 13% e 18% das receitas líquidas. Além disso, é fundamental que seja cumprido o artigo 212 da Constituição Federal ao investir 18% dos recursos advindos da receita da União, incluindo aqueles atualmente retirados pela Desvinculação das Receitas da União (DRU), assim como nos Estados e Municípios garantir os 25% (ou o que estiver definido em suas constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais) das suas receitas líquidas de impostos para a Educação Pública. Universalizar o atendimento de todos os níveis e modalidades de ensino da Educação Básica, ampliar a oferta de ensino superior e desprivatizar a Educação Pública	

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Formação Profissional, Sind. e Pol. do Prof.	Discussão sempre presente, a posição da APEOESP é que a formação dos professores, tanto inicial quanto contínua deve se dar no próprio local de trabalho, ligada aos projetos político-pedagógicos das escolas, com recursos financeiros, pedagógicos e técnicos necessários à formação assegurados pelo Estado. “A APEOESP tem lutado junto à Secretaria da Educação para que estabeleça convênios com as instituições públicas e – em grau de exceção – com outras de caráter não-mercantil e reconhecida para propiciar aos professores formação superior e/ou aperfeiçoamento profissional, em contraponto a Teia do Saber, que tem priorizado os interesses do mercado em detrimento do fortalecimento das instituições públicas. O sindicato exige também o fim da contratação de professores por jornada parcial ou por horas-aula, uma vez que estes tipos de contratação inviabilizam a participação plena dos professores na vida escolar. (cf) Critica também os projetos de formação que não atendem ao conjunto da categoria como os projetos de inclusão digital e o bolsa mestrado, considerados programas frágeis, que e configuram como verdadeiras maquiagens e criticados pelos educadores participantes. (cf)		p. 17 e 25
Plano de Carreira Jornada de Trabalho e Piso Salarial	A questão salarial é mencionada referindo-se à política de bônus e gratificações, que desrespeita a carreira do professor, discrimina aposentados e institui a competição entre professores e escolas. Mais à frente no texto há a afirmação de que esta forma de ação do Governo faz com a “política salarial torne-se inexistente”. (cf) ⁽¹⁾ Mencionada como reivindicações dentro dos eixos do Plano de Luta: ⁽²⁾	Deliberações do Plano de Lutas: • Jornada de trabalho semanal de 40 horas/aula, sendo 20 horas em sala de aula, 10 horas de local de livre escolha e 10 horas em trabalho pedagógico coletivo; • Melhores condições de trabalho para os professores e de ensino e aprendizagem para os alunos; • Instituição de um piso salarial nacional; • Revogação do decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004; • Novo Plano de Carreira; retorno das conquistas de carreira que nos foram retiradas. “Em relação à política salarial, esta é praticamente inexistente pois, ao longo dos quase dez anos de governo do PSDB, somente em 2002 é que os professores tiveram apenas 5% de reajuste sobre o piso salarial e agora apresenta-se mais uma promessa de 5% sobre o mesmo piso, que deve vigorar a partir de outubro de 2004. A política de gratificações e bônus que ocorreu ao longo dos três mandatos está longe de assegurar um valor real de salário, principalmente no que diz respeito aos aposentados. Além de configurar uma maneira de controle de frequência dos professores nas escolas e um dos meios de afastá-los das manifestações promovidas pelo sindicato.”	⁽¹⁾ p. 24 e 25 ⁽²⁾ p.39
Bônus		“A lógica política do governo quando mantém a política de bônus é a de conter a organização dos professores e demais setores do magistério, com métodos que fazem lembrar os critérios de competitividade que vigoram na iniciativa privada. Em lugar do trabalho coletivo, a individualização da relação entre o professor e o Estado.” ⁽¹⁾	p. 25

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Saúde do Trabalhador em Educ.	A primeira referência à saúde denuncia a “falta de investimentos no Hospital do Servidor Público, o que não permite melhoria na qualidade do atendimento dos usuários.” Além dos problemas que afligem o Hospital do Servidor Público há deliberações que englobam também os atendimentos prestados nos CEAMAs (Centro de Atendimento Médico Ambulatorial) que atendem aos segurados do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual) no interior do Estado. No mais, o texto é o mesmo do Congresso anterior acrescido de duas deliberações: • Criar um coletivo que possa implementar políticas específicas na categoria para os portadores de necessidades especiais, visando a inclusão dos companheiros e companheiras. • Que o departamento jurídico da APEOESP entre com uma ação pública contra o estado, por danos morais referentes todas as doenças profissionais. Como o “HIV-AIDS vem avançando sobre a população em idade escolar e também entre as mulheres. Em 1º de dezembro, Dia Internacional de Combate a AIDS, a APEOESP propõe a elaboração de materiais de esclarecimento, com propostas de atividades a serem desenvolvidas em todas as escolas	Deliberações quanto ao IAMSPE: • Criação de uma comissão de saúde dentro da Secretaria de Políticas Sociais para acompanhamento, no IAMSPE, nos órgãos oficiais buscando levantar diagnóstico e elaborar políticas públicas. Essa comissão terá como meta encaminhar todos os diagnósticos levantados para que a executiva da entidade interfira junto aos órgãos oficiais para que estes reconheçam estas doenças como doenças profissionais; • A APEOESP irá priorizar o IAMSPE como ponto de pauta em todas as reuniões de RR, CER e na diretoria e como ponto de pauta na campanha salarial para que possamos negociar os 2% correspondentes à contrapartida do governo; • Encaminhamento de uma proposta para o Departamento Jurídico da APEOESP de um serviço de defensoria pública para atendimento aos usuários lesados pelo sistema IAMSPE. • Realizar pesquisas sobre saúde mental dos profissionais em educação; • Criação do CIPEDEP (Comissão Interna de Prevenção de Estafa, Estresse e Doenças Ocupacionais), que seria formada em cada subsele, com a participação da diretoria de ensino e o Sindicato; • A recuperação e mais investimentos para o IAMSPE/CEAMAS é de suma importância. Não menos importante é a defesa de mais investimentos no SUS - Sistema Único de Saúde -, que atende a todos de maneira indistinta e presta um grande serviço aos brasileiros que não têm condições de pagar pelos serviços de saúde.	p. 36, 37 e 39
Papel/Desafios da Org. Sindical dos Prof.	A ação estratégica do sindicato precisa ser pensada com cautela e consciência da conjuntura (cf) ⁽³⁾ uma vez que uma das estratégias do Governo do Estado tem sido enfraquecer e desqualificar a APEOESP enquanto interlocutora da categoria. Há também a posição de que as lutas específicas dos professores devem ser articuladas às lutas mais geral da classe trabalhadora e ao enfrentamentos dos problemas que atingem a todos. Por isso “ mobilização dos setores populares e a articulação de um bloco social capaz de construir um novo Projeto Nacional é a tarefa prioritária do movimento sindical nesse momento.(...) Neste cenário, formulações genéricas sobre os direitos dos trabalhadores já não são suficientes. É necessário que o movimento sindical qualifique sua intervenção, construindo alternativas concretas que transformem as demandas da classe trabalhadora em políticas públicas de caráter emancipatório. Isto significa disputar essas alternativas com o sindicalismo de corte conservador e neoliberal e outras forças da sociedade que apostam na derrota das forças	“A APEOESP e os sindicatos que representam outras áreas do funcionalismo cumprem papel de resistência permanente aos desmandos deste governo. É necessário construir uma alternativa efetiva à forma dos tucanos governarem São Paulo. No entanto, é somente o surgimento dessa alternativa, aliada à mobilização da população, que pode romper o cerco da imprensa de São Paulo, que oscila entre o desinteresse e a adesão incondicional ao governo Alckmin, tornando transparente as contradições do governo e o descaso com a população que espera um serviço público de qualidade e universal.” ⁽¹⁾ “A estratégia da APEOESP é o desenvolvimento de uma campanha permanente em defesa das reivindicações da categoria, articulada à luta por Educação pública de qualidade e pelos direitos de toda a população, confirmando o papel do Sindicato como interlocutor social, abrindo novas perspectivas para a luta em defesa de nossos direitos, reivindicações salariais e profissionais, tendo em vista a valorização dos serviços e do ensino público de qualidade para todos.” ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 11 ⁽²⁾ p. 24 ⁽³⁾ p. 15 ⁽⁴⁾ p. 20.

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
	progressistas para tentarem, mais uma vez, implementar saídas populistas e autoritárias – sob uma roupagem “transformadora” – construídas à revelia dos trabalhadores e da maioria da população. As verdadeiras transformações serão construídas com o forte envolvimento da sociedade, combinado com o fortalecimento da democracia representativa e, sobretudo, com o surgimento de práticas de democracia direta.” ⁽⁴⁾	“A não existência de uma política salarial para o conjunto do funcionalismo – e para o magistério, em particular – e a permanência da política de bônus e gratificações estabelece em nossa categoria, em muitos momentos, uma divisão que deve ser objeto de atuação do Sindicato, construindo uma atuação unificada, valorizando a unidade da categoria para superar o quadro imposto pelo governo estadual.” ⁽²⁾	
Concurso	Mencionado como reivindicação dentro dos eixos do Plano de Luta:	“Concurso público para todos os professores e de todas as disciplinas, em todos os níveis, revertendo a precarização das relações de trabalho dos professores ACTs e eventuais”	p. 39
Greve do Magistério	A greve de 2000 é mencionada como “movimento que levou dezenas de milhares de professores, funcionários públicos, às ruas no mês de maio de 2000 para reivindicar melhoria nas condições de trabalho e de salário.” Impulsionados também pelo “embate em torno da política educacional imposta pelo governo, somado à lógica dominante de sua política administrativa – o enxugamento da máquina, buscando medidas que atingisse este objetivo.” ⁽¹⁾	Publicação de “um Material específico sobre os professores demitidos da greve de 2000”. ⁽²⁾	⁽¹⁾ p. 16 ⁽²⁾ p. 39
Reforma Previdenciária Reforma Tributária	O título do texto que abre esse debate já demonstra a posição do Sindicato: “As reformas têm que representar avanços: reformar o Estado, preservando os direitos dos trabalhadores” logo, elas são vistas como necessárias e “uma esquerda moderna não pode ser a defensora do <i>status quo</i> , negando sua essência transformadora e recusando toda e qualquer possibilidade de obter algum avanço, mesmo que modesto, em troca de um hipotético cenário no qual todas as contradições sejam superadas instantaneamente.” Com essa visão são definidas posições sobre as reformas em discussão e a afirmação de que “APEOESP esteve presente em Brasília, representada pelo seu presidente, defendendo os interesses da categoria, através da organização de vários atos e caravanas”, participando no debate de todas as Reformas.	“A Reforma da Previdência foi elaborada sobre essas contradições (reformular preservando direitos, conquistando algum avanço, mesmo que modesto). Ao contrário das reformas liberais clássicas, a reforma do governo federal não acabou com o sistema de repartição simples – de solidariedade entre gerações – implementando, então, um sistema de capitalização. Ela manteve o caráter público dos fundos de pensão dos servidores públicos e ampliou o limite de cobertura dos trabalhadores atendidos pelo Regime Único (INSS). Porém, ao adotar um viés excessivamente fiscalista, impôs duros sacrifícios aos servidores públicos. O teto de vencimentos ficou aquém das expectativas históricas dos trabalhadores e a PEC Paralela ainda aguarda votação, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, após o recesso parlamentar. A PEC Paralela estabelece regras mais claras para incluir os trabalhadores no sistema previdenciário e abrandar os prejuízos dos servidores públicos porque assegura o resgate da paridade e adoção de uma regra de transição para os atuais servidores.” “A Reforma Tributária eliminou a incidência de determinados impostos em cascata, desonerando definitivamente as exportações e também as importações de bens de capital. Em 2005, dependendo ainda de lei complementar, haverá unificação das diversas alíquotas do ICMS, abrindo caminho para, em 2006, a instituição do IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Todavia, a manutenção da DRU (Desvinculação das Receitas da União) vai continuar o processo de drenagem de importante parcela das verbas carimbadas constitucionalmente de áreas estratégicas como a da saúde e educação. A APEOESP, representada pelo seu presidente, e a CNTE foram contrárias a prorrogação da DRU e continuam a luta pela derrubada dessa medida.	p. 21 a 23

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Reforma Sindical/		“A Reforma Sindical é uma antiga reivindicação da CUT e de seus sindicatos, entre eles a APEOESP. Desde a sua fundação, a CUT busca a superação da estrutura sindical corporativa, decorrente de um movimento que articule as iniciativas de transformação dos sindicatos à construção da estrutura da Central e às ações para mudar o marco institucional legal. A CUT possui um acúmulo importante materializado na proposta do Sistema Democrático de Relações do Trabalho, que visa garantir a organização no local de trabalho, o direito à sindicalização, o pleno exercício da atividade sindical, o poder de representação dos trabalhadores e negociação frente aos patrões e ao Estado. A organização sindical por ramo, e não por categoria, o contrato coletivo nacional articulado, a negociação coletiva, a ultrabilidade dos acordos, o acesso às informações das empregadoras, o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho e o fim da unicidade sindical são fundamentais para a reforma definitiva da estrutura sindical. A proposta da CUT prevê também o fim do imposto sindical e de todas as taxas compulsórias e defende que o financiamento seja definido em assembléias com desconto em folha (mensalidades e taxas). Os pressupostos da Reforma Sindical, para a CUT, são o respeito às convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT - e às resoluções de seu 8º Congresso: a retirada do “entulho” do governo anterior, no que diz respeito à desregulamentação do trabalho e à restrição da organização sindical, o reconhecimento das centrais sindicais, a redução da jornada de trabalho e a regulamentação da dispensa sem justa causa. Uma das lacunas da atual Legislação refere-se à formulação sobre a democratização das relações de trabalho no setor público, que deve ser entendida como uma das dimensões da própria democratização do Estado, de sua republicização, para que possa atuar de fato como garantia dos direitos fundamentais. Sendo essencial o reconhecimento do direito de negociação coletiva aos trabalhadores e entidades do serviço público com a instalação de mesas permanentes e a formalização de acordos e convenções. O direito de greve dos servidores públicos deve ser regulamentado e assegurado, enquanto um direito do trabalhador.” “No Fórum Nacional do Trabalho, vêm sendo debatidas as propostas para uma nova estrutura sindical, que serão enviadas para o Congresso Nacional em forma de Projeto de Lei. Este Fórum é composto por dirigentes sindicais das seis centrais brasileiras, entidades empresariais e representantes do governo. A participação da direção da CUT no processo de debates no FNT, defendendo o SDRT e as bandeiras históricas da Central foram decisivas para que o relatório da plenária do Fórum Nacional do Trabalho significasse um avanço rumo à liberdade sindical e à mudança da estrutura vigente nos sindicatos.”	p. 21 a 23

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Reforma Trabalhista		“Na Reforma Trabalhista, a CUT busca alterações da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT -, baseadas na ampliação do atual patamar de conquistas e de direitos já assegurados, estendidos a todos os trabalhadores, sejam da iniciativa privada, do setor público, do campo ou da cidade. As iniciativas anteriores de mudança na legislação trabalhista têm sido orientadas para a flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho, no campo dos direitos individuais e orientada para a regulamentação restritiva dos direitos coletivos. A CUT reivindica uma Reforma que remova os entulhos dos governos anteriores e que permita a implementação dos contratos coletivos nacionais, a ultratividade dos acordos coletivos, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e benefícios e limitação das horas extras, a efetiva fiscalização e coibição do trabalho escravo e degradante, e do trabalho infantil, o combate à informalidade e às péssimas condições de trabalho, com fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho e a reversão do processo de terceirização nos serviços públicos, com a realização de concursos para todos os setores. A reforma trabalhista deve estender os direitos dos trabalhadores da iniciativa privada, tais como FGTS, aviso prévio, data-base, aos trabalhadores do setor público, que após a reforma administrativa realizada em 1997 tiveram o seu direito a estabilidade flexibilizado, ao mesmo tempo em que não receberam as proteções dos demais trabalhadores.	p. 21 a 23
Reforma Universitária		“A Reforma Universitária tem sido debatida através da realização de colóquios com especialistas, entidades representativas da área de Educação, comunidade escolar e a sociedade em geral, além de audiências públicas em cinco Estados. As Centrais Sindicais, incluindo a CUT, e também a UNE apresentaram ao Ministro da Educação, Tarso Genro, manifesto contendo suas posições a respeito da reforma do ensino superior brasileiro. As entidades defendem uma reforma que promova uma Universidade Pública de qualidade, gratuita, e que permita o acesso de todos os grupos e classes sociais. O manifesto concorda com a proposta de transformar os 20% das vagas das universidades privadas isentas de tributos em bolsa integral para alunos provenientes da escola pública e de famílias de baixa renda, como uma medida emergencial de ampliação do acesso ao ensino universitário e que essas instituições sejam rigorosamente fiscalizadas, atestando serem verdadeiramente de caráter filantrópico e invistam em ensino, pesquisa e extensão. Quanto à política de cotas, o manifesto afirma que o estabelecimento dessa política, além de uma questão de justiça, será decisivo para o fortalecimento do ensino em todos os níveis. A reforma deve revitalizar a universidade pública com base no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Seus objetivos devem ser: recuperar a iniciativa acadêmica, fortalecer a autonomia universitária, modernizar a gestão, redefinir o caráter e a prioridade das pesquisas voltadas a interesses verdadeiramente públicos e à valorização da extensão, enquanto instrumento de interface da universidade com a sociedade.”	

RESOLUÇÕES DO 21º CONGRESSO – Nov/2006

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Concepção de Escola	Num texto intitulado: Uma escola pública, gratuita, estatal e laica a entidade aponta a ambigüidade da LDB na definição do currículo que “em lugar de disciplinas a lei fala de “estudos”, “conhecimentos”, “ensino”, “domínio” e “componente curricular”. Contraditoriamente, trata como disciplina obrigatória apenas “uma língua estrangeira moderna, escolhida pela comunidade escolar” (inciso III, artigo 36) e ensino religioso (artigo 33, caput).” E aponta que apesar de salientarem o caráter autônomo das escolas e dos sistemas de ensino para definirem seus currículos, os gestores do MEC e das secretarias de Educação impuseram a centralização ideológica ao determinarem uma orientação pedagógica claramente legitimadora das reformas de inspiração mercadológica das quais um dos pilares é o combate à concepção da organização curricular em disciplinas. E defende Acreditar que a interdisciplinaridade deve partir da formação através das disciplinas e não o contrário, como pretendem os pensadores liberais.	“Enfim, numa sociedade de classes, é fundamental que o professor tenha percepção clara do seu papel na Educação. O currículo escolar deve contribuir para esclarecer ao aluno o funcionamento da sociedade capitalista, as forças sociais nelas inseridas, a ideologização da cultura na sociedade de classes e o papel desmistificador da Educação no processo de conscientização das massas exploradas. Esse posicionamento implica não só na conscientização dos professores, mas, também parafraseando Marx, em agir no mundo para transformá-lo.”	p. 8
Currículo	O texto lamenta os prejuízos causados pelas mudanças no currículo escolar nos últimos anos, defende que sua elaboração deve ser pelo conselho de escola, contando com a participação setores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e deve levar em conta aspectos como a organização do tempo e espaço escolar; a jornada de trabalho dos professores; sua formação inicial e contínua; as condições estruturais da escola; o contexto sócio-econômico da comunidade na qual a escola está inserida.	“Em que pesem os resultados das lutas dos professores e demais segmentos da comunidade escolar, com a volta de algumas importantes disciplinas à grade curricular – recentemente obtivemos uma vitória importantíssima com a resolução do Conselho Nacional de Educação obrigando a presença de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio – muito há ainda a ser feito para reverter o empobrecimento do currículo escolar gerado nos últimos 12 anos.”	(1) p. 7
	Sexualidade (Gênero): O texto sobre o assunto faz um balanço da situação da mulher reiterando questões já tratadas em outros congresso, defende as políticas do governo Lula nesta área, como a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, a realização da Conferência Nacional (que foi precedida de Conferências Municipais e Estaduais) de Políticas para Mulheres. Vincula ainda toda a ação do sindicato às atividades promovidas pela CUT. No final do texto está colocado que é um desafio “para os dirigentes sindicais é a imediata incorporação do tema da exclusão das minorias – social, política, cultural e religiosa, não apenas econômica – em suas lutas e pautas de reivindicação e formação.” ⁽³⁾ Racismo/Etnia: Os textos sobre esse tema trazem longas discussões sobre a questão indígena e negra nos quais há uma visão ufanista do índio brasileiro expressa na frase ao lado. Sobre a questão do negro há um breve histórico sobre a inclusão da temática racial na CUT e seus sindicatos, dedica um espaço significativo para defender as políticas implementadas pelo governo Lula nessa área. Outro texto defende as cotas e o Estatuto da Igualdade Racial, em debate no Congresso Nacional e reitera as propostas de que a entidade elabore materiais específicos sobre o tema, estimule e participe de	Racismo/Etnia: “É hora de desfraldar a bandeira indígena que certamente não é vermelha nem amarela, mas tem a cor e o cheiro da terra, das águas das matas, do pôr-do-sol, da lua e das estrelas e do espírito de solidariedade indígena que não admitem fracoss, mas a coragem de que protege e constrói um mundo melhor para futuras gerações” ⁽¹⁾ “Devemos também reconhecer o esforço que o Governo Lula vem fazendo para colocar no centro do debate o racismo e a discriminação, que até então era escamoteada pela tão propagada “democracia racial” que, comprovadamente não passa de mito, e como tal foi derrubada. É importante e necessário o reconhecimento de algumas conquistas, a primeira delas é sem dúvida a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, atuando na promoção de ações afirmativas de combate ao racismo e as desigualdades raciais; outra conquista, a Lei - 10. 639/03, que altera a LDB tornando obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro - Brasileira. A APEOESP deve ser protagonista uma vez que somos o maior sindicato de educadores de toda a América do Sul, e que em sua trajetória tem-se posicionado contra todas as formas de discriminação e preconceito. Desta forma devemos ser o canalizador de uma política de formação que implemente de fato no	(1) p. 25 (2) p. 26 (3) p. 27

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Currículo	ações de pressão para a aprovação do Estatuto e do feriado de 20 de novembro para o país.	cotidiano escolar o ensino da História da África e Africanidades no Brasil.”	
	Juventude	“Formar o coletivo de jovens professores da APEOESP, bem como fortalecer a campanha de sindicalização.”	p. 33
Inovações	O debate é o mesmo dos congressos anteriores: progressão continuada virou sinônimo de aprovação automática e por isso deve ser suspensa para que sejam feitas mudanças que levem em conta outras questões.	“O debate sobre a progressão continuada não se reduz à aprovação ou reprovação de alunos, mas envolve, entre outros fatores, questões como a gestão democrática das escolas e da educação, as condições estruturais das escolas, as condições de trabalho dos professores e de ensino-aprendizagem dos alunos.”	p. 10
Avaliação/ Evasão e Repetência	O texto critica as avaliações que tem sido feitas na rede estadual e defende que a avaliação seja feita de acordo com os critérios estabelecidos no PEE – proposta da sociedade paulista:	“A avaliação, enquanto instrumento de gestão educacional, destina-se, em linhas gerais, a subsidiar, permanentemente, os processos de tomada de decisão necessários ao planejamento estratégico da educação.”	p. 10
Acesso/ Permanência do aluno na Escola		“A ausência de investimentos e políticas que assegurem o acesso e a permanência dos alunos na escola tem deixado milhares de crianças e jovens sem perspectivas e sem as oportunidades que somente uma Educação de qualidade pode propiciar, tornando-os presa fácil para organizações criminosas que os utilizam para a consecução de seus objetivos.”	p. 2
Número de alunos por sala		Derrubada do veto ao projeto do deputado estadual Roberto Felício, que determina o máximo de 35 alunos por sala	p. 40
Condições Físicas da Escola		“A escola estadual deteriorou-se nestes doze anos, não apenas do ponto de vista de sua infraestrutura, mas em seu projeto político-pedagógico, resultando que a grande maioria de seus alunos dela sai muitas vezes sem terem tido acesso às mais básicas noções do conhecimento”	p. 2
Educação Infantil	Assim como nos outros congressos o sindicato defende que a Educação Infantil deixe um caráter meramente “assistencial” às mães trabalhadoras, passando a ser parte constitutiva do processo educacional e, enquanto tal, as aulas sejam ministradas por professores habilitados e que tenha seu número de vagas aumentado o suficiente para atender todas as crianças de 0 a 6 anos.		p. 10
Ensino Fundamental		“A implementação do ensino fundamental de nove anos é uma tendência mundial. No Brasil foi garantida pela lei 11.114/05 em consonância com o PNE (lei 10.172/02), estabelecendo a implantação progressiva de ensino a partir dos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento da faixa de seis a 14 anos. A APEOESP considera importante que haja amplo debate com a categoria e que se repense a estrutura de organização dos conteúdos, nova organização de trabalho pedagógico, nova forma de gestão, adaptação dos ambientes ao novo modelo de pré-escola, espaços, tempos, materiais, metodologias e objetivos, bem como formação inicial e continuada dos profissionais da educação.”	p. 11

Categoria 1: Organização do Trabalho Pedagógico na Escola

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Ensino Médio/ Ensino Profissionalizante		“O Ensino Médio deve atender à realidade educacional de cada região, de cada localidade e de cada clientela. Para tanto, é fundamental a construção de uma educação científico tecnológica básica, que combine conhecimentos gerais e específicos, de modo a articular pensamento e ação, teoria e prática, escola e sociedade, contemplando: o universo da ciência contemporânea; as novas tecnologias; as relações sócio-históricas que os homens estabeleceram na sociedade e no trabalho; as diferentes formas de linguagem presentes nos espaços sociais e produtivos.” “Outra premissa importante deve ser a implementação de uma política de educação tecnológica profissionalizante, democrática, fundamentada no ensino, na pesquisa e na extensão e voltada à formação de profissionais criativos, críticos, capazes de pensar, decidir e resolver problemas; voltada, portanto, para o desenvolvimento da pessoa e da sociedade.”	p. 7
Educação de Jovens e Adultos		“A Educação de Jovens e Adultos deve ser prioridade, enquanto questão premente de justiça, atendimento de direito social e prerrogativa de cidadania.”	p. 12
Educação Especial		“A inclusão do portador de necessidades educacionais especiais tem que ser assumida pela escola como uma concepção que insere a educação no campo dos direitos, contrapondo-se à política vigente de exclusão.” Assim, para a inclusão da pessoa com deficiência e a completa extinção das classes especiais, a escola pública precisa dotar-se de políticas de formação e currículo flexível para atender esta nova clientela, contando com recursos que lhe dêem condições de atendimento a seu alunado. (...) O professor deve ser formado em seu horário de trabalho para aprender as mais modernas e eficientes técnicas para trabalhar com os alunos, a sala deve se adaptar com uma redução de alunos para cada aluno incluído, permitindo um melhor atendimento para todos. Profissionais da área da saúde e outras áreas devem ser articulados para acompanhar e dar suporte para estes alunos, professores e familiares.”	p. 7

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Análise dos Governos (Conjuntura)	Encontramos apenas um balanço das reformas educacionais implementadas pelo PSDB (Governo de FHC e os governadores de São Paulo desta década) sintetizadas da seguinte forma:	Em linhas gerais, essa reforma educacional veio se conformando com as seguintes características: a) focalização do gasto social no ensino básico, com ênfase no Ensino Fundamental de crianças e adolescentes (em detrimento da Educação pré-escolar, Ensino Médio e Fundamental, educação de jovens e adultos e ensino superior); b) descentralização que, no caso brasileiro e paulista, em particular, conformou-se através da municipalização do Ensino Fundamental; c) privatização que, no caso brasileiro, não se realizou prioritariamente pela transferência de serviços públicos ao setor privado, mas pela constituição objetiva de um mercado de consumo de serviços educacionais; d) desregulamentação, que se realiza pelo ajuste da legislação, dos métodos de gestão e das instituições educacionais às diretrizes anteriores, e re-regulamentação; e) em nome de uma suposta qualidade do ensino, ofereceu-se aos alunos um mínimo de conhecimento, em meio à verborragia das habilidades/competências. Manteve-se o caráter discriminatório e seletivo para os níveis técnicos e superiores; f) retomou-se uma das poderosas armas de opressão e obscurantismo, o ensino religioso, no intuito de ampliar a submissão dos estudantes e educadores aos princípios e interesses da classe que detém a propriedade privada dos meios de produção; g) ampliou-se a mercantilização do ensino superior e de algumas modalidades do grau médio. Hoje, em nível nacional, um conjunto de novas políticas encaminha a Educação em outro sentido, que parte da concepção de Educação Básica como um processo contínuo e articulado que se inicia na Educação Infantil e se conclui no Ensino Médio. Uma nova concepção de Educação pública como instrumento de inclusão social e desenvolvimento do país; e, fundamentalmente, que privilegie a qualidade do ensino e não apenas indicadores quantitativos. No caso do Estado de São Paulo as políticas educacionais aplicadas pelo PSDB nos últimos doze anos, resultaram em Exclusão, baixa qualidade do ensino, desvalorização dos profissionais da Educação, escolas deterioradas e desequipadas, índices crescentes de reprovação nas últimas séries do Ensino Fundamental e Médio; elevados índices de abandono dos estudos e evasão escolar, sobretudo no noturno, são alguns dos resultados de doze anos de governo da PSDB e PFL no Estado de São Paulo.	p. 2

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública Plano Estadual de Educação		O Plano Estadual de Educação deve ser, sobretudo, uma política de Estado, não apenas de um determinado governo. Para tanto, é necessário enfrentar algumas questões pontuais que podem encaminhar para as diretrizes deste Plano que deve, portanto, atender as pautas e agendas mínimas a seguir. A propalada prioridade que os governantes dizem dar à educação precisa ser demonstrada de forma prática através da inversão de mais recursos na escola pública. É necessário também que se traduza para a realidade do estado de São Paulo a concepção presente no FUNDEB, com o fim do processo de municipalização do ensino e construção de um Sistema Único e Público da Educação Básica, financiado por um fundo único gerido democraticamente (com a participação do Estado, Municípios, trabalhadores em educação, alunos e a comunidade). Para a melhoria da qualidade de ensino é necessário o atendimento de algumas premissas, entre elas: número adequado de alunos por sala de aula; condições de trabalho; organização curricular que atenda às necessidades dos alunos, inclusive os com deficiência; organização do tempo escolar; valorização dos profissionais da Educação; formação inicial e continuada, também em braile e libras; política salarial para os profissionais da Educação; concurso público como única forma de ingresso nas carreiras das escolas públicas.	p. 4
Democratização da Educação Gestão da Educação		“Assegurar a qualidade do ensino também pressupõe a gestão democrática, na qual o Conselho Estadual de Educação seja um espaço de proposição de políticas educacionais inclusivas, em sintonia com o Fórum Estadual de Educação, de caráter consultivo e composto por membros da comunidade educacional.”	p. 6
Erradicação do Analfabetismo		O primeiro desafio de uma nova política educacional, democrática e incluyente, é o de vencer o analfabetismo. São necessárias medidas efetivas e urgentes para enfrentar esse grave problema, inclusive a adoção de um intensivo programa de educação de jovens e adultos para assegurar a esta população o acesso ao ensino que não puderam ter na idade própria.	p. 6

Categoria 2: Gestão, Financiamento e Organização do Sistema Educacional

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
FUNDEF/ Emenda 14 Municipaliza ção FUNDEB Sistema Estadual de Educação	O texto aponta a histórica escassez de recursos para a educação básica em comparação com os investimentos no ensino superior (enquanto um aluno do nível II do ensino fundamental custou em 2005 R\$ 1.578 reais, um aluno no ensino superior custou R\$ 10.711 reais. Os gastos em relação ao PIB foram da ordem de 4,1%.) critica mais uma vez o FUNDEF por excluir o a Educação Infantil e o Ensino Médio e defende o FUNDEB.	“O financiamento da educação pública é um dos instrumentos fundamentais para a redução das desigualdades sociais presentes no Brasil e no Estado de São Paulo e, portanto, não pode ser abordado de um ponto de vista meramente contábil.” “Na realidade, o FUNDEF criado pelo PSDB apropriou-se de uma idéia formulada no âmbito do Fórum Nacional de Educação para reduzi-la a um mero mecanismo administrativo de centralização e redistribuição das verbas existentes, sem qualquer novo aporte. Nos 10 anos do FUNDEF, os professores – através da APEOESP – vêm lutando contra a municipalização do ensino em quase todos os municípios de São Paulo. O projeto do governo tucano, na época articulado pela secretária de Educação Rose Neubauer, era de municipalizar toda a rede até o ano de 2006, quando o Fundo encerraria seu prazo de existência. O maior ataque impulsionado pelo FUNDEF com a municipalização foi sobre a educação de 1ª a 4ª séries. As conseqüências desta municipalização foram terríveis, a média salarial não avançou, o professor “municipalizado” teve sua carreira prejudicada, o ACT foi expulso da rede pública estadual, as perseguições avançaram sobre professores e o pior, a qualidade recuou, como a recente “Prova Brasil”, realizada pelo Ministério da Educação com alunos de 4ª a 8ª séries demonstrou. As políticas do governo Covas/Alckmin/Lembo para a educação foram desastrosas. O FUNDEF foi tão “excelente” quanto as políticas de “gestão democrática”, “autonomia”, “aprovação automática”, “inclusão” e “escola de tempo integral”, bandeiras do movimento apropriadas por esse governo e absolutamente deturpadas. Vale destacar que, se a educação pública não foi totalmente arrasada neste período, isto se deveu à nossa luta, garra e determinação, aos movimentos de rua e ao nosso compromisso com a escola pública. “Hoje o governo federal adota uma formulação mais abrangente de fundo de financiamento educacional, propondo o (FUNDEB) – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, cuja aprovação no Congresso Nacional é uma necessidade premente, tendo em vista que não apenas redistribuirá os recursos atuais em todos os níveis da Educação Básica como, ao longo dos próximos anos, aportará mais recursos, sendo que a nossa luta tem que ser pela aplicação de 10% do PIB na Educação. O FUNDEB não apenas rompe com a visão fragmentária da Educação Básica, como também aponta para o aporte de novos recursos e para a continuação de um plano de carreira para os professores, fixação de piso salarial nacional e outras medidas destinadas à valorização do Magistério e melhoria da qualidade de Ensino.	p. 3 e 4

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Formação Profissional, Sind. e Pol. do Prof.		“Nossa estratégia para o próximo período busca articular a dimensão educacional e sindical, levando em consideração a especificidade de nossa categoria e de sua relação com os demais trabalhadores em educação. Também é necessário abordar as questões de gênero, etno-raciais e de geração, o que implica em conhecer e debater o perfil de nossa categoria, sua demanda e os novos desafios da educação pública. Nessa estratégia, os professores que recentemente ingressaram na categoria também devem ter programas específicos de formação. Para isto, a Secretaria de Formação dará continuidade às ações desenvolvidas e terá como objetivos: · Organizar eventos de Formação Sindical para representantes de escola e conselheiros, · Publicar subsídios e materiais informativos e formativos destinados aos professores da APEOESP, seja da base, das representações de escola e de aposentados, buscando fundamentar as ações sindicais. · Publicar a Revista de Planejamento Educacional, a ser distribuída aos professores, preparando o debate do projeto político-pedagógico que queremos, no início dos períodos letivos nas escolas de todo o Estado; · Publicar materiais destinados ao debate sobre a implantação da Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, incluindo subsídios diversos para os professores, · Organizar cursos de preparação para os concursos públicos, expandindo para cursos sobre outras temáticas de interesse da categoria e relacionadas à qualificação social e profissional dos professores; · Realizar um processo de formação sindical potencializado pela utilização de novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo via Internet, buscando valorizar a memória das lutas do Sindicato e envolver a categoria de forma qualificada na concretização da estratégia da APEOESP.	p. 24
Plano de Carreira Jornada de Trabalho e Piso Salarial	Exige a revisão do Plano de Carreira uma verdadeira política salarial para todo o magistério, da ativa e aposentados, contemplando a reivindicação de um salário base equivalente ao piso salarial recomendado pelo DIEESE (para 20 horas) e jornada de 40 horas aula (20+20)		p. 10
Saúde do Trabalhador em Educ.	O texto comenta a pesquisa sobre saúde dos professores (da qual extraímos os dados o perfil apresentado no segundo capítulo) onde, de acordo com o caderno de resoluções “comprovou que o sofrimento, o adoecer e as queixas dos professores estão relacionados diretamente às questões da organização e condições de trabalho.” O sindicato comenta o fato que o governador Geraldo Alckimin ter vetado o projeto que estabelecia um limite máximo de trinta e cinco alunos por sala de aula. O texto dá conta dos esforços do sindicato para participar das atividades promovidas por profissionais da área da saúde em vários fóruns tentando garantir atendimento adequado no IAMSPE. Tendo em vista os altos índices de professores afastados da sala de aula promete reforçar a luta por melhores condições de trabalho, buscando garantir que		p. 31 a 33

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
	algumas leis que buscam assegurar melhores condições de trabalho sejam cumpridas pelo governo estadual e que as doenças que mais acometem os professores (como transtornos psíquicos (depressão, síndrome de burn-out), da voz, músculo-esquelético (LER-Lesões por Esforços Repetitivos), cardiovasculares e gastro-intestinais) sejam diagnosticadas como doenças adquiridas em decorrência do trabalho. Uma destas leis é a de número 10893/01 de 28 de setembro de 2001, que dispõe sobre a criação do programa estadual de saúde vocal do professor da Rede Estadual de Ensino, de acordo com a lei o programa estadual de saúde vocal terá caráter fundamentalmente preventivo, mas, uma vez detectada alguma disfonia, será garantido ao professor o pleno acesso a tratamento fonoaudiológico e médico. Entre as reivindicações está a de participar da revisão dos critérios de readaptação e alta dos professores afastados da sala de aula e a criação, em todas as subseções, de uma comissão da saúde que esteja comprometida em acompanhar a saúde dos professores (cf. p. 31 a 33)		
Aposentados	O texto apresenta ações da Secretaria dos Aposentados, reitera sua importância para a entidade e divulga o fato de ter conseguido “através de mandado de segurança coletivo, a extensão da Gratificação de Trabalho Educacional (GTE) aos aposentados associados até o dia 21 de julho de 2000.”		p. 20
Papel/ Desafios da Org. Sindical dos Prof.		“Uma das características mais marcantes de 12 anos de governo PSDB/PFL no estado de São Paulo foi sempre a imposição de suas políticas e a extrema dificuldade em reconhecer as entidades sindicais como legítimas interlocutoras de suas respectivas categorias junto ao Estado. Não foi diferente em relação à APEOESP. Em todo esse período não houve concessões por parte do governo e cada conquista da nossa categoria deveu-se à organização, pressão e mobilização dos professores e professoras, liderados pela APEOESP, em conjunto com os demais segmentos do magistério, do funcionalismo e da comunidade escolar. E têm sido várias as nossas conquistas. Muitas delas, na verdade, significaram a simples reversão de medidas que haviam sido adotadas pelo governo de cima para baixo e produziram resultados extremamente negativos para a Educação estadual. E foram necessárias greves, atos, passeatas e outras manifestações que para pudéssemos alcançar esses avanços.” “A APEOESP é um exemplo. Suas manifestações, além do caráter reivindicatório, têm procurado mostrar à população a maneira como o governo do PSDB/PFL trata a educação pública. Não obstante, nosso sindicato ainda precisa avançar muito em termos de estratégias políticas, no sistema de comunicação com a categoria, na interlocução com a sociedade e na obtenção de conquistas e vitórias.”	p. 17

Categoria 3: Formação Profissional, Carreira e Condições de Trabalho

Tema	Posicionamento da APEOESP	Citação	Ref.
Reforma Universitária	Reforma Universitária: O texto apenas se refere a ela como tendo colocado “De um lado, os que entendem a educação como um bem público, defendem a regulamentação do setor educacional brasileiro e melhorias na educação pública. De outro, os que tratam a educação como uma mercadoria e são contrários a qualquer espécie de regulamentação que possa vir a acabar com os seus privilégios.”		p. 12